

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Éder da Silva Silveira

ALÉM DA TRAIÇÃO:

Manoel Jover Teles e o comunismo no Brasil do século XX

São Leopoldo
Agosto de 2013

ÉDER DA SILVA SILVEIRA

Além da Traição:

Manoel Jover Teles e o comunismo no Brasil do século XX

Tese de Doutorado em História apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Rio dos Sinos – Unisinos – (linha de pesquisa: poder, ideias e instituições), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em História.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Marluza Marques Harres (UNISINOS; Orientadora)

Prof. Dr. Jordi Canal (EHESS de Paris; co-orientador)

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Prof^ª. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)

Prof^ª. Dra. Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos (UNISINOS)

São Leopoldo

2013

S587a

SILVEIRA, Éder da Silva.

Além da traição: Manoel Jover Teles e o comunismo no Brasil do século XX / Éder da Silva Silveira. - - São Leopoldo, RS: 2013. 307 f.

Orientadora: Profa. Dra. Marluza Marques Harres (UNISINOS).
Coorientador: Prof. Dr. Jordi Canal (EHESS de Paris).

Tese (Doutorado) - - Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS) ,
Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História, São
Leopoldo, BR-RS, 2013.

1. Teles, Manoel Jover – Biografia histórica – Comunista brasileiro. 2. Comunista – Brasil – Biografia 3. Comunismo - Brasil – História. I. Harres, Marluza Marques (orientadora). II. Canal, Jordi (Coorientador). III. Título.

CDD 929

CDU 929: 94(81)TELES, *Manoel Jover*

Jane Basso, CRB10/1117.

“Calabar é um assunto encerrado. Apenas um nome. Um verbete. E quem disser o contrário, atenta contra a segurança do Estado e contra as suas razões. Por isso o Estado deve usar do seu poder para o calar. Porque o que importa não é a verdade intrínseca das coisas, mas a maneira como elas vão ser contadas ao povo”.

HOLLANDA, Chico Buarque de.; GUERRA, Ruy. Calabar – O Elogio da Traição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (24ª. ed.), 2000, p.55 [1ª. Ed. – 1973/74].

À Rosana, fortaleza e companheira de todas as horas.

À Iracema Coelho Lima (Iracema Jover Teles), desejando que a Justiça reconheça sua história, acabe com sua “clandestinidade”, reparando os danos que forem possíveis reparar, ocasionados, em sua maior parte, pelos reflexos da turbulenta história de vida e militância de seu pai, Manoel Jover Teles.

Ao Alberto Nascimento dos Santos, pela generosidade em ter disponibilizado e compartilhado comigo memórias, sugestões e fontes documentais.

Aos meus irmãos Odair, Andreza e Andrieli; ao Joãozinho, ao Tiago e à pequena Mariana.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelas bolsas concedidas, tornando realidade mais este sonho do Doutorado no Brasil e no exterior;

À Unisinos e ao excepcional corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História, pela oportunidade da construção de sólidas aprendizagens;

À querida Marluza Marques Harres, professora, orientadora e amiga, pela paciência e generosidade, especialmente em relação às minhas constantes indecisões teóricas e metodológicas; pela disponibilidade que, em todas as situações, trouxe-me sugestões significativas e a coragem para que ocorressem avanços e viagens que me qualificaram pessoal e profissionalmente. A ti Marluza, meu reconhecimento e gratidão.

Às professoras Eliane Cristina Deckmann Fleck e Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos, por terem confiado neste projeto de tese e externado atenção e carinho nesses anos de convivência.

A Benito Schmidt, pelas sugestões na banca de qualificação, pela confiança externada no processo de inscrição e solicitação da bolsa PDSE; autor de cativante produção acadêmica cuja leitura influenciou em escolhas realizadas no campo da pesquisa;

A Jordi Canal, co-orientador na École des Hautes Études en Sciences Sociales, pela generosa atenção, paciência, amizade, sugestões de leitura, oportunidades de participação nos seminários e pelos contatos acadêmicos proporcionados em Paris;

A Stéphane Monclaire, pela acolhida, pela oportunidade da convivência em família, pela entrevista concedida e pelo acesso à excelente biblioteca pessoal;

A François Dubet, pelas aulas e entrevista concedida;

À Sabina Loriga, pela atenção, sugestões, oportunidade de discussão e aprendizagem em seminários, reuniões e na Journée doctorale du Gehm-Ehess;

À Madame Claudine Raymond, pela simpatia, sensibilidade e disposição para solucionar questões burocráticas da EHESS.

À Jaqueline Fernandes por toda força e acolhida que possibilitaram resolver entraves de última hora no fatídico episódio da obtenção do visto na Embaixada Francesa em São Paulo, bem como pela amizade e confiança.

À Rita Hatta, João Neto, Lívia Conceição, Cautaura la Cruz, Marica Crisci, Anna Aghvianian, Gloria Orrego, Poudel Bindu, Desire Clemente, Daniel, a “Sissi de Paris”, a adorável “Tetê”, ao casal Jedickson e Eunice: colegas e amigos que, não raro, foram meus familiares em terras distantes.

Aos funcionários do Arquivo Público do Rio de Janeiro, do Arquivo Público do Estado de São Paulo, do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e da Biblioteca Nacional, pelo atendimento e disponibilidade em ajudar nas inúmeras solicitações que fazia diariamente na pesquisa em seus acervos.

Ao Museu Estadual do Carvão e Arquivo Histórico da Mineração de Arroio dos Ratos, pela disponibilização de fontes para a pesquisa.

À Academia Catarinense de Letras e Artes de Santa Catarina e à Associação dos Cronistas, Poetas e Contistas Catarinenses, pelas informações e documentos disponibilizados; agradeço, em especial, ao senhor Wesley Oliveira Collyer.

A todos os integrantes do Grupo de Poetas Livres de Santa Catarina que forneceram textos, histórias e correspondências de Manolo; agradeço, em especial, a Maura Soares pelo enorme carinho com que me recebeu em sua casa e por ter compartilhado histórias e documentos relativos a Manoel Jover Teles, indispensáveis para esta tese.

A Alberto Santos, João Bastista Marçal e Kelly Oliveira, por terem dividido comigo lembranças e documentos; Alberto, o que seria desta história sem a tua generosidade e atenção?

Ao Eduardo, colega da Unisinos, que no início do curso me apresentou a obra “Prisioneiros do Mito”, de Jorge Ferreira, cuja leitura apontou caminhos durante a jornada.

À Deusa Maria de Souza, pela paciência em me ouvir e lembrar que “a tese não é o fim e que existe vida depois do Doutorado”.

À Clarice Speranza, que me apresentou a dois importantes processos localizados no Memorial da Justiça do Trabalho.

A Felipe Klovan, que me ajudou a encontrar o processo de um dos irmãos de Jover Teles.

À Marisângela Martins, pelas sugestões e materiais que foram de grande valia para enfrentar a pesquisa no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

À Iracema Lima, Isabel Gonçalves, Eluisa Maio e demais familiares diretos e indiretos de Manoel Jover Teles, por terem compartilhado comigo suas lembranças e histórias.

À Júlia Gonzales, que antes de se “tornar baiana” me ajudou na árdua tarefa da digitação de Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Ao amigo Marcos Villela, pelos bate-papos, sugestões e textos enviados que foram de suma importância.

À Rosângela K. Silveira, pelo auxílio dispensado no fichamento de alguns livros de memórias, respeitando impecavelmente minhas marcações e solicitações; a ti não só agradeço como desejo que o mestrado venha logo e seja uma realidade em tua vida.

Aos amigos Gilmar, Rosemary, Márcia, Vera, Caio, Bia e Rudimar, por terem ajudado a tornar mais leve os momentos em que não estava no Brasil; que o *Skype*, os *Crêpes au Chocolat* e o *Piano Bar* sejam sempre louvados, assim como nossa amizade.

Ao Pedro Goldemir Urdangarin, Edison Barisch, Antônio Mondadori Valle e Eliphaz Almeida, a quem agradeço pela fraternal atenção.

À Rosana e ao Joãozinho, minha família querida, que mais uma vez suportaram a ausência, o stress, a correria e os momentos em que abdiquei de nossa vida particular para dedicar-me ao Doutorado. Esta experiência mostrou, como lembrou nosso amigo Rudi, “que longe é um lugar que não existe”.

RESUMO

A pesquisa analisa, a partir da construção de uma biografia histórica de Manoel Jover Teles, militante e dirigente comunista brasileiro, sua trajetória de vida no campo político e questões relacionadas à noção de Traição na cultura comunista. O trabalho incluiu a análise reflexiva de processos e relações pouco perceptíveis nos estudos estruturais relativos à História do Brasil Republicano, particularmente sobre o comunismo e a dissidência comunista. Questões sensíveis da história recente do comunismo no Brasil, como o ressentimento e a Traição, são analisadas *na* e a partir *da* história de Jover Teles.

ABSTRACT

The research analyzes, from a Manuel Jover Teles historical biography construction, this militant and Brazilian communist leader life trajectory in the political field and issues related to the notion of Betrayal in communist culture. The work includes a reflexive analysis of processes and barely noticeable relationships in structural studies on the Republican Brazil history, particularly about communism and communist dissent. Sensitive issues of the recent history of communism in Brazil, as resentment and Betrayal, are analyzed in and from Jover Teles history.

SUMÁRIO

Introdução.....	14
Prólogo.....	28
1. De “Príncipe” a “Calabar”	29
1.1 Pelo(s) fio(s) de Ariadne: Jover rumo ao PC do B	32
1.2 A Chacina da Lapa.....	57
1.3 Configurações possíveis: imagens de Jover Teles na prisão.....	69
2. Das Minas para a História.....	83
2.1 Tisnado de Carvão: a vida no tempo das minas.....	89
2.2 Estragaram a fatiota: o mineiro vira comunista.....	107
2.3 O deputado e a clandestinidade: a militância em tempos difíceis.....	114
2.4 Entre jornais e viagens: o escritor estalinista.....	134
3. A Traição e a Moral Comunista.....	160
3.1 Jover Teles, o Partido e a retórica da traição.....	167
3.2 Revisionismo, insubordinação e deserção.....	182
3.3 Discursos dissonantes: controvérsias da traição.....	199
3.4 Em nome da unidade: a moral comunista e as lógicas da traição.....	216
4. Navegando sobre águas mansas: paz e poesia em Santa Catarina.....	231
4.1 Apresenta-se o “Velho poeta”.....	232
4.2 “Nada morre enquanto é lembrado”: Manoel Jover Teles no epílogo da vida	237
A traição e os desafios biográficos de Manolo.....	244
Fontes e Referências.....	254
Apêndices.....	274
Anexos.....	281

Lista de Siglas e Abreviaturas

- ACLA-SC:** Academia Catarinense de Letras e Artes de Santa Catarina
- ALN:** Ação Libertadora Nacional
- ANPUH:** Associação Nacional de Professores Universitários de História
- APERJ:** Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
- APERS:** Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
- APESP:** Arquivo Público do Estado de São Paulo
- APML:** Ação Popular Marxista Leninista
- ARENA:** Aliança Renovadora Nacional
- ASI:** Assessorias de Segurança e Informação
- BNF:** Biblioteca Nacional da França
- CADEM:** Consórcio Administrador de Empresas de Mineração
- CAPES:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CC:** Comitê Central
- CENIMAR:** Centro de Informações da Marinha
- CGT:** Comando Geral dos Trabalhadores
- CIE:** Centro de Informações do Exército
- DEOPS:** Departamento Estadual de Ordem Política e Social
- DOI-CODI:** Destacamento de Operações Internas e Centro de Operações de Defesa Interna.
- DOPS:** Departamento de Ordem Política e Social
- DSI:** Divisão de Segurança e Informação
- HESS:** École des Hautes Études en Sciences Sociales
- ESG:** Escola Superior de Guerra

FAPA: Faculdades Porto-Alegrenses

FMSH: Fondation Maison des Sciences de l'homme

GPLSC: Grupo de Poetas Livres de Santa Catarina

IPM 709: Inquérito Policial Militar 709

MR8: Movimento Revolucionário 8 de Outubro

OLAS: Organização Latino Americana de Solidariedade

PC: Partido Comunista

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCC: Partido Comunista Cubano

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PCF: Partido Comunista Francês

PCR: Partido Comunista Revolucionário

PCUS: Partido Comunista da União Soviética

PDSE: Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior

PP: Partido Progressista

PPB: Partido Progressista Brasileiro

PPP: Partido Popular Progressista

PT: Partido dos Trabalhadores

PUCRS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SISNI: Sistema Nacional de Informações

SNI: Serviço Nacional de Informações

ULBRA: Universidade Luterana do Brasil

UNISINOS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Lista das principais instituições e acervos consultados

No Estado do Rio Grande do Sul

- Solar dos Câmaras - Acervo Memória Parlamentar da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
- Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul;
- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul;
- Arquivo Histórico da Mineração;
- Museu Estadual do Carvão;
- Acervo do setor de pesquisa e imprensa do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa;
- Biblioteca Municipal de Arroio dos Ratos;
- Câmara Municipal de Arroio dos Ratos.

No Estado do Rio de Janeiro

- Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro;
- Acervo Particular de Alberto Santos;
- Biblioteca Nacional.

No Estado de São Paulo

- Arquivo Público do Estado de São Paulo;
- Fundação Maurício Grabois.

No Estado de Santa Catarina

- Acervo do Grupo de Poetas Livres de Santa Catarina;
- Acervo da Academia Catarinense de Letras e Artes.

Em Paris / França:

- Bibliothèque Nationale de France;
- Bibliothèque de la Fondation Maison des Sciences de l'homme ;
- Biblioteca pessoal do Prof. Dr. Stéphane Monclaire.

Introdução¹

No segundo semestre do ano 2000 eu ainda estava cursando as disciplinas que completariam o primeiro semestre do currículo do curso de Licenciatura em História da Ulbra Canoas. Dentre elas, destacou-se a disciplina de Antropologia, que faria um diferencial em minha formação, influenciando-me em futuras escolhas. Naquela ocasião, tive a oportunidade de desenvolver e apresentar um trabalho intitulado “*Ensaio de pesquisa de campo em Arroio dos Ratos*”. A escolha por Arroio dos Ratos era facilmente compreensível. Tratava-se do município onde eu já residia e, sobretudo, do local onde funcionou a primeira usina termelétrica do país, berço da indústria carbonífera nacional. Na comunidade de Arroio dos Ratos habitavam muitos ex-mineiros que haviam trabalhado tanto na superfície como no subsolo das minas de carvão. Era, portanto, uma comunidade potencial para realizar o exercício de campo. Na época ainda era forte a tendência de trabalhar com o “cotidiano” associado ao “mundo do trabalho”. E, nesta perspectiva, busquei visitar e conviver com alguns mineiros, realizando uma série de entrevistas de História Oral. O trabalho foi apresentado na semana acadêmica do curso de História da Ulbra Canoas e, posteriormente, recebeu mérito de distinção. A situação rendeu-me duas bolsas de iniciação científica até o final da graduação, inserindo-me efetivamente no mundo da pesquisa acadêmica, em espaços que ultrapassavam os limites da sala de aula.

A experiência com a pesquisa foi fundamental para decidir realizar mestrado e doutorado. Trabalhando como bolsista na graduação tive experiências de leitura, fichamento e análise de fontes documentais do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, do Arquivo Histórico do Estado, do Arquivo Público, do Núcleo de Documentação de História da UFRGS, etc. Participei de vários Salões de Iniciação Científica na ULBRA, FAPA, PUCRS e UNISINOS. Em 2004, fui selecionado para participar como expositor nas *Primeras Jornadas del Mercosur y Segundas Bonaerenses sobre Patrimonio Cultural y Vida Cotidiana*, em Buenos

¹ Excepcionalmente na *Introdução*, será utilizada uma narrativa escrita em primeira pessoa.

Aires, onde apresentei uma comunicação intitulada “*O Cotidiano nas Minas de Carvão de Arroio dos Ratos (1924-1956)*”, baseado, sobretudo, em iconografias e fontes orais. Foi naquela oportunidade que percebi nas entrevistas referências a um mineiro de subsolo conhecido como “Manolo, o comunista”, que fora deputado, líder sindical, e que havia estado na União Soviética. As informações sobre Manolo (Manoel Jover Teles) eram poucas e surgiam sutilmente em algumas entrevistas. Naquele momento, meu olhar estava direcionado para o cotidiano daqueles trabalhadores e minha imaturidade acadêmica também não permitia que eu ficasse sensível para questões relativas à biografia. Apenas em 2008, depois de concluído o mestrado em Educação realizado na PUCRS, ao revisar as entrevistas da época da graduação para localizar algum tema de pesquisa para um projeto de doutorado em História, é que consegui enxergar o que antes não via: a existência de um operário cuja trajetória de vida havia extrapolado questões locais e regionais da História e que, envolto a mistérios e indagações diversas, poderia possibilitar a produção de um conhecimento histórico através de um caminho não apenas atrativo como totalmente desafiador: a biografia.



Com quase um ano de idade, em 1921, o paulista Manoel Jover Teles chegou ao Rio Grande do Sul com sua família. Trabalhou nas minas de carvão São Jerônimo² desde os doze anos, no local onde funcionou a primeira usina termelétrica do Brasil, denominado “Poço Um”, hoje Museu Estadual do Carvão. Tanto no subterrâneo das galerias das minas de carvão, como em outros cenários da antiga usina, o jovem Manolo, como seria conhecido, desempenhou diferentes tarefas. Residiu em Arroio dos Ratos até meados da década de 1940, onde atuou no meio sindical e, também, como membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi deputado estadual no Rio Grande do Sul no ano de 1947.

Em virtude das cassações impostas durante o governo Dutra, Manoel Jover Teles deixou a Assembleia Legislativa como deputado do PCB e foi para o Rio de

² A região onde se estabeleceram, hoje é o município de Arroio dos Ratos que, na época, pertencia à cidade de São Jerônimo como “vila”. A emancipação de Arroio dos Ratos ocorreu em dezembro de 1964.

Janeiro, onde intensificou sua militância no Partido Comunista. Seu destaque como militante fez com que passasse a representar o Partido dentro e fora do país. Foi um dos brasileiros que integrou a segunda turma em uma “Escola de formação de Quadros” de Moscou, na URSS, esteve na China e em Cuba, buscando instrumentalização para uma “revolução” no Brasil³.

Manoel Jover Teles tinha o hábito de escrever suas palestras e alguns discursos. Dentre sua produção, destacam-se romances, entre eles a trilogia “Café Amargo”, que se encontra em poder de um de seus netos, o qual não me permitiu o acesso das obras para esta pesquisa. Jover também escreveu diversas poesias, manuscritos e o livro “*O movimento sindical no Brasil*”, publicado pela Editora Vitória em 1962 (1ª edição) e Livraria Editora Ciências Humanas, em 1981 (2ª edição). Além disso, foi dirigente e jornalista do PCB, e escreveu artigos para os jornais *Voz Operária* (1958/59) e *Novos Rumos* (1959/61)”.

No contexto da cisão que ocorreu no PCB em 1962, Jover Teles, juntamente com Jacob Gorender, foi um dos responsáveis pela organização do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR –, a favor da luta armada, passando logo em seguida a integrar as fileiras do PC do B.

No final da década de 1970, o PC do B acusou Manoel Jover Teles de ter cooperado com a “repressão” para a neutralização do “Aparelho da Lapa”, no episódio que ficaria conhecido como a “Chacina da Lapa”, em São Paulo. Em um congresso do Partido, em fevereiro de 1983, mais de seis anos depois dos acontecimentos da Lapa, foi aprovado um relatório culpando-o pelos acontecimentos de então. O documento o considerou um traidor.

Com as dificuldades enfrentadas pelo estigma da traição, Jover passou a viver escondendo-se da imprensa que o rotulava de “traidor”. Encontrou sossego em Florianópolis, Santa Catarina, onde viveu os últimos anos de sua vida como escritor de poesia, integrando o Grupo de Poetas Livres daquele estado e se tornando um membro da Academia Catarinense de Letras e Artes, ocupando a cadeira de nº 11.

³ De acordo com Carlos Ustra, em 1961, em pleno governo Jânio Quadros, Jover Telles e mais dois militantes estavam em Cuba acertando cursos de guerrilha e o envio de armas para o Brasil (USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. 3ª ed. Brasília: Editora Ser, 2007, p.69-70.

Faleceu em junho de 2007, deixando várias memórias e uma trajetória de vida ocultada pelo estigma da traição.



Em um encontro da ANPUH-RS tive contato com a obra “Em busca da Terra da promessa...”, de Benito Schmidt⁴. A leitura deste trabalho encorajou-me a afinar um projeto para a seleção de ingresso no curso de Doutorado em História da Unisinos, visando construir uma biografia de Manoel Jover Teles.

As dúvidas iniciais eram quanto ao tipo de biografia que iria construir e por que realizá-la. Estes questionamentos me encaminharam para muitas leituras sobre biografia no intuito de me aproximar das sugestões dos autores que trabalharam com o tema e/ou realizaram reflexões sobre o gênero biográfico⁵. Busquei encontrar um modelo ideal de biografia, no qual pudesse inspirar-me para analisar e escrever a trajetória de Jover Teles.

Através das leituras realizadas sobre biografia, cheguei a algumas conclusões. Compreendi que não adiantava escolher uma das três categorias propostas por Philippe Lejeune⁶, tampouco optar por um dos paradigmas de Daniel Madelénat⁷, por uma das modalidades de François Dosse⁸ ou de Giovanni Levi⁹.

⁴ SCHMIDT, Benito B. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

⁵ Schmidt (2000; 2009), Borges (2001; 2006; 2009), Bourdieu (2008), Dosse (2009), Del Priore (2009), Levi (2008), Loriga (1998;2011), Le Goff (1989).

⁶ As três categorias principais da biografia segundo Lejeune são a “biografia pura”, “o testemunho com pretensão de biografia” e o “testemunho puro”. No primeiro tipo, o historiador não conheceu o biografado e busca instrumentalizar-se através da diversidade de documentos e testemunhos. Nos demais o pesquisador conheceu o sujeito que será biografado e o que os diferencia é o fato de que no “testemunho puro” o biógrafo participou de momentos da vida do biografado. Ver Borges (2006, p.213).

⁷ A classificação de Daniel Madelénat diferenciou três paradigmas sobre o gênero biográfico: a biografia clássica, a romântica e a moderna. Ver: Daniel Madelénat. *La Biographie*. Paris: PUF, 1984; e Dosse (2009, p.13).

⁸ François Dosse distinguiu três modalidades da abordagem biográfica: a idade heróica, a idade modal e, por fim, a idade hermenêutica. Segundo ele, “os três tipos de tratamento da biografia podem combinar-se e aparecer no curso de um mesmo período”. Ver: DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.p.13.

⁹ Para Giovanni Levi, os principais tipos são: “prosopografia & biografia modal”, “biografia & contexto”, “biografia & hermenêutica” e “biografia & caso extremo”. De acordo com Levi, as biografias de casos extremos “são usadas especificamente para esclarecer o contexto. Nesse caso, o contexto não é percebido em sua integridade e exaustividade estáticas, mas por meio de suas margens [do campo

Não se tratava de uma questão de “escolha”. As dificuldades iniciais demonstraram que se tratava da necessidade de uma melhor definição sobre qual seria meu objeto de estudo, respeitando algumas tendências teóricas e metodológicas atualmente admitidas e debatidas na historiografia.

A partir das leituras percebi que o objeto de estudo em uma biografia pode variar de acordo com o tipo de biografia que se pretende realizar. A rigor, o principal objeto de estudo em uma biografia é a própria vida do indivíduo biografado (sua trajetória) que, todavia, pode se metamorfosear de acordo com os objetivos do pesquisador ou com o tipo de biografia elegida.

Na “adequação entre uma figura singular, por um lado, e um meio e uma época, por outro”¹⁰, ludibriei-me na busca de um “modelo” de biografia para a trajetória de Jover Teles, cujo objetivo seria, inicialmente, examinar a história do movimento sindical e do comunismo no Brasil durante a “República Populista”, tendo como fio condutor sua trajetória de vida. Acreditava que trabalharia com o “personagem” Jover Teles enquadrando-o entre o que Giovanni Levi chamou de “biografia & contexto” e “caso extremo”. Essa percepção fora alterada na medida em que avancei com as leituras realizadas nas disciplinas do curso de Doutorado, bem como na medida em que executei a leitura e análise das fontes. Notei que se trabalhasse com a biografia apenas como um “fio condutor” perderia o foco no indivíduo Jover Teles. Daquela forma, conhecida como “biografia modal”, o indivíduo só tem valor na medida em que ilustra o coletivo¹¹.

Percebi que não era esse o objetivo. Não gostaria e nem poderia dar conta de uma categoria social ou de um coletivo através de um indivíduo. Até por que minhas fontes de pesquisa não me dariam suporte para tal empreendimento. Além

social]” (LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008. p.176). Um exemplo, nesse sentido, é a biografia de Menocchio em “O queijo e os vermes”, de Carlo Ginzburg, onde o autor analisa a cultura popular através de um caso extremo. Ver: GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Cia das Letras, 2006 [1ª edição 1976].

¹⁰ Dosse, 2009, p.219.

¹¹ Ver, por exemplo, os trabalhos de Lucien Febvre sobre Rebelais e Martin Luther. Nos dois casos não era o indivíduo que interessava, mas a mentalidade da época de cada indivíduo. O que prevalece neste modelo de biografia não é o indivíduo, mas, sim, o contexto. A importância do indivíduo está na medida em que ele consegue refletir o contexto ou um momento específico do social. Para Dosse, “Georges Duby é um precursor nesse domínio. Seu projeto se apresenta como o de uma biografia modal e Guilherme o interessa como representativo do universo mental da cavalaria em fins do século XII e início do XIII, no momento em que o mundo dos cavaleiros está em vias de extinção” (2009, p.219).

disso, algumas críticas realizadas por Giovanni Levi sobre as biografias ancoradas no contexto alertaram para inevitáveis incongruências. Segundo ele, o contexto é usado para “preencher as lacunas documentais” da biografia, sendo “frequentemente apresentado como algo rígido, coerente” e servindo como “pano de fundo imóvel para explicar a biografia”¹². Na verdade, afirma Levi, “nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação”¹³. Desse modo, ao examinar a trajetória de vida de Manoel Jover Teles, busquei examinar alguns aspectos dos diferentes contextos políticos e culturais nos quais circulou, estando atento igualmente aos seus campos de oportunidades e seus espaços de exercício de liberdade.

Outra percepção alterada na trajetória da pesquisa diz respeito ao recorte temporal dado à biografia. Hoje, acredito que o recorte temporal de uma pesquisa biográfica deve, no mínimo, estar localizado durante todo o período de vida do indivíduo biografado. Mesmo que o objetivo do pesquisador seja aprofundar algumas questões em determinado momento ou fase de uma história de vida, não se deve desconsiderar o percurso de existência do biografado em sua totalidade. Principalmente por causa da memória, o percurso de uma vida não acontece de forma linear e as informações sobre os eventos de uma determinada etapa da vida do sujeito podem vir a esclarecer outros momentos de sua trajetória, iluminando a biografia e, às vezes, reorientando o percurso da própria pesquisa.

Mesmo reconhecendo que a biografia é um gênero híbrido, a proposta de realização da biografia de Manoel Jover Teles enquadra-se naquilo que poderíamos chamar de “biografia histórica”. Entende-se por biografia histórica a perspectiva biográfica que busca articular narração e explicação, regulada pelas regras de pesquisa e de produção escrita comuns à área da História.

Conforme esclareceu Le Goff,

la biographie historique doit se faire, à un certain degree au moins, récit, narration d’une vie, elle s’articule autour de certains événements individuels ou collectives – une biographie non événementielle n’a pas de sens et comme elle doit être consacrée à un personnage sur lequel on possède suffisamment d’informations, de documents, elle a de bonnes chances

¹² Levi, 2006, p.176.

¹³ Id., ibid., p.179-180.

d'être dédiée à un homme politique ou ayant des rapports avec la politique¹⁴.

Se a biografia histórica deve ser realizada através de uma articulação entre a narração de uma vida em torno de seus eventos individuais ou coletivos, uma verdadeira biografia neste sentido “est d'abord la vie d'un individu et la légitimité du genre historique passe par le respect de cet objectif : la présentation et l'explication d'une vie individuelle dans l'histoire”¹⁵.

Sendo assim, a biografia que se realizou nesta tese sobre Manoel Jover Teles, a exemplo da obra de Benito Schmidt¹⁶, buscou estar pautada na articulação de uma história-narrativa com uma história-problema. Para isso, foi preciso compreender que “a biografia histórica é antes de tudo história” e que “ela precisa se pautar pelos procedimentos de pesquisa e pela própria narrativa deste campo de conhecimento que se propõe a explicar e/ou compreender o passado”¹⁷.

Atualmente as diversas questões colocadas ao “retorno” do gênero biográfico, bem como a vasta bibliografia existente a respeito do comunismo e à militância comunista¹⁸, não tornaram esta pesquisa uma tarefa fácil. No entanto, acredito que foi possível partir para tal empreendimento com originalidade e rigor científico. Inspirado na trajetória dos socialistas Francisco Xavier da Costa e Carlos Cavaco¹⁹, buscamos um método biográfico que, partindo da história de vida de um indivíduo, aborda questões mais gerais relacionadas à época em que ele viveu, articulando a “história-narrativa” com a “história-problema”.

Até 2011 existiam quatro biografias sobre militantes comunistas que vivenciaram a cisão do PCB de 1962. Nas buscas realizadas no Banco de Teses da

¹⁴ LE GOFF, Jacques. Comment Écrire une Biographie Historique Aujourd'hui ? *Le Débat*, 1989/2, n° 54, p. 48.

¹⁵ Id., p.49.

¹⁶ Schmidt, 2004, op. cit.

¹⁷ SCHMIDT, Benito Bisso. *Relações perigosas: História e biografia*. Registro de palestra proferida no “Encontros Transdisciplinares (I). (AUTO)BIOGRAFIA(S)”. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, *Sala Pantheon do IFCH/UFRGS - Campus do Vale*, 6 de junho de 2011.

¹⁸ Ver, por exemplo, Pandolfi (1995), Gorender (1987), Sales (2000;2007a), Ferreira (2002), Cavalcante (1986), Segatto (1989), Chilcote (1982), Reis Filho (1990; 2002), Faria (2008), Della Vecchia (2005), Rezende (2006), Martins, (2007b).

¹⁹ Schmidt, 2004, op. cit.

Capes foram localizadas uma sobre Astrogildo Pereira²⁰, uma sobre Carlos Marighella²¹, uma sobre Octavio Brandão²² e uma sobre Mário Alves²³. Além disso, é inexistente até o presente momento trabalhos de pesquisa em História que estudaram a trajetória de algum militante cuja biografia tenha sido associada à questão da traição. Socialmente, talvez a marca da “traição” sobre Jover Teles tenha tido um peso maior que a de ser “comunista”, a ponto de enquadrá-lo e reduzi-lo à efígie de “grande delator” ou de “Calabar da esquerda brasileira”²⁴. Mas qual seria o lugar, na História, daquele que opta em abrir mão de uma causa? Na contramão de uma resistência que previa o “não falar, até a morte”, Jover Teles fugiu à regra da doutrina do revolucionário comunista. Explorar as circunstâncias em que isso ocorreu e também como ele lidou posteriormente com o estigma da traição são alguns pontos relevantes e instigantes de sua trajetória que realizamos neste trabalho.

No decorrer do trabalho realizam-se reflexões sobre processos e relações pouco perceptíveis nos estudos estruturais relativos à História do Brasil Republicano, particularmente sobre o comunismo, a dissidência comunista e à traição. O estigma da “traição” elabora uma memória sobre Manoel Jover Teles na qual são ocultados elementos de sua trajetória e dos contextos nos quais ela se inseriu. Assim, **nosso objetivo foi o de construir uma biografia histórica sobre este sujeito, analisando sua longa trajetória no campo político** para melhor compreendê-lo. Questões sensíveis da história recente do comunismo no Brasil, como o ressentimento e a traição, são privilegiadas *na* e a partir *da* trajetória de Jover Teles ao mesmo tempo em que se reconstroem momentos importantes de sua vida política.

²⁰ LENA JÚNIOR, Hélio. *Astrogildo Pereira: um intransigente libertário (1917-1922)*. 1999, 168 p. Dissertação (Mestrado em História), Curso de Mestrado em História Social do Trabalho da Universidade Severino Sombra – USS, Vassouras, 1999.

²¹ SILVA JUNIOR, Edson Teixeira da. *Carlos, a face oculta de Marighella*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

²² AMARAL, Roberto Mansilla. *Uma memória silenciada. Idéias, lutas e desilusões na vida do revolucionário Octávio Brandão (1917-1980)*. 2003. 351p. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 2003.

²³ FALCÓN, Gustavo. *Um caminho brasileiro para o socialismo: a trajetória política de Mário Alves (1923-1970)*. 2007. 207p. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

²⁴ AMERICANO, Luiz; Z Aidan, Patrícia. A macha da traição. *Veja*, 14 de agosto de 1996., p.50.



Talvez seja necessário explicitar algumas definições que se relacionam com a questão da análise das fontes que compuseram o *corpus documental* da pesquisa. Em primeiro lugar, é importante salientar que partilho da concepção de documento como “qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita”²⁵. Uma evidência material e/ou culturalmente construída sobre algo que aconteceu, produzido consciente ou inconscientemente por uma sociedade, o documento está inserido em um ou mais contextos de produção e, naturalmente, não é neutro.

Desse modo, ao realizar uma biografia, como em qualquer outra pesquisa, exercitar a crítica documental é imprescindível no processo de interpretação das fontes, sejam elas de História ou de Memória. No caso de um documento escrito, esse exercício implicou em problematizar ou desconstruir aquilo que o texto aparentemente representa. Quem escreve, para quem, com qual motivação e objetivos, e em qual contexto de produção foram algumas questões básicas e iniciais que estiveram presentes na análise dos vestígios que permitiram estudar a trajetória de Manoel Jover Teles. Da mesma forma, ao utilizar a(s) memória(s) do, ou sobre o biografado, foi importante não esquecer-se de que

a função da lembrança é conservar o passado do indivíduo na forma que é apropriada a ele. O material indiferente é descartado, o desagradável, alterado, o pouco claro ou confuso simplifica-se... o trivial é elevado à hierarquia do insólito; e no fim formou-se um quadro total, novo sem o menor desejo consciente de falsificá-lo”²⁶

Ou seja, “a necessidade de se utilizar o conhecimento da memória e de esquecer, assim como recordar, força-nos a selecionar, destilar, distorcer e

²⁵ KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009, p.24.

²⁶ Stern apud Bosi, 1994, 68.

transformar o passado, acomodando as lembranças às necessidades do presente”²⁷. Com esta consciência, utilizamos com a maior parte dos entrevistados (citados nas referências) a metodologia da História Oral, onde a ação da entrevista não ocorreu através de um roteiro rígido de questões, mas, sim, através de uma conversa livre em que “a pessoa, o portador de tradição, a testemunha, ou narrador é convidado a falar sobre um assunto de interesse comum, dando ao informante todo o tempo que quiser para ir em qualquer direção”²⁸.

A História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente²⁹.

A História Oral produz narrativas orais que são narrativas de memória. Ao considerar o caráter documental dessas narrativas, as entrevistas produziram o que chamamos de fontes orais. Além disso, acredito que “o pesquisador não deve se apropriar da entrevista apenas como uma técnica de coleta de dados, mas como parte integrante da construção do objeto de estudo”³⁰, pois “o historiador tem o dever de diferenciar a história da memória da história vivida, de compreender que a memória é seletiva: há coisas que são lembradas – e lembradas de determinada maneira – e há coisas que são esquecidas”³¹.

Nesta perspectiva, o processo de análise das fontes³² ocorrerá através da realização de uma leitura atenta dos documentos, procurando reconhecer tanto a materialidade dos fatos, quanto suas representações e metáforas através dos textos e discursos de seus pronunciantes. Reconheço que, pela heterogeneidade e volume de fontes disponíveis para esta pesquisa, é impossível dar o mesmo tratamento para todos os tipos de documentos. Escolhas e seleções foram feitas, procurando sempre

²⁷ Lowental, 1998, p.77.

²⁸ Thompson, 1992, s.p.

²⁹ Verena Alberti in: Pinsky, 2006, p.155.

³⁰ Silveira, 2007, p.39.

³¹ FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.14.

³² Ver, também, a categorização proposta por Saliba (2009) para pensar a crítica de documentos e a reflexão de Silveira (2010a).

compreender como os textos e as falas de e *sobre* Manolo produziram sentidos, quais teriam sido estes sentidos, como eles foram percebidos e, principalmente, o que dizem de sua trajetória considerando os contextos nos quais foram produzidos. Outra prática bastante utilizada foi a realização, quando foi possível, do cruzamento de fontes, evitando o uso instrumental ou ingênuo dos documentos e, ao mesmo tempo, confirmando a cientificidade e o cuidado ao fazer histórico.



O texto está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo, ***De “príncipe a “Calabar”***, tem como marcos de recorte cronológico os anos 1962 – devido à cisão que originou o PC do B – e 1996 – quando, devido à candidatura de Jover Teles ao legislativo municipal de Arroio dos Ratos-RS, veio a público pela grande imprensa, através de periódicos como a Folha de São Paulo e Revista Veja, a notícia de que ele não apenas estava vivo, como filiado ao Partido Progressista Brasileiro. O primeiro capítulo aborda o contexto das divergências que marcaram o PCB e que deram origem a movimentos e instituições dissidentes nos quais Jover Teles teve alguma atuação, como a Corrente Revolucionária Nacional, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR – e o PC do B. O que se pretende nesta parte do trabalho é adentrar e explorar a trajetória de Manoel Jover Teles buscando compreender em quais circunstâncias ocorreu sua entrada no PC do B, bem como sua associação com o “Massacre da Lapa”, ocorrido em 1976, e o que representaram esses episódios em sua trajetória. As principais fontes primárias desse capítulo são documentos produzidos por órgãos da repressão, especialmente interrogatórios, dossiês, inquéritos policiais, pedidos de busca e apreensão e correspondências que circularam pelos Serviços de Inteligência das Forças Armadas nas décadas de 60 e 70. Estas fontes foram pesquisadas no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Além delas utilizamos, também, memórias e biografias de ex-militantes comunistas e fontes orais, algumas produzidas em entrevistas de História Oral realizadas por mim, outras integrantes em obras que compõem a bibliografia pesquisada. Também em relação ao primeiro capítulo, deu-se atenção especial a matérias publicadas em alguns

periódicos como *A Folha de São Paulo*, *Revista Veja*, *A Classe Operária* e a *Voz Operária*.

Das minas para a História é o nome dado ao segundo capítulo. O capítulo começa com a vida de Manoel Jover Teles no tempo em que fora operário nas minas de carvão de São Jerônimo, privilegiando dados referentes à sua família e juventude. Em seguida, passa às possíveis condições em que Manoel Jover Teles teria aderido ao comunismo e o contexto no qual ocorreu sua rápida ascensão na estrutura partidária do PCB, incluindo o curto período em que fora deputado estadual por este Partido no Rio Grande do Sul, em 1947. O recorte cronológico deste capítulo incluirá as décadas de 1920, 1930, 1940, 1950 e 1960, pois também se busca entender sua militância dentro do PCB na clandestinidade, desde a cassação de seu mandato imposta em 1947 no contexto do governo de Eurico Gaspar Dutra, às denúncias do Relatório Krushev, lido no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em Moscou, em 1956. Fazem parte do mesmo capítulo algumas reflexões sobre a prática de viagens de missões e formação/qualificação de quadros do PCB. Através desse conjunto de experiências múltiplas, plurais e diferentes, exercito uma interpretação que se baseia na mediação entre o vivido e o narrado, buscando apreender as inteligibilidades das experiências de Jover Teles nas missões que o levou a conhecer e conviver em outros países, como na União Soviética, Cuba e China. As fontes desse capítulo são múltiplas e variadas. Dentre elas, destaco os discursos e apartes de Manoel Jover Teles quando fora deputado estadual, em 1947, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, particularmente os pronunciamentos que apresentaram denúncias, críticas e outras informações sobre as minas de carvão de São Jerônimo. Para isso a pesquisa nos acervos do setor da Memória Parlamentar do Solar dos Câmara foi imprescindível. Também são utilizadas algumas fontes orais (entrevistas com ex-mineiros contemporâneos ao biografado, familiares e/ou pessoas da comunidade que o conheceram). Analisa-se um processo da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, encontrado no Memorial da Justiça do Trabalho do Estado, no qual Jover Teles figura como parte reclamada pela Cia. de Mineração e outra distinta ação trabalhista, movida pelo irmão de Jover Teles contra Cia, encontrada no acervo de processos judiciais do Arquivo Judicial Centralizado de Porto Alegre. Dentre os jornais pesquisados neste capítulo, destacam-se *Libertação*, *Novos Rumos*, *Voz Operária*, *Tribuna Popular* e a *Classe*

Operária. Também foram utilizados documentos encontrados no Museu Estadual do Carvão e Arquivo Histórico da Mineração, instituições localizadas em Arroio dos Ratos. Da mesma forma, um diário pessoal de José Emiliano de Oliveira Filho, ex-mineiro e comunista que convivera com Jover Teles, integra de forma especial o conjunto de fontes documentais.

O terceiro capítulo, intitulado ***A Traição e a Moral Comunista***, interroga como ocorreu a construção e divulgação da traição e como ela foi evocada e utilizada. Exploramos suas circunstâncias e seus sentidos, buscando explicar o que levou o PC do B à conclusão de que Jover foi o delator responsável pela queda do Aparelho da Lapa. São analisadas algumas representações sobre a traição e sua interface com a Moral Comunista. Associam-se à reflexão alguns estudos franceses sobre traição para melhor explicitar a percepção e o destaque que será dado a alguns elementos da análise realizada a respeito da acusação de “traição” de Jover Teles e sua interface com a cultura comunista em geral. As fontes documentais deste capítulo integram periódicos já citados anteriormente, especialmente *A Classe Operária*.

Por fim, em ***Navegando sobre águas mansas: paz e poesia em Santa Catarina***, quarto e último capítulo, apresentaremos os últimos dez anos da vida de Jover Teles (1997-2007), em Florianópolis – SC. Nessa fase ele escreveu poemas e passou a integrar novas redes onde alcançou destaque: entrou para a Academia Catarinense de Letras e Artes de Santa Catarina - ACLA-SC - ocupando a cadeira de nº 15, integrou o Grupo de Poetas Livres de Santa Catarina e a Associação dos Cronistas, Poetas e Contistas Catarinenses – ACPCC. As fontes deste capítulo são, basicamente, as entrevistas realizadas em Santa Catarina com familiares e membros das agremiações de poetas daquele estado, bem como poemas³³ e outros

³³ Sobre o uso de fontes literárias e, sobretudo, de poemas na pesquisa histórica ver: ARNAUT, Luiz; RODRIGUES, Márcio dos Santos; CUNHA, Valdeci da Silva. “*Suspiros e dores*”: escravidão, piedade e metáfora. Revista Cadernos de História, vol.VI, ano 3, nº2, dezembro de 2008, p.1-19. ARNAUT, Luiz. *A poesia como fonte histórica*. In: Anais do II Encontro do Grupo de Estudo e Trabalho em “História e Linguagem” do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 30-nov-1º dez 2011. BRANDÃO, Jacynto Linz. *A “pura liberdade” do poeta e o historiador*. Ágora. Estudos Clássicos em Debate, nº9, 2007, p.9-40.; VIEIRA, Beatriz de Moraes. *A espisar o mundo*. Experiência Histórica na leitura poética da “geração 1970”. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais, v.3, ano III, nº1, jan/fev/mar 2006, p.1-12.; MAZUREL, Hervé. La poésie dans la construction d’une histoire culturelle du Voyage. *Sociétés & Représentations*, 2006/1, nº21, p.191-211. LYON-CAEN, Judith ; RIBARD, Dinah. *L’historien et la littérature*. Paris: La Découverte, 2010.

textos de Jover Teles publicados em periódicos locais e/ou arquivados no Grupo de Poetas Livres de Santa Catarina.

Prólogo³⁴

São Paulo, madrugada de 16 de dezembro de 1976. À casa 767 da rua Pio XI, retornavam Joaquim Celso de Lima e Elza Monnerat no corcel azul para retirar mais uma dupla de militantes do “Aparelho da Lapa”. Após dois dias intensos de reunião, chegava a vez de José Gomes Novaes e Manoel Jover Teles serem os passageiros.

Elza, integrante do Comitê Central do PC do B, era quem montava os “aparelhos” - casas onde dirigentes realizavam reuniões – e, também, a pessoa responsável pelo trânsito dos “camaradas” aos endereços secretos. Joaquim, outro militante, dirigia o veículo. Em determinado trecho do caminho ela percebe que estão sendo seguidos e avisa os passageiros para se prepararem para descer imediatamente na hora em que o carro parasse. Jover Teles diz “-Oopa...”

O carro parou em uma esquina, permitindo que os passageiros descessem e corresse, cada um, a um novo e incerto destino. José Gomes Novaes percorreu diversas ruas e quarteirões até chegar ao centro da cidade. Esperou o tempo passar em um cinema assistindo várias sessões. Após, dirige-se à rodoviária e viaja para a Bahia. No dia seguinte lê nos jornais a notícia da chacina que ocorrera no “Aparelho da Lapa”. Já Manoel Jover Teles...

São Paulo, 20 anos depois. No dia 13 de julho de 1996, muitos iniciam o dia lendo no jornal que “o paradeiro de Manoel Jover Teles é ignorado pela esquerda gaúcha. Militantes ouvidos pela Agência Folha nos últimos dias deram informações desencontradas sobre o ex-dirigente do PC do B que não é visto há anos”.

³⁴ Para descrever as cenas que compõem o prólogo baseei-me no relato de José Gomes Novaes concedido a Pedro Estevam da Rocha Pomar (POMAR, 2006, p.71-72), bem como nas informações encontradas na obra “Chacina da Lapa 30 anos” (MONTEIRO, 2006) e em reportagem publicada na Folha de São Paulo (MANDIN, 1996, p.11).

Capítulo 1

DE “PRÍNCIPE” A “CALABAR”

A reunião dos dirigentes do PC do B teria acabado por volta das duas horas da manhã³⁵, horário em que os participantes começavam a deixar a casa da Lapa. Era costumeiro, e uma regra de segurança do partido, que os militantes deixassem o “aparelho”³⁶ de olhos vendados, em duplas ou trios, guiados pelo responsável pelo trânsito dos integrantes do Comitê aos endereços secretos. Wladimir Pomar e João Batista Drummond teriam sido os primeiros a sair da casa. “Formando um segundo grupo, saíram Aldo Arantes e Haroldo Lima. Era costume de Jover Telles sair somente pela manhã, depois das reuniões”³⁷.

A operação militar que destruiu o Aparelho da Lapa assassinou os principais membros do Comitê Central do PC do B: Ângelo Arroyo, João Drummond e Pedro Pomar. Na mesma operação foram presos outros sete participantes da reunião³⁸, escapando em liberdade apenas José Gomes Novaes e Manoel Jover Teles. “Com base em informações que vinham sendo levantadas há três meses pelo I, II e III Exércitos, respectivamente no Rio, em São Paulo e em Porto Alegre”³⁹, o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército localizou a casa da rua Pio XI, onde desenvolviam-se reuniões do Comitê Central do PC do B. “Foram vinte minutos de verdadeiro pânico entre os moradores do quarteirão”, publicava *O Estado de São Paulo*⁴⁰.

³⁵ SUBVERSÃO. Mortes na Lapa. *Revista Veja*, 22 de dezembro de 1976, p.29-30.

³⁶ “O termo alude ao conjunto de medidas e lugares para as atividades e a segurança dos militantes na clandestinidade. Ao contrário das celulas, nos aparelhos atuavam os revolucionários profissionais, ativistas que viviam exclusivamente do partido e para ele” (FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito*. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Rio de Janeiro: EdUFF/ Mauad, 2002.p.95).

³⁷ LAFORGIA, Reynaldo. *Dezembro Sangrento: A chacina da Lapa*. Campinas, SP: Pontes, 1988, p.41.

³⁸ Aldo Arantes, ex-presidente da UNE em 1968; Elza Monerat, integrante do Comitê Central do PC do B desde 1962; Haroldo Lima, dirigente comunista; Wladimir Pomar, militante político que ajudara a fundar o PC do B; Joaquim Celso Lima, militante motorista do Comitê Central do Partido e Maria Trindade, militante e única sobrevivente da Chacina da Lapa.

³⁹ *Revista Veja*, op. cit.

⁴⁰ TIROS, gritos e 20 minutos de pânico. *O Estado de São Paulo*, 17/12/1976, p.17.

Manoel Jover Teles ocupava o cargo de secretário político do comitê estadual do PC do B no Rio, em 1976, quando ocorreu o Massacre da Lapa. O fato de ele participar das reuniões de dirigentes em um Aparelho do Partido indicava sua importância dentro da hierarquia partidária e conferia-lhe prestígio e status. Esse patamar era alcançado quando o militante era reconhecido pelo Partido devido aos trabalhos realizados, especialmente durante a clandestinidade, e quando demonstrava capacidade intelectual e/ou estratégica para contribuir em prol da causa revolucionária.

Hércules Corrêa, antigo dirigente do PCB, ao se referir àqueles que atuavam na clandestinidade, especialmente aos que se isolavam em aparelhos, dizia que estes “nunca mais conseguiram se readaptar ao mundo dos viventes”⁴¹. Osvaldo Peralva, outro militante histórico do PCB, ao narrar em “O Retrato” suas decepções com a ideologia comunista, complementa afirmando que muitos militantes comunistas tinham medo desse mundo do qual haviam se afastado há bastante tempo.

Se era operário, agora já está com muito mais idade; recorda-se da natureza da vida na fábrica e a compara com a vida que leva no mundo fictício do Aparelho – às vezes mais perigoso, por causa das repressões policiais; mas na fábrica, quando fazia greve, não havia também o mesmo perigo? Se já chegou a dirigente superior, alcançando um nível de vida pequeno-burguês, com automóvel à disposição para cumprir certas tarefas, casa bem montada, salário garantido, de vez em quando à tarefa de ir à Europa ou à Ásia [...] tudo isso o inibe, fá-lo vacilar e preferir continuar como está.⁴²

Diferentemente das observações de Osvaldo Peralva e Hércules Corrêa, a trajetória que se pretende contar e analisar deu-se em sentido contrário. Manoel Jover Teles estava com 56 anos de idade e não foi um militante que “nunca mais conseguiu se readaptar” fora do partido. Tampouco tinha medo de enfrentar o mundo que há muito deixara, fosse pelo comodismo relacionado à estrutura oferecida pelo partido a um militante de sua extirpe – se é que de fato oferecia-, fosse pelo status e contatos que perderia dentro e fora do país caso optasse em sair

⁴¹ Citado por Jorge Ferreira, 2002, p.97-98.

⁴² PERALVA, Osvaldo. *O Retrato*: impressionante depoimento sobre o comunismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962, p.249.

do partido e voltar ao seu “mundo abandonado”, onde foi operário no subsolo de minas de carvão no Rio Grande do Sul.

Até aquele momento, dezembro de 1976, Jover Teles já havia trabalhado no subsolo de minas de carvão em Arroio dos Ratos-RS, onde se destacou nas lutas sindicais dos mineiros. Em 1947 chegou à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, perdendo o mandato de deputado poucos meses depois, na circunstância da cassação imposta ao Partido Comunista pelo governo do presidente Eurico Gaspar Dutra. Na década de 1950 ficou dois anos em Moscou, na escola de “preparação de quadros”, na mesma turma de Jacob Gorender. Fora um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR, ingressando, em seguida, no PC do B. Além dos codinomes assumidos, prática comum na militância partidária sobretudo em tempos de repressão, para alguns também “ficou conhecido como *Príncipe Espanhol* pela elegância e pela descendência castelhana”⁴³.

A ascensão de Jover Teles dentro do Partido pode ser observada por diferentes ângulos e a partir do mapeamento das tarefas que este executou ou fora incumbido de desenvolver em sua militância. Dentre elas João Batista Marçal destacou a colaboração, como dirigente nacional e jornalista do Partido, nos jornais *Voz Operária* (1958/59) e *Novos Rumos* (1959/61)⁴⁴. Além de ter participado de cursos e eventos representando o Partido dentro e fora do país, também publicou, em 1962, o livro “O Movimento Sindical no Brasil” que obteve segunda edição em 1981. Independentemente de sua longa e complexa trajetória, Manoel Jover Teles, a partir do episódio conhecido como “o Massacre da Lapa”, ficaria conhecido como “uma espécie de Calabar da esquerda brasileira”⁴⁵, ou seja, como um “grande traidor”, o “delator” responsável pela chacina que se traduziria em uma das maiores tragédias da história do PC do B.

Manoel Jover Teles viveu os últimos anos de sua vida em Florianópolis, Santa Catarina, onde, como escritor de poesia, integrou o Grupo de Poetas Livres daquele estado e se tornou um membro da Academia Catarinense de Letras e Artes,

⁴³ MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p.529.

⁴⁴ MARÇAL, João Batista. *Comunistas gaúchos: a vida de 31 militantes da classe operária*. Porto Alegre: Tchê, 1986, p.131.

⁴⁵ AMERICANO, Luiz; ZAIDAN, Patrícia. A mancha da traição. *Revista Veja*, 14 de agosto de 1996, p.50.

ocupando a cadeira de nº 11. Não é objetivo deste trabalho analisar ou julgar a responsabilidade de Jover Teles pela queda do Aparelho da Lapa, até porque os elementos que vieram à tona até o presente momento são bem contundentes. O que nos parece relevante, sim, é o fato de que na contramão de uma resistência que previa o “não falar, até a morte”, Jover Teles fugiu à regra da doutrina do revolucionário comunista. Mas qual seria o lugar, na História, daquele que opta em abrir mão de uma causa? Neste capítulo, o que se pretende é compreender como se deu a entrada de Jover Teles no PC do B e iniciar uma exploração de sua trajetória a partir do e *no* evento da “Queda da Lapa”, buscando perceber o que representou esse episódio em sua trajetória.

1.1 Pelo(s) fio(s) de Ariadne: Jover rumo ao PC do B

“Teseu conheceu a bela Ariadne, filha do rei, e se apaixonou perdidamente. Ariadne em vão tentou persuadi-lo a fugir para escapar da terrível morte que o esperava certamente no perigoso labirinto. Não conseguindo, deu a Teseu um novelo de fio de ouro explicando-lhe para desenrolá-lo ao entrar no labirinto. Desta maneira, após ter matado o monstro, ele poderia encontrar facilmente o caminho de volta e não se perderia como muitos haviam feito antes dele”⁴⁶.

Para mapear, escrever e oferecer uma análise da trajetória de Jover Teles, talvez seja necessário, como disse Charles Dupêchez, “mergulhar”⁴⁷ na vida do biografado. Mas como fazê-lo sem evitar os riscos de afogamento? Como se “mergulha” na vida de alguém? Mergulhar na vida de Manoel Jover Teles, buscando apreender sua(s) trajetória(s), é adentrar em um labirinto chamado Vida. Como de fato, são muitas as possibilidades, muitos os caminhos. Na objetividade da vida de alguém, esses caminhos vão se desdobrando de forma dinâmica, com uma lógica e uma coerência que é dada pelo próprio sujeito que, ao viver, se constitui e constitui sua história. Ao pesquisador, entretanto, é posto o desafio de decifrar essa lógica,

⁴⁶ MARRACCINI, Graziella. O fio de Ariadne. Disponível em: <http://www.stum.com.br/conteudo/conteudo.asp?id=8762>. Acesso em julho de 2011.

⁴⁷ Charles Dupêchez, s.d., apud, Dosse, 2009, p.42.

de dissecar essa trajetória, de seccionar os movimentos articulados e simultâneos em recortes inanimados de vida narrada e descrita. Se a vida é um arranjo múltiplo e multidimensional, complexo como um tecido, a pesquisa sobre uma vida é um exercício de desaceleração que se efetiva em escolhas e eleições que o pesquisador é obrigado a fazer. Cada fio que se toma corresponde a uma dimensão, cada linha narrativa dá conta de abordar pouco mais do que um aspecto da multiplicidade que é a vida do sujeito. Nesse sentido, sempre há de faltar (à vida recontada) a parcela de vitalidade que a vida vivida contém. Mas essa é uma condição inevitável ao pesquisador. Esse é um dos limites que se impõem ao pesquisador e ao biógrafo. A decisão, então, dirige objetivamente o olhar investigativo na direção de *certos* aspectos. Esses aspectos vão, por assim dizer, constituindo uma espécie de réplica da trajetória de vida propriamente dita. Como toda réplica, carente daquilo que só o original possui. Mas, inevitavelmente, esse é o recurso que sobra ao estudioso: a reconstituição precária e simplificada, quase um arremedo, do labirinto que é a vida do biografado. Nele, as escolhas do pesquisador vão constituindo os romances, cujos fios encontram-se constantemente entrelaçados e enleados, tornando difícil percorrer o caminho sem se perder. Desse modo, “algumas coordenadas devem ser levadas em conta: deve-se atentar para os condicionamentos sociais” de Jover Teles, “o grupo ou os grupos em que atuava, enfim, todas as redes de relações pessoais que constituíam seu dia-a-dia”⁴⁸. Embora dificilmente conseguir-se-á evitar os riscos de tal empreendimento, os mesmos serão assumidos, especialmente neste subcapítulo, por trazer informações contextuais sobre a história do PC do B e assuntos correlatos. Faz-se essa consciente escolha não no sentido de transformar um contexto histórico em um cenário onde o indivíduo ficaria “enraizado em seu meio social”, mas, sim, de modo a tornar familiar “temas que fazem parte da vida sobre a qual se debruça”⁴⁹.

O Partido Comunista do Brasil, sob a sigla “PC do B”, surgiu no início de 1962, como resultado de uma cisão ocorrida dentro do PCB – Partido Comunista do Brasil⁵⁰. Vários trabalhos⁵¹ identificam sinais desta dissensão na década de 1950,

⁴⁸ BORGES, VAVY P. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bessanezi (org.). Fontes Históricas. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p.222.

⁴⁹ id., p.223

⁵⁰ Conforme esclarece Dulce Pandolfi, “o PCB foi criado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista, passando depois a ser chamado de Partido Comunista do Brasil e só vindo a adotar a denominação Partido Comunista Brasileiro em 1961”

quando o PCB optou em abandonar uma orientação política baseada na radicalização e na “pregação de uma violência revolucionária imediata”⁵², adotando, como reação às arbitrariedades do governo Dutra, outra posição que defendia uma revolução antiimperialista e antifeudal, através de um caminho pacífico e de uma frente ampla, democrática e nacional, adotada em apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek. Mesmo o Partido entendendo a vitória de JK como uma consequência da “unidade das forças democráticas contra as forças golpistas articuladas em torno da candidatura de Juarez Távora”⁵³, internamente o pacifismo não ganhou a adesão de todos os militantes, transformando-se em um dos fatores causais da dissensão.

Um segundo fator que vem explicando a referida cisão, talvez o mais citado na historiografia, está relacionado ao impacto do Relatório Secreto de Krushev, lido no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em Moscou, e que amplamente fora difundido na imprensa da Esquerda⁵⁴ e na situacionista. Após a morte de Stálin em 1953, Nikita Krushev, seu sucessor, apresentou o Informe Secreto no XX Congresso, ocorrido em fevereiro de 1956. O informe de Krushev, ao denunciar diversos crimes do stalinismo, abalou profundamente a estrutura do PCB. “O desmascaramento de Stálin”, como ficaria na memória de diversos militantes, modificaria olhares e sentimentos em relação ao “stalinismo” enquanto modelo para os revolucionários comunistas. Conforme recorda Jacob Gorender:

Isso foi um choque muito grande. Porque Stálin, em vida, para os comunistas, era um super-homem, um sábio, um justiceiro. E depois ele morre, e pouco depois o krushev desmascara. Ele era um homem arbitrário, cometeu atrocidades contra companheiros, exílios, até torturas. Então, ele passou a ser visto de outro prisma⁵⁵.

(PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros*. História e Memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995., p.23).

⁵¹ Ver Pacheco (1984), Cavalcante (1986), Pomar (2000), Pandolfi (1995), Segatto (1989), Chilcote (1982), Gorender (1987), Reis Filho (1990; 2002), Sales (2007a), dentre outros.

⁵² Gorender, 1987, p.21.

⁵³ Paldolfi, 1995, p.176.

⁵⁴ Compartilhamos com a acepção de Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho quando, inspirados em Noberto Bobbio (1995), definiram “Esquerda” como “forças e lideranças políticas animadas e inspiradas pela perspectiva e pela mudança – reformista ou revolucionária – no sentido da igualdade” (FERREIRA e REIS FILHO, 2007, p.11).

⁵⁵ GORENDER, Jacob. Sobre a militância comunista e Jover Teles. 24-02-2011. São Paulo, residência do entrevistado, 2011. Entrevista concedida a Éder da Silva Silveira.

A despeito da turbulência gerada neste panorama, particularmente em relação à identidade e à orientação política, o PCB manifestou-se de forma a apaziguar decepções, buscando certa manutenção das representações cultuadas em torno da URSS e que até aquele momento dava ao Partido certo poder de coesão. Em 24 de novembro de 1956, no jornal *Voz Operária*, Luís Carlos Prestes publicava o texto que ficaria conhecido como “Carta Rolha”, salientando aos companheiros comunistas:

[...] São inadmissíveis, portanto, em nossas fileiras e na imprensa feita com o dinheiro do povo quaisquer ataques à União Soviética e ao Partido da União Soviética, ao baluarte do socialismo no mundo e ao Partido que dirige a construção do comunismo⁵⁶

Na mesma carta, Prestes reafirmava de forma incisiva que “a unidade em torno do Comitê Central é sagrada para todos os comunistas”⁵⁷. Nesse contexto o núcleo dirigente buscou manter a unidade não apenas através da publicação de artigos de orientação ideológica e comportamental, mas, principalmente, iniciando uma ofensiva aos jornais por publicarem textos que conclamavam o partido ao debate, assinados por militantes desolados pelas denúncias do Relatório Krushev e pela demora do PCB em manifestar-se oficialmente em relação ao assunto.

Oswaldo Peralva, ex-militante do PCB que teve forte atuação como jornalista e diretor de órgãos da imprensa comunista, desligando-se do Partido e de sua ideologia em 1957, em suas memórias denunciou a situação em “O Retrato”⁵⁸. De acordo com Peralva, a discussão sobre assuntos ventilados no XX Congresso tomava cada vez mais espaço nas redações dos jornais, enquanto a direção do PCB, de fevereiro a setembro de 1956, mantinha-se “muda”, com “a cabeça enfiada na areia, esperando que a tempestade passasse”⁵⁹. Peralva informa que houve uma combinação para que Maurício Pinto Ferreira, do jornal *Emancipação*, escrevesse à *Voz Operária*, estranhando a calma que reinava no Partido em relação às denúncias do XX Congresso do PCUS e que, por outro lado, João Batista de Lima e

⁵⁶ Apud Carone, 1982, v.2, p.157.

⁵⁷ PRESTES, Luís Carlos. Carta ao Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro sobre o Debate Político. Imprensa Popular, RJ, 20 de novembro de 1956, p.3.

⁵⁸ PERALVA, Oswaldo. O Retrato: impressionante depoimento sobre o comunismo no Brasil. RS: Ed. Globo, 1962.

⁵⁹ Peralva, id., p.185.

Silva, redator da *Voz Operária*, respondesse ao texto de Maurício, iniciando, assim, um debate entre e nos jornais. Conforme Peralva, o artigo de João Batista intitulado “*Não se Pode Adiar Uma Discussão que já se Iniciou em Tôdas as Cabeças*” foi publicado simultaneamente na *Voz Operária* e na *Imprensa Popular* em 6 de outubro de 1956, causando ira nos membros do Comitê Central que atacariam o fato classificando-o como “indisciplina”, “perigo liquidacionista”, “revisonismo”, etc. A publicação do artigo de Batista parece ter tido efeito de pólvora em incêndio que se mostrava discreto. Logo eram publicadas cartas com menções de apoio, acirrando ainda mais os ânimos dentro do PCB. Osvaldo Peralva cita, por exemplo, uma carta do romancista Jorge Amado que, segundo ele, dirigia o jornal literário *Para Todos* e que, na ocasião, enviou a correspondência apoiando Batista. Publicada na *Imprensa Popular* na semana seguinte, as palavras de Jorge Amado diziam:

“Meu querido Batista:

Venho de ler teu artigo na Voz (*Não se Pode Adiar Uma Discussão que já se Iniciou em Tôdas as Cabeças*) e apresso-me em trazer-te meu abraço e minhas felicitações. Artigo pioneiro, artigo necessário, abrindo um debate que está ‘em todas as cabeças’ e que, como ainda não saiu das cabeças, sufoca todos os peitos, impede tôda a ação, todo o trabalho, pois ninguém pode ter entusiasmo (falo, é claro, de gente honesta e sã e não de oportunistas e carreristas) quando se sente cercado de sangue e lama e quando as consciências exigem que uma profunda, clara, completa e absolutamente livre análise dos erros seja feita, e de público, da qual todos nós participemos, desde o mais alto dirigente até a grande massa, que é a nossa própria razão de existir[...]”⁶⁰.

A exemplo da carta de Jorge Amado, muitas outras surgiram e serviram para que o debate se alastrasse, assim como as críticas e as divergências entre os “camaradas”. Além da sensação de “sangue e lama”, que abalaria a consciência de muitos comunistas brasileiros como se estivessem manchados a partir da leitura do Relatório Krushev, o centralismo que caracterizava as tomadas de decisões na rígida estrutura partidária também passou a ser questionado com mais força, pois passou a representar um resistente obstáculo para que a “profunda, clara, completa e livre análise dos erros” fosse realizada.

⁶⁰ Carta de Jorge Amado a João Batista de Lima e Silva, publicada na *Imprensa Popular* dia 11 de outubro de 1956, citada por Peralva, 1962, p.186.

Oswaldo Peralva destaca que naquele contexto três correntes ficaram constituídas, denominadas por ele como a corrente dos “renovadores”, a dos “conservadores” e a do “Pântano”⁶¹.

Renovadores — Sinédrio, grupo de Agildo Barata, maioria dos elementos da Comissão Central de Finanças, importante ala do Comitê Regional de Piratininga (São Paulo), forte grupo do Comitê Regional da Bahia, todo o Comitê Regional Sul-Bahiano, numeroso grupo no Rio Grande do Sul, um grupo no Ceará e em outros diferentes Estados; os principais dirigentes da UJ C; a maioria da Comissão Sindical, da Comissão de Massas e da Comissão de Agitprop do CC1; 2) Conservadores — Amazonas, Grabois, Pomar, Marighella, Arruda (embora com muitas vacilações), Luiz Teles, Cid e seus sequazes menores; 3) Pântano — Galdino, Máritch Ave, Sabino Bahia e vários outros, inclusive fora do CC. A este grupo, mais adiante, se incorporou Prestes, cuja posição era mais pantanosa que a do próprio pântano, ou mais precisamente, para usar a terminologia bolchevista, era uma posição pantanosa de direita, pois se caracterizava, até determinado momento, pela ausência e pelo silêncio. Sua carta-rolha de novembro foi feita no espírito conservador e de acordo com o grupo conservador, embora sem cortar as pontes em direção aos renovadores, pois se dizia um “entusiasta da discussão” e outras coisas mais ou menos vagas e mais ou menos hipócritas⁶².

“Luis Teles”, era Manoel Jover Teles⁶³. Para ele, os comunistas estavam diante da ofensiva do “imperialismo e da reação interna”. Tratava-se de uma “pressão ideológica do inimigo” que pretendia, segundo Jover, “minar a fé da classe operária na União Soviética e nos deus dirigentes”, bem como “minar a confiança da classe operária no socialismo”. Inimigos do movimento comunista, segundo Teles, teriam se aproveitado “dos erros denunciados pelo 20º Congresso do P.C.U.S., ligados ao culto da personalidade de Stálin [...] para dividir o movimento comunista e operário no âmbito internacional e semear o desconcerto dentro dos partidos

⁶¹ Sobre a utilização do termo “Pântano” Peralva explica que é foi uma inspiração da mesma denominação dada por Lênin, quando na URSS aparecia uma corrente no movimento socialista russo, cujos membros ficavam “encima do muro”, isto é, aqueles “que nem eram terra, nem eram água” (p.243).

⁶² Peralva, id., p.243.

⁶³ A constatação baseia-se no Prontuário 44431 sobre Manoel Jover Teles. No documento pesquisado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro consta o “Pedido de Busca nº36-G/80, onde o CIE solicita dados biográficos e outros registros de “Luis Telles” e obtém como resposta: “Luiz Telles parece ter sido, também, nome de cobertura de Manoel Jover Telles” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Prontuário 44.431 sobre Manoel Jover Teles Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: Prontuário GB, notação 44.431, p.3). A informação foi ratificada pelo entrevistado Alberto Santos (2012) e por algumas passagens de Peralva (1962), de forma menos explícita. Além disso, também observamos a semelhança na estrutura e redação dos textos assinados por Jover e Luis Teles, identificando que eles carregam praticamente os mesmos conteúdos, críticas e vocabulários.

comunistas”, ativando cisões e minando internamente sua unidade.⁶⁴ No artigo, sem dar maiores informações, Teles salientou que não tinha “possibilidades de entrar no debate”, sem, contudo, deixar de se manifestar expressando seu posicionamento. Para ele, o XX Congresso do PCUS “foi um sério estímulo para a elevação do trabalho ideológico, à aplicação criadora dos princípios do marxismo-leninismo”. Salientou que desde sua fundação, o PCB contou com inúmeras dificuldades, destacando-se entre elas o “o baixo nível teórico” de seus membros. Antes de concluir que a discussão provocada nos jornais entre os comunistas do país a partir do Relatório Krushev poderia conduzir à “correção dos erros e deficiências” e ao “fortalecimento do Partido”, Jover sublinharia em seu texto críticas e acusações aos comunistas que teriam ficado na corrente denominada por Peralva de “Renovadores”:

Neste sentido, especulando com os erros e insuficiências relacionados com o período do culto à personalidade de que cada Partido, em maior ou menor escala se ressentem os imperialistas – utilizando em sua ofensiva, não só as forças que lhe estão organicamente ligadas, como também, as forças que ideologicamente coincidem com seus propósitos e, inclusive, aqueles elementos que, atuando no movimento comunista, não têm posição firme e vacilam diante da pressão ideológica do inimigo – tentam dividir os comunistas entre os chamados “stalinistas” que defendem o “velho”, e os “anti-stalinistas”, que combatem o “velho”, defendem o “marxismo-criador”, lutam pela “humanização do Partido”, etc., etc. Na prática, pregam e incitam à luta contra as direções dos partidos, a pretexto de que estão elevadas de “stalinismo” e são incapazes de compreender o “novo”. Procuram comprometer e desmoralizar, diante das organizações e membros do Partido, os dirigentes que ocupam posições responsáveis no período anterior ao 20º Congresso do P.C.U.S. Com esse objetivo, de forma não histórica, nem auto-crítica, mas, unilateral, localizam a atividade dos partidos e exageram os erros e insuficiências existentes, para negar e obscurecer toda a atuação anterior dos partidos e de seus dirigentes. [...] Na verdade, os taxados de “stalinistas”, são os que carregam nos ombros a carga mais pesada no período da construção do Partido. São os que hoje, juntamente com os novos quadros, defendem o Partido contra a ação dos inimigos do proletariado. Afirmando que o leninismo envelheceu, ou que, foi um fenômeno próprio às condições da Rússia, não aplicável às condições particulares de outros países, os imperialistas estimulam o revisionismo e desfecham o ataque, em essência, contra as bases e os princípios do Partido. Defendem a “tese” de que a exigência leninista da bolchevização dos partidos, já não corresponde às novas condições históricas, etc., etc. Explicam que o princípio do centralismo democrático é um produto de condições puramente russas. [...] Portanto, substituição dos “velhos” por “novos” quadros, dos “velhos” por “novos” princípios, etc., é o que exigem. Fica claro, que o seu objetivo é descaracterizar o Partido, afastando dos comprovados princípios marxistas-leninistas. Assim, estamos sob o fogo

⁶⁴ TELES, Luis. Algumas Considerações sobre o atual debate no partido. Voz Operária. Rio de Janeiro, 23 de março de 1957, p.12.

intenso da reação. Isso não revela força, mas desespero dos inimigos do socialismo⁶⁵.

Vale salientar que o posicionamento de Jover no referido texto deu-se em um contexto no qual, segundo Osvaldo Peralva, devido o “acirramento da luta interna no PCB, refletido nas publicações comunistas que chegavam a Moscou”, os russos decidiram “abreviar a conclusão do curso” da turma de brasileiros que estava na Escola de formação de quadros do PCUS, mandando de volta ao Brasil, “a fim de que viessem reforçar as combalidas fileiras dos conservadores”, alguns militantes como “Abel, *Luiz Teles, vulgo “nobre espanhol”*, Cid, Sabino Bahia e tantos outros”⁶⁶. Para Peralva, o retorno destes brasileiros da URSS fez surgir uma espécie de “corrente intermediária”, cuja “tática consistiu em apoiar a corrente enfraquecida (conservadora), revitalizando-a para que pudesse derrotar a corrente em ascensão (renovadora)”⁶⁷.

Em solo brasileiro, os comunistas identificados por Peralva como “conservadores” teriam interrompido uma “Comissão” que havia sido “nomeada e composta por Arruda, Agildo, Amazonas e mais dois outros”, para que se “redigisse o esboço de Projeto de Resolução do CC do PCB sobre as teses do XX Congresso do PCUS e suas consequências nas atividades comunistas no Brasil”. Segundo ele, “os trechos mais democratizantes foram de autoria de Arruda e Agildo; os trechos mais conservadores, mais atenuados nas críticas aos soviéticos, eram resultado da advocacia de Amazonas”⁶⁸.

Em determinado momento, num intervalo dos debates, eu o vi conversando com certo elemento de sua esfera de influência. **Tratava-se de um jovem paulista, ex-operário, descendente de espanhóis**, um belo rapaz, mas de uma beleza algo feminina, com sua delicada feição de donzela e os cabelos pretos sempre muito bem penteados para trás. **Na Escola em Moscou fazia parte da corte dos bajuladores, sendo promovido, sem escalas, diretamente da base ao Comitê Central.** Agora Amazonas procurava conquistá-lo para sua esfera de influência, conversava amiúde com ele; no jogo de dominó, escolhia-o sempre para seu parceiro; aconselhava-o, dava-lhe instruções. E eis que o rapaz bonito subiu à tribuna e começou, com sua fala mansa: — Camaradas: aqui se diz, no Projeto: “Todos nos chocamos com a gravidade dos erros cometidos por Stálin e pelo Comitê Central do

⁶⁵ Id., ibidem.

⁶⁶ Peralva, 1962, p.243.

⁶⁷ Id., ibid.

⁶⁸ Id., ibid., p220.

PCUS. sob a direção de Stálin. Grande estranheza, além disso, causou-nos o fato de a denúncia dos erros de Stálin ter chegado ao conhecimento de todos nós, de nosso Partido e de nosso povo, através da imprensa burguesa”. Ora, camaradas, está claro que este trecho se refere ao relatório secreto atribuído ao camarada Khrustchov, e nós não temos certeza se esse relatório é autêntico. Interrompi-o: — A mim causa surpresa ouvir um membro deste Comitê Central afirmar que ignora se o relatório secreto de Khrustehov é autêntico ou não. Penso que alguém aqui, como membro da delegação do PCB ao XX Congresso do PCUS, tinha o dever de informar que o relatório é autêntico, porque em Moscou recebeu sua leitura. De minha parte, posso assegurar que é autêntico, porque também eu recebi oficialmente sua leitura. — “Já sabemos que é autêntico” — gritou Agildo. — Fomos iludidos! Fomos tapeados! O rapaz desistiu de falar e desceu da tribuna, de cabeça baixa. Mas só depois é que fui compreender o rompante de Agildo e sua exclamação de que fora iludido e tapeado. Agora extravasava sua revolta, assustando o rapaz de cabelos pretos bem penteados⁶⁹.

Se Jover (possivelmente o “rapaz de cabelos pretos bem penteados” desdenhado no relato de Peralva) pôde ser incluído na lista dos “conservadores” na segunda metade da década de 1950, o mesmo não poderá ser feito nos anos 60. Após a crescente repressão nos jornais comunistas e, sobretudo, após uma decisão de Prestes em modificar os estatutos do PCB visando sua legalização em 1961, Jover Teles passará a integrar uma ala crítica e dissidente no interior do Partidão.

A rigor, os posicionamentos dos comunistas brasileiros iriam diminuir ou perder força a partir da “Carta Rolha”. Militantes foram expulsos e muitos ficaram afastados de determinados setores e funções e as redações de jornais passaram a sofrer interferência do núcleo dirigente do PCB, que passou a reprimir e censurar tais manifestações. Sobre esse aspecto Peralva salientou a violência utilizada pelo “núcleo dirigente” ao invadir a redação da *Imprensa Popular*: “quebraram o jornal-mural dependurado numa parede, insultaram os redatores e tentaram agredi-los”⁷⁰. Além das medidas tomadas em relação à *Imprensa Popular*, Peralva destacou ainda a demissão do diretor da *Voz Operária* que, no conjunto de ações do Partido, deixava “todos atemorizados com as demonstrações de força do núcleo dirigente”⁷¹. Essas demonstrações alcançaram seu ápice quando, em abril de 1957, o Comitê Central do PCB aprovou duas resoluções versando sobre o tema da Unidade Partidária e o fim dos debates divergentes. Desse modo o jornal *Voz Operária*, em 20-04-1957, sentenciava que “nenhum comunista pode, assim, atuar fora da

⁶⁹ Id., *ibid.*, p.220-221.

⁷⁰ Peralva, *id.*, p.230.

⁷¹ Peralva, *id.*, p.231.

organização partidária a que pertence ou colocar-se à sua margem para emitir opiniões pessoais e manifestar divergências” porque tais comportamentos significariam “golpear a unidade do Partido”, bem como “desenvolvimento de trabalho fracionista”⁷². O Relatório Kruschew evidenciava, então, traria à tona um dos motivos mais citados da cisão que originaria o PC do B: o conflito entre stalinistas e anti-stalinistas.

Em relação ao tema da cisão do PCB da década de 1950, também existe a dissertação de Valter Pomar⁷³. Conforme observou Valter, a maioria dos trabalhos explica a cisão como “resultado de três variáveis fundamentais: o conflito entre ‘stalinistas’ e ‘anti-stalinistas’ no interior do Partido Comunista; o conflito entre as linhas ‘soviética’ e ‘chinesa’; e o conflito entre a ‘via pacífica’ e a luta armada”⁷⁴. A análise do autor sublinha que a explicação sobre a cisão ganha mais sentido se considerarmos que a visão que os comunistas do Brasil tinham acerca da realidade brasileira sempre demonstrou ambiguidade.

Assim, talvez a pergunta não deva ser: "por que ocorreu a cisão?" Talvez a pergunta mais adequada seja: "por que a unidade não foi mais possível?" Ou então: por que tornar-se-ia cada vez mais difícil compatibilizar, numa mesma organização, a ambiguidade estratégica característica do movimento comunista brasileiro? Tal ambiguidade pode ser sintetizada numa frase: o "comunismo" brasileiro tinha como um de seus objetivos fundamentais "desenvolver o capitalismo". O pressuposto - presente, mas não indispensável - diz respeito ao caráter feudal, semi-feudal ou colonial da sociedade brasileira: nesta linha interpretativa, o Brasil sofreria mais por falta de capitalismo do que por sua ação.⁷⁵

A ambiguidade, referida pelo autor, poderia ser sintetizada na proposta de desenvolver o capitalismo primeiro. Entretanto, não é a ambigüidade que nos parece “estratégica”, mas sim a estratégia para alcançar o socialismo que foi ambígua: chegar ao socialismo passava por desenvolver o capitalismo.

Outra característica do movimento comunista brasileiro estava relacionada, conforme evidenciou Valter Pomar, nas interpretações assumidas sobre o Brasil,

⁷² Voz Operária, 20-04-1957, p.5.

⁷³ POMAR, Valter Ventura da Rocha. Comunistas do Brasil. Interpretações sobre a cisão. 2000. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2000.

⁷⁴ Id., p.270.

⁷⁵ id., p.273

especialmente a respeito das estruturas e conjunturas de sua “realidade”. De acordo com essas interpretações os partidos comunistas definiam estratégias a partir das orientações recebidas sobre o caminho que levaria à revolução que implantaria o socialismo no país. Passemos, nesse sentido, a uma pequena digressão.

Em relação ao PCB, as “ideias que fizeram a cabeça da esquerda”⁷⁶ brasileira, antes e depois das denúncias do Relatório Krushev (principalmente antes), geralmente ficavam em consonância com as teses ou orientações da III Internacional e do PCUS.

A III Internacional Comunista, em seu VII Congresso (1935) aprovou teses que deram orientações aos comunistas em relação aos caminhos a adotar nos “países coloniais e atrasados”, visando a realização da Revolução Socialista. A rigor, a partir das orientações do Comintern ficou definido que para ocorrer a “Revolução Proletária” era necessário que, em uma primeira etapa, os partidos comunistas apoiassem nos “países atrasados” as “democracias burguesas”. Ao mesmo tempo em que se deveria ampliar a luta contra o fascismo, tornava-se imperativo aumentar a defesa da liberdade, da paz e do socialismo, através de uma política de “frentes populares” que, por sua vez, dava-se através da “união” com outros setores, como o da burguesia nacional. Esta “política de unificação nacional” era vista como necessária, considerando a ideia que a primeira etapa da Revolução deveria ser “progressiva e pacífica”, como diria Prestes⁷⁷. No Brasil, por exemplo, o PCB apoiou no início da década de 1940 o governo de Getúlio Vargas no contexto da Segunda Guerra Mundial, onde se combateu o nazifascismo. Acreditava-se, de forma preponderante, que não existia no Brasil as condições capitalistas de produção necessárias à Revolução. Internamente, sobretudo a partir das Teses da III Internacional, via-se o Brasil como uma nação “atrasada” onde predominavam “relações feudais” ou “semi-feudais”, principalmente por dominar no país o latifúndio, bem como monopólios em diversas áreas de empresas oriundas de países imperialistas. Assim, ao atentar que tal ambiguidade estratégica poderia ser sintetizada na frase “*o comunismo brasileiro tinha como um de seus objetivos fundamentais desenvolver o capitalismo*”, Valter Pomar chamou atenção para o

⁷⁶ Expressão cunhada por Jacob Gorender como título do capítulo 10 da obra “Combate nas Trevas”.

⁷⁷ SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB*. 2ª ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p.61

olhar da esquerda comunista sobre o Brasil que, em mais de um momento, definiu sua conduta de apoio às burguesias locais para que o Brasil entrasse em uma etapa “realmente capitalista”, imprescindível para que a Revolução Socialista então ocorresse. Mesmo depois da dissolução do Comintern, em 1943, essa tendência seria recorrente. Foi o caso, por exemplo, da postura do PCB em relação ao governo de Juscelino Kubitschek. Assim, no contexto de desenvolvimento industrial dos anos JK, como referiu Deusa Maria de Souza, a direção do PCB acatou as teses do XX Congresso do PCUS, de autoria de Krushev. Teses que “apontavam para a perspectiva da coexistência pacífica, direcionando para uma reconciliação entre burguesia e operariado”⁷⁸.

Por conseguinte, como esclareceu Valter Pomar, bem antes da cisão de 1962, conviviam “*duas almas* do comunismo, uma moderada e outra radical, mas ambas etapistas”, e que “alternavam-se no comando do Partido”⁷⁹. Para ele, elas

desdobravam-se em duas condutas (ou “linhas”) fundamentais e contraditórias entre si: a primeira acentuava a necessidade de alianças com frações burguesas e defendia um abrandamento na ação e no programa partidários; a segunda acentuava as alianças com a pequena burguesia urbana e rural, defendendo a radicalização do programa e da ação partidária. Ambas as “linhas”, entretanto, remetiam para o mesmo esquema estratégico.⁸⁰

Em consequência disso, para o autor “o Partido realizava correções periódicas em sua “linha”, [...] produzindo um movimento pendular: da luta pela derrubada de Vargas à política de União Nacional [...]” e, assim, sucessivamente. Mas, além das influências da III Internacional e do PCUS, os comunistas brasileiros também orientaram-se através de uma produção intelectual que surgia dentro do próprio partido. É necessário lembrar que internamente o PCB também se alimentava de produções e posicionamentos intelectuais que, conforme explicou Jacob Gorender, “originaram orientações de pensamento traduzidas em dissensões políticas e cisões organizativas”. Dentre outros exemplos, Gorender citou a grande recepção de “A Revolução brasileira”, livro de Caio Prado Junior, publicado em

⁷⁸ SOUZA, Deusa Maria de. *Caminhos cruzados: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2006, p.52.

⁷⁹ POMAR, Valter. *op.cit.*, p.270.

⁸⁰ *Id.*, *ibid.*, p.274.

1966. A obra de Caio Prado, observa ele, “massacrôu a tese pecebista sobre o feudalismo no passado histôrico do país e as consequentes ‘sobrevivências feudais’ na atualidade”⁸¹.

Como não é objetivo realizar uma síntese das “ideias que fizeram a cabeça da esquerda”, retornemos a uma das principais interrogações de Valter Pomar – *“por que nos anos 60 tornar-se-ia cada vez mais difícil compatibilizar, numa mesma organização, a ambiguidade estratégica característica do movimento comunista brasileiro?”* – Valter destaca como resposta o “papel que a conjuntura do final dos anos 50 e início dos anos 60 jogou na constituição do PC do B”. Para ele, “é nesse período que condensam-se as contradições que desembocarão no movimento pelas reformas de base e na ditadura militar de 1964”. Um período que apresentou “um processo de diferenciação social e radicalização política do conjunto das classes sociais existentes no Brasil, em particular da classe trabalhadora e dos chamados setores médios”, bem como uma “radicalização visível no seu comportamento social e político, na conduta de suas organizações sindicais e partidárias”⁸². Mesmo considerando que a conjuntura do final dos anos 50 e início dos anos 60 teve um peso na cisão que constituiria o PC do B em 1962, fato é que o pacifismo como estratégia nunca ganhou a adesão de todos os militantes e transformou-se, sobretudo após o “desmascaramento de Stálin”, em um dos fatores causais da dissensão. Isso ficaria mais evidente, por exemplo, quando após a aprovação da “Declaração de Março” de 1958, quando o Comitê Central do partido mudou sua orientação, admitindo conciliação com as ideias reformistas e institucionalizando a ideia da revolução por via pacífica.

Um terceiro fator explicativo da cisão que dera origem ao PC do B estaria nas divergências sobre as definições ideológicas. Uma ala optava por uma linha chinesa e outra defendia permanecer com a orientação soviética. Jean Rodrigues Sales, assim como Valter Pomar, observou que esse fator sofre de duplo anacronismo. Primeiro porque “entre 1956 e 1962 as referências sobre a China nos documentos do PCB não eram matéria de disputas e divergências políticas” e porque, “ao surgir em 1962 o PC do B não estabeleceu relações preferenciais com

⁸¹ Gorender, 1987, p.73.

⁸² POMAR, Valter. op.cit., p.276.

nenhum partido comunista”⁸³. Segundo, “é o fato da ruptura pública entre os chineses e os soviéticos não se ter dado antes de 1963, portanto, após a fundação do PC do B”⁸⁴.

Um quarto fator estaria na divergência de interpretações quanto à forma que deveria acontecer a “revolução” no Brasil. Basicamente as opiniões dividiram-se em dois polos, o da via pacífica e da luta armada. Da mesma forma, Sales sublinha que se trata de uma outra ideia de difícil sustentação. Em atenta leitura do “Manifesto Programa” do Partido⁸⁵, Sales já concluíra que

diferentemente do que é apontado pela quase totalidade dos trabalhos sobre o PC do B, o partido não faz opção explícita pelo uso da violência revolucionária como caminho privilegiado para atuação antes do golpe de 1964, o que só faria, não sem dificuldade, no decorrer da segunda metade da década de 60⁸⁶.

O desenlace desse processo de lutas internas dentro do PCB é marcado pela divisão dos comunistas brasileiros em dois grupos. Um liderado por Luís Carlos Prestes e, outro, sob liderança de João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois. O Comitê Central do grupo liderado por Prestes, que fora eleito durante o V Congresso do PCB, tentando “descaracterizar os vínculos com a URSS e acentuar o caráter nacional da organização visando à legalização”⁸⁷, aprovou em uma Conferência Nacional, ocorrida em 1961, novos estatutos para o partido, abolindo dos textos referências como “marxismo”, “leninismo”, “ditadura do proletariado”, etc., e alterou o nome original do PCB – “Partido Comunista do Brasil” – para “Partido Comunista Brasileiro”, mantendo, porém, a mesma sigla (PCB). O grupo liderado por Amazonas, Pomar e Grabois, em fevereiro de 1962, elegeu um novo Comitê Central e promoveu uma reorganização com criação de outros estatutos, mantendo o nome

⁸³ Sales, 2007, p.68-69.

⁸⁴ Sales, id., p.69.

⁸⁵ Ver PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil. Lisboa: Maria da Fonte, 1974.

⁸⁶ Sales, id., ibid.

⁸⁷ Pandolfi, 1995, p.179.

original – “Partido Comunista do Brasil” – porém com a adoção de uma nova sigla: “PC do B”. Nascia, assim, o PC do B.⁸⁸

No que diz respeito às motivações da cisão do PCB que originou o PC do B, é importante, também, ratificar as observações de Jean Rodrigues Sales quando sublinhou o “papel desempenhado pela disputa de poder dentro da estrutura partidária”, acrescida da prática de expulsões de militantes como resolução das divergências dentro do partido. Para Sales, “é possível afirmar que a cisão de 1962 é mais um capítulo da longa tradição de expulsões no PCB”⁸⁹. Característica dos partidos comunistas, a expulsão de um membro do partido por se mostrar contrário às determinações e orientações do grupo dirigente servia como importante elemento de controle e um instrumento eficaz para a manutenção de um poder disciplinar que, centralizado no núcleo dirigente, operacionalizava juntamente com outros fatores formas de manter a coesão partidária.

O golpe militar de 1964 acirrou ainda mais os ânimos dos descontentes com a política pacifista da direção do PCB, presente nas diretrizes do partido desde o IV Congresso realizado, em 1958, e reafirmadas no V Congresso, em 1960. O golpe militar, assim como o Relatório Kruschew, trazia novamente a necessidade de uma discussão “profunda, clara, completa e livre análise dos erros”, como disse Jorge Amado em 1956.

Após o golpe militar, somaram-se aos motivos da cisão dentro do PCB os posicionamentos críticos de Jacob Gorender Manoel Jover Teles, Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho, Miguel Batista dos Santos Carlos Marighela e Joaquim Câmara Ferreira, que arrazoaram o Comitê Central do partido por não ter preparado seus militantes para resistir ao golpe militar. Jover Teles, Gorender e outros militantes permaneceriam no partido após a cisão e, depois do golpe de 1964, articulariam dentro do PCB uma corrente crítica ao Comitê Central, até serem expulsos em 1967.

Em maio de 1964 a Comissão Executiva do PCB realizou em São Paulo o seu primeiro pronunciamento após o golpe militar, intitulado “Esquema para

⁸⁸ É importante salientar que o PCB foi declarado extinto em Janeiro de 1992 e que, muito embora tenha sido extinto enquanto instituição, sobreviveria como orientação identitária para os militantes do PC do B, partido tributário da memória e da cultura comunista do “Partidão” desde a cisão responsável por sua origem. Ver, nesse sentido, os trabalhos de Pandolfi (1995) e Sales (2003).

⁸⁹ Sales, 2007, p.70.

Discussão”. Tratava-se de um escrito que propunha pensar uma mudança de orientação. Trechos desse documento podem ser lidos no Inquérito Policial Militar 709:

Absolutizamos a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o emprego da luta armada pela reação [...]. É necessário analisar as causas da vitória da reação e assumir uma posição autocrítica a fim de traçar uma orientação acertada. Essa autocrítica deve ser feita com equilíbrio. Não devemos ocultar os erros cometidos, nem cair no negativismo. Neste esquema, cujo objetivo é orientar o P. para a ação prática imediata, damos apenas o primeiro passo no sentido de examinarmos as causas dessa derrota. Com a contribuição do P. será possível aprofundar a análise autocrítica e avançar no caminho da compreensão e superação de nossos erros⁹⁰.

Ilhados no Rio de Janeiro, recordou Gorender, apenas “Marighella, Mário Alves, Jover Telles, Giocondo Dias e Orlando Bonfim Jr. compareciam às primeiras reuniões da Executiva”⁹¹. Como a maior parte da direção do PCB estava fora do Rio e como Prestes não tinha segurança para a locomoção necessária, criou-se uma situação “muito efêmera” que possibilitou que a “maioria de esquerda” elaborasse o “Esquema para Discussão”. Todavia, com as prisões de Marighella e Mário Alves, em maio e junho de 64 respectivamente, o “Esquema” seria revogado a partir do retorno de Prestes e de outros membros da direção às reuniões. A partir daí, novamente como em 1956, qualquer tentativa de avanço de proposições autocríticas sobre o pacifismo seriam proibidas e, de certa forma, controladas pela direção do Partido. Assim, outra vez em nome da “unidade”, o PCB buscou desarticular a necessidade de discussão e avaliação dos erros do Partido, desta vez no contexto do golpe Militar, passando a designar tarefas em outras cidades ou estados aos principais militantes envolvidos no movimento de autocrítica. Foi nesta conjuntura, por exemplo, que Jacob Gorender foi designado pela Direção Nacional do Partido para atuar no Rio Grande do Sul e Mário Alves, após sair da prisão, encarregado para agir em Belo Horizonte.

⁹⁰ O COMUNISMO no Brasil. Inquérito Policial Militar 709. v.4 – A Ação Violenta. RJ: Biblioteca do Exército, 1967, p. 373.

⁹¹ Gorender, 1987, p.87.

No final de 1964, Manoel Jover Teles participou de uma reunião com militantes Comitê Estadual da Guanabara. Um Informe sobre ele enviado ao DOPS em 1968, salientou:

Segundo documentos, aqui existentes, participou de uma reunião de membros do Comitê Estadual da Guanabara, levado a efeito em uma fazenda no município de Itaguaí, no dia 06-12-1964, na qual foi discutida, entre outros assuntos, a linha que estava sendo seguida pelo Comitê Central. O marginado votou pela adoção de uma linha política radical, juntamente com outros dois participantes, voto que, entretanto, foi rejeitado pela maioria de onze membros.⁹²

Como vimos, em 1964 não estava tão fácil angariar aliados para organizar um movimento dissidente em relação ao Comitê Central. Foi em maio de 1965 que ocorreu em São Paulo a primeira reunião do Comitê Central do PCB depois do golpe militar. Nela, a linha política do V Congresso do PCB (1960), baseada na aliança de longo prazo e no pacifismo, foi ratificada sob a alegação de que havia sido mal aplicada. “A causa da má aplicação” na visão dos dirigentes, endossa Gorender, teria sido o *desvio de esquerda*, “expressão do jargão comunista que indica superestimação das próprias forças”, ou “avaliação exagerada das possibilidades objetivas, ações precipitadas, isolamento das massas, sectarismo, etc.”⁹³ Esse “desvio de esquerda”, na referida reunião, foi caracterizado ou denominado de “golpismo”. Neste contexto, Jover Teles estava dentre os militantes acusados de “golpistas”. Sobre esse episódio, registrou Gorender:

Havia responsáveis maiores e menores pelo golpismo. Os maiores precisavam ser individualizados, os menores eram referidos no plural sem face. Assim é que os ataques individualizados se concentraram na Comissão de Educação (Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho) e na direção sindical (Jover Telles). Já estavam escolhidos os bodes expiatórios a serem sacrificados.

Após a referida reunião, Gorender, Mário Alves, Manoel Jover Teles, Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho e Miguel Batista dos Santos decidiram

⁹² Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara. DOPS. Informe nº2515 referente ao memorando 88 de 13-3-1968 do SOPS/DR/DPF/GB. GB, 19-3-1968, s.p. Fundo Polícias Políticas do APERJ.

⁹³ Gorender, 1987, p.88.

permanecer no PCB para “travar uma luta interna, sem ilusão em triunfo”. Assim, nacionalmente, “a oposição interna ao Comitê Central recebeu o nome de Corrente Revolucionária, ou simplesmente Corrente”⁹⁴.

Assertivamente, Gustavo Falcón definiu a Corrente como uma “heterogênea tendência crítica desenvolvida no interior do PCB”⁹⁵. Porém, diferentemente deste autor que indica a origem da Corrente em 1966, entendemos que suas origens, enquanto “tendência crítica” no interior do partido, data de período anterior, já nos anos 1950, quando o posicionamento crítico de uma parcela de militantes tendia a não mais aceitar a estratégia de ação assumida pelo Comitê Central do PCB. Como vimos anteriormente, antes mesmo dos anos 60 já havia dentro do PCB um grande problema de coesão partidária, acentuado especialmente a partir de 1956 com o Relatório Kruschew. As críticas ao Comitê Central do PCB na década de 50, portanto, não podem estar dissociadas da gestação da Corrente, marcada por um processo mais lento e que se fortaleceria depois do golpe militar. Conforme Jarbas Amorim, em depoimento à polícia, a Corrente Revolucionária Nacional resultou dos seguintes pontos básicos:

a) a partir das divergências internas do modo como o PCB vinha encaminhando as discussões e soluções dos erros cometidos pelo partido até 1964;

b) O Comitê Central do partido queria solucionar sozinho todos os problemas, refutando opiniões de militância – os demais membros do partido ressentiam-se com tal fato.⁹⁶

O momento em que a gestação da Corrente tornou-se mais visível ocorreu no contexto da elaboração do “Esquema para Discussão”, quando a discordância e o ressentimento gerado pelas medidas adotadas pelo Comitê Central na reunião de

⁹⁴ Id., *ibid.*, p.89.

⁹⁵ FALCÓN, Gustavo. *Um caminho brasileiro para o socialismo: a trajetória política de Mário Alves (1923-1970)*. 2007. 207p. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007, p.27. A expressão “heterogênea” parece assertiva especialmente por que da Corrente teriam origem diferentes organizações políticas, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), o Partido Comunista Revolucionário (PCR), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), etc.

⁹⁶ INTERROGATÓRIO Nº 77/74 – DOI/CODI I EX. Interrogador: Agenor; Interrogado: Jarbas Amorim (“Jair”, “Ribas”, “Bruno”). Rio de Janeiro, 8 de maio de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128, f.274 (Jarbas Amorim, de acordo com as notas policiais no documento pesquisado, pertenceu ao PCB, Corrente Revolucionária Nacional, PCBR e MR-8).

maio de 1965 levaram os militantes supracitados a travar uma oposição interna à direção do PCB. A partir de 1966 percebe-se o início de um processo de autocrítica por aqueles que seriam os dissidentes do PCB, sinalizando, então, a consolidação da “Corrente”, não a sua origem.

A rigor, a divisão do PCB materializava-se com mais intensidade a partir de 1966 e esta, não obstante, poderia ser descrita de forma peculiar por alguns militantes. Um Boletim Reservado do DOPS do Rio de Janeiro reproduzia, em 29/06/1966 a seguinte informação:

Batistinha teria dito a seus companheiros (em tarefa para reorganizar o PC junto aos ferroviários em SP) que o partido está dividido em 3 facções, assim discriminadas:

- 1- A que quer alcançar o poder pela força, chefiada por Mário Alves e Jacob Gorender;
- 2- A chefiada por Luis Carlos Prestes e Giocondo Dias;
- 3- E a linha dos oportunistas, nos quais somente interessa “fazer finanças”, chefiada por Manoel Jover Teles e Ivan Ramos Ribeiro [...] ⁹⁷

Embora não saibamos quem era Batistinha, percebemos através da informação que não podemos falar em uma mesma imagem homogênea sobre a cisão pelos militantes naquele momento. Embora Manoel Jover Teles e Jacob Gorender estivessem no mesmo grupo a favor da radicalização do processo revolucionário, a visão sobre Teles era no mínimo depreciativa comparada com a que se tinha de Gorender.

O ressentimento parece ter acompanhado a trajetória de muitos militantes de movimentos de esquerda no país, especialmente dos partidos comunistas. Para David Konstan, é geralmente um “sentimento duradouro, não fugaz”; ele “é cultivado e acalentado”⁹⁸ e, em relação ao projeto comunista naquele período, também vinculado ao sentimento de frustração pela “derrota” da “Revolução”, sobrepujada de alguma forma pelo golpe militar de 1964. Muitos comunistas do Brasil, particularmente no contexto das cisões e dissidências da década de 1960,

⁹⁷ BOLETIM RESERVADO Nº 65. Departamento Estadual de Segurança Pública / DOPS. Rio de Janeiro, 29/06/1966. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: Boletim Reservado, notação: 65, s.p.

⁹⁸ KONSTAN, David. Ressentimento – história de uma emoção. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.) *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed. SP, Campinas: Editora Unicamp, 2004, p.61.

demonstraram ressentimento em suas memórias e depoimentos, especialmente pela impotência sentida diante do Golpe de 1964 e pela injustiça e intolerância percebidas em relação ao Comitê Central.

Alguns depoimentos de presos políticos encontrados no Fundo de Polícias Políticas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro corroboram nesta percepção sobre a organização da Corrente, citada nos documentos policiais como Corrente Revolucionária Nacional. O depoimento de Jarbas Amorim, expulso do PCB em 1967 por ter discordado das teses do VI Congresso Nacional do Partido, é um exemplo.

O poder disciplinar do núcleo dirigente do Partido manifestava-se, como dissemos anteriormente, em diversas situações, especialmente quando o militante mostrava-se contrário às determinações e orientações do Comitê Central, ou quando não apresentava comportamento adequado aos programas e estatutos do Partido. O auge dessa manifestação dava-se nas sessões de crítica e autocrítica (assunto abordado em outro subcapítulo) e nas expulsões de militantes dos quadros do Partido. Como as tendências críticas no interior do PCB cresceram bastante a partir da década de 1950, não foi por acaso que, no Brasil, “a partir dos anos 50 é que o partido passou a enquadrar e a disciplinar a vida privada do militante”⁹⁹ com mais afinco. O núcleo dirigente passou a controlar e disciplinar os militantes de forma mais incisiva e repressiva, justificando sua postura na necessidade de manter (ou buscar) a unidade. Assim, opiniões de muitos militantes eram desconsideradas, causando ressentimentos como o de Jarbas Amorim. Desse modo, o ressentimento pode ser melhor compreendido a partir da definição dada por Roger Petersen, como “a emoção que deriva da percepção de que o grupo ao qual se pertence está em uma posição injustamente subordinada em uma hierarquia de status”¹⁰⁰. Foi com esta percepção que a Corrente Revolucionária deu origem a outros partidos e movimentos¹⁰¹.

⁹⁹ Ferreira, 2002, p.133.

¹⁰⁰ Roger Petersen, citado por Konstan, 2004, p.61.

¹⁰¹ É necessário salientar que não queremos dizer que o ressentimento explique, sozinho, as declarações dos depoentes. Reconhecemos que ao pesquisar documentos das Polícias Políticas estamos, invariavelmente, lidando com arquivos de regimes repressivos que utilizavam diferentes métodos para obter determinadas informações dos depoentes, dentre eles a tortura. Objetivamos, desse modo, salientar a presença do ressentimento nos discursos dos depoentes, ressentimentos

Geraldo Seixas Patrício, interrogado em abril de 1974 no DOI-CODI I Exército¹⁰², citou oito pontos em que os militantes da Corrente discordavam em relação ao PCB. Para ele, “a linha política do PCB era deformada e oportunista”, pois o partido “seguia cegamente as instruções da Rússia e da China sem saber se as mesmas adaptavam-se ao Brasil”¹⁰³. Desse modo, um dos pontos de discordância era em relação à linha política. Para os membros da Corrente ela deveria estar “dentro da realidade nacional, sem sofrer pressões comunistas da China e Rússia”¹⁰⁴. Além disso, disse o depoente:

- que a direção nacional do PCB não tinha nenhum operário, representante autêntico das massas; que o PCB tinha se comportado até 1964 como se estivesse no governo, cometendo erros primários e facilitando com a segurança do partido; que os dirigentes do PCB mantinham ligações com os Partidos Comunistas da China e da Rússia com a finalidade de receberem ajuda financeira para desfrutarem de “boa-vida”; que o PCB preocupava-se muito em eleger deputados, a fim de ganhar prestígio e dinheiro; que os deputados, depois de eleitos, não defendem as linhas políticas do partido; que o PCB tinha se centralizado demais no CGT e nos sindicatos, ao invés de formar mais bases nas fábricas; que o PCB tinha se preocupado unicamente com o trabalho de conscientização de massas, refutando a preparação militarista; que o PCB preocupava-se muito em arrecadar finanças para manutenção dos militantes profissionais do partido [...] ¹⁰⁵.

No mesmo interrogatório Geraldo relata que foi através de Manoel Jover Teles, “membro da Direção Nacional da Corrente”, que ficou sabendo do processo de formação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário - PCBR. Segundo ele, a notícia teria sido esclarecida por Jover Teles, em uma reunião no Sindicato dos Metalúrgicos, em 1967, pois “o PCBR em meados dos anos 60 era estruturado no setor dos metalúrgicos em organizações de base (sindicatos)”¹⁰⁶. Como membro da “Direção Nacional da Corrente” Jover Teles mobilizava militantes e sindicalistas

que, em relação ao PCB, ajudam a entender os principais pontos divergentes que levaram à cisão de 1962 e à formação de outras instituições partidárias, como o PCBR.

¹⁰² INTERROGATÓRIO Nº 69/74 – DOI/CODI I EX. Interrogado: Geraldo Seixas Patrício. Organização: PCB, Corrente Revolucionária Nacional, PCBR. Rio de Janeiro 5 de abril de 1974, das 13h às 17h. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Políticas Políticas, setor: comunismo, notação 128.

¹⁰³ Id., *ibid.*, f. 214.

¹⁰⁴ Id., *ibid.*, f.210.

¹⁰⁵ Id., *ibid.*, fs.212-214.

¹⁰⁶ INTERROGATÓRIO Nº 68/74 – DOI/CODI I EX. Interrogado: Geraldo Seixas Patrício. Organização: PCB, Corrente Revolucionária Nacional, PCBR. Rio de Janeiro 5 de abril de 1974, das 8h às 11h30min. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Políticas Políticas, setor: comunismo, notação 128, f. 217.

(alguns membros da corrente eram sindicalistas) para a organização e composição da Direção Nacional do novo partido, o PCBR. Percebemos que, se uma das críticas feitas ao PCB era a ausência de um operário, um “autêntico representante das massas” na Direção Nacional, Jover Teles, desse modo, possuía um capital simbólico potencial¹⁰⁷ dentre os dissidentes. Como havia sido operário e oriundo de família operária das minas de carvão do Rio Grande do Sul, carregava consigo essa qualidade, uma espécie de distintivo para galgar altos cargos em uma estrutura partidária comunista naquele contexto. Uma vez que sua ascensão dentro do PCB fora interrompida com a dissidência seguida de expulsão, sua condição identitária de operário contribuía-lhe positivamente no “currículo”, de forma que não se ausentou do universo comunista, ou pelo menos não foi rebaixado nas redes hierárquicas deste universo depois que fora expulso do PCB.

Jarbas Amorim salientou que Manoel Jover Teles era membro do secretariado do Comitê Central do PCB e que foi favorável à dissidência em 1967, ocasião na qual colaborou para a organização do PCBR. Foi em uma reunião ocorrida em outubro de 1967, em um Aparelho em Niterói, que membros da Corrente Revolucionária realizaram uma conferência que decidiu “lutar pela formação de um novo partido com centralização democrática”¹⁰⁸.

Faziam parte da comissão de elaboração e preparação da Conferência de criação do novo partido: Manoel Jover Teles (“T.J.Paulo”; “Rui”), Armando Teixeira Frutuoso (“Juca”), o depoente e Jader de tal (“Jadir”); que Jader de tal (“Jadir”) abandonou a comissão antes da conferência; que Apolônio Pinto de Carvalho (“Lima”; “Alves”; “Neves”, “Ivo”) foi eleito para a Comissão na vaga deixada por Jader de tal; que tentaram trazer Carlos Mariguela e não deu certo.¹⁰⁹

Foi nesse contexto de mobilização da Corrente, após divulgação das teses do VI Congresso realizado em dezembro de 1967, que Jarbas Amorim e outros militantes foram expulsos do PCB. Dentre os expulsos do “Partidão”, em 1967,

¹⁰⁷ O conceito de capital simbólico de Pierre Bourdieu configura uma medida ou espécie de poder ligado ao prestígio e/ou carisma que um sujeito ou instituição possui em um campo determinado. Este capital, como uma distinção, permite ao indivíduo desfrutar de certa posição de destaque em certo campo, e tal projeção é reforçada por signos peculiares que reafirmam a posse deste capital. Ver Bourdieu (2011a; 2011b).

¹⁰⁸ Conforme INTERROGATÓRIOS Nº 77 E 79/74 – DOI/CODI I EX. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128.

¹⁰⁹ INTERROGATÓRIO Nº 77/74 – DOI/CODI I EX, id., p.6, f.269.

estavam Manoel Jover Teles, Carlos Marighella, Gorender, Mário Alves e outros, todos favoráveis a uma estratégia revolucionária de luta armada para o Brasil.

De acordo com Jacob Gorender, “ainda em setembro (de 1967) o Comitê Central aprovou uma Resolução que expulsou Marighella e Jover Telles do partido e aplicou punições disciplinares a outros divergentes da direção”, entretanto tal resolução foi publicada no Jornal Voz Operária apenas em Janeiro de 1968¹¹⁰.

Voltando ao processo de formação do PCBR, a leitura de cinco interrogatórios policiais do Fundo de Polícias Políticas do APERJ¹¹¹ também permite perceber que algumas divergências foram intensificadas no interior da própria Corrente, especialmente em relação aos caminhos que deveriam ser assumidos para fazer a Revolução. Perante as punições e intervenções aplicadas pelo PCB, sobretudo a partir de setembro de 1967, os membros da Corrente realizaram uma reunião nacional em outubro, na cidade de Niterói. A partir do encontro de outubro de 1967 os grupos heterogêneos que compunham a Corrente dividiram-se originando diferentes organizações políticas conforme já mencionado. Enfatizaremos apenas uma dessas organizações, o PCBR, por ter sua trajetória cruzada com o percurso de Jover Teles em alguns momentos.

A conferência de criação do PCBR, conforme relatou Amorim, ocorreu nos dias 11 e 12 de abril de 1968. As principais resoluções do novo partido ficaram assim resumidas:

- a) necessidade da participação da classe operária no processo de revolução; que o aliciamento operário para o Partido seria feito em dois estágios paralelos: primeiro: conscientização ideológica; segundo: preparação militarista, com vistas a uma revolução armada;
- b) necessidade da afirmação do Partido como dirigente único da classe operária;
- c) preparação de infra-estrutura necessária à deflagração da guerrilha urbana e rural;¹¹²

¹¹⁰ Gorender, 1987, p.92.

¹¹¹ INTERROGATÓRIOS Nº 68/74, 69/74, 77/74, 79/74 e 109/74.

¹¹² INTERROGATÓRIO Nº 79/74 – DOI/CODI I EX. Interrogador: Agenor; Interrogado: Jarbas Amorim (“Jair”, “Ribas”, “Bruno”). Rio de Janeiro, 8 de maio de 1974, das 13h às 18h30. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128, fs. 261-262.

A ênfase das primeiras resoluções do PCBR, como podemos perceber no excerto acima, estava na oficialização de uma ruptura com a postura do PCB baseada no etapismo pacifista. Já na Conferência de organização do novo partido ficava claro que o PCBR assumia a linha da luta armada e que era necessário preparar quadros neste sentido. Na mesma Conferência de criação do PCBR foram distribuídos os cargos de direção da nova instituição. Tais cargos foram citados explicitamente na documentação pesquisada no Fundo de Polícias Políticas do APERJ, contrariando a conclusão precipitada de Renato da Silva Della Vechia em sua dissertação de mestrado, quando disse que “como não existem documentos com nomes, nem mesmo de nomes ‘frios’, a reconstituição das direções depende da memória de ex-militantes ainda vivos”¹¹³. De acordo com o interrogatório 69/74, por exemplo, a configuração da direção do PCBR havia ficado da seguinte forma:

a) Comissão Executiva (equivalente a “Direção Nacional”):

- Nilo;
- Apolônio Pinto de Carvalho;
- Mario Alves de Souza Vieira (“Martim Silva”; “Vila”; “Silveira”);
- Miguel Batista dos Santos (“Rodrigo”);
- Bruno Costa Albuquerque Maranhão (“Paulo”);
- Salatiel Teixeira Rolins (“Julio”; “Pena Forte”);
- Jacob Gorender (“Sabino”; “Gonçalves”; “Valter”, “Geraldo”);
- Manoel Jover Teles (“T.J.Paulo”; “Rui”);
- o depoente;

b) Primeiro Secretariado:

- Mario Alves, o depoente, Apolônio, Miguel e Manoel Jover Teles¹¹⁴.

Entre os dias 25 e 30 de abril de 1968 foi realizada a primeira reunião da Comissão Executiva do PCBR. Geraldo informou à polícia que a reunião ocorreu em um apartamento em Del Castilho, Rio de Janeiro, e que durou um dia. Além disso, citou nomes de militantes que lá haviam comparecido, dentre eles Jover Teles. Nesse encontro que serviria para formalizar a existência do novo partido foi discutida a organização de um plano de trabalho para o PCBR. Um mês depois, em maio, Geraldo relatou que houve um “racha” dentro do partido quando “Manoel Jover

¹¹³ DELLA VECHIA, Renato da Silva. *Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2005, p.93.

¹¹⁴ INTERROGATÓRIO Nº 69/74, id., fs. 260-261. O interrogatório também apresenta a estruturação e reestruturação do PCBR a partir de seus comitês a nível nacional, estadual e municipal entre os anos de 1968 e 1969.

Teles (“T.J.Paulo”; “Rui”), Helena Boaventura Neto (Hilda) e Geraldo Soares Silva (“Átila”) saíram do PCBR e foram para o PC do B”.

A entrada de Jover Teles no PC do B parece ser mais complexa do que as explicações contidas nos interrogatórios policiais. Gorender, ao se referir à reunião de abril de 68, registrou:

Em meados de abril de 1968, num sítio fluminense situado em lugar alto da Serra da Mantiqueira, reuniu-se a assembleia fundadora do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Presentes cerca de vinte e cinco pessoas, entre ex-membros do CC do PCB e delegados de bases partidárias de vários Estados. Já então estávamos informados de que Jover Telles fazia aliciamento na Guanabara para o PC do B. Além dele, sabíamos que Armando Frutuoso, Lincoln Bicalho Roque e mais dois delegados presentes eram membros do partido stalinista-maoísta. Preferimos não levantar a questão desta duplicidade, uma vez que desviaria a reunião de sua finalidade de formalizar a existência do novo partido. Mas se podia prever que ele nascia sob o signo da cisão e não da unidade¹¹⁵.

Jacob Gorender observou que a formação do PCBR ocorreu tardiamente devido à “indefinição” de alguns militantes. Enquanto “outras organizações já estavam definidas”, disse ele, “nós ainda discutíamos”. Essa situação teria sido aproveitada pelo PC do B que, com a colaboração de Jover Teles, “lançou sua rede”. “Jover Teles, já acertado com o PC do B desde não se sabe quando, foi instruído a esconder o acordo e continuar a atuação no nosso meio, com vistas ao recrutamento de egressos do PCB”¹¹⁶, afirmou Gorender.

Não é possível responder, com precisão, o instante em que ocorre a entrada de Jover Teles no PC do B. Para militantes como Geraldo e Amorim, em seus depoimentos policiais, Jover Teles entrou para o PC do B em maio de 1968, na situação definida como “racha do PCBR”. Para Gorender, um dos líderes da Corrente Revolucionária e membro da Direção Nacional do PCBR, Jover já estaria no PC do B no momento da criação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, atuando neste último para atrair mais dissidentes para as fileiras do PC do B. Sobre esta questão, o ex-militante Alberto Santos, salienta:

¹¹⁵ Gorender, 1987, p.102.

¹¹⁶ Gorender, 1987, p.101.

quando se fala que Jover levou 400 militantes do PCBR para o PC do B, comete-se uma injustiça. É que na verdade toda a militância estava confusa com o golpe e com o racha. Aquele segmento de 400, na verdade era uma militância que estava "stand by", aguardando uma definição de seu dirigente maior, no caso Jover, absoluto na Guanabara. Este contingente nem chegou a ingressar no PCBR, esteve ali muito *en passant*. O mesmo ocorreu em São Paulo, quando uma significativa parcela da militância do PCB acompanhou Marighela na ALN.

Inicialmente o PC do B, criado em 1962 a partir da cisão ocorrida no PCB, buscou alinhar-se internacionalmente com o Partido Comunista da União Soviética. O reconhecimento por parte do PCUS traria para o PC do B o respeito e o apoio necessários para a legitimação da nova instituição. Todavia, a postura do PCUS se deu em sentido contrário. A URSS reconheceu apenas o PCB como o verdadeiro partido comunista em atuação no Brasil, negando ao PC do B o reconhecimento impetrado. Jean Rodrigues Sales observou que conversações com Cuba e China ocorreram simultaneamente com a tentativa de aproximação e reconhecimento por parte da URSS e que a opção pela linha chinesa ocorreu apenas a partir de 1963, com o rompimento entre o PCC e o PCUS¹¹⁷. O maoísmo chinês, diferentemente do foquismo cubano, “subordinou o fator militar ao fator político, ou seja, o partido deveria preceder a guerrilha”, sem romper com “a proposta de revolução por etapas, diferentemente do foquismo que propunha uma revolução imediatamente socialista”¹¹⁸.

O alinhamento com o Partido Comunista Chinês foi extremamente importante para firmar a defesa da posição da luta armada junto aos militantes do PC do B. Aliada à estratégia que ficaria conhecida como “Guerra Popular Prolongada”, a adesão ao maoísmo possibilitou a organização do PC do B, bem como a preparação e a eclosão da Guerrilha do Araguaia, tática que seria o pomo de novas divergências e crises entre os comunistas do PC do B.

1.2 A Chacina da Lapa: da queda do Aparelho à prisão de Jover Teles

Dentre os temas discutidos em dezembro de 1976, no Aparelho da Lapa, estava uma avaliação do Comitê Central do PC do B sobre a Guerrilha do Araguaia.

¹¹⁷ Sales, 2007, p.74-75.

¹¹⁸ Sales, id., p.75.

Nem o Partido, tampouco os membros da direção, apresentava o mesmo posicionamento sobre os significados da Guerrilha. Não havia consenso. Como informa Sales, foi em uma reunião ocorrida em março de 1976 que apareceria as duas posições divergentes dentro do PC do B sobre a Guerrilha.

De um lado, a posição defendida por Ângelo Arroio, da Comissão Militar e um dos poucos sobreviventes da guerrilha, sistematizada no documento “Um grande acontecimento na vida do país”, segundo o qual a experiência teria sido altamente positiva. Outra posição era representada por Pedro Pomar, para quem, de maneira geral, o erro do Araguaia teria sido estratégico e não tático; político e militar, e não apenas militar. Nesse caminho, uma das principais falhas teria sido a de não perceber que aquela conjuntura era desfavorável para o desencadeamento da guerrilha e que, além disso, se começara um combate corpo a corpo contra o Exército, quando antes deveria ter havido um trabalho político com as massas.¹¹⁹

De acordo com a análise de Pedro Estevam da Rocha Pomar sobre as anotações feitas por Aldo Arantes¹²⁰ - um dos presos da operação da Lapa -, durante a reunião “a questão do Araguaia não constava na pauta original do encontro”, entretanto “a volta ao tema era inevitável”¹²¹. Essa inevitabilidade é compreensível considerando que a derrota militar da Guerrilha em finais de 74 e início de 1975 ocasionara um perceptível colapso nas fileiras do partido¹²², tanto pela perda de um grande número de militantes que foram assassinados no Araguaia, como pela necessidade do partido de discutir e avaliar a derrota da operação militar e suas próprias concepções e orientações políticas a partir daquele momento.

Em setembro de 1976 o jornal *A Classe Operária* publicou o artigo intitulado “Gloriosa Jornada de Luta”, em consonância com o posicionamento de Ângelo

¹¹⁹ SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Partidos e movimentos após os anos 1960. v.6. Campinas, SP: Unicamp, 2007, p.88-89.

¹²⁰ A obra de Pedro Estevam da Rocha Pomar (2006, 3ª Ed.), filho de Wladimir Pomar (preso no episódio do Massacre da Lapa) e neto de Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar (dirigente do PC do B assassinado no Massacre da Lapa), é resultado de uma excelente pesquisa sobre o tema. Embora se perceba e se compreenda os sinais de ressentimento por parte do autor presentes durante a obra, o ineditismo de várias fontes e o cruzamento de diversos dados e documentos tornam esse livro a principal referência até o momento sobre a “Chacina da Lapa”. As anotações de Aldo Arantes ficaram em poder da repressão e mais tarde foram incorporadas aos autos do processo judicial militar consultado por este autor. Ver Pomar (2006, p.131).

¹²¹ Pomar, id., p.134.

¹²² De certa forma, a migração ou fusão de militantes da Ação Popular (AP) para o PC do B atenuou esta crise nos quadros do partido. Ver Gorender (1987).

Arroio. Na reunião que acabaria na tragédia, “a maioria dos participantes argumentou que o artigo “não traduzia as discussões travadas anteriormente e que seria necessário levar o debate para o conjunto do partido [...]”¹²³. Com a “queda da Lapa”, entretanto, o debate não se concretizaria. Após o episódio, “o Comitê Central se reorganizou em torno de João Amazonas, que não deu continuidade às discussões que haviam começado na reunião da Lapa”¹²⁴, e prosseguiu ratificando a posição de que o caso Araguaia foi um exemplo, um modelo de luta dentro do partido, o qual deveria se orgulhar e cultivar. Sobre esse aspecto Jean Rodrigues Sales salientou:

É importante notar que o PC do B nunca admitiu oficialmente que sofreu uma derrota no Araguaia. Ao homenagear justamente os militantes assassinados, o partido prefere a exaltação a uma reflexão crítica sobre o episódio. Exemplo disso foram as comemorações recentes dos 30 anos da guerrilha do Araguaia, nas quais não apareceu uma única restrição à experiência guerrilheira¹²⁵.

Como se inseriu Jover Teles neste debate sobre a Guerrilha do Araguaia? O que teria significado para ele a reunião do Aparelho da Lapa? Qual o impacto do 16 de dezembro de 1976 em sua vida? Carlos Eduardo Carvalho, na apresentação da obra de Pomar (1987;1996;2006), adentra em parte nesse questionamento reiterando que “o PC do B nunca apresentou explicações sobre o que ocorreu com Jover Teles”. O partido “não apenas parece ignorar a tragédia pessoal desse homem, o processo pelo qual acabou chegando à traição”, bem como “se recusa a discutir como foi possível que tenha sido, afinal, levado para a reunião fatídica, à revelia das normas de segurança usuais”¹²⁶.

O fato de Jover Teles não ter reaparecido após o massacre na Rua Pio XI fazia aumentar as suspeitas dentro do PC do B de que ele havia sido liquidado pelos órgãos de polícia da Ditadura Militar.

Entre fevereiro de 1978 e julho de 1979 teve início, na Albânia, a 7ª Conferência Nacional do PC do B, que rearticulou a direção nacional depois do

¹²³ Sales, id., p.89-90.

¹²⁴ Sales, id., p.93.

¹²⁵ Sales, id. p.99.

¹²⁶ Pomar, id., p.10.

“Massacre da Lapa”. Em 1979, após a promulgação da Lei da Anistia, voltaram ao Brasil os dirigentes comunistas João Amazonas e Diógenes Arruda. Ambos fizeram “declarações indicando, como fator interno da queda da Lapa, o ‘liberalismo’ de Pomar”¹²⁷, ou seja, o dirigente apontado como “responsável pelo aluguel da casa da Lapa, na Rua Pio XI teria negligenciado algumas questões de segurança do Partido, fato que teria contribuído para a Chacina da Lapa. Quando João Amazonas chegou ao Brasil, as suspeitas quanto à morte de Jover Teles caíram por terra com a notícia de que ele estava vivo e morando em Porto Alegre.

O impacto da descoberta levou Amazonas a sustar as acusações de liberalismo que vinha fazendo a Pomar [...]. A reviravolta é descrita por José Gomes Novaes, àquela altura ainda membro do CC. Novaes fora informado do paradeiro de Jover durante o velório de Arruda, que falecera em 25 de novembro de 1979, na manhã seguinte à chegada de Amazonas ao Brasil¹²⁸.

José Gomes Novaes, em depoimento a Pedro Estevam, informou que “a partir de então, montou-se uma comissão de inquérito para apurar o que ocorreu”, ouvindo “todo o pessoal que esteve na Lapa” e procurando “entrar em contato com Jover”¹²⁹. O contato com Jover fora realizado através de militantes no Rio Grande do Sul, porém, o mesmo não aceitou prestar explicações pessoalmente, optando por fazê-lo de forma escrita, conforme sugestão do próprio partido a partir do instante em que Jover negou-se a participar de uma assembléia. Jover escreveu uma carta (ou “relatório”, como aparece em algumas fontes) que fora enviada a São Paulo, até ser lida por João Amazonas para dirigentes do partido.

A rigor, se Jover Teles comparecesse a uma reunião formal com o Comitê Central para formalizar sua versão sobre a queda da Lapa, esta possivelmente dar-se-ia no formato de uma “sessão de crítica e autocrítica”, prática comum da vida partidária comunista. As sessões de crítica e autocrítica foram uma das manifestações comportamentais dos comunistas que também elucidou o argumento de Jorge Ferreira em sua tese de que, mesmo “que os comunistas afirmassem sustentar idéias destituídas de quaisquer relações com o sagrado, mesmo que defendessem uma doutrina que julgavam exclusivamente materialista e

¹²⁷ Pomar, id., p.77.

¹²⁸ Pomar, id., p.78.

¹²⁹ Novaes, apud Pomar, id., p.80.

secularizada”, eles “submeteram-se à lógica que rege os mitos”¹³⁰, pois “mesmo aquele que almeja uma existência absolutamente isenta de religiosidade dispõe de uma série de simbologias, mitologias e rituais, embora camuflados e disfarçados”¹³¹.

[...] Os comunistas brasileiros constantemente purificavam suas fileiras na tentativa de regenerarem e reviverem a época primordial, quando a comunidade exemplar agrupada no Partido Bolchevista surgiu isenta dos pecados do mundo, livre das ideias estranhas e, portanto, impuras ao proletariado. Seja qual fosse o grau de dessacralização que tenham alcançado, optando por uma vida exclusivamente profana, os comunistas, como homens modernos, conservaram vestígios de uma percepção sacralizada do mundo e de um comportamento próprio do homem religioso e tradicional. Herdeiros inconscientes de mitos semi-esquecidos e de hierofanias adormecidas, os bolchevistas deram continuidade às práticas ritualísticas, próprias das antigas culturas, de confessar pecados e de expulsar os demônios, denominadas no jargão revolucionário de “sessões de crítica e autocrítica” e “depurações”¹³². (FERREIRA, 2002, p.152)

Tais sessões de crítica e autocrítica eram, também, obrigações dos comunistas militantes, pois, através delas, acreditava-se que erros poderiam ser corrigidos e divergências e rivalidades, superadas.

Oswaldo Peralva, em suas memórias, relembra que quando uma “assembléia” de crítica e autocrítica era noticiada “havia pânico no Coletivo”. Para ele, nesses momentos

tinham pleno curso o sadismo e o masoquismo dos camaradas, através da crítica geralmente feita pelos dirigentes, e da autocrítica exigida aos dirigidos. A vítima aí era criticada em todos os tons, do ridículo ao patético, pela totalidade ou quase totalidade do Coletivo. Devassavam-lhe a vida. Apontavam-lhe os defeitos. Punham-no em situação vexatória. E cada qual se mostrava mais implacável, mais feroz, mais desumano. Terminada uma dessas assembléias, disse-me o camarada Pável, em plena excitação masoquista:

- Uma assembléia assim é ótima, heim?, velho! Deixa a gente completamente nua!

Mas não bastava a crítica. Se o infeliz, já desnudo, agüentava tudo calado, se não batia no peito, não se humilhava ante os dirigentes e os demais camaradas, longe de poder considerar-se um bolchevista, ainda era tachado de pequeno-burguês auto-suficiente, cheio de arrogância e amor próprio. A direção só se dava por satisfeita ao ver a pessoa reduzida a um trapo, desmoralizada, sem a menor sombra de dignidade. Aí, sim, já estaria formado o revolucionário de têmpera bolchevista (PERALVA, 1962, p.42).

¹³⁰ Ferreira, 2002, p.22-23.

¹³¹ Ferreira, id., p.25.

¹³² Ferreira, 2002, p.152.

Manoel Jover Teles, certamente por conhecer as dinâmicas das referidas sessões de crítica e autocrítica, não se mostrou disposto a submeter-se ao ritual de depuração “introjetado na cultura comunista”¹³³. Preferindo fazê-lo por escrito, evitava participar de uma execração pública.

A carta, ou “relatório” de Manoel Jover Teles que contém suas explicações sobre o episódio da Lapa, até o momento não foi encontrada. Pedro Estevam, no livro “Massacre da Lapa”, também declara que não obteve sucesso ao tentar encontrar o documento, “porque o PC do B recusa-se a divulgá-lo”. A Fundação Maurício Grabois informou não saber onde se encontra este documento e que também tem interesse em acessá-lo.

Na verdade, a carta teve o valor de uma ‘peça de auto-incriminação’, no entender de Nelson Levy, que assistiu à reunião em que foi lida. Como um dos dirigentes que se opunham à ala amazonista, Levy imaginou mesmo, na ocasião, que o documento era forjado - ou seja, um expediente a mais na luta interna, na medida em que o homem acusado de trair fora o secretário político de um Comitê Regional que tomara posição hostil à Guerrilha do Araguaia, o do Rio de Janeiro. Tão inconsistente era o texto, que Levy colocou em dúvida a própria autenticidade da carta. Na votação que sucedeu à leitura, Jover foi expulso do PC do B com os votos de todos os dirigentes presentes [...] menos Levy, que preferiu abstenção. Curiosamente, nesta data a expulsão não teve como causa a traição, mas razões de ordem ideológica, o derrotismo e as opiniões retrógradas expressas no texto¹³⁴.

A ocasião em que ocorrera a leitura e a votação acima descrita sucedera nos primeiros meses de 1980, “em data incerta”, como salienta Pedro Estevam da Rocha Pomar¹³⁵. Como “peça de auto-incriminação”, a carta de Jover Teles cumpria de alguma forma duas necessidades do Partido que se rearticulava. Uma dizia respeito ao ritual de crítica e autocrítica, substancialmente importante na cultura comunista como prática e elemento de reforço da unidade ideológica e comportamental de seus membros. Outra fazia abafar uma futura discussão a respeito das divergências em torno da Guerrilha do Araguaia, situação inevitável caso Teles se fizesse presente em tal assembléia.

¹³³ Ferreira, id., p.159.

¹³⁴ Pomar, id., p.84.

¹³⁵ Pomar, id., p.81.

Em 2005 a publicação do livro “Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha”, de autoria dos jornalistas Tais Morais e Eumano Silva, trouxe à tona um depoimento de Jover Teles a agentes da repressão datado de 8 de dezembro de 1976, praticamente uma semana antes da queda do Aparelho da Lapa. Este e outros documentos que foram utilizados para a escrita do livro estão disponibilizados no site da editora através de cópia digitalizada ¹³⁶.

No referido depoimento de Teles, cuja tônica foi a Guerrilha do Araguaia, ele se posiciona sobre o assunto. Segundo ele, o tema do Araguaia estava constantemente na ordem do dia da Comissão Executiva e do Comitê Central, pois as posições dos diversos membros eram bastante divergentes. No depoimento dado à polícia política, Manoel Jover Teles esclareceu as divergências dos dirigentes sobre os significados da Guerrilha, bem como expressou seu posicionamento, que foi de encontro com a direção do Comitê Central. Para Teles, o Brasil não se enquadrava em nenhuma condição possível de viabilizar uma revolução comunista através da iniciativa da Guerrilha do Araguaia. No depoimento, explicou que havia três posições dentro do PC do B: os que defendiam a Guerrilha do Araguaia como o caminho que o partido deveria seguir, os que consideravam a Guerrilha “um erro” ou “uma aventura” e os que oscilavam entre estas duas posições. Em seu depoimento, Jover Teles salientou:

[...] Quanto à mim, depois de uma primeira opinião fortemente mítica, exposta na Comissão Executiva, ainda antes de abril de 1972, [...] firmei-me na seguinte posição: No Brasil de nossos dias não há razões nem condições para esse tipo de ação. A experiência indica que a chamada “Guerra Popular” só pode vingar em países que: a) Estejam sob ocupação estrangeira (casos da China, Vietnã e Indochina, em geral, Angola, Moçambique, Argélia, etc). Não é o caso do Brasil que tornou-se independente já em 1822. b) Estejam, por muitos anos com sua economia estagnada ou em retrocesso, com todos os problemas político-sociais que isso acarreta. Não é o caso do Brasil, cuja economia vem alcançando, nos últimos anos, altos índices de desenvolvimento. O Brasil é, hoje, economicamente, o país mais desenvolvido entre os chamados países do “Terceiro Mundo”. c) Limitem com países interessados em ajudar a esse tipo de luta (China, em relação ao Vietnã do Norte. Vietnã do Norte, em relação ao do Sul, ao Laos e ao Camboja. [...]) Também não é o caso ou situação do Brasil [...] Essa é a regra geral determinada pela experiência dos movimentos armados de rebeldia nos últimos 20 ou 30 anos. Sem a

¹³⁶ O site da editora onde localiza-se o documento/depoimento de Jover Teles é: www.Geracaobooks.com.br. Com o uso da senha “Nilton” pode-se também realizar o download deste e outros documentos utilizados para a escrita do livro, bastando apenas o preenchimento de um pequeno cadastro.

existência dessas três condições a chamada “Guerra Popular” não deve vingar.¹³⁷

Para Teles, portanto, o Brasil não apresentava nenhuma das condições que poderiam fazer da questão Araguaia uma ação de sucesso dentro do PC do B: não estava sob dominação estrangeira, não estava com sua economia estagnada e não fazia limite com países interessados em ajudar nesse tipo de luta. Sem a existência destas condições, disse ele, a guerra popular fracassaria, pois “não conseguiria apoio e adesão do povo”¹³⁸.

Tudo o que eu disse mostra que tentar transplantar para o Brasil experiências alheias, como faz o PC do Brasil, não é só causar prejuízos à Nação, é viver no “mundo da lua” ou no “Astral”. A tendência desse Partido a copiar experiências alheias é tão descomunal que sua ação toca as raízes do absurdo, e suas posições tornam-se risíveis. Um exemplo apenas: segundo Mao Tsetung, durante o período da luta armada na China (22 anos), suas forças sofreram “três campanhas de cerco e aniquilamento”. Pois bem agora o João Amazonas (“Cid”, “Monteiro”, “Raul”, “Alcides”) e Ângelo Arroio (“Joaquim”, “Ademir”), etc. dizem que “os combatentes do sul do Pará” também sofreram “três campanhas de cerco e aniquilamento”. Basta! É demais!¹³⁹

É importante salientar que muito provavelmente a opinião de Manoel Jover Teles não representava um posicionamento original de sua parte naquele contexto, mas, sim, uma tese compartilhada por um grupo de comunistas que criticou as tentativas de transplantar para o Brasil modelos de ações revolucionárias circunstanciadas a realidades internacionais distantes da realidade brasileira. Essa discordância já estava presente na conjuntura da cisão do PCB e fez parte de posicionamentos da Corrente Revolucionária Nacional e do PCBR. Jarbas Amorim, por exemplo, em depoimento dado ao DOI/CODI em 1974, salientou que era

¹³⁷ Depoimento de Manoel Jover Teles. Interrogatório nº M(?) /131, de 8/12/1976, folha 22, DOP I Ex. Acervo pessoal de Tais Morais. Disponível em: www.Geracaobooks.com.br. Também é importante registrar que algumas páginas do depoimento de Jover foram estão suprimidas da digitalização liberada pelos autores no site da editora. As páginas do documento que tivemos acesso, em sua maior parte, tratam sobre a questão do Araguaia, onde Teles descreveu reuniões e a participação de dirigentes em encontros e tarefas. Além de realizar críticas às tentativas de aplicação de experiências comunistas estrangeiras no Brasil por parte do partido, Jover salientou que há três ou quatro anos antes de ser preso já “amadurecia a ideia de mudar de vida e dedicar-se mais à família”. Tais páginas do inquérito em nenhum momento mencionam o Aparelho da Lapa, em São Paulo, nem qualquer outra informação sobre alguma operação policial neste sentido.

¹³⁸ Id., *ibid.*

¹³⁹ id., *ibid.*

contrário à luta armada como um fato isolado dentro da Revolução, pois ela deveria estar fortemente apoiada na conscientização das massas.¹⁴⁰ Geraldo Seixas Patrício, preso político no mesmo ano, disse aos policiais “que a linha política do PCB era deformada e oportunista” e que o partido seguia cegamente as instruções da Rússia e da China, sem preocupar-se se as mesmas adaptavam-se ao Brasil¹⁴¹. Além disso, como demonstrou o mesmo inquérito, uma das principais diretrizes da Corrente Revolucionária Nacional era estabelecer uma linha política dentro da realidade brasileira, sem sofrer pressões internacionais.

Embora o depoimento de Jover esteja datado de oito dias antes da queda da Lapa, sabe-se que ele “foi preso no Rio de Janeiro, onde morava, cerca de três meses antes da reunião da Lapa, sem que o partido soubesse”¹⁴². Embora possam parecer, estas informações não são controvertidas, pois era comum os presos políticos prestarem diversos depoimentos durante todo o período em que ficavam detidos. Além disso, tal depoimento poderia fazer parte de um processo de informação prestada por Teles. Para muitos, sobretudo a partir das declarações do general Leônidas Pires¹⁴³, Manoel Jover Teles foi “o informante” que vendeu informações aos órgãos de repressão sobre o endereço, datas e horários da reunião do Aparelho da Lapa.

Militares e civis trabalharam como informantes durante a ditadura militar. Adyr Fiúza de Castro, um general do período, revelou que nos casos de infiltração, a opção por sargento era melhor, tanto por ser um profissional como por não ser preciso, no caso dos sargentos, “um pagamento extra” para realizar uma missão que envolvesse infiltração. Em relação aos civis, disse que era “partidário de comprar a informação”, como se compra uma mercadoria qualquer – “Eu vejo: se é boa, pago

¹⁴⁰ INTERROGATÓRIO Nº 79/74 – DOI/CODI I EX. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128, f. 262.

¹⁴¹ INTERROGATÓRIO Nº 68/74 – DOI/CODI I EX. Rio de Janeiro 5 de abril de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128, f. 214.

¹⁴² Pomar, P.E., 2006, p.87.

¹⁴³ O general Leônidas Pires foi chefe do Estado Maior do 1.º Exército e dirigiu o temido DOI-CODI entre 1974 e 1977. Ele coordenou a operação militar que prendeu Manoel Jover Teles e que ocasionou a Chacina da Lapa. Quando a ditadura militar acabou, em 1985, ele foi nomeado ministro do Exército. Em 1996 declarou à Revista Veja (edição de 14 de agosto) que Jover Teles foi o delator responsável pela queda do Aparelho da Lapa, em 1976.

tanto; se não é boa, não quero”¹⁴⁴. Em relação ao universo da infiltração, salientou ainda o general Fiúza:

Infiltrar é muito bom. Mas o máximo do máximo é “virar”, é pegar um camarada importante do outro lado, “ganhá-lo” e fazer com que ele trabalhe para você. Sempre se corre o risco de ter um agente duplo, porque às vezes ele finge que “vira” e não “vira”. É preciso ter muito cuidado¹⁴⁵.

Conforme destacou Fiúza, o infiltrado “virado” configurava a melhor forma de infiltração. Os “virados”, por terem relações importantes com os grupos de oposição ao regime militar, geralmente conseguiam informações preciosas, detalhadas e, presume-se, obtidas mais rapidamente em relação às adquiridas por um sargento infiltrado.

Vale salientar que sobre este assunto existem verdadeiras “coleções de segredos do regime militar”, muitas escondidas e/ou preservadas por militares anônimos, como demonstrou recentemente a Revista *Época* e as publicações dos livros “Operação Araguaia” e “Sem vestígios”¹⁴⁶, de Tais Morais.

No caso da Revista *Época*, mais de duas mil páginas de documentos “secretos” e “ultrasecretos” do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) preservados por um militar anônimo foram obtidas com exclusividade pela revista, se tornando tema e matéria de capa da recente edição nº 706 de novembro de 2011. Diferentes casos de infiltração foram citados pela Revista, como dos comunistas Alvaro Bandarra e Maria Thereza Ribeiro da Silva que, respectivamente, membros do PCB e do PCBR, trabalharam como agentes secretos da repressão, recebendo dinheiro pelas informações que conseguiam. Também nas obras de Taís Morais, percebemos a utilização de documentos preservados por militares anônimos. Na obra “Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha”, escrita com Eumano Silva, a localização dos documentos que compuseram o arquivo pessoal dos autores não fica explícita. O acesso aos documentos utilizados para a escrita do livro deu-se

¹⁴⁴ Depoimento de Adyr Fiúza de Castro concedido a Maria Celina D’Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares In: D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio, Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.40.

¹⁴⁵ Id., *ibid.*

¹⁴⁶ MOARAI, Taís. *Sem vestígios: Revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Geração Editorial, 2008.

através de doação/permissão de um ou mais militares próximos a um dos autores (ou a ambos). Imeroso em certo clima de sigilo, um trecho da introdução de “Operação Araguaia” salienta, por exemplo, que “uma pilha de papéis guardados por militares interessados em preservar a História e uma lista de sobreviventes dispostos a desafiar a lei do silêncio [...]” teria proporcionado a pesquisa que originou o livro (MORAIS e SILVA, 2005, p. 15). Como dissemos anteriormente, estas fontes documentais foram digitalizadas e disponíveis ao público no site da editora Geração Editorial. No livro “Sem Vestígios: revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira”, publicado pela mesma editora de “Operação Araguaia”, Taís Moraes, que é filha de um militar, escreve a história de “Carioca”, um ex-agente do Serviço Nacional de Informações. Para contar a história deste agente secreto, ela baseou-se, igualmente, em documentos cujo privilegiado acesso foi explicado no início do livro, como nota de abertura do Editor:

Foi sem dúvida, porque ela escreveu “Operação Araguaia” e nossa editora o publicou que, um dia, como naqueles romances de séculos passados, uma pasta volumosa chegou a nós pelo correio, endereçada por uma mulher que pedia segredo para seu nome. Ela telefonou dias depois, para confirmar o recebimento, e pediu para marcar um encontro, o que foi feito. Tivemos um único encontro fugaz e tenso, no qual ela falou com justificada preocupação sobre os papéis, dos quais parecia mesmo querer se livrar – diante de condições, a principal delas sendo, claro, o total sigilo a respeito de sua autoria. Ela tinha razões para o medo. A pasta continha um conjunto de papéis manuscritos em forma de diário e alguns capítulos do que pretendia ser um livro. Havia também algumas poucas fitas e recortes de jornais. [...]

Os documentos, explicou o editor, teriam sido deixados pelo ex-agente secreto à ex-mulher, com a recomendação de mandar publicar depois de sua morte. A Editora chamou Tais Moraes para assumir a tarefa que escreveu o livro.

Desse modo, um fator a ser considerado em relação à prisão de Jover Teles diz respeito à percepção dos investigadores do DOI sobre a relevância deste militante, visto por eles como “um membro da alta cúpula do PC do B”, especialmente a partir das investigações dos anos 70. Naquela ocasião, conforme informou o ex-sargento Marival Chaves à Folha de São Paulo, “o PC do B figurou sempre como ‘prioridade um’ para os órgãos de segurança. Ainda mais em função

da Guerrilha do Araguaia".¹⁴⁷ E Jover Teles, conforme declarou o general Leônidas Pires, era uma "very important person", ou nas palavras de Fiúza, era o "camarada importante do outro lado", ideal para transformar-se em um "virado" num futuro esquema de infiltração.

Nós, por exemplo, não fazíamos uma prisão sem uma análise profunda das conseqüências do nosso interesse, que era neutralizar a subversão. Não sei se vocês conhecem o que chamávamos, de brincadeira, de "bolotário". Havia um mapa de homens com suas atividades, marcadas por aquelas bolotinhas, e, quando olhávamos, tínhamos a impressão de que estávamos diante de uma cadeia nuclear. Porque fulano de tal se liga com fulano, que se liga com ... Então, fazíamos uma análise completa, direitinho e tal. Na prisão da cúpula comunista em São Paulo, quem pegou o primeiro elemento fomos nós, do Rio. E fomos nós que soubemos onde ia haver a reunião. [...] Nesse sistema do "bolotário", sempre aparecia um sujeito que fazia as ligações. Eu disse: "Batem o nome desse cara de VIP - Very Important Person -, porque ele só se liga com alto nível." Todo mundo tinha um apelido¹⁴⁸.

Provavelmente a percepção de que Jover Teles seria uma pessoa muito importante para a polícia militar ocorreu no contexto das operações que pretendiam desmantelar com a cúpula do PC do B e os principais envolvidos na Guerrilha do Araguaia. No APERJ, sobretudo a partir de 1971, encontram-se documentos do SNI na composição de prontuários sobre Manoel Jover Teles. Um prontuário é um conjunto de documentos e informações referentes ao investigado. Nele há uma síntese sobre os principais registros policiais de Teles e uma série de cópias de documentos importantes produzidos contra ele pela polícia, como fichas de referências, depoimentos, relatórios de investigação, partes de dossiês, pedidos de busca e apreensão, correspondências entre as divisões de informações, radiogramas, informes, planilhas de registros, etc. Além de depoimentos de outros militantes fazendo referências a Manoel Jover Teles, o acesso a dois prontuários sobre ele foi fundamental para resgatar momentos marcantes de sua trajetória e militância e, também, para alcançar a dimensão do apelido a ele conferido em

¹⁴⁷SOUZA, Carlos Alberto. MANDIN, Ana Maria. Morte de 3 do PC do B terá indenização. Paradeiro do informante do DOI é desconhecido. *Folha de São Paulo*, 13 de julho de 1996, p.11.

¹⁴⁸ Depoimento do general Leônidas Pires concedido a Maria Celina D'Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio, Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.242-243.

alguma sala de investigação do DOI do Rio de Janeiro em data incerta¹⁴⁹. Com certeza foi a partir do momento em que Teles passou a ser considerado uma “*Very Important Person*” que o cerco contra ele começou a se fechar.

1.3 Configurações possíveis: imagens de Jover Teles na prisão

“[...] não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como “caso particular do possível”, conforme a expressão de Gaston Bachelard, isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis. [...]” Pierre Bourdieu (2011, p.15).

Não queremos amarrar o sujeito Manoel Jover Teles, nem suas identidades ou representações sobre si, a um contexto pré-estabelecido, buscando “apanhar o invariante, a estrutura”¹⁵⁰. Entretanto, neste momento, buscaremos submergir na particularidade de sua realidade empírica conforme sugeriu Bourdieu, – a realidade de membro do Comitê Central do PC do B preso em 1976 – , de forma que seja possível construí-la ou perceber algumas configurações possíveis e se aproximar daquilo que fora vivido por Teles a partir de sua prisão.

Iracema, filha de Manoel Jover Teles, recordou as explicações que o pai lhe dera sobre o momento da prisão, efetuada por “pessoas do Exército”: “- *Disseram assim: ‘senhor Manoel Jover Teles, o senhor está preso!’.* E ele disse: ‘*Vocês chegaram atrasados! Faz muito tempo que eu não estou na política!*’ *Mentira!*”, disse ela, salientando que o pai lhe confidenciara que no momento da prisão, *estava indo para uma reunião. E ai levaram ele não sei pra onde, encapuzado. Ele ficou uns três*

¹⁴⁹ Os prontuários trazem diversas informações e sínteses de investigações, punições e ações de militância de Jover Teles antes da Queda da Lapa, em períodos de clandestinidade e legalidade dos partidos comunistas. Estas fontes serão utilizadas principalmente nos demais capítulos da tese.

¹⁵⁰ Bourdieu (2011, p.15)

meses preso”¹⁵¹. Na ocasião ela e sua mãe viviam em Porto Alegre, onde trabalhavam em um bazar.

- Era um bazar que era dos coreanos que a mãe comprou a chave. A mãe vendia avon. Ela juntou dinheiro. Batalhadora, vendia coisas importadas, depois teve problemas com isso e virou apenas o bazar. Ela fazia trabalhos manuais. Eu costurava, tinha uma máquina, eu arrumava roupas na hora ali.¹⁵²

Iracema explicou que em décadas de vida clandestina acompanhando Jover, ela e sua mãe se acostumaram com os constantes períodos de sua ausência, pois sabiam que ele estaria a serviço do partido e que, neste caso, por questões de segurança, seria melhor manter o silêncio, a discrição, mudar de cidade e trabalhar para cobrir as despesas. Foi por este motivo, conforme explicou, que nem ela, tampouco sua mãe, entraram em contato com alguém do Partido, pois pensaram que se tratava de mais uma ausência comum de Jover em relação a sua vida política.

Enquanto esteve preso, Jover Teles faltou a dois pontos¹⁵³ consecutivos. Entretanto, de acordo com relatos da obra de Pedro Estevam da Rocha Pomar (2006), ele encontrou com um militante de nome Sérgio Miranda em um terceiro ponto, em fins de novembro de 1976. Neste terceiro encontro, Jover recebeu de Miranda dinheiro e o ponto onde deveria comparecer em São Paulo, em dezembro, local em que seria apanhado e levado até a reunião do Comitê Central e da Comissão Executiva do PC do B (Aparelho da Lapa). A situação foi assim descrita na obra de Pedro Pomar:

[...] Foi Miranda quem comunicou a Jover o local em que o dirigente carioca seria apanhado, já em São Paulo, para participar das reuniões da Comissão Executiva e do CC. Jover havia faltado dois pontos consecutivos antes de avistar-se com Miranda. Nas precárias condições em que ele se achava, era uma temeridade e fugia totalmente às normas de segurança cobrir um terceiro ponto. Foi o que ocorreu, contudo. [...] ¹⁵⁴

¹⁵¹ LIMA, Iracema Coelho. História de vida de Manoel Jover Teles - memórias de família. Arroio dos Ratos, 07-05-2009. Entrevista concedida a Éder da Silva Silveira.

¹⁵² Id., *ibid.*

¹⁵³ A expressão “ponto” refere-se a um ponto de encontro; um local de encontro com dia e hora marcados entre membros de uma organização, geralmente comunista.

¹⁵⁴ Pomar, P. E., 2006, p.76.

Sobre o estranho fato que contrariou as normas de segurança do partido, não há consenso no partido. Conforme Pedro Estevam, “uma vez convocado a participar da reunião, por Sérgio Miranda”, contato do Comitê Central do PC do B, Jover comunicou o fato a seu controlador, um militar do DOI-CODI carioca”.¹⁵⁵ Taís Moraes, em “Sem Vestígios”¹⁵⁶, baseando-se nas informações do ex-agente secreto denominado no Livro de “Carioca”, informa que o deslocamento de Jover Teles para São Paulo ocorreu com muito cuidado e planejamento. “Para não levantar suspeita”, Jover “viajou de ônibus, aparentando estar sozinho. Um coronel acompanhava atentamente todos os seus movimentos e ele sabia muito bem disso.” Ele desembarca em São Paulo numa “operação que tinha 35 carros a postos nas proximidades da estação rodoviária, para não perder o alvo”¹⁵⁷.

Em 1996 a *Folha de São Paulo* publicou reportagem onde o ex-sargento Marival Chaves, que na época da prisão de Jover era analista de informações do DOI do 2º Exército, relatou que 50 pessoas foram mobilizadas na operação da Lapa, além de 30 automóveis – “10 do DOI do Rio e 20 de São Paulo”, fazendo dela uma grande operação militar. Além disso, revelou à *Folha* que “a partir do ponto de Jover Teles localizou-se a casa que passou a ser vigiada diuturnamente, inclusive com agentes com binóculos, postos no teto de prédios”¹⁵⁸. Em entrevista a Pedro Estevam, Marival ponderou: “-Não acredito que Jover conhecesse os detalhes de planejamento da operação, e muito menos o seu desfecho, poderia até influir no comportamento dele na reunião”.¹⁵⁹

Em “Coração Vermelho”, livro biografia de Elza Monnerat - militante responsável pela organização dos Aparelhos e pelo trânsito dos militantes aos endereços secretos -encontra-se a informação de que Manoel Jover Teles teria sido “localizado pelo Exército a partir da prisão de um integrante do próprio Comitê Regional”¹⁶⁰, cujo nome não fora mencionado. Diferentemente desta explicação,

¹⁵⁵ Pomar, P. E., id., p.87-88.

¹⁵⁶ MORAIS, Taís. *Sem vestígios: Revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Geração Editorial, 2008.

¹⁵⁷ Id., ibid., p.157.

¹⁵⁸ SOUZA, Carlos Alberto. MANDIN, Ana Maria. Morte de 3 do PC do B terá indenização. Paradeiro do informante do DOI é desconhecido. *Folha de São Paulo*, 13 de julho de 1996, p.11.

¹⁵⁹ Pomar, P. E. (2006, p.185)

¹⁶⁰ BERCHT, Verônica. *Coração Vermelho. A vida de Elza Monnerat*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002, p.20.

acreditamos que não é possível atribuir a apenas um responsável a queda de Jover Teles ante os órgãos de repressão. O mais provável é que sua prisão tenha sido resultado da conjunção de um amplo trabalho de investigação dos órgãos da polícia política que, com o aumento da repressão e do número de presos nos “anos de chumbo”, obteve quantidade maior de informações.

É válido lembrar também que o Sistema Nacional de Informações (SISNI) era formado por vários órgãos que se ramificavam formando uma rede eficiente e bem estruturada que abrangia órgãos dos vários setores das Forças Armadas e demais Ministérios. O cérebro do SISNI era o SNI – Serviço Nacional de Informações – para onde convergiam todos os dados coletados pelos demais órgãos do sistema, foi criado em 1964 e podia manter em sigilo todas as informações obtidas. Dentro dos Ministérios Civis e Empresas Estatais, quem colhia informações era a DSI e a ASI, respectivamente, Divisão de Segurança e Informação e Assessorias de Segurança e Informação. Nas Forças Armadas as informações eram produzidas pelos seguintes órgãos: F2 do Estado Maior das Forças Armadas, E2 do Exército, M2 da Marinha e A2 da aeronáutica. Ainda dentro das Forças Armadas, havia o CIE e a CIA, Centro de Informações do Exército e, da Aeronáutica. Importante papel no SISNI era desempenhado pelo DOPS, Departamento de Ordem Político e Social, o P2, Serviço Secreto da Polícia Militar, e os DOI-CODI, Destacamento de Operações Internas e Centro de Operações de Defesa Interna. O SNI podia utilizar-se de serviços de quaisquer pessoas, funcionários públicos ou particulares, podendo pagar ou não pelos serviços.¹⁶¹

As investigações e correspondências circulavam sistematicamente entre os órgãos da rede do SISNI de forma a facilitar a troca de informações e o serviço de buscas e apreensões. Alfred Stepan chegou a salientar que o sistema brasileiro de inteligência, durante a ditadura militar, foi o mais autônomo e poderoso da América Latina ditatorial¹⁶². Desse modo, vale destacar que a criação da Escola Nacional de Informações (ESNI) pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) foi de fundamental importância na aparelhagem do sistema repressivo do Estado brasileiro. Com a desativação dos cursos da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1973, a ESNI se

¹⁶¹ Cfe. FAJARDO, Sinara Porto. *Espionagem Política: Instituições e Processo no Rio Grande do Sul*. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

¹⁶² STEPAN, Alfred. *Os Militares: da Abertura à Nova República*. 4^o ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

responsabilizaria pela formação dos agentes dos serviços de inteligência do Brasil. Ao ser perguntado por Pedro Estevam se teria alguma informação sobre o acordo que Jover Teles teria feito com a repressão, o ex-sargento Marival Chaves respondeu:

-Não, mas a prática utilizada para conseguir acordos semelhantes era chantagem, coerção irresistível. Isso é doutrinário, fiz vários cursos na Escola Nacional de Informações em que essa era a tônica: se diz que é necessário utilizar todos os artifícios, como coação, coerção, a utilização de parente como instrumento de chantagem, a desestabilização psicológica do preso, pagamento em dinheiro – e por último, instrumentos que deveriam ser tornados públicos na medida em que o sujeito rompesse o acordo: fotografia do preso recebendo recursos financeiros, gravação magnética¹⁶³.

Portanto, para entender como se deu a prisão de Jover Teles, não se deve negligenciar a estrutura do aparato repressivo, especialmente em relação ao Sistema Nacional de Informações e sua conjuntura na década de 1970. Os cursos visando o treinamento de agentes para a “desestabilização psicológica” dos presos políticos se intensificaram e não por acaso o conjunto de métodos aprendidos e executados pelos agentes da repressão em meados da década de 1970 colaboraram para a associação do período à denominação “anos de chumbo”. O general Carlos Alberto da Fontoura, que esteve na chefia do Serviço Nacional de Informações, informou que no contexto de formação da ESNI o governo brasileiro enviou “os melhores oficiais” para vários serviços de informações que havia no exterior, particularmente, para a Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha e Israel. Segundo ele, os oficiais passaram um mês estudando e, ao retornarem ao Brasil com seus relatórios, foi possível organizar a ESNI, que funcionaria, sobretudo, a partir de 1972. Considerando esses fatores, seria no mínimo reducionista e ingênuo de nossa parte tratar os militantes comunistas presos naquele contexto apenas como “*grandes delatores*”,¹⁶⁴. Para o general Leônidas Pires, “*comunista é um delator nato! Fala tudo! Depois, para se justificar, diz que foi torturado. Nunca vi*

¹⁶³ Depoimento de Marival Chaves Dias do Canto concedido a Pedro Estevam da Rocha Pomar. Ver Pomar, P. E., 2006, p.186.

¹⁶⁴ Expressão utilizada recentemente pelo general Leônidas Pires, em entrevista que foi ao ar no programa Globo News. ENTREVISTA DO GENERAL LEÔNIDAS PIRES GONÇALVES SOBRE OS 25 ANOS DO FIM DA DITADURA MILITAR. Dossiê Globonews. Rio de Janeiro, Rede Globo, 03 de abril de 2010.

*tendência maior para a delação do que em um comunista.*¹⁶⁵ Assim, é compreensível que no contexto da década de 1970 os presos políticos, sobretudo a partir de 1972, ao experimentarem os “novos” métodos de interrogatório esbarrassem em maiores dificuldades para resistir. Nos depoimentos pesquisados no Fundo de Polícias Políticas do APERJ, por exemplo, percebemos que todos os inquiridos citaram nomes de companheiros, funções e locais de reuniões e, em alguns casos, também fizeram o reconhecimento de militantes nos álbuns fotográficos da polícia. Os depoimentos aparecem mais longos se comparados a muitos produzidos na década anterior e com poucas intervenções por parte dos interrogadores. Portanto, não é difícil imaginar os diferentes contextos de produção daquelas fontes. Geraldo Patrício, Jarbas Amorim, e Armando Botelho Soares, por exemplo¹⁶⁶, delataram em 1974 vários militantes, inclusive Manoel Jover Teles, cujas informações dadas à polícia devem ter colaborado para o sucesso da operação que causou sua queda em 1976.

Conforme registrou Pedro Estevam, “segundo o general Leônidas, Jover expunha-se em demasia”¹⁶⁷. Neste sentido, a falta de disciplina de Jover Teles enquanto militante na clandestinidade pode também ter contribuído para sua queda. Há registros em autobiografias sobre essa questão. Hércules Corrêa, por exemplo, referindo-se a seu perfil de militante clandestino do “Partidão”, afirmou que contrariamente a muitos de seus companheiros que procuravam “marcar pontos em locais desertos, procurava estar em lugares cheios de gente, sem ficar olhando para os lados como faz todo suspeito”. Afirmando que nunca foi “um clandestino dos mais disciplinados”, após ter estabelecido residência em São Paulo, “tinha mesmo hábito de fazer a feira regularmente”¹⁶⁸.

Como vimos anteriormente, Jover Teles foi preso aproximadamente três meses antes da “Chacina da Lapa”, ocorrida em 16 de dezembro de 1976. Contribuíram para sua queda as investigações da polícia política, sobretudo as que foram realizadas na década de 1970. Neste período houve uma sensível instrumentalização do aparelho repressivo com a implantação de “novas técnicas de

¹⁶⁵ Depoimento do general Leônidas Pires concedido a Maria Celina D’Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares In: D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio, Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.243.

¹⁶⁶ Interrogatórios 69, 79 e 109 respectivamente. Fundo de Polícias Políticas do APERJ.

¹⁶⁷ Pomar, P. E., 2006, p.87.

¹⁶⁸ CORRÊA, Hércules. *Memórias de um stalinista*. Rio de Janeiro: Opera Nostra, 1994, p.99.

interrogatório” que, por sua vez, colaboraram para a obtenção de informações sobre Jover Teles por militantes que foram presos antes dele. No contexto da Guerrilha do Araguaia, arrasar o PC do B através da prisão ou morte de seus dirigentes tornou-se uma prioridade para os órgãos de segurança. Ao ser considerado uma “*Very Important Person*” pelas suas ligações com o Comitê Central, Teles teve sua prisão decretada na decisão do DOI do Rio de Janeiro, quando este planejava uma operação para liquidar com líderes do partido que ainda não haviam sucumbido na repressão à Guerrilha do Araguaia.

Os agentes certamente chegaram à residência de Jover Teles dentro de dois ou três veículos Volkswagen, como ocorrera em outros casos na década de 1970¹⁶⁹. Preso sem que o partido soubesse Jover Teles foi encapuzado, atirado para dentro de um dos veículos e levado para o DOI do 1º Exército. No caminho, sob o capuz que escondia seu rosto¹⁷⁰, deve ter insistido na explicação dizendo que já não estava mais na política ou algo semelhante quando possivelmente fora interrompido com socos, ameaças e palavras de baixo calão. Enquanto era levado às dependências do DOI-CODI pode ter reconhecido o percurso realizado pelo Volks através das curvas e das paradas do veículo nos semáforos vermelhos. Ou, tomado pelo medo e em meio às ameaças e espancamentos, simplesmente calou-se soltando gritos abafados pela dor e pela mão de um dos agentes que seguramente tampou sua boca. Jover Teles foi conduzido a um lugar que “*tinha um colchonete*” e “*onde ele tinha que entrar se arrastando*”. Por vezes “*escutava gritos de pessoas como se estivessem sendo torturadas. Fizeram um jogo psicológico para ele contar coisas*”, salientou sua filha. “*Queriam saber desse negócio do Araguaia*”, disse ela, lembrando das poucas explicações recebidas de seu pai anos depois do ocorrido¹⁷¹.

Chegando ao DOI, foi fotografado e tiram-lhe as impressões digitais. Conforme explicou Adyr Fiúza de Castro, depois deste procedimento “*se fazia, inicialmente, um interrogatório muito ligeiro, para saber nome, filiação, quem era*

¹⁶⁹ Ver, por exemplo, a descrição da queda de pontos e prisões de militantes do MR-8 descritas em JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. 11ª ed. São Paulo: Global Editora, 1987. Também há referências neste sentido em SYRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. 3ª ed. São Paulo: Global Editora, 1980; e em BERCHT, Verônica (op. cit.).

¹⁷⁰ Situação vivida por outros militantes. Ver, por exemplo, o caso de Elza Monnerat descrito em sua biografia Ver Bercht (id., p.16) e os relatos disponíveis em “Brasil: nunca mais”, organizado pela Arquidiocese de São Paulo, em 1985.

¹⁷¹ LIMA, Iracema Coelho. *História de vida de Manoel Jover Teles - memórias de família*. Arroio dos Ratos, 07-05-2009. Entrevista concedida a Éder da Silva Silveira.

ele”, pois era comum os “subversivos” terem “*uma identidade falsa, codinome, etc*”¹⁷². Depois, antes de iniciar o primeiro interrogatório, certamente recebeu a ordem para tirar a roupa. Não ficaria com a roupa que estava, pois poderia estar escondendo alguma coisa e aquilo fazia parte das normas de segurança. Prática comum, os presos recebiam a ordem para se despirem e, conforme Fiúza,

o medo é um grande auxiliar no interrogatório. Os ingleses, por exemplo, recomendam que só se interrogue o prisioneiro despido porque, segundo eles, uma das defesas do homem e da mulher, evidentemente, é a roupa. Tirando a sua roupa, fica-se muito agoniado, num estado de depressão muito grande. E esse estado de desespero é favorável ao interrogador¹⁷³.

O DOI tinha “uma equipe de interrogadores, uma equipe de operações externas, que são os captores, uma equipe administrativa e uma equipe de carceragem, que era encarregada desse trabalho preliminar”¹⁷⁴, esclareceu Fiúza. E, como de praxe, ao passar por esse “trabalho preliminar” e cumprindo os primeiros procedimentos, Manoel Jover Teles fora entregue à equipe de interrogatórios, uma equipe diferente da que realizou sua captura, e chefiada por um major.

Geralmente quando um militante “caía”, ou seja, era preso, ele entrava “*num estado de pânico e de perturbação muito forte. Só aqueles mais estruturados, mais seguros é que mantinham o domínio de si mesmos*”. Não sabemos o que aconteceu de fato no caso de Jover Teles. Pode ter entrado em pânico como também pode ter mantido domínio sobre si, com segurança e paciência. Todavia, de acordo com a probabilidade apresentada pelo general Fiúza, “*noventa por cento [dos presos], a primeira coisa que faz é ter uma disenteria brutal, de escorrer pelas pernas abaixo. Qualquer homem que já leu algum relato de combate sabe que, quando o sujeito é submetido a um bombardeio, suja as calças*”¹⁷⁵. Como vimos anteriormente, o medo era um grande auxiliar do interrogatório. Por isso, procurava-se interrogar o prisioneiro logo que era capturado “*porque nesse momento ele diz muita coisa.*

¹⁷² Depoimento de Adyr Fiúza de Castro concedido a Maria Celina D'Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio, Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.60.

¹⁷³ Id., p.62.

¹⁷⁴ Id. p.60-61.

¹⁷⁵ id., ibid.

*Depois que se recompõe, já não fala tanto*¹⁷⁶. E, provavelmente pela enorme pressão que lhe provocara intensas sensações de medo e estresse, Jover “teve na prisão seu primeiro infarto”¹⁷⁷.

Despido, Jover Teles deve ter passado pelo primeiro interrogatório. Conforme declarou Fiúza, este momento era “o mais crucial” e o “mais difícil” que existia, pois era preciso “tirar informações” de presos que não queriam falar. As informações eram vitais para os governos militares e não tendo acesso a elas o aparelho repressivo não conseguiria ser “eficiente”. Para consegui-las, quando havia tempo, utilizava-se “métodos psicológicos, sala escura [...]”, do contrário, “ou se desiste do interrogatório, ou se aplicam métodos violentos”, relembrou o general¹⁷⁸.

Uma das técnicas mais utilizadas nos interrogatórios consistia em levar o interrogado à exaustão.

Por exemplo, começa-se o interrogatório às duas horas da tarde e, às cinco horas da manhã seguinte, o indivíduo ainda está sendo interrogado. Os interrogadores vão se revezando. Em todos os cursos de informações aprende-se a fazer isso. Uns chegam e ameaçam: “Você vai sofrer punição por isso.” Aí, outro diz: “Não, eu sou amigo. Ele é muito bruto, é muito nervoso.” Então procura ser amigo do interrogado para poder colher informações. Quando fica padrinho, amiguinho, chega outro mais violento, mais zangado: “Nada disso, você tem que dizer a verdade. O que ia fazer com o fulano?” Dali a pouco aparece outro. Às vezes, precisa-se saber se o preso está mentindo. Então, faz-se ele repetir vinte vezes a mesma coisa. No cinema, vê-se isso, em todo lugar. São técnicas que se aprendem nos cursos de informações¹⁷⁹.

Dessa forma, o contínuo revezamento de interrogadores fazia cansar o interrogado, com o objetivo de levá-lo ao cansaço e à contradição. Essa técnica servia para “desmoralizá-lo moralmente e poder tirar dele o máximo de informações”¹⁸⁰. Para obter informações relevantes dos interrogados valia tudo, inclusive a tortura. Tema polêmico, a tortura é objeto muito controverso no discurso

¹⁷⁶ id., p. 62.

¹⁷⁷ LIMA, Iracema Coelho. Sobre a prisão de Manoel Jover Teles e as declarações sobre delação. Arroio dos Ratos, 14-11-2011. Entrevista concedida a Éder da Silva Silveira.

¹⁷⁸ Depoimento de Adyr Fiúza de Castro concedido a Maria Celina D'Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio, Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.66-67.

¹⁷⁹ Depoimento de João Paulo Moreira Burnier concedido a Maria Celina D'Araujo e Celso Castro. In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio, Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.206-207.

¹⁸⁰ Id., p.208.

militar. Nas fontes orais que compõem o livro “*Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*”, ora ela é negada, ora é afirmada; enquanto poucos a negam, muitos a defendem quando falam das “técnicas de interrogatório”. Na mesma página em que explicou sobre o uso de choques elétricos enquanto técnica de interrogatório, por exemplo, um general entrevistado ainda ratificou: “[...] não sou contra a tortura. Acho que ela é válida em certas circunstâncias - para adquirir informações. [...] por necessidade de informações, acho válido. E todo mundo acha”¹⁸¹. Sendo assim, é bem possível que Jover Teles tenha vivenciado estas e outras das muitas “técnicas de interrogatório”, particularmente às de cunho psicológico enquanto esteve preso. Sua filha disse: “acho que o pai não sofreu tortura física. Ele sofreu foi muita tortura psicológica”¹⁸². Isabel Gonçalves, sua segunda esposa, afirmou: “A única coisa triste é que ele foi preso, torturado, tudo. Ele não gostava de falar detalhes. Só sei que quando eu falava “que coisa horrível”, ele dizia: “é, eu é que sei”. Eu sei que ele chegou a ser torturado”¹⁸³.

Outra técnica muito utilizada em relação à tortura psicológica era a chantagem. Chantagem o preso com fotos e informações sobre familiares também contribuía para a desestabilização do interrogado e, em alguns casos, colaborava decisivamente para que houvesse a “colaboração” do preso com os interrogadores. A filha de Jover relembrou:

o pai trouxe com ele lá de onde ele estava preso, fotos nossas, de onde nós morávamos. Nós morávamos na Azenha na época. E fotos da loja. Inclusive teve duas pessoas, dois rapazes, dentro dessa loja, que bateram fotos da gente. Nós estávamos sendo vigiadas. A qualquer momento, se ele tentasse fugir ou alguma coisa eles nos matariam¹⁸⁴.

Assim, certamente, a chantagem foi uma das técnicas utilizadas pelos agentes do DOI ao interrogarem Jover Teles. Ao recordar o retorno do pai naquele contexto, Iracema disse:

¹⁸¹ Depoimento de Adyr Fiúza de Castro concedido a Maria Celina D’Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares In: D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio, Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.73.

¹⁸² LIMA, Iracema Coelho. Sobre a prisão de Manoel Jover Teles e as declarações sobre delação. Arroio dos Ratos, 14-11-2011. Entrevista concedida a Éder da Silva Silveira.

¹⁸³ GONÇALVES, Isabel. Sobre Manoel Jover Teles. Florianópolis, SC., 10 de fevereiro de 2011. Entrevista concedida a Éder da Silva Silveira.

¹⁸⁴ LIMA, Iracema Coelho. História de vida de Manoel Jover Teles - memórias de família. Arroio dos Ratos, 07-05-2009. Entrevista concedida a Éder da Silva Silveira.

Um certo dia, a gente até achava que ele estava morto, aparece o pai na porta da loja, magro, magro, de cavanhaque, e ele entrou e a mãe se jogou. A mãe era uma eterna apaixonada dele. Sempre sozinha praticamente a vida inteira. Logo em seguida entrou esse coronel. Ele até apareceu na televisão. Deu uma reportagem sobre ele. [...] nós nos assustamos. Daí ele [Jover] disse: “não, não precisa se assustar, que não vai acontecer nada. Ele vai cuidar de mim, e tal”. Daí ele foi solto né. Ele ia morrer. Não havia mais porque, não iriam arrancar nada dele¹⁸⁵.

Jover, conforme lembranças de sua filha, apareceu três meses depois de preso acompanhado de um militar. Ela surpreendeu-se ao vê-lo tão magro e abatido. Ele foi solto e acompanhado por este militar até o local de trabalho de sua mulher e filha, um pequeno bazar na Rua Richuelo, em Porto Alegre. O fato de Teles ter sido acompanhado até aquele local parecia reforçar as ameaças que seguramente foram realizadas como “técnicas de interrogatório”. Por outro lado, também é possível que a presença de um oficial com Jover Teles nesta nova fase depois da prisão estivesse relacionada às condições estruturais de sua vida a partir daquele momento, pois, segundo sua filha,

ele foi trazido por esse coronel. Daí que ele foi trabalhar na metalúrgica Rossi. Pra se estabelecer funcionalmente, entendeu? E pagou como autônomo o INSS, com o nome de Antônio Lima. E conseguiu se aposentar por idade na Amadeo Rossi e como autônomo. E eu mexia com ele dizendo que ele tinha nascido virado pra lua. Depois de ter passado tudo isso e nós também, juntos, né... e ainda ter conseguido se aposentar. Ele podia estar morto¹⁸⁶.

Em uma segunda entrevista, Iracema falou um pouco mais sobre o retorno do pai e o emprego na Amadeo Rossi:

Iracema (I): - [...] Como eu estava te contando sobre este coronel, que até ele mesmo disse pra mim: ‘não fique com medo; eu sou uma pessoa boa. Eu vim aqui para ajudar o teu pai. Eu estou aqui para protegê-lo’.[...] Por que eu me apavorei, né.

Autor (A) - Foi este coronel que ajudou com a questão do novo nome, Antônio Lima? Isso foi uma questão de segurança?

I: - Exato. Acredito que sim, porque logo em seguida o pai foi trabalhar na Amadeo Rossi S. A., que posteriormente eu também trabalhei.

¹⁸⁵ Id., ibid.

¹⁸⁶ Id., ibid.

A: - Vocês chegaram a trabalhar juntos, serem colegas?

I: - O pai era, tipo assim, um assessor do presidente. Por que, como ele tinha um poder de escrita[...]. Ele começou na parte de Relações Humanas. Ele até leu um livro de Relações Humanas, sobre como fazer, como não fazer. Porque o pai era assim, né. Era um crânio! E ele entrou neste departamento e começou a mudar dentro da metalúrgica, através do conhecimento dele, do conhecimento que ele tinha da vida. E eu entrei um ano, um ano...dois anos depois, quando eu resolvi trabalhar fora. A minha cabeça! Eu tinha loja e resolvi trabalhar fora. Eu tinha 24 anos. Eu entrei lá colando carta, trabalhei no departamento financeiro, passei por todos os setores e, no final, sai como secretária do diretor financeiro, senhor Nelson Rossi. Eu trabalhei lá dois anos e meio, quando ficou muito desgastante pela distância. O pai continuou, até se aposentar. E eu me retirei. Eu pedi demissão. Cinco meses depois eu estava trabalhando no SBT.

A: - E enquanto vocês trabalharam na Rossi?

I: Ah, nós convivemos, ali tranquilamente...

A: Como...

I: Como meu pai. Todo mundo sabia que ele era meu pai.

A: Não tinha nenhuma pressão política, ou...

I: Nada. Como qualquer funcionário comum. Terminou o medo. Acabou o medo, entendeu? Ele mesmo disse: “Nós vamos viver como nunca nós vivemos. Eu estou fora da política. Não existe mais política para mim. A nossa vida agora será a de uma família normal”¹⁸⁷.

Ao retornar para Porto Alegre Jover Teles passou a usar o nome de Antônio Lima. É de conhecimento público que ele e sua filha trabalharam na fábrica de armas Amadeo Rossi em São Leopoldo-RS e que, conforme informações de alguns de seus familiares, ele também conseguira uma aposentadoria na referida empresa. Em 1996, a Revista Veja publicou uma matéria com o título: “*A mancha da traição: aparece Jover Teles, uma espécie de Calabar da esquerda brasileira*”¹⁸⁸. O texto informa que Jover Teles “escondeu-se tão bem que os antigos camaradas chegaram mesmo a imaginar que tivesse sido assassinado”¹⁸⁹. Interessante perceber nesta reportagem da Veja é a imagem que abre a matéria. Acima do título principal há uma fotografia mostrando Jover Teles fazendo campanha eleitoral com um fusca 78, em Arroio dos Ratos, onde em 1996 foi candidato a vereador pelo PPB, atual PP – Partido Progressista. A foto coloca a imagem da legenda de propaganda partidária em destaque no primeiro plano, chamando atenção do leitor para a associação do candidato ao partido no qual estava concorrendo. A mesma imagem está contraposta com uma foto dos corpos de Arroyo e Pomar, dirigentes assassinados

¹⁸⁷ LIMA, Iracema Coelho. Sobre a prisão de Manoel Jover Teles e as declarações sobre delação. Arroio dos Ratos, 14-11-2011. Entrevista concedida a Éder da Silva Silveira.

¹⁸⁸ AMERICANO, Luiz; ZAIDAN, Patrícia. A macha da traição. *Revista Veja*, 14 de agosto de 1996.

¹⁸⁹ Id., p.51.

no Aparelho da Lapa. Mesmo aparecendo no corpo do texto frases de autodefesa de Jover, que sempre negou ter sido o “delator”, a contraposição de imagens aliada a trechos de depoimentos dados à Revista pelo general Leônidas Pires sentenciou Jover à condição de delator, colocando-o sob os holofotes da imprensa e sacudindo as esquerdas em geral.

Na ocasião da publicação da Revista *Veja* em 1996, o general Leônidas divulgou a informação de que Jover não apenas tinha delatado o endereço do Aparelho da Lapa, como também “ganhou um prêmio para delatar o seu partido”¹⁹⁰. Na entrevista exibida no canal Globo News em abril de 2010, ratificou a informação dada à *Veja* em 1996, de que Jover “recebeu uma recompensa em dinheiro” pelas suas informações. No mesmo ano, um mês antes da publicação da Revista *Veja*, o jornal *Folha de São Paulo*, publicou uma matéria onde afirmou que o “paradeiro do informante do DOI” era “desconhecido”.

A versão predominante é a de que vive praticamente escondido – para alguns em Canoas, região metropolitana de Porto Alegre; para outros, em Santa Maria, no centro do Estado. Nessas cidades não foi possível localizá-lo. A maioria dos integrantes do PC do B do Rio Grande do Sul, quando perguntam sobre o paradeiro de Teles, responde com a frase “não sei nem quero saber” – revelando rancor contra o ex-companheiro, apontado por todos como traidor. Um dos que não tem esse comportamento é Nelson Salles, secretário do PC do B, que quer localizar Teles, atendendo pedido da cúpula nacional do partido. Segundo ele, Teles teria problemas de coração e próstata. A Amadeo Rossi, fábrica de revólveres de São Leopoldo, negou que Teles tenha trabalhado na empresa, na qual teria se aposentado – uma das especulações em torno do ex-dirigente comunista. Outras são a de que ele viveria sob identidade falsa e teria feito uma cirurgia plástica para mudar a fisionomia¹⁹¹.

A divulgação destas notícias acabou reforçando a idéia da existência de um acordo entre Jover e a repressão, além de tornar mais pujante a imagem da delação que permitiu aos agentes do DOI chegarem ao Aparelho da Lapa. Entretanto, foram várias as peças do quebra-cabeças articuladas até que esta imagem adquirisse força e nitidez suficientes para eclipsar as trajetórias deste indivíduo. Cabe, desse modo, avançar neste desafio labiríntico que se apresenta – sua biografia –,

¹⁹⁰ Id., *ibid.*

¹⁹¹ SOUZA, Carlos Alberto. MANDIN, Ana Maria. Morte de 3 do PC do B terá indenização. Paradeiro do informante do DOI é desconhecido. *Folha de São Paulo*, 13 de julho de 1996, p.11.

buscando revelar o que ficou obscurecido por trás da delação, bem como entender na sua trajetória (e através dela) o que ainda não foi compreendido.

Capítulo 2

DAS MINAS PARA A HISTÓRIA

“[...] Vislumbro as altas torres de madeira sustentando polias, por onde deslizam os cabos de aço das gáveas de ferro, encimando escuros poços, de boca aberta, engolindo gente para o centro da terra, expelindo hulha sobre a superfície, no movimentar das gaiolas. Ouço ruídos da labuta de homens e crianças tismados de carvão, desbravando as entranhas da terra [...] o âmagô da terra feito de colmeia de negros favos. [...] Ouço o metralhar das máquinas cortadoras, ferindo o carvão de pedra. O ronco dos marteletes, furando a rocha; [...] envolvendo tudo e a todos em negra nuvem de pó; E mineiros internando-se em todas as direções, ocupando seus postos de trabalho. [...] Manolo.”¹⁹²

Manoel Jover Teles nasceu na cidade de São Manuel, em São Paulo, em 28 de julho de 1920¹⁹³. Seu Pai, Jeronymo Jover, e sua mãe, Mathilde Telles, eram espanhóis. Uma síntese biográfica publicada no periódico “Libertação”, na ocasião da campanha eleitoral de 1945 para o Legislativo Estadual do Rio Grande do Sul, informa que Manoel Jover Teles descendia de “uma família de mineiros”, e que

seus avós e seus pais nunca tiveram outra profissão. Seu pai, Jerônimo Jover Ocaña, ganhava a vida na mina de Linares, província de Jaen, na Espanha. Velho lutador operário, foi obrigado a emigrar por motivos políticos. E o velho mineiro fugido da reação brutal dos latifundiários ibéricos soube educar seus filhos na escola da luta e da solidariedade proletária.¹⁹⁴

Jover Teles¹⁹⁵ tinha cinco irmãos e duas irmãs. Eles chamavam-se Bráulio, Julião, “Nêne”, Antônio, Leon, Adélia e Gregória. “Nêne” era o apelido de “Jerônimo

¹⁹² TELES, Manoel Jover. [Manolo] *Evocação*. Poema lido na festa de homenagem aos mineiros, realizada na Sociedade Última Hora no mês de novembro de 1992. Arroio dos Ratos: Gráfica PBS, 1993. (há exemplares no acervo do Museu Estadual do Carvão).

¹⁹³ Conforme dados da sua carteira de identidade expedida em 11/07/1995, pelo Posto de Identificação de São Jerônimo. De acordo com o mesmo documento, seu estado civil era “viúvo”, tinha “1,80 metros” de altura, possuía “cor da pele: branca” e “cor dos olhos: castanho”.

¹⁹⁴ *QUEM* são os candidatos comunistas pelo Rio Grande do Sul. *Libertação*, 17-11-1945, p.3-6. Acervo do setor de pesquisa e imprensa do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa [G5KL]. “Libertação era um tipo de revista publicada semanalmente, órgão do Comitê Municipal do PCB”. Foi “substituída pela *Tribuna Gaúcha*” (MARÇAL, 2004, p.158).

¹⁹⁵ Também esclarecemos que o sobrenome “Telles” advindo da mãe, com as duas consoantes “ll” – característica da família espanhola -, encontra-se dessa forma no documento de identidade de Adelia e de Bráulio e em quase todos os documentos dos arquivos repressivos pesquisados sobre Manoel e textos de sua autoria. Todavia, na última expedição de sua “carteira de identidade”, ocorrida em 11-07-1995, em São Jerônimo-RS, a grafia do nome do pai “Jeronymo” passou para “Jeronimo”, a de

Jover Telles”, conforme texto publicado no jornal “Nossa Folha”, sobre a história do município paulista de “Cerquilha”, local onde a família de Jover se fixou quando chegaram da Espanha e onde havia uma mina de carvão¹⁹⁶.

As fontes que tivemos acesso referentes a sua família permitem dizer que alguns dos irmãos eram naturais da Espanha, assim como os pais, e que é possível que Manolo tenha sido o filho caçula, nascido no Brasil, em São Paulo. Isabel Gonçalves, sua segunda esposa, salientou que “todos os filhos homens trabalharam nas minas de carvão de Arroio dos Ratos juntamente com o pai, Jeronymo”. Ela salientou que “a irmã mais velha ajudou a criar a mais nova quando a mãe morreu”. A mãe de Manolo morreu quando ele tinha seis anos e sua irmã mais velha ajudou a criar os demais irmãos, além de “uma madrinha que morava em Porto Alegre e ajudou a criá-lo por algum tempo”¹⁹⁷. Um dos poemas manuscritos de autoria de Manolo, encontrados na pesquisa realizada em Santa Catarina, indica que esta irmã era Gregória.

Gregória

Como em frondosa árvore
De compridos galhos e espessa folhagem,
Nos aninhamos todos sob a proteção de tua sombra
Foste mãe querida de tuas filhas.
Para nós, órfãos, foste mais que irmã.
Foste mãe protetora, a mãe que conheci: minha mãe.
Agora resolveste descansar
Na longa viagem sem volta [...].
Na certeza de que estarás feliz [...]
E que breve estarei sentado
Ao teu lado, para voltar a sentir
de tuas mãos o afago nos meus cabelos
agora nevados, e tornar a ouvir a tua
voz chamando-me para conversar:
- Meu filho...
- Minha mãe!
16.09.2003

“Mathilde Telles”, para “Matilde Teles”, e a de “Manoel Jover Telles”, para “Manoel Jover Teles”. De acordo com a documentação pesquisada, Manolo assinou “Telles” na maior parte de sua vida. Entretanto, em um questionário respondido no Museu Estadual do Carvão, em 1997, e em sua ficha de cadastro no Grupo de Poetas Livres de Santa Catarina, preenchida de próprio punho em 2002 na cidade de Florianópolis, ele assinou “Teles” em conformidade com o seu RG expedido em 1995.

¹⁹⁶ Conforme explicou a filha de Jover Teles em entrevista concedida ao autor, “eles vieram da Espanha, se fixaram em São Paulo, em Cerquilha” (LIMA, I., 2009). Sobre o nome de “Nêne”, apoiamos-nos no vestígio do jornal “Nossa Folha” que, em matéria comemorativa aos 64 anos do município de Cerquilha, publicou: “Entre os funcionários da Mina de Carvão [mina localizada em Cerquilha], destacaram-se Benedito Morato, Arlindo Campana e Jerônimo Jover Telles (Nêne), que se tornaram vultos da história de Cerquilha” (MUNICÍPIO..., 2013, s.p.).

¹⁹⁷ Gonçalves (2011).

Manoel¹⁹⁸

Iracema lembra que o tio Julião Jover Telles “morreu por causa da mina, com o pulmão cheio de carvão”¹⁹⁹ – motivo, também, que explicaria a morte de Leon²⁰⁰. Sobre o tio Antônio, lembra-se de Manolo contar que “ele trabalhou um pouco nas minas e depois saiu para o mundo, e que seu corpo está enterrado em São Paulo”.

As fontes são insuficientes para recuperar com nitidez o como, o quando e o porquê da emigração da família de Manoel Jover Teles. O texto publicado pela *Libertação*, em 1945, salienta que seu pai era um “velho lutador operário”, mineiro, no município de Linares, província de Jaén, na Espanha. Diz ainda que “foi obrigado a emigrar por motivos políticos”²⁰¹. É possível, como publicou o periódico, que Jeronymo tenha sido um operário militante no espaço da(s) mina(s) de carvão daquela região, a Andaluzia.

Na Espanha, “o anarquismo surgiu com os operários de Barcelona, espalhando-se rapidamente entre os camponeses sem terras de Andaluzia e Valência”.²⁰² No final da primeira década do século XX, Linares apresentava sinais de uma efervescência sindicalista e anarquista e não era raro a publicação e difusão de folhetos anarquistas.²⁰³ Linares foi o “epicentro” do setor mineiro de Jaén no final do século XIX e, talvez não por acaso, em 1900, constituiu-se nesta cidade a *Federación de Sociedades Obreras de Resistencia* que “se daria bajo a los auspicios socialistas” e contaria em 1915 com três mil afiliados.²⁰⁴

¹⁹⁸ TELES, Jover. Gregória. Florianópolis, Santa Catarina, 2003. Acervo do Grupo de Poetas Livres de Santa Catarina [manuscrito].

¹⁹⁹ Lima, I., 2009.

²⁰⁰ O motivo da ação de agravo de Leon Jover Telles contra a Cia de Mineração foi o de ter adquirido uma “moléstia profissional”, comprovada no processo judicial por avaliação médica e conhecida como “antracose pulmonar”. Ver processo 1.734 de 1942 do Tribunal de Apelação do Estado do Rio Grande do Sul do Arquivo Unificado da Justiça do Trabalho de Porto Alegre.

²⁰¹ QUEM são os candidatos comunistas pelo Rio Grande do Sul. *Libertação*, 17-11-1945, p.3-6. Acervo do setor de pesquisa e imprensa do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa [G5KL]. “Libertação era um tipo de revista publicada semanalmente, órgão do Comitê Municipal do PCB”. Foi “substituída pela *Tribuna Gaúcha*” (MARÇAL, 2004, p.158).

²⁰² WOODCOCK, George. Anarquismo: introdução histórica. In: _____(org.). *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: LP&M, 1981, p.42.

²⁰³ Ver SORIANO, Ignacio C.; MADRID, Francisco. *Antología documental del anarquismo español*. VI. Bibliografía e historiografía. 4ª Ed. , s.n., out. 2010.

²⁰⁴ EGEA BRUNO, Pedro Mª. Conyectura minera y clase obrera em Linares (1882-1886). *Revista de Historia Contemporánea*. nº5, 1991, p. 137-156.

Estudos indicam que entre o final do século XIX e início do século XX os mineiros de Linares padeceram com uma crise econômica e com a ausência de regulamentações trabalhistas.²⁰⁵ A crise trouxe-lhes o desemprego e o aumento das condições precárias de trabalho, com jornadas laborais cada vez mais abusivas, além de problemas com alimentação, posse de terra e moradia. Não é impossível que naquele contexto, portanto, o pai de Manoel Jover Teles tenha exercido alguma militância na luta por condições mais dignas de sobrevivência e que, por isso, tenha tido problemas para continuar em Linares. É preciso relativizar, todavia, quando o texto de *Libertação* diz que Jeronymo foi “obrigado a emigrar por motivos políticos”. Para lembrar Michel de Certeau²⁰⁶, parece notório que aquele texto jornalístico de 1945, publicado no contexto das campanhas eleitorais do pós-redemocratização, tenha se constituído a partir de algumas “operações que regularam sua escrita”. Existe um esforço para a “fabricação de um objeto” (Jover Teles, o candidato ideal dos comunistas) que, simultaneamente, ocorre através da “ocultação/deturpação do sentido” (o pai emigra apenas por motivos políticos) e da ênfase na mensagem da ascendência operária/militante. Estas operações da escrita, percebidas na leitura de *Libertação* sobre a biografia de Jover Teles, imputavam-lhe certas qualidades e condições para a materialização do “candidato ideal” naquele contexto de campanha do PCB ao legislativo estadual do Rio Grande do Sul. A rigor, o contexto econômico de Linares, sobretudo para os mineiros de Jaén, permite-nos inferir que o motivo da emigração da família de Jover Teles não pode ser explicada apenas pelo viés da perseguição política. Um *Informe* de um engenheiro chefe das minas de Linares, datado de 5 de dezembro de 1883, já apontava, por exemplo, que “las grandes crisis se han resuelto con la emigración”.²⁰⁷

Os andaluzes, juntamente com os galegos, foram os espanhóis que tiveram maior participação no contingente de imigrantes hispânicos no Brasil.²⁰⁸ Elda Martínez salienta que os indivíduos que provinham da Andaluzia superlotavam o porto de Gibraltar, onde existiam duas Agências de Recrutamento. Essas agências contavam com o trabalho dos *ganchos*, “emissários que eram enviados às

²⁰⁵ EGEA BRUNO, op.cit.; DURÁN, Francisco Entrena. Mobilização social na Andaluzia: do radicalismo à institucionalização. *Análise Social*, vol. XXXVI (158-159), 2001, p.329-364; ROMERO-BALMAS, Gregorio Nuñez. La historiografía minera en Andalucía: estado de La cuestión, fuentes y perspectivas. *Revista de Historia Contemporánea*, nº1, 1982, p.255-261.

²⁰⁶ CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

²⁰⁷ Enrique Naranjo de la Garza, 1883, apud Egea Bruno, id., p.148.

²⁰⁸ FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. SP: Edusp, 2000.

províncias” e que “sempre com o chamariz da passagem gratuita e com base numa propaganda persistente e sugestiva” atraíam lavradores e mineradores pobres juntamente com suas famílias.²⁰⁹

Ao analisar uma publicação do *Instituto Español de Emigración* de 1916, Martínez configura a provável trajetória percorrida pela família de Jover Teles até o porto de Gibraltar, quando vieram para o Brasil:

Chegava-se a Gibraltar por dois caminhos: os imigrantes oriundos das províncias e de Múrcia de barco até porto Mayorga. Por sua vez, os imigrantes do interior da Península – Salamanca, Extremadura, León – viajavam de trem até San Roque. As duas localidades estão situadas nos arredores de La Línea. Em San Roque eram alojados num refúgio para emigrantes, “albergue de emigrantes planejado na ilegalidade, cimentado pela iniquidade, forjado e erguido com espólios de sua pobreza”. De San Roque a La Línea iam caminhando: o trajeto era percorrido em cerca de três horas. Uma vez chegados a esta localidade, pagavam alguma quantia para se registrarem como moradores da região, pois os residentes de Campo, no extremo sul da Espanha, conseguiam uma licença sem qualquer requisito prévio. Só então podiam cruzar o estreito de Gibraltar; era comum, no entanto, ficarem sabendo ali mesmo que o barco ainda demoraria alguns dias para partir, o que os obrigava a regressar a La Línea.²¹⁰

Pela localização geográfica de Linares e a distância desta cidade em relação aos portos citados no excerto acima, é provável que o caminho percorrido pela família de Jover Teles até Gibraltar foi aquele realizado de trem até San Roque.

Iracema, filha de Manoel Jover Teles, ao falar sobre a chegada dos avós, destacou:

Meu avô era imigrante espanhol. Por que foi uma casualidade. Meu avô era pra ter ido em um navio para os Estados Unidos, com dois filhos mais velhos, irmãos de meu pai, e a esposa dele, minha vó. Eles chegaram no porto e o navio havia partido. Restava no porto o navio que vinha para o Brasil. Então, sem querer, vieram para o Brasil. Na realidade, eu tenho muitos parentes nos Estados Unidos. Então, eles vieram da Espanha, e se fixaram em São Paulo [...].²¹¹

A emigração espanhola, sobretudo a andaluza, caracterizou-se por ser subsidiada. Todavia, conforme percebemos no trabalho de Martínez, a subvenção

²⁰⁹ Martínez, 2000, p.244-245.

²¹⁰ Id., *ibid.*, p.243-244.

²¹¹ Lima, I. , 2009.

implicou, também, no funcionamento de uma rede de pessoas e estabelecimentos que lucravam com a exploração dos escassos recursos dos emigrantes até a sua partida. Inebriados com a propaganda da viagem gratuita, a família de Jover Teles, como outras naquele contexto, decidiu deixar a cidade de Linares. Levados até a cidade de La Línea de la Concepción, a família de Jeronymo Jover pode ter aguardado “dias, ou até semanas, a chegada de um navio”²¹², hospedada em albergues que lucravam com as diárias que eram cobradas até que se efetivasse o embarque. Nesta perspectiva, a vinda da família de Jover Teles pode não ter sido mera “casualidade”, como afirmou Iracema. Pois, se Jeronymo e Mathilde, que não conseguiram embarcar com os filhos no navio que supostamente iria para os Estados Unidos, fossem esperar uma próxima embarcação para o mesmo destino, teriam que retornar às hospedagens de imigrantes de La Línea, aumentando suas despesas antes da viagem. A realidade econômica da família, desse modo, pode ter influenciado a decisão de viagem. Por outro lado, esta “casualidade” referente à vinda para São Paulo, como destacou Iracema, também é muito improvável. Em São Paulo, como identificou Martínez, os imigrantes da Andaluzia representavam 60% do total de imigrantes espanhóis. Para estes, “a alternativa de emigrar só foi escolhida a partir do momento em que se tornou possível fazê-lo gratuitamente”. Uma “característica decisiva da emigração espanhola”, sublinhou Martínez, era o fato de que só iriam para as fazendas de café “aqueles que não tinham dinheiro para comprar uma passagem que lhes permitisse emigrar para a Argentina, Uruguai ou Cuba”²¹³. Portanto, acreditamos que a vinda da família de Jover Teles para o Brasil deve estar em consonância com o que descreveu um *Boletín de la Dirección General de Emigración*:

Os andaluzes, por outro lado, seduzidos com as promessas da propaganda feita pelo estado de São Paulo, chegam com toda sua família, carregados com o peso das bocas de uma porção de pessoas menores de idade que não podem trabalhar. Muitas vezes venderam na Espanha o pouco que possuíam para trazer a este país recursos que quase sempre se esgotaram em Gibraltar, em gastos de hospedagem, enquanto esperavam o barco.²¹⁴

²¹² Martínez, 2000, p.243.

²¹³ Martínez, id., p.251.

²¹⁴ Citado por Martínez, 2000, p.259.

Não se sabe quanto tempo Jeronymo e Mathilde ficaram em São Paulo, nem se chegaram a se estabelecer em alguma fazenda de café. O que podemos afirmar é que a chegada ao Brasil não ocorreu antes de 1907, pois neste ano nascia em 14 de julho, na Espanha, a filha Adelia.²¹⁵ Além disso, segundo Iracema, a família ficou concentrada durante um tempo no município conhecido atualmente como Cerquilha, em São Paulo, local onde havia uma mina de carvão e onde um dos irmãos de Manoel Jover Teles, Jerônimo, ali se fixou. Tampouco conseguimos explicar como foram atraídos para as minas de carvão de São Jerônimo e como teria surgido a decisão de partirem para a região carbonífera do Rio Grande do Sul. Referindo-se a Manoel Jover Teles, o periódico *Libertação* publicou, em 1945, que “em 1921 sua família veio para o Rio Grande do Sul, em viagem direta para as minas de carvão de São Jerônimo [...]”²¹⁶. Em 1997, respondendo a um questionário do Museu Estadual do Carvão, Manoel Jover Teles informa que quando chegou a Arroio dos Ratos tinha “oito meses de idade”²¹⁷. Portanto, ficará este hiato entre a chegada a São Paulo e a vinda para Arroio dos Ratos que não ocorrera “em viagem direta para as minas de carvão”, como publicou *Libertação*.

2.1 Tisnado de carvão: a vida no tempo das minas

De acordo com as informações do questionário respondido para o Museu Estadual do Carvão, Manoel Jover Teles chegou em Arroio dos Ratos em meados de março de 1921.

Quando Jover Teles e sua família chegaram em Arroio dos Ratos, o local ainda era distrito ou “vila” de São Jerônimo. Sua emancipação ocorreu em 1964 e sua história está diretamente ligada à extração de carvão. Nos relatórios dos presidentes da Província do final da primeira metade do século XIX, consta que já havia notícias da existência de carvão mineral no solo de São Jerônimo em data

²¹⁵ Informações baseadas na carteira de identidade de Adelia Jover Perez, que substitui o sobrenome “Telles” por “Perez” após casar-se.

²¹⁶ *Libertação*, 17-11-1945, p.6.

²¹⁷ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Museu Estadual do Carvão. Questionário respondido por Manoel Jover Teles em 12/09/1997. Pasta “Entrevista - mineiros”, acervo do Museu Estadual do Carvão. Acesso em fevereiro de 2012. Contudo, em um pronunciamento realizado na Câmara de Vereadores de Arroio dos Ratos, em 1993, Jover Teles diria que sua “família, pais e irmãos, chegou a Arroio dos Ratos, no ano de 1920”. No entanto, coerentemente com a maioria das fontes, acreditamos que a informação correta é que ele tenha chegado no início de 1921, antes de realizar um ano de idade.

anterior a 1850²¹⁸. Independente da discussão sobre o local exato em que foi descoberta a primeira jazida, foi à margem esquerda do Arroio dos Ratos, na “Serra do Herval”, que a indústria carbonífera se desenvolveu com a chegada do inglês James Johnson. Em 1853 ele foi incumbido pelo Presidente da Província, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, de explorar e testar o carvão da região. O carvão foi muito utilizado durante a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, tanto no Brasil como na Europa, devido à escassez de carvão e petróleo a nível internacional. Quando Manoel Jover Teles chegou nas “Minas dos Ratos”, em 1921, a região vivia um período de pico de produção devido ao contexto da Primeira Grande Guerra.

A exploração do carvão na região de São Jerônimo ficou a cargo de mais de uma empresa até que Manoel Jover Teles começasse a trabalhar nas minas, no início dos anos 30. Em 1866, o inglês James Johnson conseguiu do governo imperial o direito de explorar carvão na mina descoberta, na localidade de Arroio dos Ratos, então pertencente a São Jerônimo. Com os privilégios recebidos, Johnson voltou para o seu país e conseguiu capital e mineiros profissionais. Regressou a São Jerônimo trazendo consigo doze famílias inglesas mineiras. Em 1872, D Pedro II concedeu a “The Imperial Brazilian Collieries Comp. Limited” (empresa carbonífera “do Arroio dos Ratos” constituída em Londres, 1871, sociedade organizada com capitais ingleses, por James Johnson) autorização para funcionar. A exploração de carvão em São Jerônimo entrou assim, na fase real de trabalho. Para a eficiência do transporte, a Brazilian Collieries, em 1873, construiu uma Via Férrea das Minas do Arroio dos Ratos à Vila de São Jerônimo, com ponto terminal no denominado “Porto do Carvão”, “Porto Velho”, na margem do rio Jacuí. Contudo, o andamento comercial da empresa declinava. James Johnson retirou-se da direção da empresa que, em 1875, passou às mãos do novo gerente, William Tweede, também inglês. A mineração tomou alguns ares por mais algum tempo, mas Tweede não conseguiu fixar o equilíbrio da empresa e esta faliu, sendo seu acervo vendido em 1880. Uma firma comercial de Porto Alegre, que já havia trabalhado com mineração, sendo concessionária desde 1878, lavrou e arrematou o acervo da empresa fundada por Johnson. Assim, nesse ano, a firma denominada Holtzwersig e Cia, passou a adquirir o direito de exploração. A empresa Holtzwersig e Cia floresceu, mas em 1883 houve nova mudança. Uma nova empresa de capitais nacionais, a Cia. Minas

²¹⁸ Silveira, 2000.

de Carvão do Arroio dos Ratos, substituiu a Holtzwersig e Cia. Em 1889, a Companhia foi à liquidação judicial. Nesse mesmo ano, uma nova firma surgiu, era a Cia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, com sede no Rio de Janeiro²¹⁹. Cristina Ennes da Silva, que realizou um estudo aprofundado sobre as Companhias de mineração em seu doutoramento, salienta que, “nas primeiras décadas do século XX”, encontrou “registros da atuação de três companhias de mineração na região”. Segundo ela, essas empresas “diferiam em suas razões sociais e terreno de extração”, todavia, ao analisar “o corpo acionista de cada uma delas”, observou “a presença das mesmas pessoas, as quais se alternavam temporalmente entre os cargos das empresas”²²⁰. Quando Manolo começou a trabalhar como mineiro na década de 1930, ocorreu uma fusão das empresas “Cia. Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo” com a “Cia. Carbonífera do Butiá”, surgindo o CADEM – Consórcio Administrador de Empresas de Mineração. A partir daí foi o CADEM que administrou o complexo da mineração de carvão em São Jerônimo e em Butiá. Em Arroio dos Ratos, distrito de São Jerônimo na época, hospital, escolas, telefones, água, luz, terras, etc. eram propriedades do CADEM, situação que, segundo Sulzbach, “levou o minerador a uma dependência generalizada pela Cia. Mineradora”²²¹. A habitação da família de Jover Teles, não diferente da maioria esmagadora dos mineiros, também pertencia ao CADEM, alvo das críticas de Manolo quando este iniciou sua militância política.

Durante sua infância e juventude, Manoel Jover Teles viveu com sua família em uma casa “de madeira” e “alvenaria”, “cedida”, “de aluguel”, no estilo do que chamavam “república”²²², característica comum em relação às habitações dos mineiros na Região Carbonífera do Rio Grande do Sul.

²¹⁹ Informações baseadas em reportagens do Correio do Povo do ano de 1953 e que resultaram na primeira parte do artigo de Silveira (2008).

²²⁰ SILVA, Cristina Ennes. Nas profundezas da terra: um estudo sobre a Região Carbonífera do Rio Grande do Sul (1883/1945). 2007, 392 p. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

²²¹ Sulzbach, 1989, p.18.

²²² ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Museu Estadual do Carvão. Questionário respondido por Manoel Jover Teles em 12/09/1997. Pasta “Entrevista - Mineiros”, acervo do Museu Estadual do Carvão, p.2, questão nº 6.



Figura nº 2: foto de uma “república” de mineiros de São Jerônimo²²³.

Sobre a moradia na época em que foi mineiro, Manolo denunciaria à Tribuna Popular:

Os mineiros vivem completamente desamparados, com salários os mais baixos que se possa imaginar. Habitam casas de madeiras ou pequenos ranchos, aos bandos, como se fossem animais, havendo casos de morarem 16 pessoas nesses ranchos. Na maioria das vezes moram duas ou três famílias em cada casa, porquanto não há dinheiro para se darem ao luxo de ter cada uma a sua residência. Muitas casas são construídas pelos mineiros que se tornam assim seus proprietários. Entretanto o terreno é da Companhia e com a saída dos trabalhadores as casas passam à propriedade daquela²²⁴.

Cornélia Eckert, em sua dissertação *Os homens da mina*, ao se referir à modalidade de habitação de Arroio dos Ratos, salientou que esta não se diferenciava das vilas operárias de fábricas e minas que, conforme Eva Blay, caracterizou-se como uma das primeiras soluções coletivas encontradas pelos

²²³ Acervo de imagens do Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos, Pasta “imagens”, F4RP. Digitalização realizada pelo autor em julho de 1999. Esta imagem também aparece como ilustração no livro de Sulzbach (1989, p.37) intitulada por ele como “primeiras repúblicas”.

²²⁴ SÃO JERÔNIMO é um inferno de carvão. Tribuna Popular, 18 de janeiro de 1946, p.1.

padrões no contexto da emergência da indústria capitalista²²⁵. As “casas geminadas que formavam uma longa fileira” ao longo das ruas faziam parte de um sistema de controle que, não raro, exercia papel imobilizador do operário através da moradia.

A Companhia fornece casas aos mineiros cujo aluguel é descontado no salário. O controle ideológico que ela mantém sobre a expansão da vila operária estende-se sobre outros domínios do cotidiano dos mineiros e de suas famílias. A Companhia constrói a Igreja Católica, o hospital, a escola e mantém a venda (mercearia) [...]. Trata-se de uma relação totalizante com a Empresa, a qual domina esta relação não só na esfera do trabalho, mas também na condição de habitação, de tempo livre e de lazer do mineiro, de educação, e da religião²²⁶.

As informações obtidas nas entrevistas realizadas com alguns familiares corroboram com a informação dada por Manoel Jover Teles no questionário pesquisado no Museu Estadual do Carvão sobre vários aspectos²²⁷. Um deles diz respeito ao início de suas atividades como mineiro. Segundo estas fontes, ele começou a trabalhar aos onze anos de idade, em 1931, no *Poço Um* de Arroio dos Ratos, nas funções guincheiro, cartucheiro e furador, as quais serão explicadas no decorrer do capítulo.

O local denominado *Poço Um*, em Arroio dos Ratos, abrange o espaço onde atualmente funciona o Museu Estadual do Carvão. Ambiente peculiar no complexo da mineração de carvão do Estado, o *Poço Um* abrigou uma variada gama de funções e atividades de mineração, tanto na superfície como no subsolo, e, também, o local onde funcionou a primeira Usina Termelétrica do Brasil²²⁸. Quando Jover Teles começou a trabalhar no *Poço Um*, vislumbrou “as altas torres de madeira”, os “escuros poços de boca aberta, engolindo gente para o centro da terra”, viu “uma

²²⁵ BLAY, Eva Alterman. Dormitórios e Vilas Operárias: o trabalhador no espaço urbano brasileiro. In: VALLADARES, Licia do Prado (org.). Habitação em Questão. RJ: Zahar, 1980, citada por ECKERT, 1985, p.8

²²⁶ Eckert, 1985, p.8.

²²⁷ Lima, I. (2009), Gonçalves (2011) e Maio (2011). Sobre o questionário respondido por Manoel Jover Teles em 12/09/1997, ver nota de rodapé número 24.

²²⁸ Cfe. Silveira (2008), A versão oficial que consta nos documentos do Museu Estadual do Carvão é de que a Usina fora inaugurada em 1924, sendo desativada no final da década de 1950, aproximadamente. Alguns mineiros, entretanto, explicam que o ano de 1924, que é usado pela instituição, não é correto, pois, segundo eles, antes desta data já havia intenso trabalho nas caldeiras. A confusão pode ter ocorrido ou reforçada pelo fato de um dos prédios frontais da estrutura da antiga usina conter a inscrição do ano 1924 em algarismos romanos, ano no qual, segundo alguns mineiros, ocorreu apenas a inauguração de uma nova caldeira e não o início das atividades da usina ou do Poço Um.

legião de homens marchando pelos caminhos, parecendo pirilampos pelo balanço dos lampiões de acetileno fazendo piscar a chama ao vento”²²⁹. Neste local possível de se fazer perder um garoto de onze anos, funcionava, dentre outras coisas, as caldeiras da usina que produziam energia elétrica para a cidade e municípios vizinhos, bem como funcionavam as oficinas onde eram construídas as ferramentas e as vagonetas para o trabalho, a madeireira, o carregamento e o transporte de carvão através de “Maria-fumaça” e, também, o prédio administrativo da Cia. Mineradora.

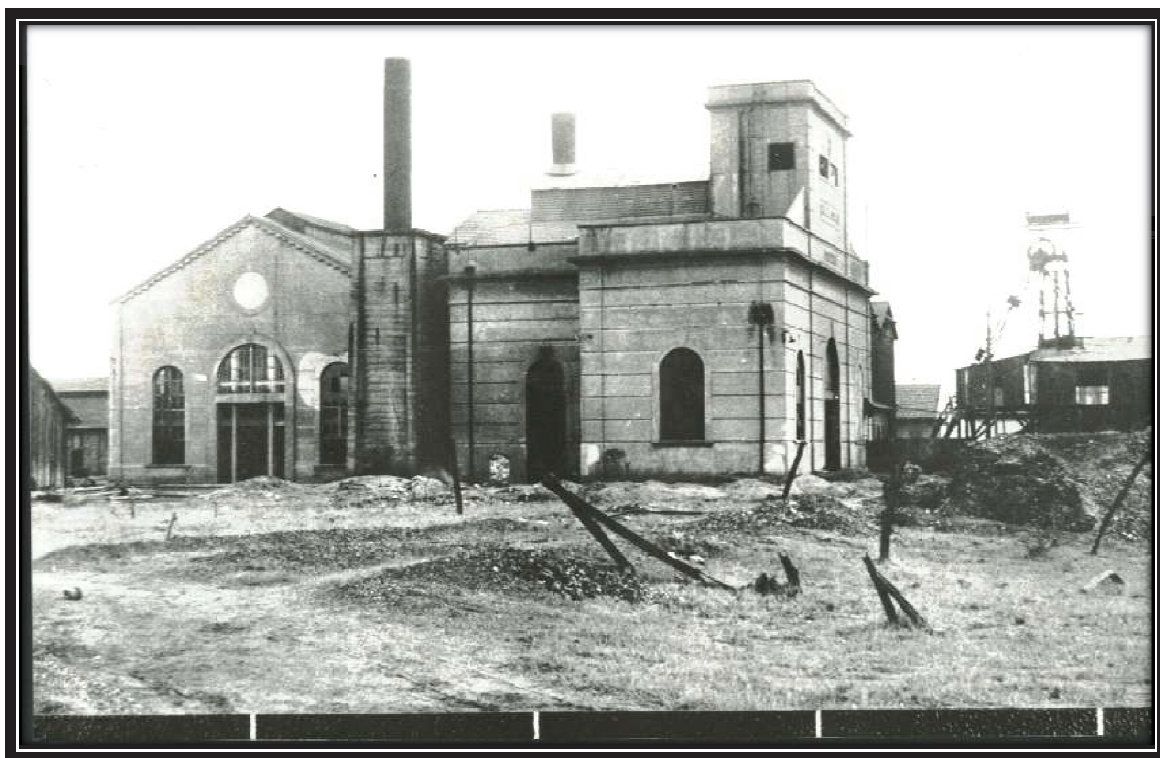


Figura nº 3: “Vista Geral do Poço Um”²³⁰

²²⁹ Teles , 1993a, s.p.

²³⁰ Acervo de imagens do Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos, Pasta “imagens”, FRT 299, “Vista Geral do Poço Um”. Digitalização realizada pelo autor em julho de 1999.



Figura nº 4: “Mineiros na espera da troca de turno”²³¹.

Isabel Gonçalves salientou: “o pai e os irmãos de Manolo até nem queriam que ele trabalhasse”, mas, devido às insistências do jovem que “queria trabalhar fora como o pai e os irmãos”, com onze anos ele desceu pra baixo da mina²³². Quando Manolo começou a trabalhar nas minas os acidentes de trabalho eram muito frequentes. Em 1931, ano provável de seu ingresso no subsolo como ajudante de seu pai, as notícias de acidentes ventilavam nas galerias, talvez até mais do que o próprio oxigênio que havia para os mineiros respirarem. Acidentes com crianças e adolescentes também eram comuns. Em 1929, por exemplo, ainda continuava em trâmite um processo contra a Cia. de Ferro e Minas de São Jerônimo, movido pelo operário Carlos Wietzorecki, pela morte de seu filho Otto, um menor de 14 anos que faleceu ao sofrer um acidente em serviço da empresa²³³. As cenas de acidentes

²³¹ Acervo de imagens do Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos, Pasta “imagens”, FRT 288, “Mineiros na espera da troca de turno”. Digitalização realizada pelo autor em julho de 1999.

²³² Gonçalves, 2011, s.p.

²³³ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Ação de acidente de trabalho nº 2885 da 2ª Comarca do Superior Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul - APERS. Autor: Carlos Wietzorecki; Ré: Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Cartório Cível e criminal, maço 54, est.05, São Jerônimo.

geralmente fazem parte das memórias dos operários²³⁴. Talvez, por isso, o pai de Manolo teria ficado reticente quanto ao ingresso do filho, ainda tão jovem, em um espaço de trabalho tão perigoso. Leon Jover Teles, um dos irmãos de Manolo, começou a trabalhar na mina em 1928, com 13 anos de idade, no mesmo ano em que morreu o garoto Otto.

Em 1942, Leon estava com 26 anos quando moveu um processo judicial contra a Cia Mineradora, solicitando uma indenização de “dez contos e oitocentos”, por “ter contraído a moléstia profissional do mineiro, antracose, que o tornou total e permanentemente incapaz para qualquer trabalho”. A doença e a situação de incapaz foram confirmadas em laudo médico anexado ao processo, bem como as radiografias dos pulmões do jovem mineiro. A Cia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, ré no processo de autoria de Leon Jover Teles, apresentou sua defesa alegando que os males de que se queixava o autor da ação não constituíam doença profissional e que, por este motivo, não lhe cabia o direito de exigir indenização da empresa. A Cia considerou o laudo médico “deficiente” e exigiu que Leon fosse submetido à nova perícia técnica por um dos “médicos especializados em medicina legal” do estado. Para isso, a empresa se propôs a assumir todas as despesas que fossem necessárias para a realização dos novos exames, bem como em relação ao transporte e a hospedagem do operário²³⁵.

Outro irmão de Manolo, Braulio Jover Telles, entrou com processo na justiça em outubro de 1946 contra a mesma Cia. Mineradora. Ele também trabalhava no subsolo como furador e, por ter se recusado a trabalhar em um domingo, recebeu suspensão por três dias. Empregado desde 1932, Braulio entrou na justiça requerendo o pagamento dos dias de suspensão. No processo, alega ter pedido à empresa para trabalhar no sábado à noite e que a mesma não permitiu. Segundo a versão de Braulio, contida nos autos, o capataz teria lhe perguntado se sua falta tinha alguma “relação com política”. Braulio disse ter respondido não decorrer de política, “mas unicamente de uma questão íntima”. Dentre os argumentos do

²³⁴ Ver Klován (2009), Silveira (2008), Silva (2007), Cioccarri (2004); Sulzbach (1989); Eckert (1985), e entrevistas realizadas com mineiros, no ano de 2002, pelo antigo Centro de História do Estado do RS (Acervo do Arquivo Histórico do RS, em POA, projeto “Memória Mineira”).

²³⁵ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo 1.734. Ação de Acidente de Trabalho. Tribunal de apelação do estado do Rio Grande do Sul, Acervo de processo judiciais do Arquivo Judicial Centralizado de Porto Alegre. Autor: Leon Jover Telles; Ré: Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, 1942, fls. 19-23. Leon Jover Telles ganhou a ação impetrada.

operário estava a necessidade de visitar a filha e outros dois filhos doentes em um hospital. A pergunta do capataz é melhor compreendida em uma passagem da tese de Clarice Speranza, quando a autora realiza uma análise quantitativa das ações impetradas pelos operários da mineração na Justiça do Trabalho de São Jerônimo, entre 1946 e 1954. Conforme explicou,

O número de resultados totalmente favoráveis aos trabalhadores da mineração na Justiça do Trabalho foi significativamente maior em 1949 e em 1951. O fenômeno se deve, em 1949, aos diversos processos plúrimos impetrados pelo Sindicato e pelos trabalhadores para o cumprimento da Lei 605. Em 1951, a porcentagem de vitórias também sobe devido a processos coletivos, impetrados por 202 mineiros, desta vez para o pagamento de um domingo não-trabalhado devido às eleições (a Companhia Carbonífera do Butiá condicionou a folga dada no dia do pleito à jornada compulsória no domingo posterior; quem não trabalhou, perdeu o descanso semanal remunerado e também a gratificação por frequência).²³⁶

Em 28 de novembro do mesmo ano, a justiça cancelou a suspensão de Braulio e condenou a empresa a pagar o valor referente aos dias suspensos, acrescentando as custas do processo²³⁷.

Em 1947, após Jover Teles assumir uma vaga de suplente na Assembleia Legislativa do Estado, o tema da regulamentação do dispositivo constitucional que concedia o pagamento dos dias de trabalho de feriados e domingos seria um dos temas de sua reivindicação. Em 16 de setembro daquele ano, por exemplo, Jover discursou solicitando a aprovação da indicação que pedia uma imediata regulamentação do dispositivo constitucional que concedia o pagamento dos dias feriados e domingos aos operários²³⁸.

Em 1993, em palestra proferida na Câmara de Vereadores de Arroio dos Ratos, Jover Teles salientou:

²³⁶ SPERANZA, Clarice Gontarski. Cavando direitos. As leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50. Tese (Doutorado em História). IFCH / PPGH Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012, p.101-102.

²³⁷ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo 118/46. Acervo do Memorial da Justiça do Trabalho (Junta de São Jerônimo). Reclamante: Braulio Jover Telles; Reclamado: Cia Estrada de Ferro e Minas São Jerônimo. Porto Alegre, Memorial da Justiça do Trabalho, Caixa 5, fls. 15-17.

²³⁸ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais da Assembléia Legislativa, Volume IX, Setembro de 1947, 48ª Sessão, em 16 de setembro de 1947, p.405.

Como a maioria dos meninos, filhos de mineiros, também eu descí à profundidade da mina (poço 1) aos onze anos de idade, para trabalhar como cartucheiro na galeria do Luiz Gago, mister que consistia em fazer-me, nessa idade, lidar com pólvora, dinamite, espoletas, papel de cartucho, estopim, etc. Até a idade de 24 anos, além de cartucheiro, exerci as seguintes atividades: Cortador, Furador, Guincheiro, Tocador de Carros, Madeireiro, etc²³⁹.

Sobre os cargos que Manolo desempenhou no *Poço Um*, eram, quase sem exceção, trabalhos realizados no subsolo. De todas as funções desenvolvidas nos subterrâneos das minas de carvão, a de “Furador” foi a principal, também desempenhada por seu pai e seus irmãos. Sua filha Iracema, lembra das explicações do pai sobre a função: “ele usava aquela britadeira de ombro, perfurava para tirar o carvão. Tanto é que ele ficou surdo do ouvido esquerdo devido a este trabalho que ele fazia”²⁴⁰. Em entrevista concedida ao jornal *Tribuna Popular*, em 1946, Manoel Jover Teles destacaria:

Como operário especializado que é, Manoel Teles dá-nos agora detalhes esclarecedores sobre o trabalho na mina. Ele é furador, isto é, o operário que com uma perfuratriz, desloca os grandes blocos de carvão. É ele quem fala:- “O furador é o mais bem pago da mina. Tem um salário fixo de 19 cruzeiros e cinquenta centavos por dia e uma porcentagem de 8 cruzeiros e cinquenta centavos sobre cada tonelada de carvão que desloca. É uma espécie de “semi-empregada” [...]”²⁴¹

A infância no tempo das minas parece ter sido, no mínimo, amarga ao menino Manolo. Órfão de mãe aos seis anos de idade, ele começou a laborar ainda cedo nas profundezas das galerias de carvão. Pouco antes de completar 27 anos, proferindo o mais longo de seus discursos como deputado estadual na Assembleia Legislativa, Manolo fazia diversas denúncias contra o CADEM, ao defender a encampação das minas de carvão pelo governo gaúcho:

O ambiente de trabalho em que vivem os mineiros é dos piores possíveis. Trabalha o mineiro num ambiente de completa insalubridade. [...] Os próprios contratos de trabalho usados pelo CADEM são contratos que

²³⁹ Teles, 1993b.

²⁴⁰ Lima, I. , 2009.

²⁴¹ SÃO JERÔNIMO é um inferno de carvão. *Tribuna Popular*, 18 de janeiro de 1946, p.1.

lesam, de fato, a dignidade e não permitem ao mineiro subsistir ao rude trabalho por espaço máximo de 10 a 15 anos. [...] Podemos afirmar que em parte nenhuma do nosso país existe uma empresa que tenha a coragem de ridicularizar as nossas leis, burlando-as em quase todo seu conteúdo, como o famigerado CADEM. Ainda há pouco tempo atrás, os próprios mineiros, que, como sabemos, trabalham na escuridão completa, que necessitam, portanto, de um lampião de acetileno, ainda há pouco tempo, dizia, os próprios mineiros compravam esse acetileno com seus parcos salários. [...] Ainda há mais. A alpercata é um calçado especial que se usa nas minas e só com eles é possível trabalhar. Pois bem, a Consolidação das Leis de Trabalho manda que a empresa forneça esse calçado adequado a natureza especial do serviço, mas essa alpercata é comprada pelos próprios mineiros. Também a Consolidação das Leis do Trabalho diz que toda empresa onde exista mais de 300 operários fica obrigada a manter refeitório para seus operários. No CADEM não existe nada disso. [...] Foi tendo em vista esses problemas que o meu Partido, o glorioso Partido Comunista do Brasil, incluiu no seu programa mínimo um ponto que diz respeito à encampação das minas de São Jerônimo. Quais seriam os benefícios que tiraria o povo da encampação? Em primeiro lugar alegar-se-ia: “Onde buscar dinheiro essa encampação?” Responderia eu: Vamos encampá-las pelo custo histórico, porque os próprios diretores do CADEM nunca se furtaram a dizer que, se faziam cinemas, se construíam praças, se calçavam ruas, era para empregar os lucros extraordinários e não pagar o imposto ao Governo. Quer dizer que muita coisa que existe na superfície é do próprio Governo²⁴².

O referido discurso de Jover Teles é um dos principais textos deixado por ele sobre sua experiência como operário nas minas de carvão. De início, ele comenta que desde que entrou naquele parlamento planejava falar sobre as condições de trabalho nas minas de São Jerônimo. Esclareceu que a “motivação para o discurso” foi uma matéria lida no jornal *Correio do Povo*, naquele mês de junho de 1947, a respeito de um “projeto de decreto-lei de importação de carvão estrangeiro”. Jover problematizou a notícia, especialmente o discurso do CADEM sobre a “baixa produção das minas de São Jerônimo”. Ele recorda ao parlamento um decreto de agosto de 1946 no qual o governo federal concedeu “isenção de direitos de importação e das demais taxas aduaneiras para o carvão que fosse adquirido pela Viação Férrea para o seu consumo” durante aquele ano. No mesmo discurso, criticou reportagens da mídia sobre o CADEM (“matérias pagas que escondem arbitrariedades”), sugeriu esquemas de corrupção e de controle por parte das Companhias de Mineração que integravam o CADEM, citando, por exemplo, o caso de uma impetração de dissídio coletivo pelo sindicato dos mineiros na Justiça do

²⁴² ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais da Assembléia Legislativa, Volume IX, Setembro de 1947, 48ª Sessão, em 16 de setembro de 1947, p.405-407. Texto reproduzido em Teles (1993b) e Telles (1962; 1981).

Trabalho, em 1946, ocasião em que um representante do Ministério do Trabalho realizou uma visita nas minas e, após escrever parecer favorável aos mineiros em determinado relatório, acabou sendo exonerado de seu cargo. Manolo descortina, também, o esquema de trabalho “por empreitada” sob o qual muitos cargos do subsolo ficavam submetidos:

Através dessas reportagens, o CADEM esconde todas as arbitrariedades que comete naquele feudo, que são as minas de São Jerônimo. Diz que um furador ganha Cr\$ 8,50 por tonelada de carvão e que tira de 17 a 20 toneladas diárias, e que, portanto, faz um grande ordenado por dia. Mas Sr. Presidente, e ilustres Representantes do Povo, o que o CADEM não diz nas suas reportagens é o seguinte: que de fato um furador que trabalha por empreitada tira Cr\$ 8,50 por uma tonelada de carvão, mas que desses Cr\$ 8,50, o furador paga para o tocador de carros Cr\$ 3,50 (três cruzeiros e cinquenta centavos) por tonelada, e Cr\$ 1,20 por quilo de pólvora, Cr\$ 0,13 por pé de estopim; Cr\$ 25,00 pelo quilo de dinamite, Cr\$ 3,60 pelo quilo de papel, Cr\$ 18,00 como diária de seu cartucheiro, e Cr\$ 20,00 para seu encarregado e que no fim das contas, quando um furador tira 400 ou 500 toneladas durante o mês, em virtude dessa empreitada ilusória, por cada tonelada de carvão fica para si uma média de apenas Cr\$ 1,20, e um furador que deu todo seu esforço no sentido do progresso da Pátria, ele que tudo fez para criar condições ao desenvolvimento industrial de nosso povo, não raro ganha Cr\$ 500,00 ou Cr\$ 600,00 pelo mês de trabalho²⁴³.

O discurso de Jover Teles em 1947 parece trazer detalhes que, talvez, só mesmo um operário que trabalhou nas funções citadas pudesse realizar. De acordo com os textos deixados por Manolo, ele teria tido diferentes cargos nas minas de carvão. De todos eles os principais citados foram os de “cartucheiro” e “furador”, os quais receberam destaque em seu discurso na Assembleia Legislativa do RS e na Câmara de vereadores de Arroio dos Ratos, em 1947 e 1993, respectivamente. No questionário respondido por ele no Museu Estadual do Carvão, na década de 1990, ratificou que trabalhou nas minas como “cartucheiro” e “guincheiro”, ascendendo aos cargos de “furador”, “cortador” e “patrão de galeria” entre os anos 1938 e 1939, após ter completado 18 anos²⁴⁴.

O trabalho como “guincheiro” consistia em manejar o “guincho”, instrumento que ficava na superfície e que controlava as descidas e subidas da “gaiola”, elevador que dava acesso ao subsolo e pelo qual também se transportava madeira e carvão.

²⁴³ Id., *ibid.*

²⁴⁴ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Museu Estadual do Carvão. Questionário respondido por Manoel Jover Teles em 12/09/1997. Pasta “Entrevista - Mineiros”, acervo do Museu Estadual do Carvão, p.2.

“Havia muito companheirismo, era um ambiente agradável e não precisava fazer muito esforço”, diria Jover Teles sobre esta função²⁴⁵.

No final dos anos 30, já com seus 18 anos, Manolo passaria a trabalhar no subsolo como “cartucheiro” e “furador”. Sobre o cargo de furador, ele registrou também que se tratava de um dos cargos de maior remuneração no subsolo: “trabalho muito perigoso”, onde se conseguia “ganhar mais”, diria Jover na década de 1990²⁴⁶. Conforme destacou Clarice Speranza, “geralmente o furador era também o patrão da galeria.” A função, como destacou a autora, era desempenhada por “mineiros mais experientes e com maior conhecimento técnico, eles coordenavam o trabalho das equipes responsáveis pela extração [...]”²⁴⁷. O “furador” fazia furos com “cortadeiras e marteletes” nas paredes de pedra e o “cartucheiro” o acompanhava preparando e depositando os cartuchos, algumas vezes chamados de “canudos”, que serviam para explodir e fazer desmoronar o “ouro negro”. De acordo com Paulo Junqueira Gomes, ex-mineiro da região, o “estopim deveria ser ascendido pelo furador, que era o principal responsável”²⁴⁸.

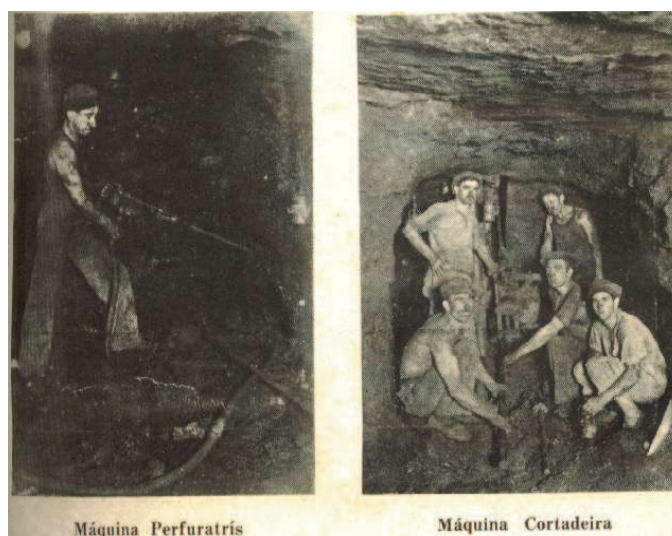


Figura nº 5: “Máquinas utilizadas pelos furadores”²⁴⁹

²⁴⁵ Id. Ibid.

²⁴⁶ Id., ibid.

²⁴⁷ Speranza, 2012, p.53.

²⁴⁸ GOMES, Paulo Junqueira. Sobre cargos e funções nas minas de carvão de São Jerônimo. Arroio dos Ratos, 04 de junho de 2013, entrevista concedida a Éder da Silva Silveira.

²⁴⁹ Acervo de imagens do Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos, Pasta “imagens avulsas”, Cópia realizada pelo autor em julho de 1999. Possivelmente trata-se de imagem digitalizada da obra de Simch (1943).

Certamente foi nas minas que o apelido “Manolo” ficou consolidado, pois eram comuns os apelidos entre os mineiros. “Praticamente todos os mineiros tinham apelidos”²⁵⁰. Até mesmo os animais que faziam o trabalho no subsolo tinham apelidos.

No subsolo tinha cocheiras para os burros. O burreiro colocava os freios e os balainhos no burro. O burro puxava cinco carros vazios e três carros cheios. Ele fazia o trabalho do maquinista até a estação, e da estação até o maquinista. [...] No subsolo tinha dois burros, o Macaco e o Dorado. O burro quando completava oito horas de trabalho, empacava. Enquanto trabalhava um burro, o outro descansava. Os burros subiam na superfície nos domingos. Para subir, a cara era coberta por um saco. Após um tempo na superfície eles tiravam o saco²⁵¹.

Manolo trabalhava das 8 às 19 horas usando, na maioria das vezes, “uma calça azularte [ou calção, como era mais comum no subsolo devido ao intenso calor], uma camisa riscada e uma alpargata de lona com sola de corda”²⁵². Sérgio Sotelo, filho e neto de mineiros, salientou que na época não existiam equipamentos de segurança. Em relação às alpargatas, lembrou que elas eram “fabricadas na Argentina e no Brasil” e que “era o calçado do mineiro”. Então, quando o mineiro ia fazer o “rancho”, “comprava os mantimentos para a casa e, também, comprava um par de alpargatas que durava exatamente um mês – era este o calçado que ele usava para trabalhar no subsolo”²⁵³.

Jover registrou que a exploração do trabalhador nas minas de carvão ocorria “como se os operários fossem escravos”. Afirmou que o trabalho no subsolo era “lamentável”. Além da exploração, envolvia muita falta de segurança e de higiene, pois no subsolo os mineiros tinham que conviver com o medo do desmoronamento e o barulho das máquinas, bem como com o cheiro das cocheiras dos burros (até que esses fossem substituídos por locomotivas elétricas, provavelmente entre o final dos

²⁵⁰ SILVEIRA, Éder da Silva. Ensaio de pesquisa de campo em Arroio dos Ratos. Texto apresentado em um seminário de Antropologia na Universidade Luterana do Brasil, em julho de 2000.

²⁵¹ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Museu Estadual do Carvão. Questionário respondido por ex-mineiro. Pasta “Entrevista - mineiros”, acervo do Museu Estadual do Carvão.

²⁵² ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Museu Estadual do Carvão. Questionário respondido por Manoel Jover Teles em 12/09/1997. Pasta “Entrevista - Mineiros”, acervo do Museu Estadual do Carvão, p.2.

²⁵³ SOTELO, Sérgio. Memórias de família sobre o cotidiano dos mineiros e a enchente de 1936. Arroio dos Ratos, maio de 2000. Entrevista concedida a Eder da Silva Silveira.

anos trinta e início da década de 1940) e com o odor dos cubos. Os cubos eram recipientes de madeira em forma de barril, em torno de 60 cm de altura, que serviam como vaso sanitário para os mineiros fazerem suas necessidades no subsolo. Ficava numa parte da galeria, geralmente separada por uma cortina de saco de estopa e impermeabilizado com piche. No universo das minas, o “cubeiro” era o mineiro que tinha como função recolher e recolocar os cubos nas galerias.

Figura nº 6: “Cubeiro na “gaiola” (elevador) carregando os “cubos”, Poço 5B.”²⁵⁴



Um documento pesquisado por Clarice Speranza sobre este assunto (um depoimento de um fiscal de Higiene e Trabalho do Ministério do Trabalho, ouvido na justiça em 1944), demonstrou que, além de não haver lugar adequado para os mineiros evacuarem, encontrava-se vestígios dos dejetos em qualquer lugar no subsolo, local onde a maioria dos operários tinha que caminhar curvada devido à baixa altura²⁵⁵.

Em seu discurso de 1947, Jover ainda destacaria:

²⁵⁴ Acervo de imagens do Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos, Pasta “imagens”, FRT 511, “Cubeiro na gaiola carregando cubos – poço 5B”. Digitalização realizada pelo autor em julho de 1999.

²⁵⁵ Ver Speranza, 2012, p.53.

Nós, mineiros, trabalhamos a uma profundidade de 138 metros mais ou menos, e depois de estarmos embaixo do subsolo, caminhamos, muitas vezes, um quilometro ou dois pelo subsolo adentro. Nesse trabalho, nessa temperatura, o CADEM mantém a água nas seguintes condições: numa pipa de latão que enferruja uma semana após a sua primeira utilização. E nessa água muitas vezes – e sou obrigado a usar a expressão – quando se vai bebê-la, além da incomoda e vexatória posição de quatro pés a que se vê obrigado o mineiro em virtude da localização da torneira, depara-se com 2, 3 e até 4 ratos dentro dela. É isto que acontece nas minas de São Jerônimo. [...] Por outro lado o CADEM explora o mineiro de todas as maneiras. Existe nas minas de São Jerônimo um armazém, do qual, até bem pouco tempo atrás, um dos sócios era o próprio diretor do CADEM. Quer dizer, existe ainda o sistema do “barracão”, o sistema semi-feudal. Nesse armazém, vendem-se os artigos de primeira necessidade ao mineiro, mediante desconto em folha. [...] Esse armazém faz o seguinte: Hoje o mineiro adoece, não foi ao trabalho. Como o seu salário é mínimo e como, naturalmente, em virtude disso, não tem saldo a seu favor nesse “barracão” para que possa suprir-se nos dias em que não trabalha, como conseqüência o “barracão”, sem levar em consideração os lucros já dado pelo mineiro a ele, assim como a garantia do pagamento posterior (uma vez que o pagamento é descontado em folha), nega-lhes os comestíveis, evitando, portanto, que os mineiros possam dar a sua contribuição ao país com o seu trabalho diário nas minas, pois, doente e sem recursos, difícil é o seu rápido restabelecimento²⁵⁶.

Muitas das críticas realizadas por Manolo, em 1947, sobre a exploração do trabalho do mineiro pelo CADEM, também aparecem nas entrevistas realizadas com mineiros no ano de 2002, pelo antigo Centro de História Oral do Estado. Questões relativas aos gastos dos operários com a pseudo “Cooperativa” (Armazém da Cia.), com ferramentas e instrumentos de trabalho, o sistema de controle da empresa, doenças e acidentes, bem como os espaços de lazer são informações recorrentes no conjunto das entrevistas²⁵⁷.

O Armazém dos mineiros seria denunciado por Manolo em 1946 como “regime do barracão”. Segundo ele:

Ainda impera naquela zona, praticamente, o regime do barracão. Existe um grande armazém que vende os gêneros de 3ª nos preços dos de 1ª e que até pouco tempo tinha como um dos seus sócios o Sr. Roberto Cardoso, o onipotente diretor-presidente das minas. Em virtude, porém, de uma

²⁵⁶ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais da Assembléia Legislativa, Volume IX, Setembro de 1947, 48ª Sessão, em 16 de setembro de 1947, p.405-407. Texto reproduzido em Teles (1993b) e Telles (1962; 1981).

²⁵⁷ Entrevistas com ex-mineiros disponíveis no Acervo do Arquivo Histórico do RS, projeto “Memória Mineira”.

campanha realizada pelo Sindicato, pelo menos aparentemente ele deixou de ser sócio do armazém. Este armazém é quem fornece aos trabalhadores, descontando as compras nas nossas folhas de pagamento. No dia em que o mineiro, por qualquer razão não comparece ao trabalho, imediatamente o armazém corta o fornecimento. É verdade que existem outras casas comerciais, mas só vendem a dinheiro e o mineiro raramente pode comprar à vista²⁵⁸.

No campo da sociabilidade, procissões, festas religiosas, “domingueiras”, carnaval, jogos e brincadeiras também integravam o cotidiano de Manolo no tempo das minas. Como escreveu em “Evocação”, “nem só de trabalho vivia o mineiro [...] “desde piá, participante, lembro nossa festa máxima, a Festa de Santa Bárbara! [...]”²⁵⁹.

Cornélia Eckert explicou que a devoção à Santa, em diversos países, “revela a crença na sua proteção contra acidentes de trabalho, incêndios, explosões, desmoronamentos, inundações, doenças e contra toda sorte de catástrofes” e, ao mesmo tempo, o “resguardo dos demônios e espíritos maléficos subterrâneos e seres sobrenaturais que aterrorizam em todos os tempos os trabalhadores das profundezas da terra”²⁶⁰. De acordo com a antropóloga, no estado do Rio Grande do Sul a festa à “padroeira dos mineiros” está vinculada ao começo da extração de carvão e à “vinda de imigrantes da Europa que, no século XIX, se fixaram em Arroio dos Ratos atraídos pelo mercado de trabalho das minas. Para Eckert, neste local formou-se “uma comunidade ocupacional, predominantemente católica, que reproduz nesta nova realidade uma tradição vivida pelos mineiros imigrantes europeus: a crença na Santa Bárbara”. A festa, neste sentido, também se trata de uma “manifestação cultural-religiosa recolocada e reelaborada como um sistema de significados para o grupo local: comemora-se anualmente a festa da padroeira dos mineiros, igualmente padroeira da cidade”²⁶¹.

²⁵⁸ SÃO JERÔNIMO é um inferno de carvão. *Tribuna Popular*, 18 de janeiro de 1946, p.1.

²⁵⁹ Teles, 1993a., s.p.

²⁶⁰ ECKERT, Cornélia. Passado e presente de devoção na padroeira dos mineiros de carvão. Estudo da festa de Santa Bárbara no Brasil e na França. In: Sérgio Alves Teixeira; Ari Pedro Oro. (Org.). Brasil e França Ensaios de Antropologia Social. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992, p.57.

²⁶¹ Id., ibid.

Não sabemos se Manolo era devoto de Santa Bárbara e em que medida teria sido. De acordo com o estudo de Eckert, é possível presumir que, enquanto mineiro, ele possa ter reproduzido práticas relacionadas ao sagrado no mundo do trabalho das minas. Conforme Cornélia, a crença poderia “ser apreendida através de comportamentos individuais e coletivos”.

Práticas individuais em relação ao sagrado podem ser avaliadas no cotidiano de trabalho, quando os mineiros por ocasião da descida à mina ou de seu retorno do subsolo, dirigem-se a imagens da Santa, dispostas na saída dos vestiários e na base do poço, com orações, pedidos, promessas, sinal da cruz, etc. A manifestação coletiva refere-se à comemoração anual da festa da Santa Padroeira²⁶².

É possível, assim, que Manolo tenha apreendido algumas práticas relativas à crença em Santa Bárbara, pois este universo não estava dissociado do cotidiano dos operários das minas de carvão, principalmente daqueles que enfrentavam os perigos e os medos de trabalhar no subsolo.

Em Arroio dos Ratos do Manolo mineiro, a Festa de Santa Bárbara era a principal celebração dos operários. Por ser realizada em 4 de dezembro, esta era uma das datas mais esperadas pela comunidade. Com a aproximação da data, aumentavam os momentos de sociabilidade²⁶³ dos mineiros, uma vez que encontros, reuniões, jantares, missas e novenas antecipavam a procissão do dia 4, a qual era seguida de missa e muita festa.

Enquanto o Brasil entrava na ditadura do Estado Novo, Manolo, aos dezessete anos aproximadamente, preparava-se para um dos festejos de Santa Bárbara. Na segunda metade da década de 1930, as ideias comunistas atingiram o coração do jovem Manolo. Politicamente, o clima ficava cada vez mais tenso nas minas de São Jerônimo.

²⁶² ECKERT, op. cit., p.59.

²⁶³ Entendemos por “sociabilidade” “um conjunto de costumes, formas de interação, articulação, diversão e aproveitamento do tempo livre, indicadores da organização da vida em sociedade [...]” (SILVEIRA, 2010b, p.9). Não queremos reduzir a questão da sociabilidade à festa de Santa Bárbara. Mas, devido à vinculação desta festa e devoção à Santa com o cotidiano do mundo do trabalho dos mineiros, fizemos aqui este recorte, optando em dar ênfase a este espaço de lazer e religiosidade. Conforme questionário respondido por Teles em 12-09-1997 ele também foi “secretário do clube *Sociedade Última Hora* e diretor do Cordão de Carnaval “Alvinegro”.

2.2 Estragaram a fatiota: o mineiro vira comunista

Saber como Jover Teles tornou-se comunista, ou mesmo como teria conhecido o comunismo nas Minas de Carvão, é uma das questões relacionadas à sua biografia mais difíceis de responder. As fontes a que tivemos acesso nos permitem, contudo, diminuir o campo das dúvidas e nos aproximar de configurações possíveis.

Nas primeiras duas décadas do século XX os anarquistas eram a força revolucionária de maior destaque. Segundo Marçal (2009), na década de 1930, os comunistas, que não tinham, inicialmente, quadros para mandar às minas, começam a penetrar neste universo. Nas minas de carvão, até por serem tradicionalmente espaços de extrema exploração do operariado, “sempre havia um campo para militância” política. Conforme sublinhou João Batista Marçal, quando chegam nas minas de carvão os comunistas “encontram um rochedo. Qual é o rochedo? O sindicato na mão do patrão. O sindicato comprado. O sindicato pelego. O sindicato de traidores... imundos. E a luta dos comunistas é muito grande”²⁶⁴.

Ele [Jover Teles] tem uma raiz proletária. Ele é proletário e seguramente ele começou como anarquista. Toda aquela reação começa com os anarquistas [o entrevistado fala, como exemplo, no caso de Astrogildo Pereira que fez a passagem do anarquismo para “o marxismo/comunismo”]. O Manolo, eu acho que a origem dele, é da melhor qualidade. Era um cara que, grosso modo, tinha tudo para ser um verdadeiro revolucionário. E ele foi durante algum tempo. Ele era um autodidata. O que o movia no mundo revolucionário? A origem e o ódio de classe. Não era um intelectualzinho fabricado em gabinete. Não! Ele tinha ódio de classe. Ele odiava o patronato e a burguesia. Ele odiava a exploração do operariado. E os seus passos iniciais e que vão durar um bom tempo, foram jogados nesta luta, com este afã. Jamais passou por uma universidade a não ser, seguramente, a Patrice Lumumba, na Rússia. Era uma Universidade Popular, que fora criada ainda nos anos 20. Mas ele, um autodidata, vem de um período em que o Partido Comunista, cuidava dos seus quadros. Ele era um quadro superpreparado. O que era um quadro superpreparado? É um homem que é forçado a ler, a estudar, *hasta rebentarse*, e ser um modelo revolucionário. [...] O Jover se torna comunista pelos anos 30, e num momento em que os comunistas copiavam algumas coisas bonitas do anarquismo²⁶⁵.

²⁶⁴ MARÇAL, João Batista. Lembranças de vida de Manoel Jover Telles durante a militância política. Viamão-RS, Residência do Colaborador, 15-05-2011. Entrevista concedida a Éder da Silva Silveira.

²⁶⁵ Id., Ibid.

Jover certamente teve contato com as ideias anarquistas, uma vez que elas estavam presentes nas minas de carvão desde o final do século XIX. No acervo do Museu Estadual do Carvão, por exemplo, há o primeiro registro de greve de operários das minas em um relatório da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, de 1895. Conforme o documento, a greve foi deflagrada em um 1º de maio, liderada por imigrantes europeus que trabalhavam nas minas e que se manifestaram utilizando “bandeiras encarnadas e manifestações anarquistas”²⁶⁶. Todavia, o que ficaria evidente é que na segunda metade da década de 1930 o mineiro viraria comunista.

Fontes orais, como as entrevistas realizadas com a esposa, filha e enteada de Jover, informam que seu pai, o espanhol Jeronymo, realizava reuniões clandestinas em sua casa e que, por isso, havia denúncias contra ele.

E o pai dele [de Jover Teles] também fazia uma arrecadação de dinheiro aqui e mandava pra Espanha, não sei pra quem... Uma entidade na Espanha. E aquela vez ele comprou aquele livro do... Eu não sei quem, não me lembro o nome... E houve uma denúncia que eles faziam uma reunião na casa do pai dele e veio a polícia e prendeu todo mundo. Prendeu o pai e prendeu todos os filhos. Foi dessa vez que eles foram para uma ilha... Uma ilha que tem perto de Porto Alegre. Ele teve não sei quanto tempo preso. Depois soltaram eles. Eu sei que naquela época o meu pai que também era mineiro e era comandante deles, todos os espanhóis de Arroio dos Ratos se envolveram na defesa deles e no fim soltaram, não acharam prova nenhuma.

Autor: Teve mobilização dos mineiros para soltar eles?

Entrevistada: Teve. Meu pai fez parte²⁶⁷.

A informação sobre a prisão de Jover Teles ainda jovem, nas minas de Carvão, confere com o que fora exposto no Jornal “Libertação”²⁶⁸, em matéria publicada no período de início das campanhas eleitorais de 1945. De acordo com o periódico “Libertação”, em 1937 Jover “foi preso pela polícia fascista” e “com seu pai e mais dois irmãos esteve na Ilha do Paiva, durante cinqüenta dias”, sendo solto graças à “sua profunda ligação com a massa” que “impediu” sua condenação, e “permitiu” a “Manoel Jover Telles voltar para o fundo da mina e para a luta ao lado

²⁶⁶ RELATÓRIO da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo. Rio de Janeiro: Oficinas do Jornal do Brasil, 1895, p.12-13.

²⁶⁷ Gonçalves, 2011, s.p.

²⁶⁸ “Libertação era um tipo de revista publicada semanalmente, órgão do Comitê Municipal do PCB”. Foi “substituída pela *Tribuna Gaúcha*” (MARÇAL, 2004, p.158).

dos milhares de mineiros da colméia humana de São Jerônimo”²⁶⁹. É evidente que a matéria publicada está relacionada ao contexto da campanha eleitoral de 1945, no qual Jover Teles foi lançado candidato a Deputado Federal. Talvez por isso o peso colocado no texto, quando este salienta “a profunda ligação” de Jover “com a massa”, deva ser relativizado. Mas, independentemente, o que nos interessa nesse momento é a questão da prisão de Manolo naquele contexto. A filha de Dona Isabel, Eluiza Maio, que conviveu muito com Manolo no final de sua vida, ao lembrar-se de uma das histórias que ele contava, destaca:

Um dos fatos que chamou muita atenção foi que ele [Manolo] contou que quando tinha dezesseis ou dezessete anos, ele ganhou a primeira fatiota dele para ir numa festa. Era uma festa importante em Arroio dos Ratos, a festa de Santa Bárbara. Lá ele ia inclusive encontrar uma menina que ele estava interessado, mas ele não chegou a ir nesta festa porque o pai dele foi preso e levaram ele junto. E ele acabou ficando preso no meio do rio [Guaíba], onde tinha um presídio – eu não me lembro o nome. Ele disse que não tinha nada a ver, que ele foi preso inocentemente, que ele estava ali para ir numa festa... E acabou com a fatiota dele, no meio do rio, naquela prisão que tinha ali em Guaíba. Na prisão ele conheceu líderes da filosofia de vida que ele adotou, o socialismo. Lá ele disse que tinha presos políticos. Ali foi a escola dele. Foi preso inocentemente e a escola dele foi dentro do presídio onde havia presos políticos²⁷⁰.

Dona Isabel, neste sentido, também salienta que foi depois dessa primeira prisão que “Manolo começou a ferver a cabeça” e “começou a mostrar as unhas” e, mais tarde, “colocaram ele como candidato”. Na entrevista concedida ao autor, ela lembrou que o livro que o pai de Jover Teles adquiriu antes da prisão em 1937 era vendido nas minas por mascates (“Os mascates vendiam ali. E ele viu aquele livro e comprou”)²⁷¹. Desse modo, também não se pode descartar a possibilidade de Manolo ter tido contato com as ideias socialistas antes mesmo da prisão.

De qualquer forma, conforme salientaram Isabel e Eloísa, foi depois da prisão na qual lhe estragaram a fatiota e, também, na qual houve a convivência com outros presos políticos, que ficaria mais evidente que o mineiro havia se tornado comunista.

²⁶⁹ QUEM..., 1945, p.3-6.

²⁷⁰ Maio, Eluiza. Sobre Manoel Jover Teles. Florianópolis, SC., 10 de fevereiro de 2011. Entrevista concedida a Éder da Silva Silveira.

²⁷¹ Gonçalves, 2011, s.p.

Tudo indica que Jover intensificou sua participação no campo político nas minas de carvão durante o Estado Novo getulista, em um momento de infiltração dos comunistas na indústria carbonífera para fins de mobilização das massas. É importante registrar que, mesmo sendo este um período caracterizado por intenso controle dos movimentos sociais pelo Estado, conforme já abordaram diferentes trabalhos sobre o tema, sempre existiram margens para a atuação e mobilização dos trabalhadores²⁷².

Joaquim Celso de Lima, o mesmo militante que dirigiu o corcel azul que conduzia os participantes da reunião do Aparelho da Lapa em 1976, também estava no PCB quando Manolo trabalhava nas minas de carvão, em meados dos anos 40. Em 1955, Joaquim foi designado pelo PCB para se infiltrar²⁷³ nas minas de São Jerônimo.

Numa dessas, procurei um companheiro para pedir uma carta de apresentação, exigida por uma firma em que já havia feito teste e passado. O companheiro, delicadamente, me propôs evitar aquela firma, alegando que lá já havia companheiros de sobra e então a direção teria levantado a possibilidade de me mandar para as minas de carvão na condição de mineiro [...]. Segui a viagem para a mina que devia procurar, mina do Arroio dos Ratos, no município de São Jerônimo²⁷⁴.

Chegando ao local de destino, Joaquim procurou o escritório da Companhia para pedir um emprego nas minas. Segundo ele, o chefe o humilhou, desconfiando se tratar de um comunista que estava chegando para substituir outro operário comunista que havia sido demitido: Ari Saldanha.

-Ah! O senhor quer um trabalho de mina, não é?

- Sim.

- O senhor com essa calma quer trabalhar nas minas... O senhor foi mandado pelo chefe do Ari, não é? [...] Os senhores são muito bem organizados e informados, de modo que vocês não nos enganam mais. O senhor veio substituir o comunista do Ari que nos enganou e que nós mandamos embora [...].²⁷⁵

²⁷² Ver, neste sentido, os trabalhos de Clarice Speranza (2012), Glaucia Konrad (2006), Diorge Alcenio Konrad (2004) e Marcia Elisa Oliveira (2009).

²⁷³ Conforme o volume 2 do IPM709, as “atividades comunistas” eram variadas e, geralmente, dividiam-se em quatro tipos de ação: a “construção partidária”, a “infiltração”, a “agitação e propaganda”, a “movimentação de massas” e a “ação violenta”.

²⁷⁴ Lima, J., 1984, p.50.

²⁷⁵ Id., ibid.

Em seu livro de memórias, Joaquim registrou que o chefe da seção pessoal do CADEM era um ex-delegado de polícia do município, informação coerente com a do ex-mineiro Vital Serpa que rememorou o fato de que até “o próprio chefe de polícia, o delegado, recebia uma pagamento da Companhia”²⁷⁶. O controle policialesco existente nas minas de Carvão, entretanto, não impedia a presença e atuação dos comunistas, como atesta a demissão de Ari Saldanha.

Na história da infiltração de Ari Saldanha, resumidamente contada nas memórias de Joaquim Celso de Lima, é destacado o fato de Ari ter conseguido driblar a seção de pessoal com uma atuação que incluiu um bom disfarce em seu vestuário, jeito de falar, de andar, etc. Em relação ao sindicato dos mineiros, Ari conseguiu organizar uma chapa que “ficou famosa por muito tempo” por ter derrubado a chapa dos “pelegos” que dominaram o sindicato até então, fato que teria ocorrido no início dos anos 40.

Nos tempos do Estado Novo, o trabalho de infiltração e movimentação das massas estava fortemente submetido às regras de segurança e clandestinidade do PCB. Nas minas era imprescindível tomar determinados cuidados. Havia muita perseguição e muitos casos de prisões de operários nas minas de Carvão. Vale salientar que mesmo depois da ditadura getulista, em 1946, ainda eram noticiados casos de abusos policiais contra operários. Flavio Silveira Martins, mineiro preso em flagrante por crime de “lesões pessoais leves”, após quase sete meses preso sem que houvesse qualquer “instrução” ou julgamento que comprovasse sua culpa, entrou com ação de habeas corpus e demonstrou ter sofrido “constrangimento ilegal” devido aos excessos de violência de que fora vítima. Segundo a ação judicial, o mineiro foi “amarrado” e “metido a ferros” como na “época do Brasil colonial”, sendo enviado desta forma à casa de correção por sentença da justiça da Comarca do município de São Jerônimo. O fato, conforme consta no processo, foi noticiado em dois jornais daquele ano. Joaquim Celso de Lima salienta, neste mesmo sentido, o quão difícil foi sua permanência nas minas em plena década de 1950, tanto pelo clima policialesco nas minas de carvão como pela falta de apoio do Partido.

²⁷⁶ SERPA, Vital. Memória Mineira. Arroio dos Ratos, 21 de junho de 2002. Entrevista concedida ao Antigo Centro de História Oral do RS, disponível no acervo do Arquivo Histórico do RS.

Quando recebi do partido a tarefa de ir trabalhar nas minas como operário revolucionário, me foi prometida uma discussão da importância que teria para o partido meu desempenho no setor, pela importância daquela tarefa, como pela quantidade de operários que envolvia aquela empresa. Até hoje estou esperando pela discussão, a qual seria tanto política quanto informativa. A assistência que recebia, longe estava de ser confortadora para o meu melhor desempenho [...].²⁷⁷

Sobre os anos do Estado Novo, o mineiro José Emiliano de Oliveira Filho, em um de seus diários pessoais, registrou:

Veio o ano de 1939 e a guerra mobilizaram as Minas de São Jerônimo. Lá tinha um delegado, um velho antiquado sem cultura, que só sabia prender e mandar dar facão (espancar). Ele começou a prender operário e pôr a capinar rua (um castigo do meu tempo de criança). [...] Era só faltar no serviço da mina, era preso e ia capinar na rua. [...] Quem precisasse ir a Porto Alegre [...], precisava da licença do capataz; tinha de ter o carimbo do Sr delegado, do contrário era preso e ia capinar na rua. [...] A ditadura no seu apogeu era um terror, na paz uma perseguição impiedosa contra todos que a companhia não gostava. Os comunistas eu não sabia, mas eles estavam vigilantes, eles não viram com aplausos o acordo dos alemães com os russos. Eu não sabia que eles eram comunistas, só mais tarde fiquei sabendo que aqueles eram os tais. [...] Eu sabia de reuniões na casa de um polonês até tarde da noite. Para mim nunca falaram do que se tratava. Eu só fiquei sabendo quando o tal partido veio para legalidade, aí eu tive a atenção despertada para certos detalhes, principalmente que eles elogiavam tanto o tal Cavalheiro da Esperança [...] Nós não estávamos acostumados a isto, não sabíamos destas novas [regras] de ser preso e ir capinar na rua [...] . No lugar onde hoje é o Cine Butiá, ali que os pobres eram envergonhados perante o público. Mas que fazer, um certo dia eu passei ali estavam dois irmãos Barbosa, dois chefes de família... um pai de 3 filhos preso porque não foi ao serviço e estava engripado, o outro ficou acordado até tarde e no outro dia não acordou na hora. Não escapou, também foi preso e foi capinar.²⁷⁸

Percebe-se, assim, que as dificuldades enfrentadas pelos operários e pelos comunistas nas minas de carvão eram muitas e oriundas de diferentes meios. Sobretudo durante o Estado Novo elas envolviam entraves que atrapalhavam o avanço dos militantes em relação ao Sindicato.

O Estatuto do Sindicato dos Mineiros de São Jerônimo, fundado em 1933, destacava, no artigo de número 14, que dentre as condições que impediam o operário de candidatar-se aos cargos administrativos ou de representação profissional estavam: “a) os que professam ideologias incompatíveis com as

²⁷⁷ Lima, op. cit., p.90-91.

²⁷⁸ OLIVEIRA FILHO, José Emiliano de. Relatos de uma juventude [Diário pessoal]. Março de 1962. Agradeço a sua neta, Kelly Oliveira, pela permissão de ler e citar o manuscrito.

instituições ou com os interesses da nação; [...] e) os que tiverem má conduta, devidamente comprovada”²⁷⁹. Com o trabalho de infiltração comunista nas minas, como o que fora desenvolvido por Ari Saldanha, por exemplo, foi possível a inserção dos comunistas no sindicato dos mineiros nos anos 40, quando houve eleição sindical que conseguiu destituir o grupo considerado “pelego” pelos mineiros. Foi nesse contexto que se abriu espaço para que Manoel Jover Teles, que participou do Comitê de greve de 1944, passasse à condição de 1º secretário do Sindicato.

A mudança na composição do Sindicato dos Mineiros só foi reconhecida oficialmente através de uma solicitação formal impetrada por este órgão na justiça. A aprovação das eleições realizadas no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Carvão de São Jerônimo foi aprovada e reconhecida apenas em 10 de agosto de 1944, quando fora publicada sua regularidade no Diário Oficial da União²⁸⁰. Conforme a publicação, foi autorizado que a nova diretoria e conselho fiscal fosse “empossada dentro do prazo de trinta dias [...], observada a seguinte discriminação para os cargos”:

Diretoria

Presidente: Argemiro Dorneles; Vice-Presidente : Aristóteles Alves Porciúncula; 1º Secretário: Manuel Jover Teles; 2º Secretário: José Widman Vargas; 1º Tesoureiro: Maurício Nugent de Melo; 2º Tesoureiro: Vicente Ferreira- Lopes; Fiscal Geral: -Manuel Amaro Rodrigues — Suplentes da Diretoria: Elviro da Graça Rolo, Almir Melo, Ascendino Teixeira, Romeu Vale; Demétrio Saraiva. Almir Santos, Dorval Ferreira — Conselho Fiscal: Timóteo Rodrigues. Francisco Pereira, Serafim Saleta. Suplentes do Conselho Fiscal: Agenor Cezimbra Silva, Júlio Klein, Manuel Pires [...].²⁸¹

Pela condição de 1º secretário, Manoel Jover Teles pôde “substituir o presidente e vice-presidente em seus impedimentos; preparar a correspondência de expediente do Sindicato; ter sob sua guarda o arquivo; redigir e ler atas [...]; dirigir e fiscalizar os trabalhos da diretoria”²⁸². A atuação no meio sindical e a sua ligação com os operários de São Jerônimo logo o levaria à candidatura nas eleições ocorridas na segunda metade dos anos 40.

²⁷⁹ ESTATUTOS do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão do Município de São Jerônimo. Guaíba: Gráfica Güntzel, 1933, p.10.

²⁸⁰ BRASIL. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1944, p.18.

²⁸¹ Id., ibid.

²⁸² Id., ibid., p.19.

Nas eleições ocorridas em 1945 para a presidência da República, Senado Federal e Câmara dos Deputados, Manoel Jover Teles, sétimo suplente nos resultados para Deputado Federal pelo PCB, atingiu um total de 1.206 votos²⁸³.

Segundo Alberto Santos, “Jover era tão expressivo no meio sindical que antes mesmo de ser lançado na disputa às eleições estaduais (de 1947), já era suplente do Comitê Central do Partido”²⁸⁴. No contexto da efervescência política da redemocratização de 1945 e dos números alcançados pelo PCB naquele ano, foi organizada a III Conferência Nacional do PCB em 1946, onde se “resolveu ampliar a Direção Nacional, sendo eleitos 12 novos membros efetivos e 10 suplentes para o Comitê Nacional, que ficou com um total de 31 efetivos e 19 suplentes”²⁸⁵. Pela resolução da III Conferência, Jover ficou como 1º suplente do Comitê Central.

Em 1947, o mineiro comunista viraria deputado. No Brasil da Guerra Fria, entre ascendências e dissidências políticas, Jover Teles viveria novas lutas e desafios no campo da militância comunista.

2.3 O deputado e a clandestinidade: a militância em tempos difíceis

Manoel Jover Teles, de acordo com matéria publicada no jornal *Tribuna Popular*, afastou-se das minas de carvão “desde o dia 22 de dezembro” de 1945²⁸⁶. Um inquérito administrativo movido pelo CADEM contra ele explicou que Teles era “empregado estabilizado, com salário de Cr\$ 1.000,00” e que estava licenciado do serviço “a pedido, até a data de 30/01/1946”. No entanto, passados mais de quatro meses sem se apresentar ao serviço, a empresa solicitou e ganhou na justiça a autorização para rescisão de contrato a contar de 30/01/1946. Carolino Euzébio Nunes, uma das testemunhas do processo, afirmou que Manoel pediu uma licença de 30 dias ao engenheiro Plínio Tota logo após as eleições de 02/12/1945, pois era suplente de deputado. Além disso, salientou que ele “não se apresentou mais e

²⁸³ AS ELEIÇÕES no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Síntese, s.d., p. 254.

²⁸⁴ SANTOS, Alberto. Sobre Jover Teles. Rio de Janeiro, 07-05-2013. Entrevista concedida a Éder da Silva Silveira.

²⁸⁵ A 3ª CONFERÊNCIA ampliou a direção nacional do Partido Comunista do Brasil. São Paulo, Fundação Maurício Grabois, 2012. Disponível em <http://www.fmauriciograbois.org.br/portal/imprimirev.php?id_sessao=33&id_publicacao=24&id_indice=2050>, Acesso em 05 de maio de 2013.

²⁸⁶ SÃO JERÔNIMO é um inferno de carvão. *Tribuna Popular*, 18 de janeiro de 1946, p.1.

nunca mais o viu, nem a sua família. Que segundo sabe acha-se o requerido viajando pelo Estado em propaganda política²⁸⁷.

Como vimos, Teles foi candidato a deputado federal nas eleições de 1945, ficando como sétimo suplente na legenda do PCB. Na verdade ele não estava no estado do RS fazendo “propaganda política”, como dissera Carolino. Naquela ocasião estava no Rio de Janeiro, local onde ficou durante alguns meses, pois, como pudemos perceber, escrevia dessa cidade para a Tribuna Popular, especialmente na ocasião do desenvolvimento do movimento grevista das minas de carvão, em 1946²⁸⁸. Neste mesmo ano, ele atuaria na direção estadual do partido no RS, além de ser o primeiro “suplente do Comitê Nacional”²⁸⁹.

A candidatura de Jover para deputado federal exigiu-lhe mudança momentânea para o Rio de Janeiro. Geralmente, nessas situações, os candidatos tinham de passar por cursos políticos, muitas vezes em caráter intensivo, tanto de preparação teórica como para enfrentar questões comuns em tempos de campanha, como comícios, entrevistas, publicação de textos em jornais do partido, etc. Além disso, também não se pode desconsiderar que a ida para o Rio de Janeiro, naquele momento onde os operários das minas de Carvão estavam em verdadeiro clima de guerra com o CADEM devido às greves realizadas em 1944, 1945 e 1946 o deixou mais protegido das perseguições realizadas pelo braço policialesco e repressor da Companhia Mineradora. Conforme documentos já citados, Teles não estava mais nas minas a partir de dezembro de 1945. No momento crucial do movimento grevista de 1946, ele passou a colaborar com matérias apoiando a greve dos mineiros

²⁸⁷ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo 63/46. Acervo do Memorial da Justiça do Trabalho (Junta de São Jerônimo). Reclamante: CADEM; Reclamado: Manoel Jover Telles. Porto Alegre, Memorial da Justiça do Trabalho, Caixa 3, fls. 2-17.

²⁸⁸ Estas são algumas matérias publicadas em Tribuna Popular nas quais Jover Teles aparece como entrevistado e/ou correspondente da cidade do Rio de Janeiro: VIOLENTADOS e vencidos pela fome, voltaram ao trabalho os mineiros de São Jerônimo. Tribuna Popular, nº 252, 17 de março de 1946, p.1.; O POVO dirige-se aos seus representantes. Tribuna Popular. 22-12-46, p.4.; SÃO JERÔNIMO é um inferno de carvão. Tribuna Popular, 18 de janeiro de 1946, p.1. Nesta última edição citada, diria o jornal: “A propósito do surto grevista das minas de S. Jerônimo, no Rio Grande do Sul, e no sentido de poder transmitir aos nossos leitores um quadro real da situação em que se encontram os trabalhadores daquelas minas, resolvemos ouvir ontem o operário Manoel Jover Teles, mineiro de S. Jerônimo. O nosso entrevistado, que se encontra atualmente no Rio, onde veio assistir no último Pleno do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil, foi também candidato à deputação federal pelo Rio Grande do Sul, na chapa do partido do proletariado e do povo. Dessa maneira, ninguém com maior autoridade do que ele para falar sobre a vida que levam os mineiros de São Jerônimo e de desfazer as calúnias que a imprensa reacionária lança sobre o proletariado quando este luta pelas suas reivindicações” (p.1).

²⁸⁹ ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Prontuário 130218 sobre Manoel Jover Teles Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: Comunismo 71, p.196.

através do jornal *Tribuna Popular*²⁹⁰. Muitos desses textos chegavam às minas e “nós líamos para os outros [mineiros] que não sabiam ler; essa coisa chegava escondida, mas todo mundo que tava em greve se sentia fortificado quando escutava as palavras do Manolo no jornal”, diria um ex-mineiro ao recordar aquele momento²⁹¹. A edição 252 de *Tribuna Popular* explicita que Manoel Jover Teles havia sido um dos dois emissários enviados ao Rio de Janeiro a fim de entregar reivindicações dos operários à Presidência da República e, também, debater soluções junto ao Ministério do Trabalho.

Continua com a maior firmeza o movimento paredista dos mineiros de São Jerônimo. De nada tem adiantado as ameaças fascistas dos encarregados de “restabelecer a ordem” nem mesmo as suas medidas visando atemorizar os operários. Estes, numa demonstração patente de que estão dispostos a entabular negociações imediatas no sentido de terminar a greve, enviaram ao Rio dois representantes, os trabalhadores Jover Telles e Luiz Feijó, a fim de se entenderem com o ministro do Trabalho.²⁹²

A tentativa de negociação com o governo federal parece ter sido infrutífera, pois, como estampou uma manchete da *Tribuna Popular*, “violentados e vencidos pela fome, voltaram ao trabalho os mineiros de São Jerônimo”. Neste mesmo jornal seria realizada uma severa crítica “à traição de alguns furadores de greve”. Conforme salientou o texto jornalístico, para muitos comunistas a “unidade do movimento grevista” de 1946 era quebrada por “atitudes de

alguns elementos ligados ao Partido Trabalhista, os quais, não só furaram a greve voltando ao trabalho, como ainda concitam os outros a que façam o mesmo. Sua atitude, porém, merece o maior repúdio da massa de operários, que só retornarão ao trabalho após verem satisfeitas as reivindicações pelas quais se vêm batendo há cerca de dois anos. Aliás, a posição que o Partido Trabalhista vem assumindo é já na recente greve dos

²⁹⁰ *Tribuna Popular* foi um “Jornal carioca diário, criado em 22 de maio de 1945 e fechado em dezembro de 1947, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB)” [...] Ele “caracterizou-se pela defesa constante do trabalhador em sua luta contra os empregadores, posição essa que lhe valeu grande popularidade. [...] Ainda no ano de 1945, a redação da *Tribuna Popular* foi invadida e depredada, passando o jornal a sofrer perseguições permanentes e a ter sua existência constantemente ameaçada.” Conforme verbete assinado por Marieta de Moraes Ferreira, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB*, integrado ao banco de Dados do CPDOC/FGV.

²⁹¹ SOBRINHO, João Mello. *Memórias do Poço Um: curiosidades do tempo das minas*. 16 de novembro de 2013. Encontro da Saudade Mineira, Arroio dos Ratos. Entrevista concedida a Éder da Silva Silveira.

²⁹² VIOLENTADOS e vencidos pela fome, voltaram ao trabalho os mineiros de São Jerônimo. *Tribuna Popular*, nº 252, 17 de março de 1946, p.2.

portuários desta capital, eles a furaram, não merecendo, entretanto, o menor apoio da grande maioria dos seus companheiros [...]²⁹³

As negociações, conforme prosseguiria o texto do jornal, parecem não ter surtido efeito. No entanto, as palavras de Jover na reportagem, destacando o cotidiano difícil dos mineiros e a violência na repressão ao movimento grevista, ganhavam a simpatia dos mineiros que passavam a reconhecê-lo como uma importante personalidade na luta pelos direitos de sua classe. Numa dessas matérias, Jover concluiria:

Como disse, não estou inteirado das razões imediatas da atual greve. Entretanto, posso afirmar que os trabalhadores em qualquer hipótese, têm razão. A nossa maior reivindicação, no momento, consiste em que seja elaborada uma legislação própria de acordo com o trabalho existente nas minas. Outra, é a abolição do sistema de “semi-empreada” e a instituição de um salário fixo e razoável para todos. E digo isso porque somente quem trabalha naquele inferno de carvão que é São Jerônimo pode fazer uma ideia das condições de miséria que cercam os trabalhadores de minas de carvão do Rio Grande do Sul.²⁹⁴

Para Jover Teles, o ano de 1946 e a greve dos mineiros naquela circunstância, de certa forma, permitiram sua projeção, uma vez que se tratava do ano de campanha eleitoral para as eleições que seriam realizadas em 19 de janeiro de 1947 para governador de estado, senado federal, suplente de senador da eleição de 1945 e para deputados estaduais.

O ex-mineiro José Emiliano de Oliveira Filho, em um de seus diários pessoais, registrou o momento em que conheceu quem seria o candidato dos mineiros nas eleições de 1947 para a Assembleia Legislativa:

[...] fui convidado a ir a Porto Alegre para que recebesse aula de politização. Tudo pago para seguir com um rapaz, nosso secretario particular. Alugamos um quarto numa casa de cômodo, das baratas. Naqueles dias ia se lançar a candidatura a deputado estadual o Manolo, como era conhecido na mina. Quando fomos para lá ainda não sabíamos quem era o felizardo até uma tarde que chegaram com ele e eu vi que já o conhecia, era irmão do furador conhecido por Leão. Eu vibrei quando vi ele e dei um longo abraço. Eu já o conhecia, e era uma homenagem ao mineiro! [...] Um dia ele foi lançado ao público como candidato pelo município de São Jerônimo. Eu fui nos

²⁹³ PROSSEGUE firme a greve de São Jerônimo. *Tribuna Popular*, nº 252, 17 de março de 1946, p.2.

²⁹⁴ SÃO JERÔNIMO é um inferno de carvão. *Tribuna Popular*, 18 de janeiro de 1946, p.1.

estúdios da difusora ouvir ele falar ao vivo, pois não haviam muitos rádios. [...] Nunca me deram tanta honra assim.²⁹⁵

Emiliano registrou também que foi “numa aula” que “foi apresentado o candidato Manoel”. As aulas faziam parte de diferentes cursos de educação ideológica do PCB, pois, segundo ele, “o partido criticava os ricos, patrão, capataz, autoridades, e eles [os operários] não estavam preparados para tanto”. “Eles [os comunistas] diziam que as massas tinham que ser politizadas” e “era assunto de todas as rodas arrumar alguma casa aonde se fundasse uma biblioteca”²⁹⁶.



Figura nº 7: “Cartaz de propaganda política de Manoel Jover Teles à Assembleia Gaúcha, em 1947”²⁹⁷

As eleições de Janeiro de 1947 elegeram como deputados estaduais Otto Alcides Ohlweiller, Antonio Ribas Pinheiro Machado Netto e Dyonélio Machado. Dentre os suplentes estava o mineiro Manoel Jover Teles, com 1.108 votos, e o

²⁹⁵ OLIVEIRA FILHO, José Emiliano de. Relatos de uma juventude [Diário pessoal]. Março de 1962. Agradeço a sua neta, Kelly Oliveira, pela permissão de ler e citar o manuscrito.

²⁹⁶ Oliveira filho, id., ibid.

²⁹⁷ Desenho de Irio Malafaia. Extraído de Marçal e Martins, 2008, p.135. Segundo Marçal (2011), “Malafaia veio em missão do partido do RJ e pintou para a campanha política do Jover Teles”.

advogado Júlio Teixeira, com 1679 votos. Já no início das atividades da Assembleia, no mês de março de 1947, o deputado comunista Otto Alcides Ohlweiller “renunciou ao seu mandato, sem no entanto dar maiores explicações, sendo substituído pelo suplente Júlio Teixeira”²⁹⁸. Jover Teles, conforme explicou Marisângela Martins, assumiu “uma cadeira no parlamento gaúcho em substituição a Dyonélio Machado” que estava em “licença médica”²⁹⁹. É preciso considerar também que, nas décadas de 1930 e 1940, estava em prática uma orientação política aos partidos comunistas que pretendia a “proletarização” de suas fileiras. Esta orientação, que ficaria conhecida como “obreirismo”, pretendia “neutralizar a crescente influência de elementos de origem pequeno-burguesa nas fileiras e nas direções dos partidos comunistas”, conforme explicou Eliezer Pacheco³⁰⁰. Para João Batista Marçal, o período do “obreirismo” foi decisivo para a entrada de Jover Teles no parlamento:

Nessa época, o Partido Comunista no Rio Grande do Sul sofreu uma intervenção na direção nacional [...]: “os comunistas do Rio Grande do Sul tão virando tudo cartolas! Só tem intelectual naquela merda!” [...] baixaram lei seca. Foi um período terrível pra história do partido aqui. O que aconteceu nesse período? O período que a gente chama de obreirista, isto é, tira o intelectual daí. E se dizia abertamente na época: “intelectual são tudo uns merda! Só prestam pra assinar manifesto e tirar gente da cadeia”. Era uma luta entre os intelectuais e os obreiristas. O cara tinha que ter as mãos calejadas, tinha que andar sujo, barbudo, e trabalhar da construção civil às minas. Esse era o “operário”. Era o que o partido queria na direção e respeitava. Obreirista é um desvio, né. Como se intelectual não pudesse ser revolucionário! Uma piada! [...] Durou muito tempo essa intervenção aqui. Tudo clandestino naturalmente. O Caio Prado Junior teve aqui ministrando curso de marxismo. Foi aqui na vila do IAPI³⁰¹.

Dessa forma, Manoel Jover Teles teria, também, se beneficiado do contexto da orientação “obreirista”. Tornou-se o único operário a fazer parte da bancada comunista da Assembleia Legislativa em 1947. De acordo com Eliezer Pacheco, o PCB havia recebido as maiores críticas “por seus desvios direitistas” na “Conferência dos Partidos Comunistas ligados ao Secretariado Sul-Americano da Internacional

²⁹⁸ HEINZ, Flávio M. [et. al.] (orgs.). *O Parlamento em tempos interessantes*. Breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947 a 1982. Porto Alegre: CORAG, 2005, p.16.

²⁹⁹ Martins, M., 2007, p.176. Difere desta versão uma nota do jornal “Correio da Manhã” que esclarece: “o deputado Antonio Pinheiro Machado Neto, do P.C.B., pediu licença para tratamento de saúde, sendo convocado o suplente Manoel Jover Teles, operário das minas de carvão de São Jerônimo, que já prestou compromisso” (RJ, Correio da Manhã, nº 16.129, 05 de junho de 1947, s.p.).

³⁰⁰ PACHECO, Eliezer. *A formação da esquerda no Brasil*. Ijuí: UNIJUÍ, 2008, p.113.

³⁰¹ MARÇAL, 2011, s.p.

Comunista”. Esta Conferência, ocorrida entre abril e maio de 1930, foi uma “marca na virada em direção ao obreirismo”, isto é, “contra a política de alianças com outras classes [...]”³⁰².

O comunista Leôncio Basbaum registraria que, “de momento” o sentido da “proletarização” era mais “romântico”, pois “proletarizar-se significava, segundo alguns, abandonar hábitos burgueses, só fumar cigarros baratos, andar mal vestido [...]”³⁰³.

Um exemplo da política obreirista é citado por Marçal quando se referiu a Heitor Saldanha, poeta de destaque na literatura gaúcha e que também ficaria conhecido como “o poeta dos mineiros”.

O que acontece nesse período? Se desencadeou uma “caça” aos intelectuais. A direção do partido começou a perseguir o intelectual. [...] Havia um funcionário público em Porto Alegre, um poeta de alta sensibilidade, um homem extraordinário, [...] que se chamava Heitor Saldanha. Botaram ele de castigo. “Ah, tu é comunista, é? Mas tu nunca pegou numa pá? Então vai para as minas! Lá tu vai aprender”. [...] Um homem de gabinete foi trabalhar nas minas como mineiro, clandestino, a mando do partido.³⁰⁴

Segundo Marçal, não há como falar em mineiros e não citar Heitor Saldanha. Saldanha trabalhou no subsolo das minas de São Jerônimo no início da década de 1950. No cotidiano como mineiro ele encontrou a inspiração para escrever “As galerias escuras”, parte de sua obra de poesia intitulada “A hora Evarista”³⁰⁵. Os poemas de “As galerias escuras”, segundo Schneider, foram “escritos em 1954”³⁰⁶.

A orientação “obreirista” exigia, todavia, um maior investimento em diferentes cursos de formação política dos membros do partido. Em Porto Alegre, em reuniões clandestinas, muitos foram os cursos ministrados por intelectuais ou quadros mais preparados, pois se acreditava que não bastava tirar o intelectual e simplesmente colocar um operário nas fileiras do partido. Este tinha de ter conhecimento teórico, ser preparado “enquanto um quadro” da organização.

³⁰² Pacheco, 2008, p.116;

³⁰³ Leôncio Basbaum. *Uma vida em seis tempos*. SP: Editora Alfa-Omega, 1976, p.75

³⁰⁴ Marçal, 2009, s.p.

³⁰⁵ SALDANHA, Heitor. *A hora evarista*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1974.

³⁰⁶ SCHNEIDER, Sidnei. *Heitor Saldanha 100 anos: rolando como um trovão*. Disponível em: <<http://www.artistasgauchos.com.br/portal/?cid=352>>. Acesso em 20 de maio de 2013.

Segundo Marçal, na década de 1940 Caio Prado Júnior, Plínio Cabral, Dyonélio Machado, dentre outros, ministraram cursos na vila IAPI, em Porto Alegre, com o objetivo da preparação de quadros³⁰⁷.

Numa dessas reuniões clandestinas, no Rio de Janeiro, o comunista Hércules Corrêa rememorou:

Certa vez, compareci a uma reunião num aparelho fora da cidade – como de praxe, de olhos vendados, no carro. Lá estava Fernando Lacerda, um intelectual do Partido. Na hora de irmos nos deitar, o caseiro me indicou um quarto, onde também dormiria o Fernando. Que surpresa tive ao vê-lo deitado no chão, com duas camas vagas, no aposento. Fazia parte de seu esforço de proletarização, segundo me explicou. Surpresa maior teve ele, ao ver que este tecelão que já passou muita dificuldade braba na vida não ia deitar-se no chão duro sem necessidade. Quando Joãozinho Trinta lançou a polêmica frase: “quem gosta de miséria é intelectual”, lembrei-me muito do Fernando Lacerda.³⁰⁸

Fica difícil avaliar, desta forma, até que ponto ou até quando a política “obreirista”, que visava à “proletarização” dos quadros do partido, carregou um caráter “romântico”, como registrou Basbaum. Entretanto podemos perceber que a partir da década de 1950, sobretudo após as denúncias do Relatório Kruschew, o PCB entrou numa nova fase de orientação, praticamente abandonando a tática do obreirismo. Após a aprovação da “Declaração de Março” de 1958, o Comitê Central do partido mudou sua orientação, admitindo conciliação com as ideias reformistas, bem como a valorização da revolução a partir de uma fase nacional e democrática através de um caminho pacífico e, principalmente, através do desenvolvimento da chamada “Frente Única Nacionalista e Democrática”. Isto significava, ao contrário do que previa a política obreirista, que se deveriam estabelecer alianças com outros grupos e classes. Para a historiadora Anita Leocádia Prestes, a nova orientação trazida pela Declaração de Março “contribuiu decisivamente para garantir não só a unidade” como também “a própria sobrevivência do PCB, seriamente abalado por

³⁰⁷ Marçal, 2009, s.p.

³⁰⁸ Corrêa, 1994, p.58.

grave crise provocada em grande medida pelos acontecimentos relacionados com o XX Congresso do PCUS”, de 1956³⁰⁹.

Com as alianças que os comunistas faziam na década de 1950 haveria certo dissenso em alguns espaços onde ocorria a militância comunista. Nas minas de Carvão de São Jerônimo e Butiá, por exemplo, a aliança entre comunistas e trabalhistas não seria bem vista por parte do militante Joaquim Celso de Lima. Em suas memórias recorda que a primeira grande decepção que sentiu, quando estava em tarefa de infiltração no movimento operário das minas de carvão de São Jerônimo, ocorreu no ano de 1957, quando um homem de nome “Alcides”, presidente do diretório PTB, recebeu a direção do “movimento dos mineiros”. Joaquim recriminou:

Para mim, foi a primeira paulada que recebi até aquele dia [...]. Não sabia que a situação estava tão profunda a ponto de, em nome de uma provável frente única de ação, chegar-se a tanto. Eu tinha nítido conhecimento de como o PTB era conciliador e aquele homem ali presente nunca tinha me enganado. Por que dar de bandeja, a um homem ou partido, um movimento que não lhe custou um só minuto de sono para desenvolver? Por que tirar das mãos dos trabalhadores a direção de um movimento que até ali tinham sabido tocar com suprema maestria?³¹⁰

Do mesmo modo, poderíamos citar exemplos de outros militantes, como o de Hércules Corrêa que, em determinado momento de suas memórias, mesmo reconhecendo que a aliança com os trabalhistas era um mal necessário, salientou que “a história da aliança com os trabalhistas foi, mais do que um parto, um trauma tremendo”.³¹¹

Sendo assim, ao contrário do que salientou Anita Prestes, a “Declaração de Março” não “garantiu a unidade”. Casos como os de Joaquim Celso de Lima e Hércules Corrêa, além do que foi exposto no capítulo 1, demonstram que o pacifismo e a aliança com os trabalhistas configuraram grande dissenso para os militantes do PCB que, de certa forma, perderam prestígio e não aceitaram a aproximação resultante do projeto de uma Frente Única. Longe de garantir a

³⁰⁹ PRESTES, Anita Leocádia. Da Declaração de Março à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático. Revista Crítica Marxista, nº32, 2011, p.148.

³¹⁰ LIMA, Joaquim Celso de. *Navegar é preciso*. Memórias de um operário comunista. São Paulo: Diniz, 1984, p.97.

³¹¹ CORRÊA, Hércules. *Memórias de um Stalinista*. Rio de Janeiro: Ópera Nostra, 1994, p.62.

unidade, a Declaração foi mais um elemento que reforçou as críticas e a organização de dissidências no interior das fileiras do Partidão.

Neste contexto, as origens operárias de Jover Teles faziam dele um militante diferente, com certo capital cultural, como diria Bourdieu. Era um militante que não precisava se “proletarizar”. Já era operário, e um operário que se intelectualizou, adequando-se satisfatoriamente ao perfil esperado pelos Comunistas em relação aos “representantes da Vanguarda da Classe Operária”. É considerando tudo isto que podemos entender, enfim, como Jover, mesmo sendo o quarto suplente no resultado das eleições estaduais de 1947, alcançou uma cadeira na bancada Legislativa do PCB naquele ano.



A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul ficou de portas fechadas desde novembro de 1937, quando da instalação do “Estado Novo” de Getúlio Vargas, voltando a funcionar apenas em março de 1947. Também no mesmo ano foi eleito para governador do estado Walter Jobim, pelo PSD. Com a reabertura da casa legislativa estadual, devido à necessidade de elaborar nova Constituição, os primeiros meses de trabalho da Assembleia foram considerados como “fase constituinte”. No mês de junho, quando Manoel Jover Teles passaria a compor a bancada do PCB na Assembleia, no lugar de Dyonélio Machado, os parlamentares estavam finalizando a polêmica discussão sobre a adoção ou não de um regime parlamentarista, proposta defendida ferreamente pelo Partido Libertador (PL), cujo principal porta-voz era o deputado Mem de Sá.

Em 14 de junho de 1947, com 30 votos a favor e 24 contra, os constituintes decidiram implantar um governo parlamentar no Rio Grande do Sul. Na ocasião, Manoel Jover Teles, juntamente com os colegas de bancada do PCB, votou a favor do parlamentarismo³¹². O governador eleito, Walter Jobim, obteve do Supremo Tribunal Federal (STF) o pedido de suspensão do regime parlamentarista, alegando sua total inconstitucionalidade. O STF deu um prazo para a Assembleia gaúcha

³¹² DUARTE, José Bacchieri (org.). *Os 10 dias em que o RS foi parlamentarista*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul/Gráfica Ética Impressora, 2003, p.388.

readequar o texto da nova constituição e, depois disso, ela pôde voltar ao seu funcionamento ordinário como seria de costume³¹³.

No entanto, analisando os anais da Assembleia referentes ao período de junho a outubro de 1947, período no qual Jover Teles compôs a bancada comunista, diferentes outros assuntos integraram a pauta da grande Tribuna.

Em 06 de junho de 1947, Manoel Jover Teles fez seu primeiro pronunciamento como deputado estadual. Na ocasião, fez questão de sublinhar sua origem operária:

É com bastante orgulho que pela primeira vez faço o uso da palavra neste recinto, porque trabalhando num dos setores mais importantes para a economia do Estado do Rio Grande do Sul, sentindo o que pensa o operariado gaúcho sobre a Assembléia Legislativa local [...] No entanto, quero, antes de entrar no assunto que me trouxe a tribuna, esclarecer os nobres deputados que sempre que eu fizer uso da palavra, não deverão esperar ouvir um tribuno, não deverão ouvir um jurista. Ouvirão, sim, um operário que sai das profundezas das Minas de Carvão de São Jerônimo, um operário que desde os 11 anos de idade trabalha naquele rude labor, qual seja o trabalho da “furação”, como se diz vulgarmente, em São Jerônimo, um dos trabalhos que podemos considerar dos mais rudes deste mundo. No entanto, também, sempre que fizer uso da tribuna, é, por outro lado, com grande orgulho que o faço, porque, participando da classe operária por tradição, tradição de avôs, tradição de bisavôs, tradição de pai, tradição essa mineira por si só, eu falo com verdadeiro orgulho porque sou um homem desta têmpera³¹⁴.

Em sua primeira fala entre os deputados também ficaram registrados alguns elementos a respeito de sua vida como mineiro e de sua família. Salientou que participou da classe operária por tradição, “tradição de avôs, tradição de bisavôs, tradição de pai, tradição essa mineira por si só[...]”. Registrou que também serviu no Exército (mas sem dar grandes detalhes) e que também se orgulhava da classe armada quando lá esteve e serviu na Instituição. O motivo que o levou à tribuna refere-se ao discurso proferido pelo deputado comunista Dyonélio Machado em sessão anterior, quando enfatizou que a solução dos problemas sociais e políticos do Brasil não seria encontrada na discussão sobre formas de governo. Ele se referia ao tempo dispensado na Assembleia sobre a querela do parlamentarismo *versus* presidencialismo. Jover enfatizou, neste sentido, que o que se faz necessário é a “união de todos os brasileiros de boa vontade”, independentemente ou em

³¹³ Conforme Heinz [et.al.], v.III, 2005.

³¹⁴ ANAIS da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Fase Constituinte, volume V, 1947. 50ª sessão, 6 de junho de 1947, p.112.

detrimento de interesses particulares. Desse modo, expôs e justificou algumas posturas do Partido Comunista, como o “apoio” dado a Getúlio Vargas, ao General Dutra e ao que ele chamou de “as palavras de ordem” do momento: “Tudo pela defesa da constituição” e “Aumento da produtividade”³¹⁵.

Jover proferiu que “apenas um governo forte e de apoio popular seria capaz de trazer soluções às questões sociais e políticas do Brasil” e que, por isso, analisando a realidade brasileira, os comunistas deram apoio a Vargas. Para ele, um dos problemas “cruciantes” do Brasil era o da democracia. Disse que quanto ao governo Dutra, mesmo os comunistas tendo perdido as eleições, de imediato à posse deste presidente “concitaram o proletariado e o povo do Brasil no sentido de uma unidade junto ao governo”. Lamentou em seu discurso que essa postura “não tenha sido bem aceita e compreendida”. Para Jover, “uma democracia só se pratica e só se defende de acordo com um nível orgânico e político do povo, e não apenas porque esteja expressa na Constituição”. A rigor, a política unitária é apresentada por ele quase como sinônimo de uma “política patriótica do partido comunista”. Era necessário defender e garantir a democracia prevista constitucionalmente, especialmente a continuidade da legalidade do partido frente às “arbitrariedades do governo Dutra”, como o “fechamento de uniões sindicais” e “outras formas de abafar o movimento operário” e “a pressa do ministro Costa Neto em obter um parecer favorável à cassação do Partido”. Quanto à palavra de ordem “Aumento da Produtividade”, Jover explicou que se tratava da defesa da indústria nacional, em detrimento do “capital estrangeiro colonizador”, que “só poderá ser feito através da união do proletariado com seus patrões, os industrialistas, através da união de todo o povo”. Salientando que a contradição fundamental existente na sociedade era a do capital estrangeiro em relação à indústria nacional, criticou a imprensa que, segundo ele, tentava afirmar o contrário ao dizer que a “contradição fundamental que existe hoje em dia no mundo é entre o capitalismo e o socialismo”³¹⁶.

A rigor, em seu primeiro pronunciamento, Jover parece ter feito um inflamado discurso exigindo os princípios constitucionais diante da ameaça que o PCB sofria com o início do movimento que visava sua cassação.

³¹⁵ Id., *ibid.*, p.112-115.

³¹⁶ Id., *ibid.*

Então – eu pergunto – será possível ao governo de Sua Excelência o General Gaspar Dutra resolver o problema da nossa pátria fechando uniões sindicais, intervindo em sindicatos, enfim, procurando de todas as formas abafar o movimento operário? Sabemos que não. Nós sabemos, também, que isso não é o que querem os brasileiros. Não é esta situação que nós os brasileiros queremos. Atrás disto então interesses estranhos, interesses de outros elementos que querem ver a nossa pátria definitivamente colonizada. [...] O Governo prosseguindo nessa política, comete arbitrariedades, levamos ao caminho da ditadura e, agora, já se fala nos jornais cariocas sobre a pressa de Sua Excelência, o ministro Costa Neto, de obter um parecer, dentro de 24 horas, procurando a cassação do registro da sociedade civil, que é o nosso Partido. E eu que venho do meio do povo, que venho de um dos setores mais importantes do nosso Estado, quero trazer aos nobres Constituintes o que se diz no seio do povo, o que se diz no meio dos meus companheiros de trabalho. Quero trazer, repito, a esperança que o povo deposita nesta Casa, sabendo que esta Casa saberá tomar posição no sentido da defesa da democracia, no sentido da defesa dos mais altos interesses do nosso Estado e, portanto, do nosso povo. E, novamente, em nome do povo mineiro de São Jerônimo, em nome de meu Partido, apelo para que os trabalhos dessa Assembléia continuem sendo norteados pelo espírito de unidade, pelo espírito de confraternização e pelo espírito de repúdio a ditadura que se pretende implantar em nossa Pátria. Era o que tinha a dizer. (palmas)³¹⁷

As intervenções de Jover Teles na Assembleia concentraram-se entre os meses de junho e setembro. Em quase todas as sessões ele esteve inscrito e realizou algum pronunciamento. Quando não estava inscrito, dificilmente ficava calado, pedindo aos colegas concessão para um “aparte”. Diferentes temas foram abordados por ele nos meses em que esteve parlamentar. Mas, sem dúvida, acusações ao governo Dutra, críticas ao intervencionismo nos sindicatos e denúncias relativas à situação vivida pelos mineiros foram os assuntos mais recorrentes em sua fala.

Em 10 de junho de 1947, Jover protestou firmemente contra medidas da Delegacia Regional do Trabalho em relação à intervenção em sindicatos de cidades como Pelotas e Livramento. Um sindicato de Pelotas enviou à bancada comunista cópia de uma circular da Delegacia Regional do Trabalho onde dizia que os sindicatos deveriam apresentar em 24 horas, à Delegacia, o Livro de Atas das Assembléias Gerais e Diretoria, bem como arquivos de correspondência recebida e expedida. Para Jover, uma das intenções dessa medida era verificar se tais sindicatos estavam filiados à União Sindical dos Trabalhadores do Estado do Rio Grande do Sul, para “nele fazer a intervenção já contumaz”. Além disso, leu um

³¹⁷ Id., *ibid.*

trecho de outra correspondência enviada à bancada comunista: um protesto, assinado por um grupo de cento e trinta mulheres residentes em Livramento, quanto à proibição de funcionamento de organizações de trabalhadores, como as uniões sindicais³¹⁸.

Na 58ª sessão da Assembleia, Jover Teles intercedeu pelos estivadores de Rio Grande, lendo em plenária um telegrama que os mesmos mandaram à bancada comunista a qual estava sob liderança do colega de bancada, Júlio Teixeira. O telegrama não vem de um “sindicato”, mas da Comissão de Marinha Mercante que pede interferência da Assembleia para que seja revogada a suspensão de trabalho por trinta dias e a diminuição de 50% de seus salários noturnos. Antes de encerrar seu expediente, Jover ratifica algumas necessidades dos mineiros de São Jerônimo, baseando-se em uma matéria publicada no Correio do Povo do dia 18 daquele mês, onde era noticiada a abertura de novas minas de carvão no Estado. Sobre o tema, salientou:

No entanto, eu torno a insistir desta tribuna nos problemas dos mineiros de São Jerônimo. Espero mesmo que essas medidas apontadas por Sua Excelência sejam levadas a efeito no menor prazo de tempo possível. Entretanto, quero alertar esta Casa sobre o problema já levantado desta tribuna. Não basta abrir novos poços de minas de carvão. É preciso que as minas de São Jerônimo sejam reequipadas, que se envie para lá outra usina, de acordo com as necessidades dos trabalhos que lá se desenvolvem. Por outro lado, é necessário, com urgência, atacar o problema mais importante, referente a questão social dos mineiros de São Jerônimo, situação econômica e condições de trabalhadores em que vivem os mineiros de São Jerônimo.[...] O problema dos mineiros não se resolve apenas com a instalação e abertura de novos poços. É necessário urgentemente verificar “in loco” as condições em que vivem os mineiros [...] para que uma vez conhecidas, sintam as autoridades competentes a necessidade de maior amparo a esses mineiros³¹⁹.

No mês seguinte, Jover envolveu-se em grande discussão ao fazer longo discurso, em contraposição à versão do petebista Leopoldo Machado, sobre o “Primeiro Congresso Sindical” ocorrido em setembro de 1946, no Rio de Janeiro. Sua exposição foi longa e interrompida por vários apartes da bancada do PTB. Jover

³¹⁸ ANAIS da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Fase Constituinte, volume V, 1947. 52ª sessão, 10 de junho de 1947, p.304-307.

³¹⁹ ANAIS da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Volume V, 1947. 58ª sessão, 18 de junho de 1947, p.733-735.

iniciou seu discurso dizendo que a bancada comunista não concordava com a exposição de Leopoldo Machado que, na ocasião, se colocou ao lado do governo Vargas o qual, através do Ministério do Trabalho, fechou o Congresso Sindical e passou a interferir diretamente em centenas de sindicatos.

Conforme explicou Hans Füchtner, o Ministério do Trabalho na Era Vargas tinha uma classificação dos organismos sindicais que obedecia, verticalmente, uma hierarquia composta por sindicatos, federações e confederações. Não era permitida na época nenhuma “central sindical nacional”.³²⁰ Mesmo assim, os comunistas, em maio de 1945, conseguiram, juntamente com representantes de algumas classes trabalhadoras, fundar o MUT – Movimento Unificado dos Trabalhadores –, numa tentativa de organizar um movimento sindical que ficasse mais livre do corporativismo intervencionista do governo Vargas. Em 1946, o Congresso Sindical, realizado no Rio de Janeiro, tinha como um de seus principais objetivos “criar no Brasil um órgão de cúpula paralelo à estrutura sindical”³²¹. Quando o MUT, tentou registrar-se como sociedade civil, mas recebeu uma impugnação direta do Departamento de Segurança Pública que alegou que a organização era ilícita e “perigosa” à sociedade. Desse modo, houve uma intervenção do Ministério do Trabalho que considerou ilegal a tentativa de federação dos sindicatos³²². Da mesma forma, em relação ao Congresso Sindical de 1946, o governo interferiu, causando indignação nos comunistas e sindicalistas não governistas. “O incidente que houve”, diria Jover Teles, “foi entre a unanimidade dos delegados que estavam presentes a esse Congresso: quando o Ministério Negrão de Lima, usando de suas atribuições, procurou, de uma maneira anti-democrática, encerrar esse conclave”. Um verdadeiro atentado à democracia, uma “arbitrariedade do Ministro do Trabalho (PTB)”, criticaria Teles³²³. Em seu inflamado discurso, destacou ainda:

³²⁰ FUCHTNER, Hans, Os Sindicatos Brasileiros Organização e Função Política. RJ: Editora Graal, 1980, p.60. Sobre a diferença entre “organização sindical”, “federação sindical”, “confederação sindical” e “central sindical”, ver DIFERENÇA..., 2012 (<http://www.sindisaudevs.com/2012/08/diferenca-entre-sindicato-federacao.html>).

³²¹ CHAIA, Miguel. Intelectuais e sindicalistas. A experiência do Dieese. 1955-1990. Brasília: Editora Humanidades, 1992, p.42.

³²² Ver: FUCHTNER, Hans. Os Sindicatos Brasileiros. Organização e Função Política. RJ: Editora Graal, 1980; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil 1961-1964. RJ: Editora Vozes, 1986, p.36.

³²³ ANAIS da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Volume VI, 1947. 66ª sessão, 01 de julho de 1947, p.544-557. No mesmo pronunciamento Jover Teles também citou trechos de um pronunciamento de Pedro Pomar, deputado federal pelo PCB no RJ, realizado em 29 de março

Aliás, com o decreto inconstitucional com que se fechou a CTB (Confederação dos Trabalhadores do Brasil) e se decretou a intervenção em todos os sindicatos filiados a essa entidade, nada mais se fez senão cumprir uma vingança, vingança do Governo contra os operários que souberam honrar as tradições de luta da classe operária brasileira e procuraram organizar-se numa grande central arejada pelo livre debate de todos os assuntos relacionados com a vida do trabalhador, uma central muitíssimo diferente dessa falsa federação trabalhista, da Confederação Nacional dos Trabalhadores, que é um órgão destinado a manter o regime do cabresto, visando prolongar o amordaçamento da classe operária!³²⁴

A intervenção do governo Dutra nos Sindicatos foi um dos destacados alvos das críticas realizadas por Manoel Jover Teles em seus pronunciamentos na Assembleia Legislativa. “A minha [posição] será uma das primeiras vozes das que se levantarão dentro desta Casa, protestando contra as infiltrações dos Sindicatos”, diria ele³²⁵. As críticas de Jover Teles e dos demais membros da bancada do PCB estavam relacionadas à cassação do registro do partido que ocorreu dia 07 de maio de 1947, após relativo conflito judicial³²⁶. Dulce Pandolfi explica que naquele contexto estavam as “repercussões imediatas” da Guerra Fria. Segundo a historiadora, no mesmo dia em que houve a cassação do registro do PCB,

o Ministério do Trabalho decretou a intervenção em vários sindicatos e fechou a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, criada pelo movimento sindical em setembro de 1946 e não reconhecida oficialmente pelo governo. O PCB apelou para o Judiciário, requerendo habeas corpus para o livre funcionamento das suas sedes, mas o pedido foi negado. Em seguida, os comunistas tentaram organizar uma nova agremiação partidária, o Partido Popular Progressista (PPP), incorporando as teses centrais do PCB. O TSE também negou o registro para o PPP³²⁷.

daquele ano, denunciando numerosos exemplos de trustes e imperialismos estrangeiros no Brasil, sobretudo dos EUA.

³²⁴ Id., *ibid.*

³²⁵ ANAIS da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Volume VIII, 1947. 16ª sessão, 01 de agosto de 1947, p.475.

³²⁶ Ver nesse sentido a dissertação de Renato Arruda de Rezende: REZENDE, Renato Arruda de. 1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que o rei. O fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética. Dissertação (Mestrado em História). 2006. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados, 2006.

³²⁷ PANDOLFI, Dulce. Entre dois governos: 1945-1950, a cassação do Partido Comunista no cenário da Guerra Fria. Dossiês Era Vargas do CPDOC/FGV. Verbete disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC>>. Acesso em 29-05-2013.

Além do tema da intervenção nos sindicatos, Teles também usaria a tribuna para criticar a proibição de greves estabelecida naquele ano de 1947 (“a nova Lei Monstro que anula o direito de greve previsto na Constituição é fascista”!, diria ele) e, também, para encaminhar solicitações de diferentes trabalhadores que chegavam à bancada comunista. Em julho de 1947 requereu informações sobre o atraso no pagamento do abono familiar dos funcionários ativos e inativos da Brigada Militar³²⁸; no dia 24 de julho solicitou informações sobre o plano de saneamento da “Rodovia Osório-Torres”³²⁹; em 1º de agosto denunciou a situação da “população infantil da vila Niterói”, na cidade de Canoas, que se encontrava, segundo Jover, “a míngua de leite”. Na ocasião, exigiu explicações do Poder Executivo quanto às obras iniciais de um Lactário que deveria estar em funcionamento naquela região³³⁰. Ainda no mês de agosto Jover encaminhou pedido de informações sobre um desconto na folha de pagamento dos salários dos ferroviários nas compras por estes feitas na Cooperativa de Consumo de sua classe; apresentou e justificou um Projeto de Lei em benefício dos trabalhadores do Porto, dizendo que até julho daquele ano, quando da promulgação da Constituição Estadual, esses trabalhadores estavam excluídos de diversos direitos “por serem considerados empregados do Estado”. Dentre outras coisas o projeto previa uma definição jurídica para o grupo, normas e regulamentações quanto ao recrutamento do pessoal portuário, carga horária diária de trabalho, descanso semanal remunerado, aumento salarial, acréscimo por insalubridade, aplicação de outros direitos do Estatuto dos Funcionários Públicos aos portuários, etc.; e, ainda, proferiria novas críticas ao CADEM e ao governo sobre a autorização de “constantes aumentos no valor da tonelada de carvão retirado das minas de São Jerônimo”. Jover também criticou os serviços prestados pela “Cia Energia Elétrica” e “Cia Carris Porto Alegre”, defendendo a encampação das mesmas pelo estado, e alertou a Casa Legislativa sobre o desemprego em Novo Hamburgo e sobre a crise da pecuária e do arroz no RS³³¹. Em setembro, usou a bancada para solicitar a circulação de bondes depois da meia noite, em Porto

³²⁸ ANAIS da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Volume VII, 1947. 4ª sessão, 15 de julho 1947, p.76.

³²⁹ ANAIS da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Volume VII, 1947. 10ª sessão, 24 de julho 1947, p.281.

³³⁰ ANAIS da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Volume VIII, 1947. 16ª sessão, 01 de Agosto de 1947, p.31.

³³¹ ANAIS da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Volume VIII, 1947. 20ª sessão, 07 de Agosto de 1947, p.141-143.

Alegre, devido às dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores do noturno³³² e solicitou a aprovação da indicação que pediu a “imediata regulamentação do dispositivo constitucional que concede o pagamento dos dias feriados e domingos aos operários”³³³.

Na leitura dos Anais da Assembleia Legislativa de julho a setembro de 1947 percebe-se, nitidamente, o destacado envolvimento de Teles com causas e solicitações de diferentes grupos de trabalhadores e/ou operários. Sem sombra de dúvidas, dentre os discursos dos meses analisados, os de Jover Teles foram os mais inflamados e reivindicatórios em relação à classe operária e à liberdade do meio sindical. No pouco tempo em que esteve como deputado também soube unir forças junto a colegas, como Júlio Teixeira, nas críticas realizadas à cassação do registro do Partido Comunista e dos mandatos de todos os seus representantes parlamentares, ocorrido em janeiro de 1948. Jover Teles e os demais comunistas no Brasil passariam por mais um longo e duro período de clandestinidade e, ao mesmo tempo, de muito trabalho e atuação.

Os comunistas no Rio Grande do Sul não aceitaram a cassação de seus mandatos. Comícios e panfletos eram distribuídos em algumas cidades, tentando, inutilmente, um apoio popular que pudesse reverter o quadro da Lei de Segurança Nacional do governo Dutra em relação aos comunistas. Julio Teixeira, deputado pelo PCB, em um aparte realizado em um dos pronunciamentos de Jover Teles, falaria das dificuldades enfrentadas na realização de um comício na cidade de Livramento, onde o cerco policial praticamente impediu o desenvolvimento de qualquer manifestação³³⁴. Em fevereiro de 1948, em São Jerônimo, o CADEM escreveria ao chefe de polícia do estado do Rio Grande do Sul, informando que nas minas de Arroio dos Ratos estavam sendo vendidos folhetos “subversivos” com “discursos do Sr. Manoel Jover Teles, ex-deputado do extinto Partido Comunista Brasileiro, pronunciados na Assembleia Legislativa do Estado”. Segundo a correspondência, os

³³² ANAIS da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Volume IX, 1947. 39ª sessão, 03 de setembro de 1947, p.303.

³³³ ANAIS da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Volume IX, 1947. 45ª sessão, 11 de setembro de 1947, p.405.

³³⁴ ANAIS da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Volume VIII, 1947. 20ª sessão, 07 de Agosto de 1947, p.141.

exemplares estavam “sendo vendidos” aos mineiros “desde o início do pagamento dos salários de janeiro”³³⁵. Já em 23 de fevereiro nova correspondência seria expedida pelo CADEM ao chefe de polícia, desta vez informando que “novos panfletos estavam sendo “intencionalmente” distribuídos nas minas de São Jerônimo e Butiá, por “elementos interessados em agitar o operariado que ali exerce sua atividade”³³⁶.

Após a cassação dos mandatos dos parlamentares, tudo indica que Manoel Jover Teles envolveu-se no trabalho de “agitação das massas”, uma das tarefas comuns da militância comunista. As duas correspondências citadas acima permitem presumir que, de alguma forma, ele tentou apoio e/ou resistência junto aos mineiros de São Jerônimo. Não sabemos detalhes desta tentativa de resistência à cassação, contudo ela resultou em uma prisão para Manoel Jover Teles no mesmo ano. De acordo com um Informe da Polícia Política do estado da Guanabara, datado de 19 de março de 1968, “em fins de 1948 ele foi preso pelas autoridades de Porto Alegre quando, em companhia de outros elementos gaúchos, tramavam a sublevação da ordem naquele Estado”³³⁷. O mesmo documento ainda salientou que Jover “era o principal dirigente do Comitê Estadual do PCB do RS e figura entre os signatários do Apêlo de Estocolmo”³³⁸.

Os comunistas no Brasil e em outros países do mundo, em março de 1950, participaram de uma campanha pela paz , contra o envio de tropas à Coréia e contra a utilização de armas consideradas atômicas. “Os comunistas brasileiros se destacaram nesse movimento e, segundo Diógenes Arruda, a campanha em defesa

³³⁵ CONSÓRCIO ADMINISTRATIVO DE EMPRESAS DE MINERAÇÃO. Ofício nº 81. Correspondência expedida ao chefe de polícia do Estado do Rio Grande do Sul. São Jerônimo, 16 de fevereiro de 1948. O documento pesquisado em 2010 encontrava-se no acervo da sede atual do Sindicato dos Mineiros de Butiá-RS. Atualmente ele integra o acervo do Arquivo Histórico da Mineração, junto ao Museu Estadual do Carvão, em Arroio dos Ratos-RS.

³³⁶ CONSÓRCIO ADMINISTRATIVO DE EMPRESAS DE MINERAÇÃO. Ofício nº 90. Correspondência expedida ao chefe de polícia do Estado do Rio Grande do Sul. São Jerônimo, 23 de fevereiro de 1948. O documento pesquisado em 2010 encontrava-se no acervo da sede atual do Sindicato dos Mineiros de Butiá-RS. Atualmente ele integra o acervo do Arquivo Histórico da Mineração, junto ao Museu Estadual do Carvão, em Arroio dos Ratos-RS.

³³⁷ INFORME Nº 2515. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DA GUANABARA. Rio de Janeiro, 13-06-1968. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: secreto, Prontuário 44431, s.p.

³³⁸ Id., *ibid.*

do Apelo de Estocolmo conseguiu mais de 4,2 milhões de assinaturas³³⁹. Segundo Jacob Gorender, “o famoso Apelo de Estocolmo, que dizem ter sido redigido por Stalin”, foi tema de tarefa de militantes que como ele, deveriam coletar assinaturas para o documento. “Fazíamos coleta de assinaturas, mas a minha participação não foi relevante”, ponderou³⁴⁰. Jover Teles, que já estava no Rio de Janeiro, em 1951, escrevendo no Jornal Voz Operária, não apenas assinou o documento de Estocolmo como também colaborou na coleta de assinaturas, como explicou Gorender. Em 21 de dezembro de 1951 Jover publicaria longo artigo nesse jornal, dizendo que “o proletariado e os povos do mundo inteiro” há poucos dias “celebraram o 34º aniversário do mais transcendental acontecimento da história da humanidade: a Revolução Socialista de Outubro”. No decorrer do texto, cultuou o “camarada Stálin” (“O Camarada Stálin, nosso modelo e guia; “porta-bandeira da paz e chefe dos povos”), salientou: “urge, portanto, que intensifiquemos a campanha de assinaturas por um Pacto de Paz, contra a ida de soldados brasileiros para a Coréia. Nosso povo quer a paz e repudia a guerra³⁴¹”, demonstrando como estava submetido às orientações do Partido, concordando ou não com as mesmas.

Os artigos publicados por Teles no Jornal Voz Operária foram assinados por ele como “Manoel Jover Teles” até meados de 1955, quando embarcou para Moscou integrando a segunda turma de comunistas brasileiros enviados à Escola de Formação de Quadros na URSS, junto com Jacob Gorender e outros militantes. O jornal era carioca e foi fundado em 1949, pelo PCB, com o intuito de ser o órgão oficial do Partido quando o periódico *A Classe Operária* havia sido fechado no mesmo ano. Conforme explicou Jorge Ferreira, *Voz Operária* trouxe algumas mudanças no início da década de 1950, “sobretudo no sentido de atrair maior público: fotografias, caricaturas e notícias de interesse nacional – e não apenas partidário –, bem como sessões dedicadas ao cinema, artes, literatura e teatro³⁴². Mesmo depois que o jornal *A Classe Operária* recomeçou a ser impresso, a *Voz*

³³⁹ APELO de Estocolmo. Verbetes do Dicionário Marxista.org. Disponível em:< http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/a/apelo_estocolmo.htm>. Acesso em 20 de maio de 2013.

³⁴⁰ GORENDER, Jacob. Entrevista biográfica. Entrevista concedida a Alípio Freire e Marcelo Ridenti. Revista Margem Esquerda, 19-16-2007, p.13-23.

³⁴¹ TELES, Jover. Uma data dos trabalhadores. *Voz Operária*. Rio de Janeiro, 21-12-51, p.10.

³⁴² FERREIRA, Jorge. Os comunistas e os Novos Rumos. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* • São Paulo, julho 2011, p.2. Ver também verbete “Voz Operária” assinado por Marieta de Moraes Ferreira no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB, disponível na página eletrônica do CPDOC/FGV.

Operária continuaria em circulação até 1980, sendo que o primeiro tornar-se-ia porta-voz do PC do B e o segundo do PCB.

2.4 Entre jornais e viagens: o escritor estalinista

“Ele foi uma das pessoas que fora do Brasil representava o Partido. Ele conheceu Mao Tsé-Tung, teve na Rússia várias vezes, ficou dois anos lá, estudou, fez filosofia lá, esteve em Cuba, viajou muito”. (Iracema, referindo-se ao pai, Jover Teles)³⁴³

Devido ao rico potencial que o tema deste subcapítulo carrega, a ponto de não ser impossível o desenvolvimento de uma tese de doutoramento à parte, antecipamo-nos em dizer que não teremos como objetivo explorar a tão complexa e apaixonante história das viagens comunistas em suas diferentes possibilidades e detalhes, como o cotidiano dos militantes fora do Brasil. Os leitores interessados no tema poderão realizar, através dos trabalhos de Edvaldo Correa Sotana (2006) e Raquel Mundim Tôrres (2013)³⁴⁴, uma leitura mais aprofundada, cujo foco lhes permitiu pensar muitas questões que fugirão aos aspectos que serão abordados em relação a Manoel Jover Teles.

Na obra “Massacre na Lapa” encontramos a informação de que Jover Teles “frequentou a escola de quadros de Moscou em 1955-1957, integrando a delegação brasileira do 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, famoso pelas denúncias feitas por Krushev contra Stálin”³⁴⁵. Conforme vimos em Peralva (1962), Jover teria retornado ao Brasil em 1957, junto com um grupo que teria como missão reforçar a corrente conservadora no contexto da crise que se estabeleceu no interior das fileiras do Partido após 1956. Um aviso de extravio de seu passaporte, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, datado de 15 de setembro de 1957 (“Declaro haver perdido o meu passaporte expedido em 1955. Manoel Jover Teles”), indica que Jover já estava em solo brasileiro. Segundo Alberto

³⁴³ Lima, I., 2009.

³⁴⁴ SOTANA, Edvaldo Correa. *Relatos de viagens à URSS em tempos de Guerra Fria: uma prática de militantes comunistas brasileiros*. Curitiba: Aos quatro ventos, 2006. ; TÔRRES, Raquel Mundim. *O Inferno e o Paraíso se confundem: Viagens de Brasileiros à URSS (1928-1934)*. Dissertação (Mestrado em História). UNICAMP, PPG em História, Campinas, 2013.

³⁴⁵ POMAR, P. E., 2006, p.73.

Santos, isto pode “evidenciar que planejava viajar, pois era uma forma de driblar a vigilância policial”³⁴⁶. A vigilância, no entanto, seria mais rigorosa a partir do início da década de 1960. Um informe sobre Manoel Jover Teles oriundo da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara, em resposta a um memorando do DOPS, foi encaminhado em 1968 dizendo:

Em 14-08-1961, solicitou verificação de antecedentes para fins de viagem à França; em 28 de agosto de 1962, para a Rússia; em 12 de fevereiro de 1963, para a Argentina e em 27 de fevereiro de 1964, para a Europa. Esteve em Pequim em abril de 1963, chefiando a Delegação do Partido Comunista do Brasil, na qualidade de membro da Comissão Executiva daquele Partido.³⁴⁷

As informações das viagens de Manolo obtidas nas entrevistas realizadas com seus familiares, cruzadas com este documento, bem como a percepção da ausência de seus artigos nos jornais aos quais escrevia, demonstram que ele realizou diferentes viagens. Mas quais teriam sido os significados dessas viagens realizadas por Jover como membro do Partido Comunista? Em que sentido elas modificaram rumos e definiram escolhas em sua trajetória de vida, especialmente no campo da política? O que exatamente podemos entender por “escola de quadros do PCUS”? Em que contexto ocorreram as viagens à China e Cuba? Enfim, mesmo não tendo a ambição de encontrar exatamente respostas para estas questões, elas farão parte do texto que se seguirá na tentativa de compreender alguns momentos marcantes da ascensão política de Jover no movimento comunista brasileiro.



Dizer que Jover participou da “escola de quadros da URSS” é relativamente vago. Não que ele não tenha ido e participado de um processo de “profissionalização” de quadros dos partidos comunistas, como explicaremos a

³⁴⁶ Diário Oficial do Estado de São Paulo, 15 de Setembro de 1957, p.82. Santos, Alberto (2013).

³⁴⁷ Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara. DOPS. Informe nº2515 referente ao memorando 88 de 13-3-1968 do SOPS/DR/DPF/GB. GB, 19-3-1968. O documento integra o PRONTUÁRIO 44431 do Fundo de Polícias Políticas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

seguir. O que queremos dizer é que existiam várias escolas na URSS para este fim, sobretudo no período da “Guerra Fria”.

As escolas do Comintern originaram-se em Lenine quando, desde o início do século XX, passou a defender a ideia de que o Partido Comunista da União Soviética deveria formar “revolucionários profissionais”. Na publicação de “Que fazer”, em 1902, destacou que a tomada do poder através de uma Revolução não se daria apenas através da consequência de um processo econômico. Ela dependeria fortemente da disposição e atuação de um Partido Revolucionário, solidamente organizado e dirigido por revolucionários profissionais³⁴⁸.

Branko Lazitch salientou que as escolas do Comintern tiveram um importante papel no processo de formação dos “quadros profissionais” dos partidos comunistas de todos os continentes. Ele salientou, por exemplo, que pela primeira vez na história moderna foi criada uma “rede de escolas políticas”.

L'objectif était de former non seulement idéologiquement les élèves, mais aussi pratiquement, de leur apprendre comment il faut militer dans l'action quotidienne, comment forger un parti révolutionnaire et s'emparer ensuite du pouvoir, soit dans une organisation syndicale, soit dans un Etat.³⁴⁹

Formar quadros no sentido teórico, ideológico e também prático, exigia muita organização por parte do Partido bolchevique russo que era “responsável pela direção e desenvolvimento da rede de universidades comunistas definidas a partir das resoluções do IX, X e XI Congresso do Partido Soviético”. Conforme esclareceu Lazitch, era objetivo das escolas “inculquer une éducation marxiste-léniniste approfondie et de les préparer à un travail peronnnel de direction politique fondée sur la théorie”³⁵⁰.

Em 10 de maio de 2002 Manoel Jover Teles preencheu e assinou sua ficha cadastral no Grupo de Poetas Livres de Santa Catarina, fundado em abril de 1998.

³⁴⁸ Ver item IV do texto “Que Fazer? Problemas candentes de nosso movimento”, reunido no tomo I da Coletânea “Obras Escolhidas”, de Vladimir Ilitch Lénine, publicada pela Editora Alfa-Omega, em São Paulo, em 1979.

³⁴⁹ LAZITCH, Branko. Les Écoles de Cadres du Comintern : contribution à leur histoire. In : FREYMOND, Jacques (dir.). *Contributions a l'histoire du Comintern*. Publications de l'institut universitaire de Hautes Études Internationales, n°45. Genève : Librairie Droz, 1965, p.233. Texto localizado na FMSH/EHESS.

³⁵⁰ Id, p.235.

No item “escolaridade/cursos que possui-síntese”, escreveu: “Filosofia, História e Economia, nível universitário”. Certamente estava se referindo aos cursos e aulas que frequentou durante o período que ficou na URSS. Sua filha Iracema, ao falar sobre o mesmo assunto, salientou: “lá ele estudou, fez filosofia”. Segundo Lazitch, nem todos os cursos realizados pelos militantes poderiam ser considerados de nível superior. Em seu estudo explicou que na primeira metade do século XX havia apenas uma escola, a “École Léniniste”, que tinha um ensino “superior” se comparada às outras existentes, nas quais todos os demais cursos eram de nível “secundário”. O autor explicou ainda que a partir do V Congresso do Comintern de 1924, o PCUS decidiu pela criação de novas escolas sob outro modelo, relativamente diferente do padrão da École Léniniste. Esses novos estabelecimentos, segundo o autor chamados como “Escolas Centrais”, deveriam reunir “pour un temps plus ou moins long, selon les ressources du Parti (ou d’un groupe de partis de même langue), des militants déjà informés des principes fondamentaux du marxisme-léninisme”. O objetivo era a sistematização, a extensão e o aprofundamento dos conhecimentos já possuídos pelos militantes. Ao mesmo tempo, buscava-se uma formação de militantes qualificados e, particularmente, “d’un nouveau cadre de propagandistes”.³⁵¹ Branco Lazitch explicou, ainda, que mesmo as escolas portando o nome de “Universidade”, havia diferença se fosse a École Léniniste ou uma École Central. No caso desta última, os estudantes eram escolhidos pela comissão de quadros do Comitê Central do Partido, sendo geralmente militantes que já tivessem ocupado “funções de responsabilidade” ou “manifestado dons especiais para tornarem-se revolucionários profissionais”³⁵². Acreditamos que Manoel Jover Teles e sua turma, na década de 1950, tenham sido encaminhados para alguma “École Central”. A questão, todavia, exigiria um fôlego maior em pesquisa específica, uma vez que, em relação à época da Guerra Fria, as “Escolas para formação de Quadros Revolucionários” são descritas de forma diferente por Edvaldo Sotana em relação ao texto de Branco Lazitch. Para ele, “o curso ministrado na cidade de Moscou se enquadrava entre aqueles considerados superiores e não se constituía como parte dos inúmeros cursos das escolas do PCB”. Para Sotana, o curso “se enquadrava no padrão educacional do partido, pois, no geral, a educação dos comunistas não tinha o objetivo de aumentar a reflexão e

³⁵¹ Id., p.242.

³⁵² Id., p.243. Tradução minha.

nem aprimorar a capacidade intelectual do militante”. Para este autor, tratava-se de “formar indivíduos capazes de dirigir uma organização política clandestina e revolucionária”³⁵³. É bem verdade que o objetivo principal de tamanho investimento não era a formação de “intelectuais”, mas de quadros capazes de dirigir um processo ou movimento revolucionário. Contudo, o objetivo dos cursos não deve ser reduzido a tamanho praticismo, conforme registrou Sotana.

Em primeiro lugar, é preciso relativizar a ideia de curso superior para que não se caia em simples anacronismo. A palavra “superior” está ligada à profissionalização do comunista enquanto “revolucionário”. Numa instituição altamente hierarquizada como um partido comunista, esta “profissionalização” se dava, geralmente, através de cursos realizados na URSS e que aliavam diferentes conhecimentos teóricos e práticos. Ela, evidentemente, ampliava consideravelmente as possibilidades de ascensão dentro daquela hierarquia. Desta forma, independentemente do curso realizado por Jover ser ou não considerado de “nível superior”, como ele escreveria a respeito de si mesmo, a formação teórica era parte fundamental nos cursos realizados antes e depois da viagem. Segundo, como evidenciam alguns militantes em seus livros de memória ou autobiografia, o aprimoramento Teórico era também um dos objetivos da educação comunista. Ela tinha, sim, como um de seus objetivos, elevar o nível de reflexão ou o aprimoramento teórico dos militantes. Ocorre que, no período em que prevaleceu o “obreirismo”, militantes operários ou não intelectualizados podiam ser escolhidos em detrimento dos considerados mais “letrados” ou considerados “intelectuais”. Mas isso, de forma alguma, representa desprezo da educação comunista em relação ao aprimoramento intelectual dos militantes escolhidos para as viagens e/ou cursos de formação política e ideológica. Hércules Corrêa, estando em uma dessas escolas na URSS em 1955, registrou que em 1953 teve de realizar um curso clandestino organizado pelo PCB, o “Curso Stalin”, ocorrido em um dos aparelhos do Partido. O curso, que teve duração de 30 dias, foi, segundo Corrêa, uma espécie de preparatório e seleção para escolher aqueles que iriam para a União Soviética. Em seu livro de memórias registrou que ficou surpreso na ocasião em que soube que, na avaliação feita no final do curso “Stalin”, tinha ficado com pontuação maior que a de Jorge Amado, um dos intelectuais do Partido. Ao inquirir como aquilo seria

³⁵³ Sotana, 2006, p.127.

possível, recebeu como resposta: “Ele é um intelectual. Você ganhou porque articulou diversas greves no ano passado. Logo, segundo o critério revolucionário, seu currículo recebeu mais pontos”³⁵⁴. É bem possível que Jover Teles tenha participado do mesmo curso Stálin. Alberto Santos disse acreditar que “Manolo faria parte da 1ª turma da Escola de quadros de Moscou (set/53 a ago/55), mas não obteve visto no passaporte, negado pela Delegacia de Ordem Política de Belo Horizonte, por isso foi incluído na 2ª turma (set/55 a set57)”³⁵⁵. Sobre a questão teórica do curso em Moscou, Hércules Corrêa destacou a dificuldade enfrentada nas aulas. Para ele, a organização do curso não previa o nível de instrução básica dos operários que, muitas vezes, por terem curso “primário”, não entendiam “absolutamente nada; como se o marxismo fosse um conhecimento acessível espontaneamente a todo aquele que acreditasse em lutar por um mundo melhor”, diria.³⁵⁶ De qualquer forma, não havendo outra saída a não ser estudar, Corrêa sublinhou:

Não havendo remédio, o negócio era estudar. Dessa vez, as matérias seriam Filosofia, Economia Política, Teoria e Tática do Movimento Comunista Mundial, História do Partido Comunista Russo, História do Movimento Sindical Internacional, Economia Socialista, Geografia Econômica e Política do Mundo, História dos Povos da URSS, História da Cultura e Russo. Aliás, todas as aulas eram dadas em russo, com o tradutor retransmitindo-as em espanhol. Só seis meses mais tarde foram arrumar um tradutor espanhol que sabia russo. Com efeito, para mim e muitos outros, as tais aulas se constituíram num verdadeiro martírio. Eu fazia muitas anotações em classe, mas o que eu escrevia geralmente não tinha muita ligação com o que era ensinado nas aulas. Eram divagações, muitas e muitas dúvidas. Entrei em desespero e pedi para voltar ao Brasil. Negativo, me responderam, até porque na turma havia portuários, ferroviários, mineiros e tecelões, como eu, com idênticas dificuldades.³⁵⁷

De acordo com o estudo de Edvaldo Sotana, a realização de viagens para a URSS, no início da década de 1950, era bem mais difícil se comparada ao período posterior às revelações do Relatório Krushev. Enquanto no início dos anos 50 o número de viajantes era mais limitado, integrando especialmente “intelectuais

³⁵⁴ Corrêa, 1994, p.17.

³⁵⁵ Santos, Alberto (2013).

³⁵⁶ Corrêa, 1994, p.18.

³⁵⁷ Id., p.17.

renomados”, a partir de 1956 houve um aumento significativo do número de viagens de comunistas e não comunistas ao país, a partir de uma política de Krushev que valorizou o turismo, construindo um grande aparato de controle e direção do olhar dos estrangeiros que lá chegavam³⁵⁸. Quando Manoel Jover Teles embarcou para a URSS certamente esteve inserido nesta nova reorganização das escolas de quadros que passaram, inclusive, a aumentar o número de alunos estrangeiros.

A turma de Manoel Jover Teles era composta, ao todo, por 50 brasileiros. Nela, estava Jacob Gorender, que confirmou ter sido colega do ex-mineiro:

Gorender (G): - O curso era dado pelos professores em Russo e eu me lembro que era traduzido na hora para o espanhol. Mesmo em espanhol era difícil para a maioria. Eram 50 brasileiros pelo que eu me recordo.

Autor (A): - O Jover Teles estava junto neste grupo?

G: - Era um deles, exatamente. Ele era um desses alunos. [...]

A: - Era um curso longo? Vocês ficaram quanto tempo?

G: - Dois anos.

A: - Tinha bastante material para estudar?

G: Sim, isso tinha. Uma biblioteca... Eu me recordo que o pessoal comentava que a bibliotecária era muito fedorenta, ela não tomava banho. O pessoal comentava isso. Mas tinha livros à vontade, em espanhol, e em russo, é claro. Em português não tinha.

A: O senhor aprendeu o russo lá?

G: Aprendi. Antes eu não sabia. Aprendi lá. Hoje eu não sei se... Como há muito tempo eu deixei de praticar, não tenho certeza se ainda consigo ler.

Oswaldo Peralva, que integrou a turma anterior a Teles e Gorender, registrou que a Escola “para a formação de revolucionários de tipo bolchevista não se restringia ao ensino dos fundamentos teóricos do marxismo-leninismo”. Para ele,

Através da pressão ideológica e do próprio regime de internato, onde se fazia apologia da obediência cega, e o endeusamento de tudo que fosse soviético, buscava-se transformar cada aluno num indivíduo despersonalizado, sem quaisquer interesses ou vontade que não fosse o interesse e a vontade da direção do Partido; que aceitasse voluntariamente uma disciplina supermilitarizada, sendo capaz de cumprir, sem vacilar as ordens mais absurdas; que não tentasse pensar, a não ser por meio de chavões, para evitar desvios da linha do Partido, fixada pela direção suprema; que considerasse fidelidade ante a URSS e o PCUS como “a

³⁵⁸ Sotana, 2006.

pedra de toque do internacionalismo proletário”, constituindo-se dentro de seu próprio partido num homem de Moscou³⁵⁹.

Em tom diferente, Gorender também ratificou a informação de que os cursos não se restringiam às aulas teóricas, salientando:

G: Nós fomos muito bem tratados. Isso eu me lembro. Do ponto de vista material. E, em certos momentos, fizemos viagens. Fomos para o sul, para o Cáucaso, Criméia, estivemos em Leningrado naquela época, hoje é São Petersburgo. Estivemos em vários lugares. Passamos pelo Volga, conhecemos Stalingrado, que passou a se chamar Volgogrado, depois que Stálin foi desmascarado, depois que ele morreu, daí mudaram o nome.

A: Como o senhor recebeu essa questão do Stálin?

G: Isso foi um choque muito grande. Porque Stálin, em vida, para os comunistas era um super-homem, um sábio, um justiceiro. E depois ele morre, e pouco depois o kruschev desmascara. Ele era um homem arbitrário, cometeu atrocidades contra companheiros, exílios, até torturas. Então, ele passou a ser visto de outro prisma.

A: O senhor ainda estava nesse curso quando se deu o 20º Congresso?

G: Estava. Eu assisti algumas sessões do 20º Congresso que foram abertas para delegações estrangeiras. E foi um choque³⁶⁰.

Isabel Gonçalves, ao responder sobre quais histórias Manolo contava de suas viagens, destacou resumidamente:

Ah, ele sempre tinha história pra contar. Contava histórias da vida dele. Das viagens, da Rússia que ele morou... Que ele ia todas as noites no Teatro vê aquele balé Bolshoi, tudo isso ele contava. Contou que ele viajou pra China, que conheceu a cidade proibida, que foi recebido pelo imperador da China, que pisou naquele tapete vermelho – ele gostava de se exibir, também – contava essas histórias...³⁶¹

Não sabemos como Manoel Jover Teles recebeu a notícia da viagem para a URSS. É possível que o processo não tenha sido muito diferente do que ocorreu com Hércules Corrêa que, antes de embarcar, foi informado da decisão do Comitê

³⁵⁹ Peralva, 1962, p.9. Vale salientar que A publicação da obra de Peralva teve grande impacto no Brasil. Os detalhes relatados em “O Retrato” de forma negativa (incluindo a descrença do autor com o comunismo), seria utilizada pelo Jornal do Brasil que publicaria na década de 1960 alguns cadernos especiais resumindo os capítulos da obra. Acervo disponível no Arquivo Histórico Nacional, em “Memórias Reveladas”.

³⁶⁰ Gorender, 2011.

³⁶¹ Gonçalves, I., 2011.

Central que iria fazer uma viagem ao exterior que duraria 60 dias (“A verdade é que eu estava eufórico. Nunca havia viajado ao exterior e, como seriam apenas 60 dias, não acreditei que isso fosse perturbar minha família tanto assim”³⁶², registrou). Apenas durante a viagem, como ocorreu com a turma de Corrêa, Jover pode ter recebido a notícia de que estava indo para a “pátria da revolução” e, não diferente, pode ter recebido comunicado semelhante: “Em nome do Comitê Central, quero lhes informar que estamos todos aqui para fazer um curso de marxismo-leninismo que vai durar *dois anos*”.³⁶³ Por outro lado, pode ter ocorrido de forma diferente, como registrou Osvaldo Peralva, que recebeu o comunicado da viagem à URSS ainda no Brasil. Disse que sua alma ficou “banhada de felicidade” e que, ao perguntar quanto tempo ficaria fora, recebeu como resposta “uns dois ou três anos”³⁶⁴.

Possivelmente a sensação de felicidade se fez presente no coração do ex-mineiro. Afinal, a oportunidade de conhecer a União Soviética era única, praticamente um “privilégio”. Não podemos afirmar, contudo, como ele teria reagido quando soube do tempo de duração da viagem. Hércules Corrêa ficou “desnorteado”.

Minhas ideias não se articulavam. Tinha dito em casa que ficaria apenas dois meses fora e já criara um problemão ao deixá-los. E minha mulher, meu filho, que eu passaria esse tempo todo sem ver? Como é que eles iam se virar, sem nem saber onde eu estava? Era uma loucura total. Creio que nenhum de nós assimilou direito aquele golpe³⁶⁵.

Certamente o primeiro impacto da notícia deve ter gerado efeito semelhante em Teles, uma vez que deixou sua esposa Lucy com a filha Iracema, uma criança com aproximadamente três anos de idade. Por outro lado, fazia parte da cultura comunista colocar o Partido e a causa revolucionária em primeiro lugar. Dependendo de como o militante lidava com estas questões, ou mesmo do seu grau de subordinação às orientações partidárias, a distância da família poderia ser bem administrada emocionalmente. Segundo Iracema,

Ele gostava do que fazia. Ele era um idealista, né. Gostava de ser comunista mesmo! Ele achava que a coisa podia mudar politicamente.

³⁶² Corrêa, 1994, p.10.

³⁶³ Corrêa, 1994, p.15.

³⁶⁴ Peralva, 1962, p.7.

³⁶⁵ Id., p.16.

Tanto é que no meu livro, aqueles que se faz quando se é bebê, no finalzinho perguntava assim: “o que gostarias que a tua filha fosse quando crescesse?” e ele respondeu: “membro do Partido Comunista”. Ai tu tira o que o pai era, como era mais ou menos o pensamento dele. E eu me lembro muito bem que uma das vezes que nós fugimos pra cá (RS), e que de vez enquanto ficávamos seis meses sem saber do pai, se estava vivo, se estava morto – a mãe, coitada, vou te contar! Por isso que ela morreu do coração – Eu perguntei pra ele: “o que é mais importante, a família ou a política?” E ele disse que era a política! Eu tinha doze anos. Pra ele era a política. Primeiro a política, depois a família. Pura verdade.³⁶⁶

A experiência de Jover Teles na URSS, sobretudo, no meio comunista e, posteriormente, entre os poetas de Santa Catarina, foi traduzida por ele como um momento bastante especial. Quando embarcou para a “Escola de Formação de Quadros”, “a fidelidade à União Soviética, o seu reconhecimento como pátria mundial do socialismo e o crescente desejo de conhecer as realizações do regime implantado”, como pontuou Sotana, “integravam o imaginário dos comunistas brasileiros, pelo menos enquanto o militante permanecia no partido”³⁶⁷.



A presença de Jover Teles em Cuba também foi confirmada na pesquisa realizada no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Um ofício do Departamento Estadual de Segurança Pública apresentou o nome de Manoel Jover Teles na “Relação dos passageiros do avião CUT 670, da Cia ‘Cubana de Aviação’, vôo nº charter/23, chegando de Havana no dia 23 de maio de 1961”³⁶⁸.

Além disso, na semana de 7 a 13 de julho de 1961, um extenso texto de sua autoria foi publicado como suplemento especial no Jornal Novos Rumos – “Cuba: vanguarda dos povos da América” – confirmando a informação de que ele estivera junto aos cubanos.

³⁶⁶ Lima, I., 2009.

³⁶⁷ Sotana, 2006, p.87.

³⁶⁸ PRONTUÁRIO nº 44.431, setor Prontuário GB, notação 44.431, f.25

Convidado pelo Governo Revolucionário Cubano para participar das festas comemorativas do Dia Internacional do Trabalho, chegamos a Havana na véspera do 1º de Maio.

No aeródromo, todo engalanado com bandeiras e [ilegível], centenas de jovens milicianos, com os braços carregados de flores e entoando canções revolucionárias, esperavam-nos. Desembarcamos. Suas vozes subiram aos céus:

- Viva o Brasil!

- Abaixo o imperialismo!

- Viva a Revolução Cubana, patriótica, democrática e socialista!

E ao mesmo tempo que nos entregavam as flores, começaram a cantar:

“Somos socialistas,

Palante y palante.

Y al que no le guste,

Que tome purgante”³⁶⁹.

O artigo de Jover Teles é recheado de admiração aos cubanos e, como a maioria dos textos de sua autoria, é extenso em detalhes e ponderações. Narrou não apenas a chegada a Cuba e a calorosa recepção na ilha, bem como as principais atividades nas quais participou: o desfile pelo dia do Trabalho e a visita a 5 estados dos 6 que, segundo ele, compunham Cuba em 1961. Destacou a visita a uma colônia de pescadores e os grandes avanços que estavam ocorrendo na área da alfabetização, reforma agrária, etc.

Às seis horas da manhã do dia 1º de Maio, dirigimo-nos para a Praça Cívica, onde ocorreria o desfile. Nessa hora a multidão já era enorme. Tivemos que desembarcar dos automóveis e seguir a pé até a tribuna dos convidados. No caminho, contagiamo-nos com o entusiasmo popular. Um grupo de moças nos pergunta [...] Na tribuna de honra que presidia o desfile, já se encontravam Fidel Castro, Ernesto “Che” Guevara, Blas Roca, o presidente da República, Dorticós, e sua esposa, Carlos Rafael Rodrigues, os comandantes do Exército Revolucionário, dirigentes de todas as organizações sociais, ministros, e outras autoridades. Dando início ao desfile, uma Banda do Exército posta-se diante da Tribuna e executa o hino dos trabalhadores – “A Internacional”. A seguir executa o hino do “26 de julho”. Às 7 horas, começa o desfile que somente terminou às 11 horas da noite. Para ter-se uma ideia do que foram as comemorações do 1º de Maio em Cuba, basta dizer que de um povo de 6 milhões de habitantes, desfilaram em Havana 2 milhões, em Camaguey, 250 mil, em Santiago, 350 mil, e assim em todas as cidades e vilas. Todo mundo desfilou: jovens e velhos, homens e mulheres, numa demonstração da unidade do povo conseguida na marcha da Revolução. [...]³⁷⁰

³⁶⁹ TELLES, Jover. Cuba: vanguarda dos povos da América. *Novos Rumos*, ano III. 7 a 13 de julho de 1961, suplemento do nº 122, p.3. Fundado em janeiro de 1959, Novos Rumos foi o jornal que substituiria o “Voz Operária”, tornando-se órgão oficial do PCB após as orientações deste partido no documento conhecido como “Declaração de Março de 1958”. Segundo Jorge Ferreira (2011), tratava-se de um jornal “voltado para a militância” e, neste sentido, “grande parte das notícias publicadas eram dedicadas para o movimento sindical [...] e camponês”, para o ataque a “adversários e governo”, e para “exaltar as vitórias do socialismo no mundo [...]” (p.7).

³⁷⁰ Id., *ibid.*

Para Jover, o desfile em Cuba “foi uma resposta da classe operária e do povo cubano ao imperialismo norte-americano”. Para ele, “o povo demonstrou que está unido em torno do Governo Revolucionário de Fidel Castro, e de seus ideais de libertação nacional, democrática e socialista”³⁷¹. Em nenhum momento de seu texto há alguma informação explícita em relação ao que viria expor Brilhante Ustra em seu livro. Todavia, nas conclusões do suplemento publicado em *Novos Rumos*, ficaria implícito o impacto que a Revolução Cubana estava causando sobre Jover, sobretudo aquilo que seus olhos viram (ou quiseram ver) durante a visita: “o Triunfo da Revolução”³⁷².

O impacto não apenas da Revolução Cubana certamente contribuiu para influenciar Jover Teles na defesa da luta armada. Mas como explicar a presença de Teles em Cuba naquele contexto, sobretudo com o consentimento do Comitê Central que apregoava uma revolução baseada em um etapismo pacifista? Sabe-se que em outro contexto, em julho de 1967, Marighella foi a Cuba participar de uma Assembleia da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS) sem autorização do PCB, e que os dirigentes do partido resolveram expulsá-lo por esse motivo e, também, pelos pronunciamentos críticos sobre o PCB realizados por ele naquele país. Mas, e Jover Teles?

Em 2007, o general Carlos Alberto Brilhante Ustra fez referência, em seu livro, a um relatório de Jover Teles sobre uma missão desenvolvida por ele em Cuba, em 1961:

Em 30 de abril de 1961, Jover Telles, dirigente do PCB, chegou a Havana e, após contatos com as autoridades cubanas, encaminhou ao Comitê Central do PCB o documento intitulado “Relatório à Comissão Executiva sobre minhas atividades em Cuba”, do qual destaco o seguinte trecho: “... curso político-militar, levantei a questão. Estão dispostos a fazer. Mandar nomes, biografia e aguardar a ordem de embarque”³⁷³.

³⁷¹ Id., *ibid.*

³⁷² Id., *ibid.*

³⁷³ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. 3ª ed. Brasília: Editora Ser, 2007, p.69-70.

Carlos Ustra salientou que na mesma época em que Jover Teles esteve em Cuba,

Francisco Julião encontrava-se em Havana, tratando de apoio cubano à luta armada. Em maio, outra delegação vai a Havana [...] composta por 85 participantes, entre eles 13 militantes das Ligas Camponesas, que receberiam treinamento militar em Cuba. A relação com Cuba, o apoio ao treinamento militar e o cenário político brasileiro levaram o movimento ao seu período de maior radicalização e crescimento. Os camponeses pegaram em armas e marcharam contra engenhos, apoiados por sindicatos, por grupos comunistas e por membros da Igreja Católica³⁷⁴.

As Ligas Camponesas foram organizações de camponeses originadas no nordeste brasileiro, mais precisamente em Pernambuco, e que lutaram pela Reforma Agrária e pelo fim do “Cambão”, uma forma de “trabalho não remunerado que, durante um determinado número de dias por ano, o camponês prestava ao senhor” e que “passou a ser visto como um problema quando os proprietários começaram a cobrar mais dias, intensificando a exploração sobre os trabalhadores”³⁷⁵. Como explicam Mario Grynszpan e Marcus Dezemone (2007), as Ligas eram entidades civis registradas em cartório e não “representações sindicais”. Elas atingiram projeção nacional a partir da liderança de Francisco Julião que reuniu, conforme Ustra, apoio de “estudantes, idealistas, visionários” e militantes comunistas, chegando a organizar comitês regionais em 10 estados brasileiros, em 1961 (USTRA, 2007, p.69). Ustra ainda destacou a aproximação de Francisco Julião com a URSS, em 1957, e com Cuba, em 1961, “especialmente após a viagem que realizou acompanhando Jânio Quadros àquele país, em 1960, seguido por muitos militantes” (id., ib.).

Para Grynszpan e Dezemone, “foi a partir da década de 1940, e sobretudo dos anos 50, que os grupos de esquerda passaram a deslocar quadros para a atuação no campo”, provocando “apreensão entre os setores conservadores”³⁷⁶. Os autores sublinham a existência de disputas entre os comunistas e os dirigentes das

³⁷⁴ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. 3ª ed. Brasília: Editora Ser, 2007, p.69-70.

³⁷⁵ GRYSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a derrota do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil, v.2: Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. RJ: Paz e Terra, 2007, p.219.

³⁷⁶ Grynszpan e Dezemone, id., p.217

Ligas em torno do campesinato, “de acordo com o que cada um dos grupos considerava ser o estágio de desenvolvimento do Brasil [...]”³⁷⁷. Como vimos anteriormente, a análise que o PCB fez da conjuntura da sociedade brasileira, na segunda metade da década de 50, estava baseada na crença em que o desenvolvimento econômico capitalista era visto como uma etapa necessária para a revolução socialista, uma vez que primeiro o país precisava ser conduzido para uma revolução antiimperialista e antifeudal. “Nesse quadro, a reforma agrária era vista como um meio para se eliminar a estrutura feudal que, na análise dos comunistas, prevalecia no campo, impedindo a plena industrialização do país”³⁷⁸. A partir do final dos anos 50 percebe-se que os dois grupos - PCB e Ligas Camponesas - passaram a distanciar-se em suas posturas, pois enquanto o primeiro recaía nos meios pacíficos da revolução, o segundo mantinha e intensificava sua luta baseada na radicalização reformista. Jean Rodrigues Sales esclarece que muitos membros das Ligas fizeram “vínculos importantes com Fidel Castro, o que possibilitou ao grupo brasileiro se tornar pioneiro no envio de militantes para fazer treinamento guerrilheiro na ilha de Fidel”. Para Sales, a experiência das Ligas Camponesas e sua aproximação com “ideias oriundas da Revolução Cubana”, especialmente quando organizaram em Goiás “campos de treinamento guerrilheiro”, demonstra, sobretudo, “que a opção ou a simpatia de uma parte da esquerda brasileira pela luta armada antecede o golpe militar de 1964”³⁷⁹. Assim, “não por acaso”, concluiriam Mario Grynszpan e Marcus Dezemone, “tornaram-se as Ligas destino de dissidentes do PCB mais próximos à linha da Revolução Cubana ou identificada com o pensamento do líder da Revolução Chinesa [...]”³⁸⁰.

Com essa pequena digressão sobre comunistas e Ligas Camponesas, também podemos ponderar a respeito de outra possibilidade para pensar as motivações da viagem de Jover Teles em Cuba. Ela podia estar circunstanciada à busca de apoio para a preparação militar-guerrilheira de quadros, visando à execução de um movimento radical que levasse à Reforma Agrária, ou, ainda, ao interesse do PCB em colaborar para que a situação no campo ficasse de tal modo incendiária que acelerasse o desenvolvimento da etapa da “revolução antifeudal”,

³⁷⁷ id., p.223.

³⁷⁸ Grynszpan e Dezemone, id., ib.

³⁷⁹ Sales, Jean Rodrigues. A revolução cubana, as esquerdas brasileiras e a luta contra a ditadura. In: *Anais do V Congresso Europeu de Latino-americanistas*, 2007b, Bruxelas (Bélgica), p.9.

³⁸⁰ id., p.224.

necessária na concepção de Revolução Socialista que imperava naquele Partido. No entanto, texto recente de Augusto Buonicore salienta que a viagem de Jover a Cuba estava diretamente ligada à crise enfrentada pelo núcleo dirigente do PCB. João Amazonas, Maurício Grabois, Lincoln Oest e Diógenes Arruda foram expulsos do Partidão, em 1960, como membros opositores da Direção Nacional. Neste contexto, Buonicore salienta que, por influência de uma orientação soviética, foi solicitado ao PCB que informasse ao Partido Cubano sobre a expulsão.

Giocondo Dias, por sua vez, afirmou: “os camaradas soviéticos pedem que informemos ao Partido Cubano que Grabois e Amazonas foram expulsos do PCB”. Em outra reunião foi anotado: “Insistiram os camaradas soviéticos na viagem de Prestes a Cuba”.[...] Dinarco Reis aconselha mandar “um camarada a Cuba para informar sobre o grupo fracionista”. E Jover Telles, então na executiva do PCB, “propõe uma carta aos Partidos Comunistas irmãos” esclarecendo sobre a atividade de Amazonas e Grabois. Ramiro Luchessi e Mário Alves aceitaram a proposta de Jover.³⁸¹

Desse modo, é preciso relativizar a notícia de que Jover tenha ido à Cuba apenas para acompanhar o desfile de 1º de maio e para conhecer medidas tomadas pelo governo revolucionário de Fidel. Interesses partidários estavam em jogo naquele momento de crise enfrentado pelo PCB. A expulsão de dirigentes como Amazonas, Grabois e Arruda, nomes que estariam no epicentro da cisão e que integrariam o PC do B, se não informada, poderia abrir brechas para que os dissidentes se reorganizassem com algum apoio internacional (o que ocorreria em seguida, quando da aproximação com o Partido Comunista Chinês).

Independentemente da missão que teria levado Jover Teles a Cuba, seu texto elogiando o modelo de Revolução implantado na ilha ultrapassou relativamente as margens de orientação política do PCB que se encontrava ainda na defesa das orientações pacifistas da Revolução, conforme a Declaração de Março de 1958. Em “A experiência da Revolução em Cuba” escreveu,

³⁸¹ BUONICORE, Augusto C. *Cuba e a reorganização do PC do B*. 9 de Abril de 2012. Disponível em: < <http://pagina13.org.br/2012/04/cuba-e-a-reorganizacao-do-PC-do-B/>> Acesso em 01 de junho de 2013.

constituiu uma nova comprovação da tese leninista que afirma não existir uma muralha chinesa entre a revolução democrática e antiimperialista e a revolução socialista. [...] Com a ação de um pequeno grupo que desembarcou na Sierra Maestra. Esse grupo de jovens assimilou rapidamente a ideologia do proletariado. No início dessa ação armada os camponeses constituíram a força principal da Revolução. [...] E a luta armada pela derrubada passou a primeiro plano. O proletariado, no início da fase armada da Revolução, atrasou-se momentaneamente na luta, mas, quando ocupou o seu lugar deu à luta nova composição e conteúdo. Atualmente, predomina na Revolução a ideologia do proletariado e, portanto, sua direção. O proletariado alcançou o seu lugar de vanguarda. Os camponeses, porém, não se atrasam. Sua consciência revolucionária é muito elevada. Marcha em estreita aliança com o proletariado. [...] E se Cuba com apenas 6 milhões de habitantes pode realizar o que fez, nas barbas do “Colosso do Norte”, que não poderá fazer um povo de 70 milhões como o nosso, no dia em que resolver tomar em suas próprias mãos o destino da Nação Brasileira. É o pensamento que nos assalta já dentro do avião, no momento de iniciar o regresso ao Brasil³⁸².

O texto de Jover Teles, neste sentido, está de acordo com o que esclareceu Jean Rodrigues Sales sobre os impactos da Revolução Cubana no PCB.

No caso do PCB, a revolução cubana foi imediatamente saudada como a corporificação no continente da teoria apregoada há décadas pelos comunistas. Ou seja, a América Latina teria conhecido uma revolução democrático-burguesa que logo teria passado para fase socialista, processo no qual o Partido Comunista Cubano teria desempenhado um papel fundamental. Essa apreciação do significado do processo revolucionário cubano, que com dificuldade tentava esconder os aspectos heterodoxos da revolução cubana³⁸³, logo foi questionado por setores partidários. Inicialmente de forma sutil, mas logo ganhando grande força, sobretudo com a crise aberta em suas fileiras após o golpe de 1964.

Todavia, nos parece evidente que o texto de Jover Teles realiza um questionamento ou uma crítica nem tão sutil em relação à postura do próprio PCB quanto ao seu significado de Revolução e a sua inação naquele momento. Como

³⁸² Id., *ibid.*, p.6-7.

³⁸³ Por ter sido colocada em prática por um grupo de guerrilheiros ou uma “milícia”, a Revolução Cubana colocava em xeque aspectos do leninismo e do stalinismo que salientava o papel de um Partido Comunista no processo revolucionário. Com o tempo ela se mostrou heterodoxa, sobretudo na medida em que se afastou da ideia defendida pelo stalinismo e pelo leninismo de que a Revolução Socialista só poderia ser alcançada por um Partido forte e coeso, pela “Vanguarda da Classe Operária”. Tanto o PCB como o PC do B, com o tempo, passariam a criticar o modelo de Revolução implantado por Cuba, sobretudo por este aspecto. Principalmente no caso do PC do B, conforme explicou Jean Rodrigues Sales em seu estudo sobre o tema (2005), esta incompatibilidade seria resolvida através da aproximação com o Partido Comunista Chinês e com a adoção do maoísmo, pois, diferentemente do caso de Cuba, preservava princípios da “ortodoxia stalinista”.

ocorre em praticamente todo processo de experiência intercultural certo distanciamento que incide sobre o sujeito quando ele está fora do país favorece um provocativo olhar para dentro da própria realidade ou de seu grupo de origem e, não raro, produz-se reflexões comparativas. Isto é, por mais que existisse uma cultura comunista “integradora”, ancorada em uma concepção de “marxismo-leninismo” e em uma moral que orientava e/ou normatizava o comportamento do militante e o funcionamento do Partido, ela não era suficientemente capaz de contornar ou controlar os efeitos que a experiência das viagens comunistas também gerava nos militantes. As viagens, de alguma forma, contribuíam para acentuar reflexões críticas no contexto de uma crise que já estava instalada nas fileiras dos partidos comunistas antes mesmo de 1964.



Entre 1959 e 1961 Jover Teles colaborou com os jornais *Novos Rumos* e *Voz Operária* com muitos textos, até obter seu registro de “jornalista”, conforme publicação do Diário Oficial do Estado de São Paulo de 7 de março de 1962.³⁸⁴ Os temas que dominavam seus artigos, não diferindo da orientação dos próprios jornais, centralizaram-se na questão Sindical, como suas participações em Congressos e Conferências a este respeito, bem como sobre questões relativas a movimentos grevistas e críticas ao governo em relação à falta de liberdade das organizações sindicais e às políticas da época em relação ao controle sindical, à alta inflação sobre o preço dos alimentos no final do governo Juscelino Kubitschek e a tentativa do Ministério do Trabalho de proibir as organizações sindicais daquele período de organizar determinados movimentos.³⁸⁵ Em 1961 fazia severa crítica ao “destacado

³⁸⁴ ESTADO DE SÃO PAULO, Diário Oficial de 7 de março de 1962, seção I, s.p. Manoel Jover Teles é citado em uma lista de nomes que alcançaram a concessão de um registro profissional de jornalista.

³⁸⁵ Ver, por exemplo: TELLES, Jover. Conspiração contra o Movimento Operário. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, semana de 9 a 15 de outubro de 1959, p.5.; TELLES, Jover. Importante Acontecimento Político. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, semana de 11 a 17 de dezembro de 1959, p.5 e 10.; TELLES, Jover. Os comunistas e a Política Partidária nos Sindicatos. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, semana de 29 de abril a 5 de maio de 1960, p.2. TELLES, Jover. Importante Vitória do Movimento Operário. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, semana de 18 a 24 de novembro de 1960, p.3 e capa.; TELLES, Jover. Trajetória do Movimento Operário em 1960. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, semana de 30 de dezembro de 1960 a 5 de janeiro de 1961, p.2.; TELLES, Jover. III Congresso. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, semana de 19 a 25 de agosto de 1960, p.1.

dirigente sindical Benedito Cerqueira”, chegando mesmo a chamá-lo de “anti-comunista”. Segundo Teles, Benedito criou “grande celeuma nos meios operários” ao criticar “todas as organizações partidárias”, dizendo que “ainda falta um partido para os trabalhadores”, em uma entrevista dada ao jornal “Correio da Manhã”. Defendendo o Partido e os ideias marxistas-leninistas, Jover destacava em sua crítica a Benedito:

Numa época em que todos podem não somente ver como também apalpar a realidade de que, sob a bandeira de Marx e de Lenin, já vive cerca da metade dos habitantes da terra que constroem o socialismo e o comunismo e quando, iluminada pela doutrina do marxismo-leninismo e dirigida pelo movimento comunista internacional, a humanidade passa inexoravelmente do capitalismo para o socialismo.³⁸⁶

Em 1962, Jover Teles publicou em São Paulo o livro “O movimento sindical no Brasil”. Com cerca de 300 páginas, a obra teve sua primeira edição pela Editora *Vitória*, ligada ao PCB, no Rio de Janeiro. A publicidade dada ao trabalho no jornal “Novos Rumos” colocou o livro de Jover na lista das leituras sugeridas pelo Núcleo Dirigente aos seus militantes. Em 1981, em São Paulo, pela *Lech Livraria Editora Ciências Humanas*, foi impressa a segunda edição. Em ambas a dedicatória do livro foi feita à esposa “Lucy” e à filha “Iracema”, bem como “à memória dos combatentes proletários que tombaram na luta por um Brasil independente, democrático e socialista”. A redação do prefácio, sem alteração entre a primeira e a segunda edição do livro, é assinada por Astrogildo Pereira, que destacou:

Grande e variado interesse possui este livro de Jover Telles sobre o Movimento Sindical no Brasileiro. Suas páginas apresentam considerável soma de dados e indicações acerca das lutas operárias em nosso país, principalmente durante os anos de 1946 a 1962, que assinalam um período de ascensão do movimento. **São dados colhidos diretamente no fogo da luta ou deduzidos da experiência vivida;** seu estudo será de grande proveito. [...] as páginas deste livro nos transmitem a sua lição mais importante: a de que a força e a capacidade da luta da classe operária se afirmam e crescem à medida que o princípio da unidade sindical se fortalece como princípio básico de toda organização e orientação. A unidade é o a-bê-cê da tática proletária, é o fundamento da ação das massas. [...] Pretendo apenas chamar a atenção do público para a importância deste volume, **trabalho honesto e meritório de um operário comunista cem**

³⁸⁶ TELLES, Jover. Benedito Cerqueira e o Partido Comunista. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, semana de 27 de janeiro a 2 de fevereiro de 1961, p.5.

por cento integrado, desde muito jovem, nas lutas do proletariado e do povo.³⁸⁷

A rigor, o livro de Jover é composto pelos seus principais textos publicados em “Novos Rumos” e “Voz Operária”, entre o final dos anos 50 e início dos anos 1960. Em um capítulo à parte, intitulado “Discursos”, Jover apresenta um pronunciamento que realizou em um Congresso Sindical realizado no Rio de Janeiro no ano de 1946 e, também, o principal pronunciamento, realizado na Assembleia Legislativa do RS quando fora deputado, em 1947, no qual denunciou as condições dos mineiros de São Jerônimo, realizando severas críticas ao CADEM.

A partir da publicação de sua obra, Jover Teles realizaria algumas conferências sobre o movimento sindical e assuntos correlatos em diferentes locais. Segundo informações de um Prontuário sobre ele datado de 1971, Jover “realizou uma Conferência Sindical em Santa Catarina em uma reunião do Secretariado do PCB, em 09-04-1962”³⁸⁸. Em 1996, faria uma Conferência na UFRGS, conforme imagem abaixo:

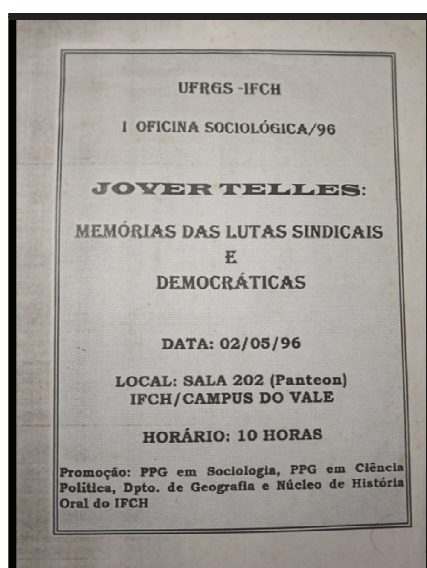


Figura nº 8: “Cartaz de divulgação de Palestra proferida por Manoel Jover Teles na UFRGS, em 1996”³⁸⁹

³⁸⁷ Astrogildo Pereira apud Telles, 1962, p.7-10.

³⁸⁸ ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Prontuário 130218. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: Prontuário, notação Comunismo 71, p.196.

³⁸⁹ Acervo do Grupo de Poetas Livres de Santa Catarina.

No acervo do Grupo de Poetas Livres de Santa Catarina, onde foi possível encontrar não apenas o cartaz supracitado como também diferentes outros manuscritos de Jover Teles, foi encontrado um extenso material datilografado e encadernado que, certamente, tratava-se de conferência realizada na UFRGS devido ao conteúdo do texto e à data na qual ele é encerrado e assinado (“abril de 1996”). No manuscrito é possível perceber que Jover reproduziu trechos de seu livro sobre o Movimento Sindical e encerrou a palestra fazendo pequenas considerações sobre “o movimento operário na época do Mercosul”³⁹⁰.



“Tudo que eu sei é que ele foi recebido por aquele imperador... era proibida a entrada nesta cidade, mas ele entrou. Foi convidado e entrou.”, diria a senhora Isabel Gonçalves ao rememorar algumas das histórias de viagem de Manolo, particularmente à China³⁹¹.

No ano de 1963 Manoel Jover Teles chefiou uma delegação que visitou a China de Mao Tsé-Tung. Em “Pekin Informa”, órgão oficial do PC chinês naquele ano, seria divulgada a seguinte notícia:

Mao Tse-tung, Presidente del Comité Central del Partido Comunista de China, recibió recientemente a los miembros de la delegación visitante del Partido Comunista Brasileño y conversó amigablemente con ella durante la cena que ofreció en su honor. **La delegación es encabezada por Manuel Jover Telles, miembro del Comité Ejecutivo del Partido Comunista Brasileño.** El otro miembro de la delegación es Jaime Miranda, miembro de su Comité Central. La delegación llegó a Pekín el 31 de marzo. Durante su permanencia en China los camaradas brasileños visitaron comunas populares, fábricas, escuelas y otros sitios de interés³⁹².

³⁹⁰ TELES, Jover. Conferência sobre o Movimento Operário. Porto Alegre, abril de 1996, f.20. [manuscrito datilografado].

³⁹¹ Gonçalves, 2011.

³⁹² EL PRESIDENTE Mao Tse-tung recibe delegación del P.O. brasileño. *Pekin Informa*, 1º de mayo de 1963, p.5

Iracema recordou que Jover também falou para ela sobre esta viagem:

O pai contava um fato muito engraçado. Ele disse que quando estava juntando com Mao Tsé-Tung, um banquete, pois eles ofereciam banquetes... Daí, quando todo mundo terminou de jantar, todos começaram a arrotar, arrotar, e ele ficou apavorado, até o Mao Tsé Tung do lado dele arrotando. E ele depois ficou sabendo com o tradutor, porque tinha um tradutor, um companheiro do partido que entendia, que aquilo era para dizer que a comida estava maravilhosa, que o banquete estava maravilhoso. Era uma forma de expressar que tudo estava ótimo. E ele também teve de arrotar, né. Eu ria muito, me lembro! Eu era criança e eu ria dele me contar isso. Ele trazia lembranças, coisas que ele comprava em Paris. Ele também esteve em Paris³⁹³.

Segundo Buonicore, a visita de Jover à China em abril de 1963, chefiando uma delegação do PCB, estava relacionada ao objetivo de “esclarecer a situação brasileira”, isto é, de informar sobre a insubordinação partidária e a expulsão dos antigos líderes dos quadros do Partido. Mas, conforme citação abaixo, a função de Jover na China poderia ter uma razão mais específica.

Na reunião com os dirigentes comunistas chineses, referindo-se aos dirigentes do PC do B, [Jover] afirmou: “Do ponto de vista político e das massas estão isolados (...). Não obstante, editam o jornal A Classe Operária (...). Corre no Brasil que esse dinheiro é fornecido por vocês (dirigentes chineses), por intermédio de Cuba. É claro que é difícil acreditar nisso, mas é o que anda de boca em boca no Brasil”. Tal comentário deselegante, se realmente feito, pode ter causado má impressão entre os representantes chineses, que ainda não haviam optado claramente pelo PC do B.³⁹⁴

Perguntado sobre a viagem de Teles ao país de Mao Tsé naquele momento, Alberto Santos salientou:

Jover era homem "de Partido". Percebe-se que ficou no Partidão, juntamente com Marighela, até esgotarem-se todas as possibilidades de reverter o posicionamento do grupo majoritário de Prestes. Em particular, neste ano de 1963, o grande foco da discussão era a crise sino-soviética e

³⁹³ Lima, I., 2011.

³⁹⁴ BUONICORE, Augusto C. *Cuba e a reorganização do PC do B*. 9 de Abril de 2012. Disponível em: < <http://pagina13.org.br/2012/04/cuba-e-a-reorganizacao-do-PC-do-B/>> Acesso em 01 de junho de 2013.

a postura crítica de Fidel às posições revisionistas de Krushev. Jover viaja como dirigente do PCB mesmo, embora defendendo já o posicionamento de seu grupo (os futuros dissidentes). Nisto devo concordar com Buonicore: sua viagem à China tem como um dos objetivos solapar a aproximação do novo PC do B com os chineses. Jover atuou nos bastidores, tanto na China como em Cuba para reduzir o prestígio do novo agrupamento³⁹⁵.

Desta forma Jover Teles esteve na China, mas desempenhando um provável “duplo papel”. Alberto Santos, ex-membro do PC do B, esclarece:

[...] como te falei a questão sino-soviética estava no centro da discussão. Embora chefiando oficialmente a delegação, a postura de Jover já refletia o posicionamento do grupo que viria a romper em 67. A luta interna do PCB não terminou com o racha e a reorganização do PCdoB em 62. A crise não hibernou por 4 anos: foi um processo cumulativo, pois Jover e outros, apesar da alteração dos Estatutos do PCB eram contrários ao "caminho pacífico" proposto pelo PCUS. Ele agia sim com duplo papel: um olho no padre e outro na missa. Jover e seu grupo, em 63 já vislumbravam uma ruptura com Moscou. Precisavam de uma aproximação com chineses e cubanos, os financiadores e mentores da 'via revolucionária'³⁹⁶.

Vale salientar que muitas das informações a respeito de Jover, neste sentido, ficaram registradas nas “cadernetas de Prestes” (como veremos a seguir). Interessante perceber, contudo, é a confusão e o provável momento de incerteza de boa parte da militância comunista no início dos anos 60. Considerando as posições de Buonicore (2012) e Santos (2013), Jover teria estado na China tentando criar obstáculos ou “reduzir prestígio” de um novo agrupamento (o PC do B) de que ele mesmo faria parte depois de ser expulso em 1967. De qualquer maneira, o ano em que Jover esteve na China foi o ano em que o Partido Comunista Chinês rompeu com o PCUS e que, ao mesmo tempo, o PC do B realizava contatos simultâneos com a União Soviética e China, tentando, através de alguma aproximação, obter reconhecimento.

Como vimos no capítulo 1, após o golpe de 1964 Jover passou a fazer parte da Corrente Revolucionária Nacional que levaria ao racha que deu origem ao PCBR. Também vimos que, pelas fontes pesquisadas não foi possível concluir com exatidão o momento exato em que ele passou a integrar o PC do B.

³⁹⁵ Santos, A., 2013.

³⁹⁶ Depoimento concedido ao autor via e-mail, em 07/07/2013.

Com o golpe, iniciou-se uma caça aos comunistas e Jover foi impedido de continuar a exercer a condição de Jornalista, como consta no Projeto Brasil Nunca Mais³⁹⁷. Os comunistas passaram a viver mais um longo período de clandestinidade e muitos caíram nas garras da repressão militar a partir do episódio das “cadernetas de Luís Carlos Prestes”.

No dia 09 de abril de 1964, a polícia militar invadiu a casa na qual vivia a mulher de Prestes que, tão logo após o golpe, deixou a casa onde morava, na Vila Mariana, em São Paulo. As 19 cadernetas e outros papéis foram apreendidos pela polícia, somando um total de mais de 3 mil páginas de detalhes, nomes e codinomes dos comunistas, suas reuniões, resoluções, planos, viagens, etc., sobretudo no início dos anos 1960. De posse destes documentos, os órgãos da Polícia Política da ditadura militar montaram o Inquérito Policial Militar 709 (IPM 709). A partir do grande inquérito, dividido em 4 volumes, centenas de militantes tiveram prisão decretada, muitos foram presos e torturados e, outros, conseguiram viver na clandestinidade, sem contudo abandonar a luta contra o Regime³⁹⁸.

Não foram poucos os militantes que criticaram a postura de “arquivista”³⁹⁹ de Prestes, o que contrariou as normas de segurança, colocando quase todo o movimento nas mãos da polícia. Hércules Corrêa salientou:

Já nosso secretário-geral, em abril de 64, Prestes teve a gentileza de deixar para trás tudo sempre anotado, como nas famosas 19 cadernetas, que a polícia apreendeu – o notório processo das cadernetas, uma devastação no PCB: mais de 300 companheiros presos. Depois, numa reunião qualquer do Comitê Central, ele fez autocrítica. Aliás, essa mania de anotar tudo e largar na mão da repressão foi sempre uma constante na vida de Prestes. Quando a polícia de Vargas o pegou, na Rua Honório, depois da Intentona, ele tinha consigo uma batelada de documentos e anotações comprometendo revolucionários e simpatizantes que o haviam ajudado. [...] Não precisaram

³⁹⁷ O “Projeto Brasil: nunca mais” é uma coletânea que sistematizou milhares de páginas de centenas de documentos produzidos no final da ditadura militar brasileira, especialmente de processos da justiça militares. Foi desenvolvido praticamente em regime de clandestinidade e pode ser consultado eletronicamente em: <<http://www.dhnet.org.br/memoria/nuncamais/>>.

³⁹⁸ Vale salientar que quando falamos “viver na clandestinidade”, estamos usando o termo da forma mais genérica possível, sem pretensões de desenvolver e/ou aprofundar algum dos aspectos da diversidade de significados que a experiência da clandestinidade pode produzir na história de vida de um indivíduo ou grupo. Os leitores que estiverem interessados neste tema poderão realizar interessante e agradável leitura na dissertação de Carolina Scarpelli (2009), intitulada “*Marcas da clandestinidade: memórias da Ditadura Militar Brasileira*”(Unirio).

³⁹⁹ Gorender, 2011.

torturar Prestes: tudo o que ele podia informar, e com mais detalhes ainda, estava em seus papéis, já em poder da polícia.⁴⁰⁰

Manoel Jover Teles figurou entre os indiciados no IPM 709 e, sobretudo a partir de 1965, estaria entre os foragidos e procurados pela Polícia. Em fevereiro de 1965, o chefe da 2ª Seção do Estado maior do Exército enviou um ofício ao chefe do DOPS da Guanabara solicitando um dossiê a seu respeito⁴⁰¹. No mesmo mês, um Informe “reservado” do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) informou que “Manoel Jover Telles [...] esteve dos primeiros dias de dezembro até 22 na cidade de Rio Grande, saindo posteriormente por intermédio de um navio, com destino à Santos, como ajudante de maquinista”⁴⁰². Enfim, vários documentos começaram a circular entre a rede que compunha os órgãos de informação e repressão da Ditadura, solicitando informações e buscando encontrar diferentes indiciados pelo IPM 709 que, como Jover, seriam presos, sobretudo até a Chacina da Lapa, em 1976.

Em 1969 um Informe Confidencial do CENIMAR destacou a organização da investigação em três inquéritos policiais militares, listando os indiciados em cada um deles. O documento, que continuou listando Manoel Jover Teles como foragido, destacou que, com as “apurações que se procederam no decorrer do presente IPM, conseguiu-se localizar cinco “aparelhos”, que serviram de local para reuniões do Secretariado do Comitê Estadual da Guanabara e do próprio Comitê Estadual”⁴⁰³.

Informações de um prontuário a respeito de Jover Teles são extremamente ricas neste contexto. Segundo o documento, ele

É citado em 18 cadernetas de Prestes, num total de 135 vezes, havendo comparecido em quase todas as reuniões realizadas pelos dirigentes do Partido Comunista Brasileiro além de existirem numerosas anotações referentes a múltiplas tarefas que estavam a seu cargo. **É elemento respeitado no Partido e suas decisões sempre foram acatadas,** conforme pode se verificar das reuniões em que tomava parte. Nas reuniões

⁴⁰⁰ Corrêa, 1994, p.54-55.

⁴⁰¹ ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. OFÍCIO nº 24, fevereiro de 1965. Documento integrante do Prontuário 130218, Fundo de Polícias Políticas do APERJ, DOPS 43, f.53.

⁴⁰² MINISTÉRIO DA MARINHA. Informe nº 136. Rio de Janeiro, Estado Maior da Armada, Centro de Informações da Marinha-CENIMAR,16-02-1965. Fundo de Polícias Políticas do APERJ, Secreto 08, p.64.

⁴⁰³ CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA. Informe Confidencial nº 1111. Rio de Janeiro, Cenimar, 17-12-1969. Fundo de Polícias Políticas do APERJ, Secreto 56, f.210.

é citado com o nome de Teles, e suas intervenções nas mesmas são sempre quase extensas, pois percebe-se que aprecia detalhar os assuntos. Não vamos entrar em detalhes a respeito deste indiciado. **Consultamos todas as cadernetas e verificamos quão intensa era a atividade deste dirigente, membro do Comitê Central do Partido que é:** reunia-se em toda parte; quer no Rio de Janeiro, quer no Rio Grande do Sul, Pernambuco ou São Paulo. **Era consultado frequentemente e teve missões importantes** do Partido. Sempre manifestou sua opinião de que o P.C.B. devia estar preparado para desencadear as greves como meio de enfrentar determinadas situações políticas, durante o governo passado. Em uma reunião denominada “Discussão”, disse (páginas 91 e 93 da caderneta nº 4): “Nossas palavras de ordem ganham as massas e novos setores. Isto significa que o processo revolucionário avança, mas que precisamos definir melhor nossa posição. O movimento é o processo da radicalização das forças básicas da revolução”. Somente a intervenção do indiciado, numa reunião do Secretariado realizada em 14-08-1962 (vide pág. 175 da caderneta n.º4), bastaria para definir bem o grau de atividade de Manoel Jover Teles⁴⁰⁴.

A descrição de Jover Teles no prontuário policial em relação às cadernetas demonstra o grau de envolvimento e de responsabilidade que tinha com o partido e, porque não dizer, com suas causas. Como vimos até aqui, enquanto ele esteve no PCB procurou desenvolver suas atividades conforme um quadro profissional que era. No entanto, conforme vimos no capítulo anterior, em maio de 1965, em São Paulo, ocorreu a primeira reunião do Comitê Central depois do golpe militar. Na ocasião, foi ratificada a linha política do V Congresso do PCB (1960), o que aprofundou o descontentamento entre os militantes. Conforme vimos em Gorender, Jover, juntamente com o próprio Gorender, Mário Alves, Câmara Ferreira, Apolônio Carvalho e Miguel Batista dos Santos permaneceram no PCB com o intuito de “travar uma luta interna”⁴⁰⁵ em relação ao Comitê Central, ocasião em que a dissidência começaria a organizar-se, ficando conhecida como Corrente Revolucionária. Naquele mar de incertezas e discussões que se abateram sobre todas as cabeças, uma certeza não deve ter sido abalada em Jover Teles. Uma certeza sobre a qual ele escreveria anos mais tarde, em um manuscrito que não chegou a ser publicado e sobre o qual ainda falaremos: “o marxismo nunca foi utopia, mas doutrina crítica, científica e revolucionária”. A ortodoxia stalinista, particularmente em relação ao marxismo-leninismo, deveria continuar sendo o caminho, afinal, “toda e qualquer organização precisa otimizar-se para enfrentar e

⁴⁰⁴ PRONTUÁRIO 130218 sobre Manoel Jover Teles. Fundo de Polícias Políticas do APERJ, Comunismo 71, s.d., p.196. Grifos nossos.

⁴⁰⁵ Gorender, 1987, p.89.

vencer dificuldades concretas e conquistar o objetivo proposto em cada fase [...]”. Pois “erros e desvios podem ser cometidos, e a experiência deles deve ser sistematizada para corrigi-los e servir como fator educativo e preventivo.”⁴⁰⁶

Como já dissemos ao referenciar as observações de Jean Rodrigues Sales⁴⁰⁷, a aliança entre o PC do B com o PC da China, na década de 1960, representou a “permanência ideológica da ortodoxia stalinista”. No PC do B, dissidentes como Manoel Jover Teles encontrariam suporte e condições para o estabelecimento de uma estratégia revolucionária que considerasse o caminho da luta armada e abandonasse as linhas pacifista e reformista defendidas no XX Congresso do PCUS, considerado por muitos um “marco na escada da traição”⁴⁰⁸.

⁴⁰⁶ TELES, Jover. Ilusório efeito da pororoca. Fevereiro de 1990, p.13 [manuscrito].

⁴⁰⁷ Sales, 2007, p.76.

⁴⁰⁸ A Classe Operária, nº 120, novembro de 1977, p.5. A expressão foi impressa exatamente com esta grafia no jornal. Como veremos no próximo capítulo, trata-se de empregar o sentido de “um marco na história da traição”.

Capítulo 3

A TRAIÇÃO E A MORAL COMUNISTA

Estudar o fenômeno da traição é desafiador. Em primeiro lugar, porque geralmente o termo refere-se a uma categorização moral negativa. O tema, tão presente na história das sociedades desde a Antiguidade, é praticamente ausente nas pesquisas das Ciências Sociais em geral e, na História, em particular. A ausência de estudos dedicados à questão, como evidenciou Sébastien Schehr, não pode ser reduzida apenas a uma questão de “falta de interesse ou curiosidade”. Para Schehr, outros fatores devem ser considerados. Para ele, “a banalização do fenômeno”, o “desvio de foco” da pesquisa para fatos ou temas correlatos à “traição”, ou mesmo a crença em uma “unidade original”, também são fatores que contribuem para que a traição, enquanto fenômeno social, encontre-se marginalizada, mesmo estando “presente em todas as escalas do social”, seja na vida cotidiana, seja no imaginário.”⁴⁰⁹

A noção de traição está melhor delineada na França, a partir dos recentes trabalhos de Sébastien Schehr, Claude Javeau, Sylvain Boulouque e Pascal Girard. Até o momento, são três os principais livros que melhor delinearam essa noção : “Traîtres et trahisons: de l’Antiquité à nos jours”, “La trahison: de l’adultère au crime politique”, e “Traîtres et trahisons: guerres, imaginaires sociaux et constructions politiques”⁴¹⁰. A noção como “uma construção social, política e jurídica”, conforme explicitaram Boulouque e Girard, também nos permite lembrar que a traição não raramente foi utilizada como um instrumento de poder para perseguir, persuadir, exilar e punir ações e “movimentos que colocam ou colocaram em perigo um determinado regime”⁴¹¹. Todavia, em relação à traição de Manoel Jover Teles, ou mesmo em relação à prática de identificação e expulsão de “traidores” na cultura

⁴⁰⁹ SCHEHR, Sébastien. *Traîtres et trahisons: de l’Antiquité à nos jours*. Paris : Berg International, 2008, p.9-12. Tradução minha.

⁴¹⁰ - JAVEAU, Claude; SCHEHR, Sébastien. *La Trahison: de l’adultère au crime politique*. Paris: Berg International éditeurs, 2010. - SCHEHR, Sébastien. *Traîtres et trahisons: de l’Antiquité à nos jours*. Paris : Berg International, 2008. - BOULOUQUE, Sylvain; GIRARD, Pascal. *Traîtres et trahisons: guerres, imaginaires sociaux et constructions politiques*. Paris: Seli Arslan, 2007.

⁴¹¹ Boulouque e Girard, 2007, p.20. Tradução minha.

comunista em geral, não nos parece que as noções de “traição” e de “traidor” se enquadrem neste tipo de utilização política.

Para Sylvain Boulouque e Pascal Girard, “a traição é uma figura retórica particularmente presente na literatura e um dos temas recorrentes nos romances, em especial nos romances da educação sentimental, policial ou de espionagem”. É, também, “a projeção de proibições fundadoras que definem por antítese os fundamentos das relações sociais”. Por isso, “é, por consequência, os usos que dela são feitos”⁴¹². Desse modo, quando falamos em “traição”, não nos referimos a um conceito estático e/ou objetivamente consolidado, mas, sim, de uma noção que se vincula às sensibilidades, a usos retóricos e às representações.

É importante salientar que a reflexão sobre a traição neste capítulo situa-se entre dois polos de orientações. Um deles, o da pesquisa bibliográfica, busca a aproximação da noção com a cultura comunista, sobretudo na bibliografia francesa que neste capítulo será citada e, também, no trabalho do historiador brasileiro Jorge Ferreira sobre cultura comunista, intitulado “Prisioneiros do mito”. Neste sentido, situamos que existe uma “cultura comunista” já estudada e que é apropriada para pensar o caso de “traição” de Jover Teles, revelando e explorando as ambiguidades que cercam todo o processo da acusação e provas contra o ele, culminando com a sua negação. Ao lidarmos com a traição, estamos concebendo-a, sobretudo, como a projeção de imagens e valores e não como uma ação, uma coisa, um fato. Isso poderia ser feito caso a “delação” fosse o interesse de estudo. Isto significa dizer que não estaremos interessados se Manoel Jover Teles foi ou não um “traidor”, mas, sim, em compreender como se constrói esta acusação, por quem e em quais momentos ela é construída e como ela se relaciona com a vida de Manoel Jover Teles e o comunismo. Embora a questão da traição tenha um peso considerável, ela não será aqui reduzida a uma questão de linguagem que é inerente à ideia de retórica. O foco não é estudar os discursos da traição, mas um homem que vai passar parte de sua vida convivendo com a acusação de traidor.

⁴¹² Boulouque e Girard, 2007, p.12. Tradução minha.

A acusação de traição é, por tudo isso, uma noção altamente subjetiva e, geralmente polêmica. Ao mesmo tempo constrói e carrega um peso simbólico muito forte. Seu emprego não necessita exatidão e precisão, pois exprime um sentimento, um julgamento mais ou menos partilhado [...] e visa, acima de tudo, desmascarar e desacreditar um adversário [...]. Sob este ângulo, a traição poderia aparecer como um tema histórico impossível, dependendo justamente de sensibilidades e de objetivos políticos ou pessoais, da natureza dos atos considerados e de sua representação. Frente a tal variedade de combinações, será totalmente em vão pretender fornecer uma definição de traição. Ao contrário, trata-se de tomar a traição pelo que ela é, uma noção também ligada aos sentimentos e aos julgamentos morais; ela é, além dos fatos que justificam toda acusação, o que é pensado e sentido como traição – e compreendido quando as provas “materiais” ou mesmo os atos considerados como traição são inexistentes. Esta definição construtivista abre perspectivas bem vastas; ela nos parece ser a menos restritiva para um conceito também polimorfo.⁴¹³

A noção delineada por Boulouque e Girard é bastante operacional para pensar, sobretudo, como “a traição” de Jover Teles foi, é e tem sido pensada, sentida, usada. Além disso, a “traição” também pressupõe uma ruptura de vínculos de lealdade e confiança. Ela nos permite, nesse sentido, “interrogar as relações entre os indivíduos e os conjuntos onde eles são membros” e, também, compreender e explicar “questões relativas às normas e aos modelos de vida do grupo considerado”. Ela “permite apreender as relações sociais nas rupturas e na maneira como os grupos sociais tentam se precaver”⁴¹⁴.

Outro pólo de orientação é o da pesquisa documental. Nela, particularmente as leituras de “A Classe Operária” e do “Inquérito Policial Militar 709” permitiram perceber que a evocação e utilização da qualificação de “traição”, ou de “traidor”, serviram, sobretudo, para a mobilização de dois importantes campos da Moral Comunista, responsáveis por produzir e transmitir um sentido de unidade e um sentido para a maneira como se justificava a manutenção da estrutura hierárquica dentro do Partido Comunista. A partir da análise destas fontes, produzimos fluxogramas para nortear a escrita do capítulo. A partir deles, mapeamos esses elementos de força, de tônica da moral comunista: a “conduta comunista” e a “fidelidade ou lealdade Comunista”. A rigor, trata-se aqui de tomar a “traição” e o “traidor”, por um lado, como imagens que não apenas estigmatizam, mas, também, cumprem funções dentro do universo da moral comunista e dos principais momentos

⁴¹³ Id., *ibid.*, p.15-16. Tradução minha.

⁴¹⁴ SCHEHR, Sébatién. *Traîtres et trahisons*: de l'Antiquité à nos jours. Paris : Berg International, 2008, p.13. Tradução minha.

de crise enfrentados pelo PC do B e seu esforço de superá-los. Por outro lado, interessa tratar essas imagens como categorias que colaboram para compreender relações culturais *na e a partir da* biografia de Jover Teles que tem no Político seu campo privilegiado.

Michel Foucault, no clássico texto “El coraje de la verdad”, resultante do curso ministrado por ele no Collège de France, entre os anos 1983 e 1984, fez importantes considerações a respeito da Retórica. Para ele,

[...] puede decirse que la retórica, tal y como se la definía y practicaba en la Antigüedad, es en el fondo una técnica que incumbe a la manera de decir las cosas, pero no determina en modo alguno las relaciones entre quien habla y lo que dice. La retórica es un arte, una técnica, un conjunto de procedimientos que permiten al hablante decir algo que tal vez no sea en absoluto lo que piensa, pero que va a tener por efecto producir sobre aquel [a] quien [se dirige] una serie de convicciones, que va a inducir una serie de conductas, que va a establecer una serie de creencias. En otras palabras, la retórica no implica ningún lazo del orden de la creencia entre quien habla y lo que este [enuncia]. El buen retórico, el buen rétor, es el hombre que puede perfectamente y es capaz de decir muy otra cosa que lo que sabe, muy otra cosa que lo que cree, muy otra cosa que lo que piensa, pero de decirlo de tal manera que, en resumidas cuentas, lo que diga – que no es ni lo que cree, ni lo que sabe – será, llegará a ser lo que creen y creen saber aquellos a quienes él se há dirigido⁴¹⁵.

A ideia de retórica como um conjunto de procedimentos que permitem a quem fala dizer algo que talvez não seja absolutamente o que pensa, mas que terá por efeito produzir sobre aquele(a) a quem se dirige uma série de convicções, induzindo-o a uma série de condutas, e estabelecendo uma série de crenças, é bastante apropriado para também compreender a traição como uma “figura retórico-discursiva” e pensar sua interface com a “moral comunista”. A rigor, sendo um conjunto de normas ou regras adquiridas através da cultura, da educação, da tradição, etc., a moral tem como principal função regulamentar o comportamento dos indivíduos. Todavia, sobretudo em relação aos comunistas, ela se apoia em figuras

⁴¹⁵ FOUCAULT, Michel. *El Coraje de la Verdad*. El Gobierno de sí y de los otros II. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010, p.33. Cabe registrar também a observação de Michel Meyer, em “La Rhétorique”. Segundo ele, quando se pensa nas formas de problematizar a retórica, “on peut mettre en question la question même, sa légitimité, son opportunité, sa pertinence”. Para Meyer, “[...] toute réponse à une mise en question fait appel à ces trois grandes exigences, l’identité du sujet en question, la réponse qui le caractérise par rapport à la problématique posée, et la raison qui fait qu’on a énoncé cette réponse plutôt qu’une autre” (MEYER, Michel. *La Rhétorique*. Deuxième édition. Paris : PUF, 2010, p.68-69).

retórico-discursivas que irão desempenhar importante papel para a mobilização de valores e modelos exemplares de revolucionários. Como veremos no decorrer do capítulo, as figuras da traição e do traidor acabam tendo um peso importante para produzir uma série de efeitos e sentidos sobre os militantes. Se “a traição é, também, uma questão relativa às normas e aos modelos de vida do grupo considerado”, como pontuou Schehr, em relação à cultura comunista, ela, assim como a figura do “traidor”, está profundamente relacionada com a moral comunista, servindo-lhe como base de apoio (ver apêndices).

Todavia, é preciso observar que quando Foucault diz que “a retórica não implica nenhum laço de ordem de crença entre quem fala e aquilo que enuncia”, não significa dizer que estes laços não possam existir. No caso dos comunistas, o que diziam em relação à traição é sempre ou quase sempre vinculado à crença na revolução socialista e na ideia de um partido infalível, unido, coeso. Os trabalhos que no decorrer do capítulo serão citados demonstram que não raro o uso da qualificação de traição na cultura comunista estará associado a uma forma de manutenção de poder dentro da estrutura hierárquica do partido, na medida em que desmoralizava, estigmatizava e expurgava elementos dissidentes ou que se opunham ao Comitê Central ou parte dele. A questão da retórica diz respeito ao exercício do convencimento (de si e do outro) pelo uso dos construtos da linguagem. Mas, no caso dos comunistas, uma linguagem que muitas vezes está associada às normas de conduta de um Partido, dificilmente estará dissociada de crenças, uma vez que o marxismo-leninismo integra um conjunto de dogmas pelos quais os militantes acreditavam, dentre eles o de que a Revolução Socialista seria, inexoravelmente, uma realidade.

A traição produz sobre aquele que é considerado traidor um determinado estigma que configura e modela, a partir de rótulos e uma série de características, uma imagem que se projeta e que estabelece uma separação ou polarização entre um “nós” e um “eles” que, geralmente, serão apresentados “em uma relação de tipo amigo/inimigo”. Além disso, Sébastien Schehr salienta que “a temática da traição é florescente nos períodos de conflito”. Para ele, “os grupos sociais implicados em um conflito são mais sensíveis à toda transgressão”. Dessa maneira, não é raro as figuras do “traidor” e da “traição” serem “utilizadas por certos membros do ‘nós’ para expurgar a estranheza e a diferença, ocultar as discordâncias e, sobretudo, apertar

ou estreitar os vínculos do grupo em torno de um ideal comum.” Sob este aspecto a traição não seria apenas um “instrumento de poder” por parte do “nós”, como sublinhou Schehr⁴¹⁶, mas, também, uma forma de “exercer uma pressão moral apoiada sobre a força da representação do inimigo interior”, conforme sublinhou Sylvain Boulouque ao referir-se ao trabalho de Pascal Girard⁴¹⁷.

Quando ainda estávamos na fase inicial da pesquisa, percebemos que o investimento discursivo na projeção e evocação das imagens de “traição” e de “traidor” em relação a Manoel Jover Teles ocorria com certa continuidade, indicando que, de alguma forma, a utilização de tais vocábulos cumpria algum papel importante. Mas, qual? Para quem? ⁴¹⁸ Quais teriam sido os “momentos de conflito” nos quais a figura da “traição” foi evocada? O que eles indicam? Em que medida a traição de Jover Teles serviu para “expurgar”, “ocultar” ou “estreitar” alguma coisa? A retórica como estudo implicaria em determinados procedimentos de análise que aqui não serão feitos, principalmente por que não dispomos de fontes suficientes para tal empreendimento e, principalmente, por que se assim o fizéssemos, deslocaríamos demais o foco da tese para a questão da traição e não ao conjunto de experiências de Teles em relação à biografia que aqui nos propomos a escrever. Assim, para refletirmos sobre a moral comunista consideramos os estudos realizados por pesquisadores franceses sobre a retórica comunista, os quais serão citados no decorrer do texto.

Usamos desta forma, uma interpretação em termos de cultura comunista, e moral comunista para ampliar a compreensão sobre o peso e força das acusações contra Manolo, mesmo diante de questões objetivas que parecem, no mínimo,

⁴¹⁶ Schehr, id., 2008, p.65.

⁴¹⁷ Boulouque e Girard, 2007, p.21. Ver também: GIRARD, Pascal. Le cinquième colonne en France, 1944-1946. In : BOULOUQUE, Sylvain; GIRARD, Pascal. *Traîtres et trahisons: guerres, imaginaires sociaux et constructions politiques*. Paris: Seli Arslan, 2007.

⁴¹⁸ A traição, em momentos circunstanciados, parece ter sido capitalizada pelo PC do B no em seu esforço de reconstrução em momentos de crise. Percebe-se isso em algumas publicações oficiais do Partido, como as que ocorreram no Jornal *A Classe Operária*, com artigos de militantes sobre a “Educação Comunista”, biografias e autobiografias, especialmente textos que rememoram o Massacre da Lapa. Ver em relação a este último caso: Ver, por exemplo, MONTEIRO, Adalberto (org.) *Chacina da Lapa 30 anos: a democracia renasceu à custa de muitas lutas e muitas vidas*. São Paulo: Instituto Maurício Grabois, 2006. Além disso, como também veremos, ela não emergiu apenas do Partido. O Exército também fará a acusação de traição, fato que traz ao autor a necessidade do cuidado com a análise, uma vez que nem todo discurso a respeito da traição poderá estar ou ser analisado através da cultura comunista. Em algum momentos, como veremos, será preciso fazer alguns deslocamentos na reflexão proposta sobre o tema.

ambíguas. Destacamos não apenas a força que assume a acusação, mas como o Partido podia instrumentalizar essa questão.

Desse modo, buscamos interrogar nas experiências de Manoel Jover Teles e nas do PC do B como ocorreu a acusação de traidor. Além disso, como sugere François Dubet, “desconstruir a palavra que estigmatiza para enxergar questões de poder, de cultura, etc”⁴¹⁹, pode permitir refletir sobre a traição e suas relações com a cultura comunista, suas funções e tudo aquilo que a palavra desencadeou na história de vida de Manoel Jover Teles.

Neste capítulo, o sujeito Jover Teles concederá frequentemente espaços para questões relativas ao Partido. Entender os lugares da “traição” e como ela foi evocada e utilizada, explorar suas circunstâncias e seus sentidos são questões sobre as quais nos debruçamos. Como vimos anteriormente, o Massacre da Lapa ocasionou uma grave crise no PC do B que ficou desmantelado com as prisões e assassinatos dos principais dirigentes do partido que não haviam sucumbido no Araguaia. Assim, a análise deverá oscilar de um lado a outro. Aos olhos do Partido, Manoel Jover Teles foi o algoz; aos olhos dele, ele mesmo também foi vítima, negando até o final da vida a efígie de traidor. Para estudarmos aqui a “traição”, a menção de um ao outro (Jover Teles e o Partido) acaba por configurar um necessário movimento perpétuo de referência. Como salientou Michael Pollak, “há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória [...]”⁴²⁰. Desse modo, partindo da premissa de que existe uma “memória da traição”, passaremos neste capítulo a fazer um exercício de análise para compreender em que medida se dá a credibilidade desta memória, sua organização, sua aceitação e seus efeitos de sentido (suas funções) nos universos dos quais ela emergiu.

⁴¹⁹ DUBET, François. Sociologie de l'expérience sociale: stigmates et discriminations. *Séminaire*. École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 15 novembre 2012.

⁴²⁰ POLLAK, Michael. Memória. Esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.9.

3.1 Jover Teles, o Partido e a retórica da traição

Em janeiro de 1977, praticamente um mês depois da Chacina da Lapa, o PC do B publicou em *A Classe Operária* que o assassinato dos dirigentes no Aparelho de São Paulo foi um “ato premeditado e friamente executado pelo Exército”. Além de noticiar os nomes dos camaradas mortos e presos, o jornal salientou que Manoel Jover Teles e José Novais “estavam desaparecidos”. O Comunicado do Comitê Central publicado no jornal do PC do B, em sua resolução número 2, conclamou “o povo a protestar veementemente contra o assassinato de Pedro Pomar, Ângelo Arroio e João Batista Drumond”. A resolução nº 3 chamou “o povo a exigir imediata informação sobre o destino de Manoel Jover Teles e José Novais”. O Partido sublinhou que era preciso denunciar “o desaparecimento destes dois camaradas, detidos pelos órgãos de repressão das Forças Armadas e sobre os quais é mantido completo silêncio”. Para o PC do B, este silêncio sobre os dois camaradas desaparecidos era indício de que havia “propósitos sinistros de seus algozes”, significando, assim, que as vidas dos dois dirigentes estavam em perigo. “O número de detidos pelo II e I Exércitos e pelo CENIMAR é maior do que o alegado”, alertava o comunicado do Comitê Central do Partido no Jornal, criticando os números que haviam sido divulgados pelo comandante do II Exército (“seis presos e três mortos”) em relação à investida contra o Aparelho da Lapa. O Comitê Central do PC do B também alertou que, naquele momento, fazia-se necessário “que todo o Partido elevasse a vigilância revolucionária, e que não subestimasse, ao mínimo que fosse, a ação repressiva da ditadura”. Nesse sentido, reforçava o comunicado que era “preciso cumprir rigorosamente as normas de trabalho clandestino e aplicar métodos corretos de atuação”⁴²¹.

O primeiro comunicado do Comitê Central (CC) após 16 de dezembro de 1976 já deixava claro que era preciso iniciar as investigações a respeito do “Massacre da Lapa”. Conforme suas orientações, o momento impunha “o exame das causas que deram motivo à localização dos dirigentes do Partido”. Era necessário, segundo o documento publicado em *A Classe Operária*, “analisar a situação de cada organização ou militante a fim de verificar se não há pontos débeis,

⁴²¹ COMUNICADO do Comitê Central do PC do Brasil. *A Classe Operária*, n.112, janeiro de 1977, p.4-5.

em particular dos que eventualmente possam ter relação com as quedas ocorridas em São Paulo”⁴²².

Algumas semanas depois, após terem sido dados como “foragidos” pela polícia, em fevereiro de 1977, *A Classe Operária* estampava na capa a seguinte manchete: “Teles e Novais não se encontram foragidos”. A notícia reprisou a informação de que “os camaradas Jover Teles e José Novais tinham estado na residência do bairro da Lapa, na capital paulista, atacada pelo Exército na manhã do dia 16 de dezembro”. Destacou novamente que eles haviam sido “presos na rua após haverem saído de automóvel da referida residência”, e que “imediatamente depois da sua prisão foram detidos o motorista, Joaquim Celso de Lima, e Elza Monnerat que os acompanhavam”⁴²³. A justificativa do apelo estava no fato de que, segundo o Partido, “prender, torturar e assassinar dirigentes revolucionários e alegar mais tarde desconhecer seus paradeiros” era uma prática comum das Forças Armadas. Logo, essa postura do CC no jornal estava relacionada ao desejo de “mobilizar a opinião pública para exigir dos representantes do regime militar o paradeiro de Manuel Jover Teles e José Novais”⁴²⁴.

É interessante perceber como Jover Teles foi lembrado pelo Partido na referida reportagem de *A Classe Operária*, em fevereiro de 1977:

Jover Teles, de 55 anos de idade, é antigo mineiro e foi líder dos trabalhadores das minas de carvão de São Jerônimo, no Rio Grande do Sul, na década de 30 e 40. Representou o Partido Comunista do Brasil, como deputado, na Assembléia Estadual daquele Estado, em 1947, tendo sido cassado no governo do general Eurico Dutra. Exerceu importantes cargos de direção do Partido, sendo bastante conhecido pelos trabalhadores, em especial, pelos do Rio de Janeiro onde atuou durante longo tempo.

Nem mesmo em julho, quando o jornal publicava a edição de número 117, aparecia algum vestígio de informação quanto à relação de Jover com o Massacre. No contexto da divulgação das condenações dos presos da Lapa, o Jornal criticou o fato de que os juízes não tinham “tomado conhecimento” das torturas sofridas pelos militantes presos, “tampouco da denúncia de que Jover Teles e José Novais, detidos

⁴²² Id., *ibid.*, p.5-6.

⁴²³ TELES e Novais não se encontram foragidos. *A Classe Operária*, nº 113, fevereiro de 1977, p.13.

⁴²⁴ Id., *ibid.*, p.13.

na manhã do dia 16 de dezembro e incluídos no processo, desapareceram misteriosamente após sua prisão.”⁴²⁵ A rigor, tanto a reportagem de fevereiro como a de julho de 1977 demonstram que, meses depois da Chacina da Lapa, o Comitê Central do PC do B não considerava a possibilidade de que Jover Teles pudesse ter tido alguma responsabilidade no tocante à queda do Aparelho de São Paulo. Isso ocorreria apenas três anos mais tarde.

Lembremos aqui uma passagem, já citada em outro capítulo deste trabalho, sobre a votação que o PC do B realizou no início de 1980, na qual sucedeu a expulsão oficial de Jover Teles das fileiras do PC do B. Pedro Estevam da Rocha Pomar⁴²⁶, ao falar sobre a carta ou “relatório” que Manoel Jover Teles enviou ao Partido com as suas explicações sobre o episódio da Lapa, apresenta como um dos militantes que estava presente na votação, Nelson Levy, recordou aquele momento:

Na votação que sucedeu à leitura, Jover foi expulso do PC do B com os votos de todos os dirigentes presentes [...] menos Levy, que preferiu abstenção. **Curiosamente, nesta data a expulsão não teve como causa a traição, mas razões de ordem ideológica, o derrotismo e as opiniões retrógradas** expressas no texto⁴²⁷.

A percepção de Levy, nesse sentido, está de acordo com a expulsão noticiada em *A Classe Operária*, em meados de 1980:

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil decidiu destituir dos seus quadros, e expulsar do Partido, Manuel Jover Teles que havia nele reingressado em 1968, **vindo das hostes revisionistas de Prestes**. Jover Teles, depois dos acontecimentos da Lapa, em 1976, **desertou do Partido e de suas tarefas de dirigente da organização de vanguarda do proletariado. Em documento recente de sua autoria renegou o Partido, atacando-o numa linguagem de serviçal da reação**. Além disso, o nome de Jover Teles, no inquérito instaurado pelo Comitê Central sobre a queda da Lapa, aparece seriamente comprometido com fatos que, no mínimo, o inculcam de grave violação das normas de segurança e da correta atitude de que se exige, em defesa da organização, de um quadro responsável do Partido. O inquérito prossegue até o esclarecimento final daqueles trágicos acontecimentos. **No Partido da classe operária não há lugar para renegados e traidores, para detratores da organização marxista-leninista do proletariado brasileiro**. Ao livrar-se da escória da luta de

⁴²⁵ CONDENAÇÃO de Comunistas pela Justiça Militar. *A Classe Operária*, nº 117, julho de 1977, p. 11.

⁴²⁶ Pomar, P.E., 2006, p.81.

⁴²⁷ Pomar, P. E., id., p.84. Grifos nossos.

classes, o Partido se fortalece e se engrandece para cumprir sua missão histórica de coveiro de capitalismo e de construtor de uma nova sociedade.⁴²⁸

Mesmo que o excerto acima seja um pouco longo e demande algumas inferências, o que será feito posteriormente, cabe evidenciar aqui duas questões que nos parecem essenciais sobre o que disse Nelson Levy. Primeiro, a expulsão de Jover Teles em meados de 1980 estaria relacionada à sua postura “reviscionista” e às críticas que fez ao Partido em seu relatório sobre a Chacina da Lapa. Segundo, a “traição” atribuída à Jover Teles pelo PC do B é uma construção *a posteriori*, ou seja, não se deu no momento da Chacina da Lapa, tampouco, segundo Levy, no momento da votação que resultou na expulsão. Logo, interessa-nos explorar as circunstâncias da emergência e do investimento retórico na “traição”, bem como sua própria noção conceitual e suas relações com a biografia de Jover Teles e as experiências do PC do B nos contextos em que o termo foi utilizado.

A “traição” de Manoel Jover Teles foi e tem sido evocada com certa frequência nos últimos anos, tanto em veículos da imprensa como em publicações de livros ou pronunciamentos do PC do B. Façamos, sobre este aspecto, uma pequena e necessária digressão.

Segundo uma reportagem do *Jornal do Brasil* de 1992, foi Eloy Martins, metalúrgico, membro do PC do B e amigo de Manoel Jover Teles, quem o encontrou pela primeira vez depois da chacina da Lapa, no final dos anos 70, “em um cartório no centro de Porto Alegre”. Foi ele que “informou ao PC do B que Jover estava vivo”. Ainda segundo informações da entrevista concedida por Eloy ao mesmo jornal, ele conhecia Jover “desde os tempos em que ambos militavam no PCB”, e foi Eloy “o intermediário para pedir e depois entregar ao PC do B o relatório, secreto até agora”⁴²⁹. Eloy comunicou ao jornal que a última vez que viu Jover, já em 1991, foi em uma “fila de aposentados num banco” e que quase não o reconheceu. “Depois me aproximei e ele me disse que imaginava que eu não queria mais falar com ele pelas acusações dos outros”, recordou Eloy, ao se referir à postura reticente de Jover Teles no último encontro com o amigo, pensando que ele o desprezaria depois

⁴²⁸ JOVER Teles expulso das fileiras Partidárias. *A Classe Operária*, n.143, maio-junho de 1980, p. 22. Grifos nossos.

⁴²⁹ MITCHELL, José. Jover Telles nega tudo e diz que nunca foi traidor. *Jornal do Brasil*, 05-04-1992, p.17.

das acusações e da expulsão sofrida pelo PC do B. “Disse que não, conversamos e nunca mais o vi”, finalizou.⁴³⁰

O livro *“Massacre na Lapa: como o Exército liquidou o Comitê Central do PC do B...”*, de autoria de Pedro Estevam da Rocha Pomar, neto de “Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar” - um dos dirigentes mortos no Aparelho da Lapa – teve até o momento três edições: a primeira, em 1987, a segunda em 1996, e a terceira em 2006 (a cada dez anos de “aniversário do episódio” surgia uma nova edição). Cada edição do livro foi publicada por uma editora diferente, sendo a última edição publicada pela Fundação Perseu Abramo, vinculada ao Partido dos Trabalhadores (PT) o qual conta com o pai do autor, Wladimir Pomar, como um importante membro egresso da direção do PC do B na organização deste partido logo depois da Anistia de 1979. No livro há um capítulo intitulado *“Conversação com o traidor”* onde o autor transcreve uma conversa com Jover Teles, ocorrida em 11 de outubro de 1986. Pedro Estevam explicou que Manoel Jover Teles usava naquele momento o nome “Antonio Lima” e que localizá-lo em Porto Alegre “exigiu tempo e esforço”. Nas edições de sua obra registrou que Jover “vivia afastado de qualquer círculo político e em regime de semiclandestinidade, **sem razão aparente para isso que não o receio de represálias**”⁴³¹.

Pedro Estevam localizou Jover Teles (“Antônio Lima”), em fins de 1986. O autor de *“Massacre na Lapa...”* conta que o endereço de Jover era em um prédio residencial “na Avenida Júlio de Castilhos”, em um “corredor de trânsito entre o Mercado e a Rodoviária, zona tipicamente comercial e de repartições públicas”, em “um lugar feio e poluído de Porto Alegre”. No momento do encontro Pedro Estevam apresentou-se como um jornalista chamado Marcos Soares que escrevia um livro sobre o PC do B. Esclareceu em sua obra que na época usava “efetivamente”, e “para todos os fins legais”, o nome Marcos Soares.⁴³² Disse que **gravou a entrevista com Jover Teles sem que ele soubesse**, e que o mesmo encontrava-se “perfeitamente lúcido aos 66 anos” de idade. Sobre a conversa gravada com Jover, observou:

⁴³⁰ BRASILIENSE, Ronaldo. Exército tinha agente dentro do PC do B. *Jornal do Brasil*, 05-04-1992, p.16.

⁴³¹ Pomar, P.E., id., p.94. Griffos nossos.

⁴³² Id., ibid., p.93-95.

A impressão que resta, da conversa mantida, é a de estar diante de um **homem incapaz de mostrar o menor arrependimento** ou mais ínfima disposição de colaborar para que seja descoberta a verdade e entendidos os mecanismos que o Exército montou para encontrar, executar e prender dirigentes do PC do B em dezembro de 1976. Por outro lado, **é indiscutível tratar-se de um ator**, ator às vezes patético, mas em geral senhor de si, nada desequilibrado [...]. Ao longo da entrevista [...] aventurou-se a interpretações dialéticas e a uma primária análise histórica do regime republicano. Alegou repetidamente a doença como causa de seu **afastamento**. E, mais do que tudo, **negou-se a dar qualquer informação concreta** no tocante a seus atos antes e durante a reunião da Lapa e depois, como suposto fugitivo dos órgãos de segurança. Filha e esposa assistiram a toda a conversa e nela interferiram várias vezes.⁴³³

Foi com o lançamento do livro de Pedro Estevam sobre o evento a primeira vez que teve publicidade a notícia de que Jover Teles estava vivo e residindo no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. O ressentimento e a decepção do autor ficam evidentes frente à resistência de Jover Teles em falar sobre a Chacina da Lapa. Segundo a entrevista presente no livro, Manoel Jover Teles reiterou várias vezes que o que tinha de falar sobre o episódio já tinha sido dito. Disse ao entrevistador que já havia enviado à direção do PC do B um relatório bastante longo com a sua avaliação sobre o ocorrido e que nada mais tinha a dizer. “– Minha consciência está perfeitamente tranquila. Não tenho problema nenhum de consciência”, disse Jover⁴³⁴. “O que sucedeu, segundo o meu ponto de vista, está escrito totalmente no relatório que mandei”. No diálogo, Pedro Estevam insistia:

Pedro Estevam: - O senhor conseguiu fugir, e mais um outro, o Novaes. **Por que o senhor não entrou mais em contato com o partido depois disso?**

Jover Teles: - **[pausa]**. Tá explicado tudo isso no relatório.

Pedro Estevam: - **Eles não cedem esse relatório.** A acusação que pesa contra o senhor vai continuar pairando.

Jover Teles: - Eu lamento. A acusação pairando, da parte deles leva a que fiquem ofuscados e impedidos de aprofundar as reais causas do sucedido [...]. Realmente qualquer acusação contra mim é infundada, inverídica etc. O que mostra que as fontes que causaram todos aqueles problemas são outras.

Pedro Estevam: - Na sua opinião, o que aconteceu?

Jover Teles: - Eu não vou aqui...

Pedro Estevam: - Mas por que o senhor não fala?

Jover Teles: - Já disse que não, desde que mandei o relatório eu disse: é a última palavra que dou sobre esse assunto. E acabou.⁴³⁵

⁴³³ Id., *ibid.*, p.94. Grifos nossos.

⁴³⁴ Id., *ibid.*, p.96.

⁴³⁵ Id., *ibid.*, p.98. Grifo nosso.

Pedro Estevam registra que lamentou o fato de Jover Teles não ter colaborado e que “tentou avistar-se com Jover novamente, em fevereiro de 1987”, no entanto foi “perda de tempo: desaparecera.”⁴³⁶

Em 1992, na entrevista concedida ao Jornal do Brasil, Eloy Martins informou que, quando houve a conversa gravada de Jover Teles com Pedro Estevam, foi “a primeira e última vez” que Jover estivera em sua casa. “Muito nervoso”, contou Eloy, Jover o procurou “porque dera uma entrevista suspeita que se tratava de um policial” pois “o homem tinha um microfone escondido. **Eloy o tranquilizou porque o entrevistador, encaminhado por ele, era um jornalista, neto de Pedro Pomar**”.⁴³⁷ Mesmo respeitando o fato de ser uma “produção independente”, o livro de Pedro Estevam da Rocha Pomar sobre o Massacre da Lapa, que faz referência aos seus objetivos como autor e aos seus vínculos familiares (seu avô foi um dos dirigentes do PC do B assassinados na Chacina da Lapa), também pode estar vinculado aos interesses do Partido e a algumas de suas práticas normativo-culturais. Afinal, o núcleo central do livro, que tem como objetivo explicar “como o exército liquidou o Comitê Central do PC do B”, está, evidentemente, na “Conversação com o traidor”. Uma conversação que, conforme percebemos, ocorreu quando um membro do PC do B, Eloy Martins, afirmou ao Jornal do Brasil ter sido quem “encaminhou” o jornalista para fazer a entrevista com Jover.

Sob a manchete “Exército tinha agente dentro do PC do B”, que também teve chamada na capa do Jornal do Brasil do dia 5 de abril de 1992, a matéria assinada por Ronaldo Brasiliense salientou que “Manuel Jover Teles, um dos históricos do PC do B em 1967, era, na realidade, **um espião do Exército** e informou ao CIE (Centro de Informações do Exército) o local da reunião da cúpula do PC do B”. No jornal, a informação “foi confirmada pelo ex-deputado federal e ex-capitão do CIE Sebastião Curió. À época da chacina, Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, participou da organização da emboscada (Chacina da Lapa)”⁴³⁸.

⁴³⁶ Id., *ibid.*, p.94.

⁴³⁷ Jornal do Brasil, *id.*, p.16.

⁴³⁸ Jornal do Brasil, *id.*, *ibid.*

“Ele (Jover Teles) mora no sul e não recebe qualquer auxílio financeiro do Exército”, atesta Sebastião Curió. “Temos muitos companheiros desassistidos, um com câncer, que também não recebem ajuda”, lamenta. Na operação para exterminar a cúpula do PC do B, o CIE mobilizou cerca de 40 agentes. A operação foi montada inteiramente em Brasília pelo CIE, mas, oficialmente, foi coordenada pelo II Exército, com a colaboração de outros órgãos de segurança. Durante a operação, uma parte do bairro da Lapa foi interditada. **“A operação foi desencadeada em decorrência de contínuas observações sobre as atividades em uma casa** daquela rua (Pio XI), **onde várias reuniões se processavam**, às quais compareciam elementos anotados por **informações oriundas de fontes bastante diversificadas** e que os apontavam como membros da cúpula daquelas organizações subversivas”, **relatava o general Dilermando Gomes Monteiro em nota divulgada no mesmo dia do massacre da Lapa.**⁴³⁹

Nove anos depois, no dia 13 de julho de 1996, à página 11 da Folha de São Paulo, lia-se que o “paradeiro do informante Manoel Jover Teles” era “ignorado pela esquerda gaúcha”. De acordo com a reportagem, predominava a versão de que Jover Teles vivia “praticamente escondido”. Que, “para alguns”, ele estaria vivendo em “Canoas, região metropolitana de Porto Alegre”; para outros, “em Santa Maria, no centro do Estado”. No entanto “nessas cidades”, informava a Folha, “não foi possível localizá-lo”. Em seguida, continuava a matéria salientando que “a maioria dos comunistas do Rio Grande do Sul”, quando eram perguntados “sobre o paradeiro de Teles, respondiam: *‘não sei nem quero saber’* – revelando rancor contra o ex-companheiro, **apontado por todos como traidor**”⁴⁴⁰.

Em 14 de agosto de 1996, sob o título *“A mancha da traição”*, a Revista Veja publicou uma reportagem de duas páginas comunicando que “aparecia Jover Teles, **uma espécie de Calabar da esquerda brasileira**”⁴⁴¹. Após a entrevista com Pedro Estevam, Jover mudou de endereço. No início dos anos 1990 ele enviuvou, retornou para Arroio dos Ratos, voltou a utilizar o nome de Manoel Jover Teles e lançou-se como vereador na campanha eleitoral de Arroio dos Ratos daquele ano, sob a legenda do PPB (Partido Progressista Brasileiro), atual PP (Partido Progressista). A campanha do antigo comunista a vereador pela legenda de um partido historicamente vinculado à ARENA e à ditadura militar ganhou espaços na imprensa como um verdadeiro escândalo. É nesse contexto, por exemplo, que foi publicada a

⁴³⁹ Jornal do Brasil, id., ibid. Grifos nossos.

⁴⁴⁰ MANDIN, Ana Maria. Morte de 3 do PC do B terá indenização. *Folha de São Paulo*, 13/07/1996, p.11. Grifo nosso.

⁴⁴¹ AMERICANO, Luiz; Z Aidan, Patrícia. A mancha da traição. *Revista Veja*, 14 de agosto de 1996, p.50.

referida matéria na Revista Veja, bem como na Zero Hora e na Folha de São Paulo⁴⁴².

No ano de 2005, a publicação do livro *“Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha”*, de autoria dos jornalistas Tais Morais e Eumano Silva, trouxe à tona nos capítulos 138 e 139, **“Um depoimento cordial”** e **“Jover Telles, o Rui, vai ao Aparelho do Comitê Central”**, respectivamente, vestígios de um depoimento que Jover teria dado a agentes da repressão, datado de 8 de dezembro de 1976, uma semana antes da Chacina da Lapa. Nesta obra, sublinha-se novamente a “colaboração” de Jover Teles com os órgãos da repressão.

No ano seguinte surgiu a publicação organizada pelo Instituto Mauricio Grabois, *“Chacina da Lapa 30 anos”*. A **efeméride** viria propiciar a publicação de novos textos associando Jover Teles com o episódio da **traição**.

Um ano após a morte de Manoel Jover Teles, em 2008, a jornalista Tais Morais lança o livro *“Sem Vestígios — Revelações de um Agente Secreto da Ditadura Militar Brasileira”*. Na obra aparecem algumas informações sobre a operação da Chacina da Lapa e a ratificação da **colaboração de Jover Teles** com os órgãos da repressão a partir da documentação do “arquivo pessoal” de “Carioca”, forma como o personagem principal do livro é apresentado⁴⁴³.

Em 03 de abril de 2010, em entrevista ao programa *Dossiê Globo News*, o general Leônidas Pires Gonçalves disse que as informações sobre a localização do Aparelho da Lapa foram “compradas” e “delatadas”. Embora não tenha citado o nome de Manoel Jover Teles em nenhum momento na versão da entrevista que fora ao ar na televisão, o diálogo que tratou sobre a Chacina da Lapa resumiu-se assim:

⁴⁴² Não localizamos a matéria de Zero Hora, porém a mesma foi mencionada pela filha de Jover Teles em entrevista ao autor. Sobre a Folha de São Paulo, ver: SOUZA, Carlos Alberto de. “Ex-líder comunista é candidato do PPB”. *Folha de São Paulo*, 06-08-1996.

⁴⁴³ MORAIS, Tais. *Sem Vestígios*. Revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira. São Paulo: Geração Editorial, 2008. No capítulo “A Chacina da Rua Pio XI”, a autora reforça a ideia de traição de Jover Teles dizendo que Jover, usando o codinome “Rui” *“havia sido preso e prestado depoimento no dia 8 de dezembro. Para safar-se fez duras críticas ao PC do B e começou a entregar o ouro aos militares”* (p.157). Conforme é explicado no livro, “Carioca” participou da operação que tinha como missão localizar o “Aparelho da Lapa” (id.). A jornalista, que também não deixou claro a origem do documento incompleto que fundamentaria a delação de Jover (depoimento de Jover à polícia datado de 08 de dezembro de 1976, com estranha configuração e ausência de algumas páginas) em seu primeiro livro, “Operação Araguaia”, explicou, que “Carioca”, trata-se de *“um agente que infelizmente é preciso deixar anônimo”* (s.p.). Alguns detalhes da operação militar referente à casa da Lapa apresentados à página 157 teriam sido escritos a partir de vestígios pessoais deste personagem, sobre os quais a narrativa é baseada e fundamentada.

General: - Eles [os comunistas] eram grandes delatores, né. **Teve um do Comitê Central que delatou toda a turma para o meu esquema de segurança no Rio de Janeiro.**

Jornalista: - O que o senhor está dizendo é uma acusação grave: que pagou a um integrante do Comitê Central do Partido Comunista para delatar seus companheiros. Quem pagou? Foi o senhor?

General: - Não, foi a Organização. Nunca me contatei com nenhum subversivo. Pessoalmente, nunca. Isso não era minha missão. Minha missão era dirigir o órgão que fazia isso.

Jornalista: - De quem foi a ideia de pagar?

General: - Foi minha! Fui adido militar na Colômbia. Aprendi que, lá, eles compravam todos os subversivos com dinheiro. [...] **Ele então foi preso, mostrou o dia que ia ser a reunião, aquela de São Paulo, que você sabe muito bem, da casa da Lapa. Foi ele que deu o dia, a hora, e tudo, por 150 mil entregues para a filha dele, em Porto Alegre.** [...]

Jornalista: - Existia um caixinha para esse...

General: - Que caixinha, nada. Um Serviço de Informações tem verba oficial para cumprir as missões⁴⁴⁴.

Vale salientar que a notícia da “compra” da informação já havia sido citada pelo mesmo general naquela reportagem da Revista Veja de 1996, no entanto sem mencionar o valor que teria sido pago à Jover Teles. Na ocasião, o general disse à revista que Teles havia recebido “um prêmio para delatar seu Partido”, e que ele não lembrava do valor naquele momento (por que ele lembrou em 2010 não sabemos).

Dois dias depois das declarações terem ido ao ar no canal de televisão, o site “*Vermelho*”, portal conveniado ao PC do B, publica reportagem sob o título “**General admite que ditadura subornou traidor para liquidar PC do B**”, salientando:

Em entrevista ao programa Dossiê Globonews, exibida no sábado (3), o general Leônidas Pires Gonçalves, ex-chefe do DOI-Codi do Exército no Rio de Janeiro (1974-1977), **admitiu que o regime militar pagou 150 mil cruzeiros para que Manoel Jover Telles traísse o PC do B e se aliasse à repressão.** As informações obtidas a partir do suborno foram encaminhadas ao II Exército, de São Paulo, que pôs em operação a Chacina da Lapa — na qual três dirigentes nacionais do PC do B foram fuzilados. O depoimento de Leônidas, mais de 33 anos depois da chacina, não só desmonta a versão “oficial” do regime — como também detalha como Jover Telles, o “Rui”, se vendeu aos militares. **É a primeira vez que um membro do Exército confirma, publicamente, a verdade sobre a**

⁴⁴⁴ ENTREVISTA DO GENERAL LEÔNIDAS PIRES GONÇALVES SOBRE OS 25 ANOS DO FIM DA DITADURA MILITAR. *Dossiê Globo News*. Rio de Janeiro, Rede Globo, 03 de abril de 2010. Grifo nosso.

Chacina da Lapa. O general assumiu ter autorizado — ele próprio — o suborno ao traidor do PC do B.⁴⁴⁵

A rigor, a partir do momento em que informações por parte do Exército, relatando inclusive um “pagamento” em troca de informações, foram difundidas em espaços da mídia (como ocorrera no caso da Revista *Veja* e do Dossiê *Globo News*) é que a acusação de traição a Jover Teles tornou-se mais recorrente e pública. A partir de então ocorre uma disseminação de diferentes textos, que citam e reforçam a “traição de Manoel Jover Teles”, em sites e blogs da internet. Especialmente na última década a internet vem acolhendo e divulgando postagens, inclusive em formato de vídeos, sobre a “Chacina” e o “traidor”. Dentre os vídeos também se destacam discursos recentes do PC do B que identificam Jover Teles como “o traidor”, seja rememorando a Chacina da Lapa e os membros do Comitê Central do Partido mortos no episódio, seja falando da Guerrilha do Araguaia ou da história do próprio partido.

A partir da percepção destes fatos aparentemente isolados da história recente, interessa-nos explorá-los como fragmentos potenciais para a compreensão de aspectos de um passado que ainda exala, no presente, vestígios, palavras e narrativas de uma cultura comunista, bem como de diferentes movimentos e interesses. Estes vários elementos são capazes de, costurados com certa inteligibilidade, escrever uma biografia na perspectiva de uma história política que não apenas valoriza as experiências do sujeito, mas as integra e as analisa no contexto cultural do grupo – no caso, o PC do B – buscando, assim, compreender os principais percursos do indivíduo biografado paralelamente ao esforço de alcançar a compreensão das racionalidades imbricadas entre o sujeito e o grupo e vice-versa. Para isso é preciso, todavia, ampliar o zoom sobre alguns dos principais momentos ou lugares (os que tiveram maior impacto e publicidade) de construção e evocação desta “memória da traição” em relação a Manoel Jover Teles.

⁴⁴⁵ GENERAL admite que ditadura subornou traidor para liquidar PC do B. *Vermelho*, 05-04-2010. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=127109&id_secao=1>. Acesso em 10 de novembro de 2012. Grifo nosso.



Acompanhamos até o momento quando e quais foram as principais narrativas que foram divulgadas e trouxeram representações a respeito de Manoel Jover Teles como “traidor”. Elas, em seu conjunto, enquadram memórias *sobre* o indivíduo (Manolo) a partir de uma *violência simbólica* que dissimula e opera elementos a fim de produzir determinadas formas de pensar e agir e de operacionalizar sentidos de efeito dentre os indivíduos e suas instituições⁴⁴⁶. Não se trata, repetimos, de fazer ou alcançar um *veredicto* sobre a responsabilidade de Manoel Jover Teles em relação ao *massacre da Lapa*. Não nos interessa aqui, se de fato ele foi ou não um “traidor” ou buscar rechaçar as teses que apresentaram argumentos sobre a delação do ex-dirigente comunista. Inspirando-se na perspectiva de Michel Pollak (1989), cabe não tomá-los simplesmente como fatos, mas, sim, questionar como e por que essas narrativas, que foram além da delação, criaram o que chamaremos de “retórica da traição”, solidificando-a e dotando-a de estabilidade e duração.

Na fileira das narrativas supracitadas grifamos palavras, frases e expressões de excertos de diferentes fontes. A partir de agora, começamos com uma reflexão sobre alguns elementos que nos pareceram importantes quando foi realizada a leitura desses documentos e a busca de, criticamente, “alcançar seus conteúdos, intenções e subtextos, ou seja, não apenas aquilo que está explícito, mas, principalmente as informações implícitas, voluntárias e involuntárias”.⁴⁴⁷

Um dos lugares ou momentos de impacto e publicidade da “retórica da traição” é, evidentemente, a obra *“Massacre na Lapa: como o Exército liquidou o Comitê Central do PC do B - São Paulo 1976”*. Os lugares de produção ocupados pelo livro são mais do que significativos para o esforço a que aqui nos propusemos. Por mais que reconheçamos a qualidade da obra resultante da pesquisa bem estruturada de Pedro Estevam da Rocha Pomar, se a analisarmos sob a ótica da

⁴⁴⁶ Conforme Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1970).

⁴⁴⁷ Silveira, Éder da Silva. O jornal como objeto: tópicos especiais e introdutórios para a Pesquisa em História. Texto apresentado no seminário *imprensa, comparação e História* da disciplina *Documentos e outras fontes históricas: leitura e interpretação I*, ministrada pelo prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, no primeiro semestre de 2010.

“operação historiográfica”, é possível relativizar e levantar algumas questões. Michel de Certeau já havia pontuado considerações para esse pleito. No livro *A Escrita da História*⁴⁴⁸, mais precisamente no capítulo “A Operação historiográfica”, deixa evidente a necessidade de reflexão sobre a produção (escrita) dos fatos, alertando que a metodologia histórica havia investido mais na classificação e no tratamento das fontes do que na construção do discurso. Neste sentido, para Certeau, a escrita da História compreende a relação entre o lugar do discurso, os procedimentos de análise e a construção de um texto. Para ele, não se deve ignorar o lugar social/institucional no qual o discurso foi produzido e pelo qual foi influenciado. Assim, se o lugar de onde se fala está no centro das discussões, não podemos deixar de considerar os principais lugares sociais/institucionais da obra de Pedro Estevam da Rocha Pomar, bem como os discursos que, em conjunto, constroem retoricamente certa memória da “traição”.

Primeiramente, cabe falar sobre os laços sensíveis do autor com a história que pretende contar. Trata-se de um livro sobre a história trágica que ceifou a vida de dirigentes do PC do B, dentre eles seu avô paterno. Esta informação é importante para qualquer procedimento de análise, pois os laços e as memórias de família do autor, especialmente questões relativas à dor, ao sofrimento e ao ressentimento, não ficaram ausentes na produção de seu texto. Ao contrário, estes elementos os integram e influenciam-no. Logo, este primeiro e peculiar lugar de produção ao qual está ligado o autor deve trazer atenção às maneiras de ler o texto e à forma como ele descreve Manoel Jover Teles – “um traidor”, “um homem incapaz de mostrar o menor arrependimento”, “um ator”, “aquele que alegou repetidamente a doença como causa de seu afastamento” do Partido. Outro aspecto a salientar diz respeito à ação descritiva do autor na narrativa oral. Ou seja, quando ele apresenta a ‘entrevista’ gravada com Jover Teles textualmente, ele também faz pequenas inferências como narrador, geralmente entre colchetes. Essa ação de “inserir descrições na história que está contando, e o papel que os segmentos descritivos desempenham na economia interna da narrativa”, foi referenciada em artigo de

⁴⁴⁸ Certeau (2008). Ao referenciar Michel de Certeau não temos como objetivo discutir se cabe ou não tratar a obra de Pedro Estevam da Rocha Pomar como parte de uma historiografia ou classificá-la como tal. Interessa-nos, através das observações de Certeau, refletir e considerar questões como o peso ou o papel que uma instituição e um lugar social possuem sobre a construção do discurso da história, pois, seja ou não historiador, acreditamos que os vínculos institucionais e/ou sociais de um autor incidem sobre sua obra em maior ou menor grau.

Maria da Piedade Moreira de Sá⁴⁴⁹. Partilhando de suas reflexões sobre as orações descritivas na apresentação da narrativa oral, salientamos igualmente que essas inferências colocadas no corpus da entrevista (geralmente em colchetes ou em itálico) “são relevantes, na medida em que servem para transmitir um saber necessário à compreensão do desenrolar dos acontecimentos narrados”, além de expressarem “sentimentos” ou “representarem ações”. Por outro lado, a apresentação destes elementos que, geralmente acompanham a textualização das entrevistas orais, também pode causar uma “modificação na interpretação semântica original” da entrevista. Diz ela que, nestes casos, “o narrador introduz orações explicativas, restritas (com possibilidade limitada de deslocamento), que descrevem elementos da paisagem, do cenário exterior, que, por sua vez, reforçam as próprias palavras do narrador”. Nessa perspectiva, “a descrição funciona aqui como uma espécie de aparte que ressalta o ponto de vista do contador a respeito das personagens da história”⁴⁵⁰. Vejamos três excertos retirados da “Conversação com um traidor”, título do capítulo que apresenta a entrevista com Manoel Jover Teles, realizada em 1986, exatamente como o autor apresenta em sua obra, com exceção dos grifos, que são nossos:

Pedro Estevam: - O senhor conseguiu fugir, e mais um outro, o Novaes. Por que o senhor não entrou mais em contato com o partido depois disso?

Jover Teles: - **[pausa]**. Tá explicado tudo isso no relatório. (p.98)

Pedro Estevam: - Mas o senhor abandonou toda a luta.

Jover Teles: - Cheguei à conclusão de que esse troço que está aí não vai além das pernas.

Pedro Estevam: - Mas naquela época, dez anos atrás?

Jover Teles: - **[Exaspera-se]** Eu não tinha condições de saúde. E eles sabem disso [...] (p.103)

Pedro Estevam: - O senhor não tem uma cópia?

Jover Teles: - **[Agita-se.]** Existe, escondida nalgum lugar [...] ⁴⁵¹ (p.104)

Este mecanismo de introdução de elementos de descrição pelo autor na apresentação da entrevista textualizada (como no exemplo: “pausa”; “exaspera-se”; “agita-se”) integram os procedimentos da escrita do texto. Da mesma forma, ocupam

⁴⁴⁹ MOREIRA DE SÁ, MARIA da Piedade. A descrição na narrativa oral. *Revista do GELNE – Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste*. Ano I, n.1, 1999, p.61.

⁴⁵⁰ MOREIRA DE SÁ, op.cit., p.61-62.

⁴⁵¹ Pomar, Pedro Estevam da Rocha, 2006, p.104. Grifos nossos.

um lugar importante na interpretação, pois ao mesmo tempo em que são descritores de explicação, são de restrição, na medida em que encaminham e deslocam a leitura às imagens e mensagens que o autor, consciente ou inconscientemente, pretende comunicar ou denunciar. Assim, por exemplo, o registro de que houve uma “pausa” antes da resposta, além de comunicar que houve um espaço de tempo diferente ou maior entre a pergunta do autor e a resposta do entrevistado, joga o leitor para o interior de uma cena e um cenário onde “pausa”, ao ser lida, poderá comunicar algo do tipo: “nesse ponto ele pensou antes de responder, logo, mentiu”; ou ainda “parou para pensar em uma forma de não dizer tudo”, ou de “não dizer a verdade”.

Entende-se que esse tipo de ação quando se transcreve uma entrevista é comum, sobretudo em relação à produção de fontes orais. Aliás, por mais que entendamos que a entrevista envolve todo um contexto, incluindo gestos, ambientes, e comportamentos que fogem à captação de um gravador, é nesta prática de inserção de descritores da narrativa oral que, muitas vezes, encontramos ricos subtextos, intenções, informações implícitas que poderão colaborar para que não se faça uma leitura neutra do texto e para que seja feita uma análise com mais lucidez em relação às operações de sua produção, suas subjetividades, evitando, assim, a incidência no uso ingênuo ou instrumental da entrevista⁴⁵².

Um segundo e possível lugar de produção do livro foi percebido com a leitura e o cruzamento de informações em matéria publicada no *Jornal do Brasil*. Conforme o trecho da entrevista de Eloy Martins a esse jornal em abril de 1992, podemos inferir que a “Conversação com o traidor” de 1986 teria sido encomendada. Como vimos anteriormente, Eloy Martins, membro do PC do B, foi quem localizou Jover Teles pela primeira vez após o episódio da Lapa e informou ao partido que Jover estava vivo, servindo de intermediário entre ele e o partido na ocasião em que Jover produziu e enviou ao Comitê Central, através de Eloy, seu relatório sobre a chacina. Eloy contou ao jornal que, após a entrevista com Pedro Estevam, Jover o procurou apreensivo, pensando ter dado uma entrevista “suspeita” a um “policial”.

⁴⁵² É evidente que não se trata aqui de desqualificar o trabalho e a utilização da entrevista e da fonte oral. O caderno de campo, muitas vezes recomendado para quem trabalha com História Oral, também tem o papel de registrar coisas além da fala e que o gravador não é capaz de captar. Trata-se de evidenciar ao leitor que, no caso da transcrição da entrevista com Jover Telles apresentada por Pedro Estevam, as inferências de descrição que integram e atravessam a narrativa oral cumprem importante papel na constituição da figura de “traidor”.

No entanto, a informação publicada na reportagem é que naquele momento **“Eloy o tranquilizou porque o entrevistador, encaminhado por ele**, era um jornalista, neto de Pedro Pomar”, um dos dirigentes do PC do B assassinados na Lapa.⁴⁵³ Desta forma, a obra de Pedro Estevam não deixaria de estar, também, vinculada ao PC do B enquanto um lugar institucional de produção, bem como ao esforço do partido de produzir a sua história sobre o “massacre da Lapa” (e do próprio partido)⁴⁵⁴.

3.2 Revisionismo, insubordinação e deserção

Outro momento importante para a compreensão dos elementos que compõem essa retórica diz respeito ao jornal *A Classe Operária*, particularmente nas décadas de 1970 e 1980, já na fase em que era órgão oficial do PC do B⁴⁵⁵.

A expulsão de Manoel Jover Teles foi noticiada em *A Classe Operária* na edição de número 143, de maio-junho de 1980. Conforme vimos anteriormente, o Comitê Central do PC do B divulgou que Jover Teles, além de ter “vindo das hostes revisionistas de Prestes”, também “desertou do Partido e de suas tarefas de dirigente da organização de vanguarda do proletariado” e “renegou o Partido atacando-o numa linguagem de serviçal da reação” no relatório de sua autoria onde explicou sua versão sobre os acontecimentos da Lapa.

Assim, a justificativa para a expulsão que foi noticiada pelo Partido naquela circunstância era composta de três elementos principais: Jover Teles teria demonstrado postura revisionista, além de ter criticado o Comitê Central e praticado “deserção” partidária.

⁴⁵³ Jornal do Brasil, id., p.16.

⁴⁵⁴ Falamos em “possível” lugar de produção, pois o fato de Eloy Martins fornecer uma informação sobre o paradeiro de Jover Teles e os demais elementos que abordamos talvez não sustentem os vínculos do livro com o Partido. Todavia, trata-se de uma possibilidade pertinente que, no contexto, deve ser observada.

⁴⁵⁵ Este jornal foi órgão oficial do PCB entre 1925 e 1952, circulando com diversas interrupções e de forma predominantemente clandestina durante esse período. Segundo o verbete assinado por Marieta de Moraes Ferreira, em 1952 ele “foi fechado pelo próprio PCB” e, com a cisão de 1962, foi relançado e “voltou a circular como órgão oficial do novo partido”, o PC do B. As edições, após o golpe militar de 64, eram divulgadas de forma clandestina, geralmente mimeografadas, mensal ou bimestralmente. Ver Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 22/12/2012.

No contexto desta tese, e em termos gerais, podemos definir o “revisionismo” como uma expressão e um mecanismo utilizado por um partido comunista para identificar, criticar, punir e vigiar qualquer infidelidade à sua linha ideológica (teórica e prática), particularmente ao seu conceito de “marxismo-leninismo”. Tratava-se de um mecanismo de poder dos “núcleos dirigentes”, um vetor de educação ideológica, moral e identitária e, também, um mecanismo integrante das práticas de depuração da cultura comunista. Nesta perspectiva,

a concepção de ideologia como um processo de constante depuração, em busca de uma transparente e límpida “ideologia proletária”, que se confunde com o próprio partido, sempre esteve presente na tradição bolchevista. Tratava-se da ideia de que aqueles que não pertencem às fileiras da classe operária são indignos de entrarem ou permanecerem na organização revolucionária, restando-lhes tão somente a qualificação de “inimigos”. Denunciá-los, portanto, tornou-se um mecanismo fundamental para definir a identidade do proletariado e a do próprio partido, que se apresentava como seu único e verdadeiro representante⁴⁵⁶.

Em relação ao PC do B, o revisionismo foi bastante importante e evocado em momentos de crise em seu jornal ou em outros documentos, especialmente os originados em congressos, discursos, resoluções e textos em geral de educação ideológica. Em *A Classe Operária*, o termo foi empregado frequentemente na década de 1970, principalmente a partir do final da Guerrilha do Araguaia e da Chacina da Lapa. A utilização deste mecanismo não se tratava de um elemento original do PC do B. Pelo contrário, tratava-se, sim, de uma característica presente nos combates travados pelos comunistas contra as tendências críticas e às posturas ou movimentos dissidentes no interior de seus partidos. Vale lembrar, neste sentido, que essa prática de vigilância e educação em prol da unidade, acreditada necessária para a revolução, estava presente na cultura comunista em geral, inclusive no antigo “Partidão”, o PCB. Heitor Ferreira Lima, em suas “memórias de militância” no Partidão, particularmente sobre sua permanência na Escola Leninista Internacional de Moscou, registrou que durante o período que lá residiu, de 1927 a 1930, “deram-se as duas mais duras dissensões ocorridas na história do PC russo, sendo a primeira chamada de Oposição Trotskista e, depois, de Oposição Unificada [...]”. Em um Congresso ocorrido em janeiro de 1925, “o trotskismo foi condenado como

⁴⁵⁶ Jorge Ferreira, 2002, p. 159.

falsificação do marxismo” e, “em setembro de 1927, Trotski, Zinoviev, Kamenev e outros são expulsos [...]”. A situação ficaria mais crítica na XVI Conferência do PCUS, em abril de 1929. Conforme registrou Heitor, “a Conferência decide igualmente a realização de um expurgo nas fileiras partidárias, de caráter acentadamente ideológico”⁴⁵⁷. Conforme identificou Jorge Ferreira em seu estudo sobre a cultura comunista, “a produção e a emissão de bens simbólicos ameaçadores à integridade partidária e o manejo de imagens e representações acerca do perigo verdadeiramente assustador de traidores e renegados”, ou seja, “homens que escapariam às regras” ou que estavam “sempre prestes a solapar a coesão e a harmonia do partido [...]”, sempre estiveram presentes e “se manifestaram, com vigor, na cultura bolchevista”. Segundo o historiador, o PCB cometeu a sua “primeira grande experiência em execrar dissidentes” já no final de 1927, “antes, portanto, da entrada definitiva do stalinismo no Brasil”⁴⁵⁸. Como ainda veremos, era comum apontar a “heresia” do revisionismo para justificar o expurgo. Desse modo, a expulsão de Jover Teles do PC do B, no início da década de 1980, está também inserida em um universo da cultura política dos comunistas que continuou em movimento mesmo depois das cisões do início dos anos 60. Dentre as “tradições” do PCB seguidas pelo PC do B estava a “resolução das divergências por meio de expulsões e cisões”⁴⁵⁹.

Em novembro de 1977, o PC do B publicou em seu órgão oficial um texto interessante e bastante revelador sobre este tema. Intitulado “A traição revisionista”, o artigo sublinhou algumas questões relativas ao revisionismo desde o Relatório Kruschew. Para o PC do B, “o XX Congresso do PCUS, em 1956, foi um marco na escada da traição”. Isso porque nele teria sido elaborada “uma linha oportunista que afetava o movimento operário e comunista mundial”. Na percepção do Partido, após a morte de Stálin, “o socialismo regrediu” na URSS não como resultado de “um ataque direto do exterior por parte dos países capitalistas”, mas, sim, porque “o golpe partiu de dentro, do seio das fileiras operárias, onde se tinham emboscado inimigos de classe”. Ou seja, o socialismo da URSS teria “regredido” por responsabilidade dos “traidores revisionistas” que estavam dentro do PCUS. Para os

⁴⁵⁷ Lima, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos*. Organização do Arquivo de História Social Edgard Leuenroth – Unicamp. SP: Brasiliense, 1982, p. 114-117.

⁴⁵⁸ Ferreira, 2002, p.151.

⁴⁵⁹ Sales, 2007, p.71.

comunistas do PC do B, as críticas à Stálin a partir de 1956 representaram não apenas “um golpe”, elas abriram caminho para uma releitura do “marxismo-leninismo” na URSS que seria incompatível com a manutenção e desenvolvimento da revolução socialista, bem como com a visão do Comitê Central do PC do B e com a de partidos comunistas de outros países. O artigo de *A Classe Operária* salientou:

Utilizando a demagogia e indicando falsas perspectivas, esses inimigos, personificados na camarilha kruschovista que ascendera por meio de sujas manobras a posições importantes na direção do Partido e do Estado, revisaram o leninismo em questões essenciais, e destruíram a verdadeira organização de vanguarda da classe operária. Inicialmente, concentraram seus ataques em duas direções: contra o núcleo dirigente do Partido e contra o marxismo-leninismo, este representado por Stálin, fiel discípulo de Lênin, porta bandeira das ideias revolucionárias. O núcleo dirigente foi arrasado através de golpes baixos, inclusive com o emprego do Exército. Sob o disfarce de combate ao culto à personalidade, Kruschev e seus sequazes elamearam as obras e a memória daquele que esteve à frente do Partido e do Estado durante um longo período de construção do socialismo, que havia conduzido a União Soviética, de vitória em vitória, a uma situação invejável⁴⁶⁰.

Como podemos perceber, na perspectiva de uma educação ideológica o mecanismo da acusação do revisionismo servia tanto para a promoção de um modelo de conduta que deveria ser seguido pelo militante, como para a manutenção do poder dos dirigentes dentro da estrutura partidária, uma vez que o “revisionista” representava uma ameaça interna, pois poderia ascender a “posições importantes na direção do Partido”. Ou seja, como destacou Jean Rodrigues Sales, trata-se de considerar “o papel desempenhado pela disputa de poder dentro da estrutura partidária”⁴⁶¹.

Quando o PC do B alinhou-se com o PC da China, na década de 1960, o maoísmo representava “a permanência ideológica da ortodoxia stalinista”⁴⁶². Jean Rodrigues Sales, sobre este aspecto, observou que o maoísmo, ao “defender a ortodoxia stalinista, deu suporte para que o partido estabelecesse uma estratégia revolucionária em que, necessariamente, deveria estar presente o horizonte da luta armada”, ao contrário do que fizeram “muitos grupos do período” ao partirem para

⁴⁶⁰ A TRAIÇÃO revisionista. *A Classe Operária*, nº 120, novembro de 1977, p.5.

⁴⁶¹ Sales, 2007, p.70.

⁴⁶² Sales, id., ibid.

“ações imediatas”⁴⁶³. A rigor, com o maoísmo, o PC do B também encontrou útil guarida para se contrapor ao PCB na medida em que este último optou em aderir às linhas pacifista e reformista defendidas no XX Congresso do PCUS, o “marco na escada da traição”.

É possível encontrar em *A Classe Operária* a recorrência de excertos de discursos de personalidades comunistas ou de suas obras para incentivar o estado de vigilância contra os “revisonistas traidores”. Em 1979, por exemplo, quando o PC do B alinhava-se politicamente à Albânia, o jornal elogiava o livro de autoria do chefe de Estado daquele país comunista, Enver Halil Hoxha, “*O imperialismo e a Revolução*”. Para o Comitê Central do PC do B, o livro deveria servir como leitura base para “o firme combate ao revisionismo”⁴⁶⁴. Não raro o jornal usou passagens selecionadas de Stalin, em “Fundamentos do Marxismo-leninismo”, publicação em português provavelmente de 1962. Esse compêndio de normas partidárias, elaboradas baseando-se em Lênin, servia como guia para a organização e conduta de muitos partidos comunistas. “O partido comunista”, asseverava Lenin, “é a vanguarda da classe operária, isto é, a sua parte avançada, consciente, capaz de conduzir consigo as amplas massas trabalhadoras para a luta pela derrubada do capitalismo”. Seu pensamento de que “educando o partido operário, o marxismo educa a vanguarda do proletariado, capaz de tomar o poder e conduzir o povo ao socialismo, de orientar e organizar o novo regime” teve grande atenção por parte dos pecebistas⁴⁶⁵. Da mesma forma, o historiador francês Sylvain Boulouque, em seus estudos sobre a questão da traição no Partido Comunista Francês (PCF), identificou que muitas conferências de Joseph Stalin, compiladas e publicadas em francês sob o título *Principes du léninisme*, serviram de “substrato teórico à formação de militantes e de quadros do PCF”. Na obra, Stalin “definiu o traidor como aquele que mina a unidade do Partido”⁴⁶⁶. No caso do PC do B, mesmo quando não eram evocados excertos de forma direta, apelava-se para textos como: “Marx e Engels, e Lênin e Stálin combateram sempre ardorosamente todas as tendências oportunistas, convencidos de que esse era um meio eficaz de fazer avançar as ideias

⁴⁶³ Sales, 2007, p.76.

⁴⁶⁴ *A Classe Operária*, nº 138, julho de 1979, p. 8.

⁴⁶⁵ Fundamentos do Marxismo Leninismo, Ed. Vitória, 1962, p. 352. Apud: O COMUNISMO no Brasil. Inquérito Policial Militar 709. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.Vol. 1, p.69

⁴⁶⁶ BOULOUQUE, Sylvain. Communisme et trahison. In : JAVEAU, Claude; SCHEHR, Sébastien (dir.). *La trahison: de l'adultère au crime politique*. Paris : Berg International, 2010, p.164. Tradução minha.

revolucionárias” e, também, “de assegurar o caráter classista do movimento operário e comunista⁴⁶⁷. Sob este aspecto, o PC do B via-se como o “único” e “verdadeiro” representante da classe operária no Brasil. O Partido, denunciaria o IPM 709, “representa um escalão dirigente na conduta das massas, um organismo de comando e controle, orientado pela teoria revolucionária do comunismo”. Por isso, fazia-se necessário uma intensa atividade de educação ideológica para manter a “unidade” necessária para a revolução. Além de educar para uma vigilância constante, o combate contra o revisionismo era uma forma de tentar evitar cisões e “movimentos fracionistas” ou “liquidacionistas”. Desse modo, era preciso investir na prática da denúncia, da depuração, da expulsão dos membros que cometessem “traição revisionista”, pois também acreditava-se que o Partido não poderia abrigar em seu seio nenhum traidor já que, se assim o fizesse, estaria traindo a própria classe operária, manchando a “pureza da ideologia proletária”⁴⁶⁸. Essa correlação entre partido e classe operária não admitia nada que pudesse macular sua imagem de “pureza” e “infallibilidade”.

Como falávamos, o artigo *A traição revisionista*, quando publicado no jornal do PC do B, cumpria, por um lado, importante papel no que concerne à “Educação Comunista” de seus membros, buscando mobilizá-los para agirem de acordo com as normas de conduta e fidelidade pregadas pelo Comitê Central. Pensava-se que era

impossível garantir a unidade de pensamento e de ação e tornar vitoriosa a revolução – como indica o exemplo de Outubro de 1917 – sem o combate intransigente aos oportunistas de todo gênero. O oportunismo, seja sob a forma do revisionismo, do reformismo, do social-democratismo, etc, é a manifestação da ideologia burguesa, o germe desagregador das fileiras proletárias. É incompatível e antagônico com os interesses da classe operária.⁴⁶⁹

Para o PC do B, a Revolução contra o capitalismo só seria vitoriosa se o Partido fosse capaz de combater e vencer qualquer infidelidade ideológica ou tendência crítica no interior de suas fileiras, sobretudo as que representassem ameaça à unidade e ao centralismo de sua estrutura hierárquica. Neste sentido, o revisionismo, visto como atitude “oportunista”, era, também, sinônimo de “traição”.

⁴⁶⁷ A TRAIÇÃO revisionista. *A Classe Operária*, nº 120, novembro de 1977, p.8.

⁴⁶⁸ *A Classe Operária*, nº 147, maio-junho de 1981, p.1.

⁴⁶⁹ Id., ibid.

Combater o revisionismo também era uma forma de contribuir para a manutenção do poder de determinados membros do Partido em seus núcleos dirigentes. “A fidelidade”, sublinharia Sylvain Boulouque, “é uma figura de valor cardinal na constituição e manutenção do poder comunista” (2010, p.167).

Por outro lado, e, ao mesmo tempo, o mesmo texto também é revelador de outro aspecto importante para compreender a noção de “revisionismo” na retórica da traição. A ideia de que era imprescindível o “combate aos oportunistas” nos permite inferir, em consonância com os estudos sobre traição realizados na França, que a utilização do revisionismo como mecanismo de coerção e educação ideológica em prol da “unidade” estava vinculada a um contexto necessário para sua emergência e reverberação: o estado de guerra.

É evidente que a ideia de “estar em guerra”, ou “em combate”, está associada à leitura de mundo pressuposta a partir das lentes da luta de classes do marxismo e da postura revolucionária assumida pelos comunistas contra seus “inimigos” e/ou “traidores”. Por um lado, o marxismo-leninismo defende a existência de um “estado de guerra” permanente (proletariado versus burguesia) e a missão do partido comunista era de vencê-la, elevando a classe proletária ao poder sob outro sistema e forma de governo. Por outro, o estado de guerra era legitimador do movimento revolucionário e sua posição frente a este. “A guerra, real ou simbólica, é um período turvo que favorece os casos extremos, as rupturas, as reversões”⁴⁷⁰. No estado de guerra se encontra o contexto favorável para a proliferação de práticas de denúncia de traição. Sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial estas práticas ficaram muito vinculadas a usos políticos, especialmente no que diz respeito às acusações e estigmatizações⁴⁷¹.

O estado de guerra também pressupõe a presença constante de inimigos a combater. Dessa forma, os comunistas variaram seu alvo externo de “inimigo” de acordo com as conjunturas de seus estados de guerra (trotskismo, nazifascismo, imperialismo, neoliberalismo, etc.). Sylvain Boulouque salientou recentemente que a noção de traição para os comunistas, desde os escritos de Lenine e, principalmente

⁴⁷⁰ BOULOUQUE, Sylvain; GIRARD, Pascal. *Traîtres et trahisons: guerres, imaginaires sociaux et constructions politiques*. Paris : Éditions Seli Arslan, 2007, p.20. Tradução minha.

⁴⁷¹ Conforme SCHEHR, Sébastien. *Traîtres et trahisons: de l'Antiquité à nos jours*. Paris: Berg International, 2008. Tradução minha.

no que este fundamentou, “repousa sobre uma representação ao mesmo tempo ‘externa’ e ‘interna’ da traição”⁴⁷².

Sua definição ‘externa’ [...], se constrói a partir do axioma “quem não está conosco está contra nós”. Ela é reforçada pela **visão de um mundo dividido em duas classes necessariamente em guerra**. [...] a definição ‘interna’ dela se articula em torno da representação de **um Partido (comunista) que se reforça em sua purificação**: os únicos “verdadeiros comunistas” são aqueles que se encontram exonerados da suspeita de traição. Estes militantes deveriam, como “homens de ferro”, **encarnar a verdade e a infalibilidade da doutrina**⁴⁷³.

Se a acusação de revisionismo era elemento importante para a vigilância interna do partido, simbolicamente ela integrava a necessidade da constante manutenção da purificação de suas fileiras, seja através das práticas de crítica e autocrítica, seja através das expulsões. Neste sentido, a expulsão de Manoel Jover Teles também estava vinculada ao contexto de guerra dos comunistas contra seus “inimigos internos”, ditos “revisionistas” ou “fracionistas”, e, também, à prática simbólica da “purificação”, umas das lógicas da traição que abordaremos mais adiante.

O relatório de Manoel Jover Teles contendo sua versão sobre o episódio da Chacina da Lapa, um documento nunca tornado público e cujo silêncio e condições de acesso continuam “uma questão de mistério”, deve ter apresentado conteúdo crítico consonante com as divergências que já existiam no interior do núcleo dirigente sobre a Guerrilha do Araguaia, em 1976. As críticas presentes no tal relatório contribuíram não apenas para associá-lo a uma “postura revisionista”, mas, também, para enquadrá-lo na prática da insubordinação. Afinal, segundo o texto que notificou sua expulsão, Jover “renegou o Partido, atacando-o numa linguagem de serviçal da reação”. Criticar o “núcleo dirigente” tratava-se de conduta igualmente ameaçadora e inaceitável à “unidade” e ao princípio que norteava a gestão do partido, conhecido como “centralismo democrático”.

O “centralismo democrático” era outra característica presente na cultura política dos comunistas, especialmente no que concerne à organização, estrutura e

⁴⁷² Boulouque, 2010, p.160. Tradução minha.

⁴⁷³ Boulouque, id., ibid. Tradução minha. Grifos nossos.

funcionamento das redes de poder no interior dos partidos. Carlos Marighella, em artigo publicado em *Tribuna Popular*, referia-se positivamente a este princípio, enquanto membro do PCB em 1945:

Cabendo, antes de tudo, ao Partido Comunista do Brasil a defesa dos interesses da classe operária, por força mesmo dessa circunstância, é ele essencialmente democrático em sua estrutura e organização internas. Segundo o art. 27º dos Estatutos do P.C.B., “o princípio diretor da estrutura orgânica do Partido é o centralismo democrático”. Isso quer dizer que todos os órgãos dirigentes do Partido são eleitos. Não pode haver, portanto, dentro desses órgãos, nenhum dirigente que não goze da confiança da massa de membros do Partido. Nenhum dirigente comunista é imposto. [...] Entretanto, todos os órgãos dirigentes do Partido são obrigados periodicamente a prestar conta de sua atividade e conduta perante as respectivas organizações do Partido. [...] O centralismo democrático implica, além do mais, na manutenção de uma estreita disciplina de Partido e na subordinação da minoria à maioria. Essa subordinação é indispensável, sob pena do Partido não poder aplicar suas resoluções. Todos sabemos que, dentro do Partido, as discussões são realizadas até que se tomem as resoluções, todos são obrigados a cumpri-las, mesmo os que, nas discussões, não estiverem de acordo. Se fosse permitido aos que discordaram nas discussões deixar de aplicar as resoluções da maioria, o Partido não agiria como um todo na execução de suas tarefas práticas. Teríamos então o espetáculo do Partido do proletariado e do povo agindo, não como um todo, não como um bloco único, mas como frações de orientação desencontrada: uns de um lado, atuando de uma forma: outros de outro lado, atuando de uma forma diferente. [...] A classe operária e o povo estariam, assim, de pés e mãos amarrados diante de seus inimigos. A subordinação da minoria à maioria é, pois, uma necessidade democrática em benefício da própria causa do trabalhador, tão bem encarnada nos princípios que o Partido Comunista do Brasil defende.⁴⁷⁴

Não diferente, após a cisão de 1962, o princípio do “centralismo democrático” acompanhou o PC do B em sua trajetória. A crença neste princípio como norteador da estrutura orgânica do Partido continuou fazendo parte da educação ideológica e das normas de conduta dos pecebistas, conforme as mesmas argumentações presentes no texto de Marighella de décadas atrás. Todavia, isto não significa que os núcleos dirigentes tenham alcançado sucesso no que tange à “subordinação” dos seus membros às suas decisões. A utópica unidade era

⁴⁷⁴ MARIGHELLA, Carlos. O que é o nosso partido? *Tribuna Popular*, nº61, 31-07-1945, p.3-4. A *Tribuna Popular* foi um jornal carioca diário do PCB, criado em 22 de maio de 1945 e fechado em dezembro de 1947. Para maiores informações consultar o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV. Verbetes disponíveis em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 12 de janeiro de 2013.

constantemente ameaçada, especialmente após as avaliações críticas das táticas partidárias em relação à ditadura militar. “A subordinação da minoria à maioria”, na prática, seria desvelada e criticada, sobretudo na década de 70.

No caso de Jover Teles não sabemos se “a insurgência contra os líderes e a avaliação crítica de suas próprias crenças” tenha ocorrido apenas “após o abandono da organização”, como percebeu Jorge Ferreira ao analisar o percurso de alguns militantes⁴⁷⁵. Como vimos no primeiro capítulo, não se tratava de um “simples” militante. Jover era membro da Executiva do Comitê Central e antes de ser expulso do Partido, e antes mesmo da Chacina da Lapa, realizou uma avaliação crítica em relação à Guerrilha do Araguaia que fora contrária à oficial adotada pela cúpula do partido.

Conforme vimos no primeiro capítulo, Jover Teles não ficou neutro em relação às divergências dos dirigentes sobre os significados da Guerrilha nas discussões que marcaram as reuniões do PC do B no ano de 1976. Como observamos, existiam duas posições na cúpula partidária. Uma partindo de Ângelo Arroio, na qual a experiência do Araguaia é enaltecida positivamente, e outra, de Pedro Pomar, na qual se destacavam críticas à Guerrilha, especialmente pelo partido não ter percebido fatores desfavoráveis do período para um confronto com o Exército. Manoel Jover Teles fazia parte da ala crítica de Pomar contra o relatório Arroio. Mesmo não conseguindo estancar as divergências, a posição de Arroio foi adotada pelo núcleo dirigente em setembro de 1976, com a publicação do artigo “Gloriosa jornada de luta” em *A Classe Operária*⁴⁷⁶. Ambas as vertentes se encontrariam três meses depois para, dentre outras questões, ainda discutir o assunto e tentar encontrar um consenso sobre a discórdia. No entanto, foram surpreendidos com a repressão do governo no episódio que acarretou no assassinato de três líderes do PC do B. Três anos mais tarde, em junho de 1979, o mesmo jornal publicou resoluções e tarefas do partido definidas na VII Conferência Nacional do PC do B. Dentre elas, ficou estabelecido: “Aprovar, como ponto de partida para a sistematização daquela experiência (A Guerrilha do Araguaia), o

⁴⁷⁵ Ferreira, 2002, p.280.

⁴⁷⁶ *A Classe Operária*, nº 109, setembro de 1976, p.4-10.

documento Gloriosa Jornada de Luta, de agosto de 1976⁴⁷⁷. Jean Rodrigues Sales, grande estudioso sobre o PC do B, salientou que

o documento final da VII Conferência não faz menção a tais divergências e elegeu o documento de Arroio como ponto de partida para a elaboração de uma resolução definitiva sobre a questão. Aos olhos de muitos militantes, a direção do PC do B cometera um grave erro ao não deixar transparecer os problemas internos relativos à guerrilha do Araguaia. Essas divergências, juntamente com as profundas modificações sofridas pela política partidária no início da década de 1980, levaram o PC do B a sofrer a maior crise interna de sua história⁴⁷⁸.

Se, para Teles, o Brasil não apresentava nenhuma das condições que poderiam fazer da questão Araguaia uma ação de sucesso, é bem possível que esse posicionamento continuou tendo reverberação em seu relatório sobre o caso da Lapa. Diferentemente do que era esperado, é provável que Manoel Jover Teles não tenha utilizado seu relatório como instrumento para a realização de uma autocrítica ou para se auto-responsabilizar sobre alguma coisa relacionada ao episódio da Lapa. Pelo contrário. Defendeu-se até o fim da vida negando a efígie de traidor. De alguma forma, no conteúdo de seu Relatório sobrevieram críticas ao núcleo dirigente, fato que representava um ataque ao baluarte irredutível do “centralismo democrático” e, por isso, a “traição revisionista” também seria acompanhada de insubordinação.

A “insubordinação” imputada a Jover Teles, ou a insurgência contra os líderes partidários, ao contrário de representar a prática do “centralismo democrático” descrita por Marighella em 45, ou mesmo evocada pelo PC do B a posteriori, também estava vinculada à retórica da traição na cultura comunista e à necessária tentativa do partido de se autoafirmar como infalível. De fato, desde o PCB, encontramos na “avaliação de muitos militantes (comunistas)” que “o fim dos sonhos revolucionários se explicava pelos erros e desvios de dirigentes oportunistas”⁴⁷⁹. Jorge Ferreira esclareceu que, “embora teoricamente democrática, a estrutura de poder dos partidos comunistas organizava-se sob forte centralização

⁴⁷⁷ *A Classe Operária*, nº 137, junho de 1979, p.11. “A VII Conferência foi realizada em Tirana, capital da Albânia, e contou com a participação dos dirigentes e militantes que estavam no exterior e de alguns que conseguiram sair do país clandestinamente para o encontro” (Sales, 2008, p. 2).

⁴⁷⁸ Sales, 2008, p.2-3.

⁴⁷⁹ Jorge Ferreira, 2002, p. 281.

das decisões”. Conforme esclareceu o historiador, “a direção, exercida pelo Comitê Central, era composta pelo secretário-geral e auxiliares de sua confiança – qualificados pelos militantes brasileiros, após 1945, como *núcleo dirigente*”⁴⁸⁰.

Para efeitos de democracia interna, o Congresso, convocado periodicamente pelo Comitê Central, assumia a autoridade suprema das decisões. Na prática, porém, o Congresso tão somente ratificava as propostas dos líderes⁴⁸¹.

No entanto, segundo Ferreira, “poucos militantes ultrapassaram as simples acusações aos dirigentes e, aprofundando a crítica, questionaram o próprio partido e o modelo de organização leninista”⁴⁸². Dentre os casos citados por Ferreira, destacamos os exemplos das críticas dos militantes comunistas Agildo Barata e Hércules Corrêa.

Na avaliação de Barata, o *centralismo democrático* serviu como instrumento para fazer do PCB uma máquina de forjar *unanimidades*. Conhecido entre os militantes como “porrada de mãe”, o *centralismo democrático*, segundo Hércules Corrêa, era aquele “*Cala a boca!* com todo respeito, politicamente correto, *democrático*”. A instituição consistia na livre discussão entre os militantes até a convergência, por maioria, de opiniões consensuais – daí a denominação *democrática*. Após o acordo, todos se comprometiam a seguir, à risca, as decisões tomadas e cabia aos dirigentes impor a todos os rumos a seguir – daí o *centralismo*. A minoria que perdia nos debates, assim, devia acatar as resoluções decididas pela maioria. Na prática, porém, o *centralismo democrático* identificou-se com a *unanimidade*, sendo o Comitê Central aquele que decidia em nome da maioria. Para Agildo Barata, a degeneração dos partidos comunistas explica-se pelas manipulações e violações dos princípios que regiam o *centralismo democrático*⁴⁸³.

Manoel Jover Teles, aos olhos do Partido, também desrespeitou o princípio do “centralismo democrático”, cometendo insubordinação partidária. No caso de Teles, o revisionismo e a insubordinação relacionam-se entre si como elementos que compunham a retórica da traição na cultura política dos comunistas. No contexto de sua expulsão das fileiras partidárias, o PC do B vivenciava uma enorme crise interna que, como em outros momentos, foi sendo “resolvida” com outros

⁴⁸⁰ Id., *ibid.*

⁴⁸¹ Jorge Ferreria, *id.*, p. 282

⁴⁸² Jorge Ferreria, *id.*, p.281-282.

⁴⁸³ Jorge Ferreira, *id.*, p. 282.

expurgos. Em 1980, por exemplo, *A Classe Operária*, em número exatamente posterior ao expurgo de Jover Teles, publicou a expulsão de quatro membros do Comitê Central igualmente acusados de revisionismo e insubordinação. “Em defesa do Partido, dos seus princípios marxistas-leninistas, da sua linha política e da sua Unidade Inquebrantável”, como seria a manchete de capa, o Comitê Central denunciou a “atividade fracionista” e “liquidacionista” por parte de dois Comitês Regionais, um da Bahia e, outro, de São Paulo, conhecido como “Estrutura 1”. Na ocasião, a denúncia seguida de expulsão centralizou-se sobre quatro membros do Comitê Central, nominados no jornal como Marcelo, Marcos, Otávio e Paulo. Eles, diria a notificação, “desde há muito, atuavam como os principais instigadores e dirigentes do trabalho fracionista no Partido”; rompendo com “todos os princípios partidários se entregaram à pérfida tarefa de caluniar o Partido e tentar, de público, desmoralizá-lo e amesquinhá-lo”. “Objetivamente”, enfatizava, “esses elementos servem à reação e ao imperialismo” e “colocam-se numa posição de inimigos de classe do proletariado revolucionário”⁴⁸⁴.

Para a cúpula do PC do B, o caso dos quatro comunistas tratava-se de uma conspiração contra a unidade do partido, pois os dirigentes tinham “violado na prática a disciplina e os princípios da organização”. “Conspirar” contra o partido poderia ser sinônimo tanto de revisionismo como de insubordinação naquela circunstância, especialmente se a postura do militante fosse de criticar o “núcleo dirigente” ou se opor a alguma resolução ou orientação.

As informações contidas no jornal a partir dos casos de Marcelo, Marcos, Otávio e Paulo contribuem para caracterizar a crise interna do partido e seu estado de guerra contra os “inimigos internos” no final da década de 1970 e, por conseguinte, o contexto no qual ocorreu a expulsão de Jover Teles, no início de 1980. A rigor, em todos os casos, tratava-se de expurgos de dirigentes, ou seja, pessoas que, direta ou indiretamente, faziam parte do Comitê Central, aqueles que, segundo o partido, tinham responsabilidades maiores que às dos militantes, especialmente em relação à conduta e fidelidade à organização e suas linhas teórica e prática.

⁴⁸⁴ *A Classe Operária*, n.144, julho-agosto de 1980, p.4-5.

Segundo a denúncia de *A Classe Operária*, já se poderia notar “atitude antipartido” de Marcelo alguns anos antes, particularmente após a Queda da Lapa, no final de 1976, na ocasião da reconstituição da direção do Partido. Conforme denunciaria o PC do B, Marcelo “tentou recrutar camaradas de base e organizar intermediários para criar um novo Comitê Central em oposição ao organismo dirigente em exercício”. Além disso, teria participado da organização de um grupo “direitista” e “liquidacionista” tentando “promover a confusão ideológica e política e solapar a unidade do Partido”. Para o PC do B, Marcelo teria se aproveitado do vínculo que tinha com o Comitê Regional de São Paulo para, “através dele, atacar o partido e sua direção”. A “insubordinação” de Marcelo ficaria mais evidente, sobretudo nos diversos argumentos presentes na resolução que o expulsou do C.C., dentre eles o fato de que “todas as intervenções” pronunciadas por Marcelo no C.C. “eram de fundo antipartidário” e difundidas entre “militantes e simpatizantes por conta própria”, através de cópias impressas. Para o partido, a postura de Marcelo traduzia-se como “completo descaso pelo organismo que pertencia, ao qual não reconhecia qualquer autoridade”⁴⁸⁵.

Dentre os pontos destacados pelo PC do B acerca da conduta “antipartidária” de Marcos, dois nos parecem mais importantes para pensar o contexto da publicidade da expulsão de Jover Teles pelo partido em seu jornal. Um deles versa sobre a “insegurança e vacilações” do dirigente “na defesa do marxismo-leninismo e da linha partidária”, principalmente por ter sustentado “ideias maoistas” após as resoluções da VII Conferência do Partido que rompeu com o maoísmo entre 1978 e 1979⁴⁸⁶. O PC do B, a partir de 1978, rompeu com o Partido Comunista Chinês e enquadrou o maoísmo na lista do “revisionismo contemporâneo”⁴⁸⁷. Em *A Classe Operária* é possível acompanhar a cisão desde uma carta do PC do B de apoio à Albânia e de crítica à China por ter cortado apoio àquele país, publicada em julho de 1978, até o número de dezembro de 1978, quando é publicado o documento “Breve Histórico das divergências com o Partido Comunista da China”. Em seu conteúdo há uma forte crítica à obra de Mao Tsé-Tung. Aquela que serviu

⁴⁸⁵ *A Classe Operária*, n.144, id., ibid.

⁴⁸⁶ *A Classe Operária*, n.144, id., ibid.

⁴⁸⁷ Jargão da época utilizado pelos comunistas brasileiros, especialmente pelo PC do B; geralmente servia para indicar as linhas teóricas e práticas adotadas em outros países comunistas e que ficavam em oposição às adotadas pelo partido. Na acusação de “Revisionismo Contemporâneo”, no final da década de 1970, o PC do B destacava externamente os casos da URSS, Cuba e China e, internamente, o caso do Partido dos Trabalhadores, o PT.

como base desde o momento de sua organização no início dos anos 60 seria, naquele momento, renegada e caracterizada pelo CC do PC do B como “eclética” e “não marxista-leninista”. Nesta perspectiva, sublinhou o documento: “Se é certo que nela existem opiniões corretas ou aproximadamente corretas, há também e em grande número juízos que refletem concepções não proletárias do mundo”⁴⁸⁸.

Jean Rodrigues Sales, sobre a mesma questão, analisando uma das críticas do Comitê Regional da Bahia⁴⁸⁹, observou:

Em dezembro de 1979, o Comitê Regional baiano fez circular um texto no qual apresentava os motivos do descontentamento. Em primeiro lugar, criticava a Conferência por ter adotado o documento *Gloriosa Jornada de Luta* sem considerar que, desde 1974, havia divergências no C.C. sobre a guerrilha do Araguaia. Além disso, condenava a reunião por ela ter se limitado a “afirmar aos seus participantes, que todas as outras opiniões sobre o Araguaia continham desvios e que no fundo negavam a necessidade da luta armada”. Outra crítica levantada foi contra a resolução que abandonou o legado teórico de Mao Tse-Tung e as ligações com a China, sem qualquer esclarecimento ou discussão dos motivos para a nova postura em relação aos chineses. [...] Por exemplo, afirmavam os dirigentes baianos [...] “repudia-se brusca e radicalmente o pensamento de Mao, como se nunca o tivéssemos absorvidos; tenta-se mostrar como nunca assumimos as concepções da política externa chinesa, sem adotar uma postura autocrítica e sem que se diga uma linha sobre a nossa omissão em criticá-la...”⁴⁹⁰

É evidente que o ápice da crise interna do PC do B estava relacionado às resoluções da VII Conferência do partido, particularmente às relativas ao significado da guerrilha do Araguaia e ao rompimento com o maoísmo, como sustentou Sales. Contudo, outro acontecimento no cenário nacional contribuiu para a crise interna do PC do B. Direta ou indiretamente, o surgimento do Partido dos Trabalhadores, o PT, atrairia muitos dos “inimigos internos”, especialmente os militantes que, devido ao “centralismo democrático” e à ideia da “infallibilidade do partido da vanguarda da classe operária”, não encontraram espaços para discussões, tampouco respostas para seus anseios. No caso das críticas dos dirigentes dos Comitês Regionais de São Paulo e Bahia, *A Classe Operária* iria salientar:

⁴⁸⁸ *A Classe Operária*, n: 132, dezembro de 1978, p.19.

⁴⁸⁹ Documento do Secretariado Regional da Bahia intitulado “Sobre nossos erros e divergências: sua discussão e correção”, de janeiro de 1980, citado por Sales (2008) e disponível no “Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na UNICAMP.

⁴⁹⁰ Sales, 2008, p.4.

Revelando suas propensões social-democratas, Marcos recomendou o ingresso de militantes comunistas no chamado Partido dos Trabalhadores, contrariando decisões do órgão dirigente do PC do Brasil. [...] Otávio deu uma entrevista a um órgão de imprensa não partidário, na qual se apresentou como “dissidente” e em aberta oposição à tática aprovada pelo CC. Pregou também, nos mesmos termos, as idéias daqueles elementos acerca do denominado Partido dos Trabalhadores. Sua entrevista é um rompimento público com o Partido, uma adesão formal e clara à linha fracionista que ele vem sustentando há muito tempo. [...] Quanto à atividade de Paulo, membro do CC, tem idêntico caráter da de Marcelo, Marcos e Otávio. Aliado a estes três elementos, atuou como autêntica fração dentro do órgão dirigente do Partido, defendendo o cisionismo [...].⁴⁹¹

Quanto às resoluções referentes aos casos de Marcelo, Marcos, Paulo e Otávio, o partido diria:

As medidas adotadas apoiam-se no centralismo-democrático, nos Estatutos do Partido, nos princípios leninistas que regem a vida partidária. Todavia, a vigilância revolucionária nas fileiras do Partido não deve cessar. Os fracionistas usarão de novos engodos para ver se conseguem abrir brechas na organização. A tarefa deles é se confundir com os comunistas e intitular-se dirigentes, empenhar-se no ataque ao Partido e à sua direção. Desmascará-los até o fim é o nosso dever.⁴⁹²

Examinando esses casos, podemos nos aproximar dos diferentes fatores que caracterizaram a crise vivida pelo PC do B na década de 1970, especialmente a partir de seu estado de guerra, que defendia a necessidade de uma luta ideológica permanente, particularmente contra seus “inimigos internos”. Associando a questão com os casos de traição do Partido Comunista Francês apresentados nos estudos aqui já citados, percebemos que esta noção de caráter de guerra era duplamente utilitária. Por um lado, através da estrutura leninista de Partido ela permitia a manutenção do poder de parte de um núcleo dirigente que, através de elementos como o “centralismo democrático” e a imagem da “infalibilidade do Partido”, conseguia, na maior parte das vezes, aniquilar as oposições à cúpula partidária com relativo sucesso. O estado de guerra, neste sentido, vinculava-se à crença de que apenas nos combates às tendências críticas e às posturas ou movimentos

⁴⁹¹ *A Classe Operária*, n.144, julho-agosto de 1980, p.4-5.

⁴⁹² *Id.*, *ibid.*, p.4.

dissidentes em seu interior seria possível expurgar os “traidores” do seio da classe operária e alcançar a revolução. Por outro lado, este mesmo estado de guerra, retórica e simbolicamente, alimentava uma moral comunista que tinha como principal função promover determinados modelos de conduta e fidelidade ao Partido o qual deveria apresentar-se sempre como uma organização marcada pela unidade e temperada pelo ódio de classe.

No texto de *A Classe Operária* que noticiou a expulsão de Jover Teles das fileiras do PC do B no início de 1980 encontramos um terceiro elemento que compôs a retórica da traição apontada pelo PC do B: a deserção. Até por não se tratar de um “simples militante” a deserção também foi vista como uma forma de traição, pois, conforme concepção exposta pelo Comitê Central, “quando se trata de um dirigente, as exigências são maiores ainda, pois as suas responsabilidades são superiores às dos militantes”⁴⁹³. Como vimos, para o PC do B, Teles também “desertou do Partido e de suas tarefas de dirigente da organização de vanguarda do proletariado”. Sobre este aspecto, Daniel Aarão Reis Filho salientou que abandonar o Partido significava abandonar os ideais e a luta da “classe operária”. Era “renunciar à revolução”. “Deixar a organização é trair”, salientou⁴⁹⁴.

Após a chacina da Lapa, em 1976, Manoel Jover Teles vai para Porto Alegre e recomeça a vida longe do partido, utilizando-se do nome falso “Antônio Lima”. Como Antônio Lima, Manoel Jover Teles gozou de relativa tranquilidade até 1986, quando fora localizado por Pedro Estevam da Rocha Pomar, na ocasião em que gravara a entrevista que seria apresentada posteriormente como “Conversação com o traidor”. A deserção imputada pelo silêncio e o afastamento de Teles em relação ao Partido teria outra proporção em 1996 quando, aos 76 anos de idade, Jover retoma sua identidade e, como Manoel Jover Teles, concorre a uma vaga no Legislativo municipal de Arroio dos Ratos-RS, sob a legenda do PPB. No contexto do que fora considerado “deserção”, Teles teria desonrado o “Partido da Classe Operária”. “A principal preocupação do membro do Partido é lutar de corpo e alma para ser comunista a vida inteira e não buscar ser o ‘companheiro de viagem’ de que falava Lênin”, sublinharia *A Classe Operária* em julho de 1977, orientando seus

⁴⁹³ *A Classe Operária*, nº 117, julho de 1977, p. 17.

⁴⁹⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro*. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.134.

quadros de que a primeira razão da vida de um comunista deveria ser “honrar o título de membro do partido”. Esta “honra” abrangia a concepção de jamais abandonar o partido e, por conseguinte, a causa revolucionária.

3.3 Discursos dissonantes: controvérsias da traição

A traição, até por ser uma figura retórica e originalmente vinculada a uma categoria moral negativa, tende a camuflar discursos dissonantes à imagem estigmatizada do sujeito. No caso de Manoel Jover Teles, a imagem da traição é dotada de durabilidade e estabilidade porque foi explorada jornalisticamente, pois se trata de um caso muito importante e a respeito do qual foram aparecendo elementos novos que geravam notícias. Ao mesmo tempo, e de forma menos evidente, o investimento na durabilidade ou estabilidade desta imagem contribuiu para que discursos dissonantes sobre esta mesma figura caíssem no limbo do silêncio ou do esquecimento.

Em uma abordagem de caráter biográfico, os elementos contrários ao estigma não são menos importantes que os demais. De alguma forma eles relativizam o discurso da traição, abrindo vias de acesso a outros fatos e facetas do biografado. Por isso, interessamo-nos neste momento em abrir e percorrer este tipo de caminho tão difícil quando se propõe a transitar em um labirinto biográfico, sobretudo marcado pelo estigma da traição.

A necessidade de percorrer ou enxergar alguns dos discursos dissonantes à traição relaciona-se, também, com a percepção de que, na cultura política dos comunistas, a identificação de traidores e a realização de seus expurgos do seio do partido estabelecem uma espécie de “enquadramento da memória individual” em prol de uma “memória coletiva”. De outra forma, o Jover Teles que estudamos tenderia a ficar conhecido apenas nos espaços estabelecidos pelas fronteiras de uma cultura política caracterizada, dentre outros, pelas necessidades de um estado de guerra que impunha a localização e execração de “inimigos”, seja em prol da manutenção de uma imagem de partido puro e coeso, seja pela necessidade de gerir a ascensão/manutenção de poder nas diferentes escalas hierárquicas da instituição partidária.

Como vimos, os primeiros discursos que imputaram a Manoel Jover Teles a efígie de traidor foram estruturados no livro “Massacre da Lapa...”, de Pedro Estevam da Rocha Pomar. A grande questão norteadora era saber como, afinal, o Exército conseguiu localizar e liquidar o Comitê Central do PC do B em São Paulo, no Aparelho da Lapa, em dezembro de 1976. A saída de Manoel Jover Teles e de José Gomes Novaes do Aparelho em 16 de dezembro daquele ano, juntamente com o motorista do corcel azul, Joaquim Celso de Lima, e da guia responsável pelo Aparelho Clandestino, Elza Monnerat, resultou na perseguição que prendeu Elza e o motorista. Jover e José Novaes conseguiram fugir. Na relação dos dirigentes presos, publicada alguns dias depois, não constaram os nomes dos “fugitivos”. Inclusive, como já citamos, no jornal “*A Classe Operária*” o PC do B conclamou os militantes, exigindo que o governo militar divulgasse o paradeiro de Teles e Novaes, acreditando que os mesmos poderiam estar presos, torturados ou até mesmo executados. No livro de Pedro Estevam, no entanto, produção bem posterior ao texto de *A Classe Operária*, a informação apresentada é de que, enquanto não havia nenhuma informação do paradeiro de Manoel Jover Teles, “José Gomes Novaes, porém, logo aparece e avisa que está bem e conectado ao partido”⁴⁹⁵. Aliás, é Novaes que dá o depoimento pessoal ao autor do livro, narrando os momentos da perseguição e da fuga do dia 16 de dezembro de 1976.

Em sequência, quando o autor aborda no livro o momento em que Wladimir Pomar é interrogado e torturado, destaca:

Entre uma pancada e outra, o torturador exhibe um passaporte. O nome que consta no documento é convenientemente coberto. A fotografia, contudo, é de Jover – e parece recente. “Mas ele estava assim, não é?”, como que afirma o torturador à guisa de esclarecimento, para acrescentar, fazendo um gesto de meia-lua em torno do rosto: “Ele usava uma barba assim”? Jover apresentou-se na reunião com uma barba redonda, bem aparada, e Wladimir subitamente descobriu nas palavras do torturador o que havia de diferente na fisionomia de Jover que tanto lhe chamara a atenção, sem que ele identificasse o motivo até aquele momento. O incidente, ocorrido em 16 de dezembro, seria daí para a frente uma fonte de inquietação, especialmente quando, encerrado o longo período de incomunicabilidade de Wladimir (37 dias), **ele constatou que Jover não estava entre os demais presos. E como explicar que o passaporte estivesse em poder da repressão?**⁴⁹⁶

⁴⁹⁵ Pomar, P. E., 2006, p.71.

⁴⁹⁶ Pomar, P.E., 2006, p.74. Grifos nossos.

Desta maneira, o segundo elemento que compõe o intitulado “Quebra-cabeças”, que deu nome ao capítulo V do referido livro, seria o fato de, na prisão, Wladimir Pomar ter percebido que Jover não estava preso e que os policiais tinham em seu poder um passaporte com sua foto. Na obra, este elemento vai encaminhando a ideia de que Jover teria sido preso antes da chacina e delatado, na prisão, o endereço do Aparelho onde ocorreria a reunião de dezembro de 1976.

Ainda na sequência do “quebra-cabeças” da Lapa, Pedro Estevam esclarece que em 1977, já no “presídio do Hipódromo”, Aldo Arantes, Aroldo Lima e Wladimir passaram a “trocar informações e recolher dados” que pudessem “esclarecer o massacre da Lapa”⁴⁹⁷.

Numa destas conversas, Aldo conta o que lhe dissera o Doutor Marcos, aparentemente o principal analista do Exército a atuar no caso. “Você devia fazer como o Jover, Aldo, e escrever os seus romances”, ironizara o torturador. Ora, o único livro já publicado por Jover – O movimento sindical no Brasil, de 1962 – é um estudo que nada tem de literário no sentido do termo, mas ele de fato confidenciaria nos anos anteriores, a umas poucas pessoas do núcleo histórico do partido e aos militantes mais próximos, que vinha escrevendo romances. O próprio Aldo desconhecia isso. Cabia perguntar de que modo o Exército teve acesso a uma informação que só existiria em um círculo muito restrito.⁴⁹⁸

O que chama atenção neste elemento do “quebra-cabeças” apresentado por Pedro Estevam não é o fato de um membro do Exército fazer referência a uma informação que seria restrita a uma parcela do partido – a de que Jover estaria escrevendo romances⁴⁹⁹. O que se percebe é a tendência de amarrar os fatos única e exclusivamente na ideia de uma delação e/ou colaboração anterior à chacina por parte de Teles. Em nenhum momento, por exemplo, considerou-se a possibilidade desse tipo de informação ter ventilado nas salas de depoimento dos DOI-CODIs através de presos políticos que caíram antes de Jover Teles e que delataram informações a seu respeito, o que parece bem mais provável de acordo com as fontes analisadas. Nos depoimentos pesquisados no Fundo de Polícias Políticas do

⁴⁹⁷ Id. Ibid.

⁴⁹⁸ Id. Ibid.

⁴⁹⁹ Provavelmente tratava-se da trilogia “Café Amargo”, nunca publicada e que está em posse de um dos netos de Manoel Jover Teles.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, encontramos vários exemplos de depoentes que entregaram informações a respeito de Jover Teles e que contribuíram para que o poder repressivo conseguisse recolher dados e documentos sobre ele e diversos militantes. Em fevereiro de 1965, um Informe do Centro de Informações da Marinha – CENIMAR destacou: “Manoel Jover Teles, comunista e ex-deputado Estadual (RGS), membro da Executiva Nacional do PC, estava nos primeiros dias de dezembro até dia 22 na cidade de Rio Grande”, além disso, “saiu posteriormente por intermédio de um navio, com destino à Santos, como “ajudante de maquinista”⁵⁰⁰. No mesmo ano, outro Informe registrou e fez circular a notícia de que Manoel Jover Teles e outros comunistas membros do Comitê Central da Guanabara tinham realizado uma reunião em 06 de dezembro de 1964, em uma fazenda no município de “Itaguni”. Não apenas os nomes dos participantes foram citados, como também o tema da reunião que abordou o “Esquema das Discussões do Comitê Central” no contexto da corrente dissidente que se formou no interior do PCB.⁵⁰¹ Em 8 de outubro de 1965, um Informe Secreto do Estado Maior da Aeronáutica destacou que “Manoel Jover Teles, que dirigiu os trabalhos, fez uma exposição da situação dos candidatos existentes para governador da Guanabara, [...]”⁵⁰² As informações conseguidas pelos agentes da Polícia Política, seja através de delações e/ou infiltrações, permitiram que, ainda na década de 1960, os militares tivessem acesso aos codinomes utilizados pelos dirigentes. Nome e codinome de Manoel Jover Teles em meados de 1960, por exemplo, estavam presentes em um Dossiê do Departamento Estadual de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, intitulado “Apelidos dos Dirigentes do PCB”,⁵⁰³. Na década de 1970, quando a repressão tornou-se mais dura, as informações sobre os militantes nos interrogatórios policiais passaram a ser bem mais frequentes, trazendo ainda mais detalhes. Em 1974, sob interrogatório no DOI/CODI do I Exército, Jarbas Amorim

⁵⁰⁰ INFORME Nº 136. CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA-CENIMAR, Rio de Janeiro, 16/02/1965. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: secreto, notação: 8, f.64.

⁵⁰¹ INFORME DO CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA – CENIMAR, s.n.. Rio de Janeiro, CENIMAR, 4/01/1965. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: secreto, notação: 06, caixa 389, maço 03, s.f.

⁵⁰² INFORME DO ESTADO MAIOR DA AERONÁUTICA Nº 382, Subchefia de operações e informações. Rio de Janeiro, 08 de outubro de 1965. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: secreto, notação: 09, caixa 390, maço 04, p.01, f.206.

⁵⁰³ DOSSIÊ: APELIDOS DOS DIRIGENTES DO PCB. Departamento Estadual de Segurança Pública. Rio de Janeiro, 13/07/1966. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação: 69, Dossiê 5, f.1.

não apenas indicou outros codinomes de Manoel Jover Teles, como também informou que ele era membro do secretariado do Comitê Central do PCB, favorável à dissidência em 1967 e à formação de outro Partido (tratava-se do PCBR). No mesmo interrogatório, Amorim informou quem compareceu à reunião da “Corrente”, bem como o local onde ela ocorreu, em um Aparelho em Niterói⁵⁰⁴. Não diferente, em outro interrogatório ocorrido no mesmo DOI/CODI, Geraldo Seixas Patrício esclareceu a atuação de Manoel Jover Teles como membro da Direção Nacional da Corrente em 1967, em uma reunião ocorrida em um Sindicato dos Metalúrgicos⁵⁰⁵. Ainda em 1974, Armando Botelho Soares de Freitas declarou em interrogatório que “presumia estar no comando central do partido Armando Teixeira Frutuoso, Manoel Jover Telles e Helena Boaventura, todos oriundos do PCB”⁵⁰⁶. Com as informações e dossiês realizados, não raro o nome de Manoel Jover Teles figurava em listas de foragidos, como foi o caso, por exemplo, da sentença que circulou na 1ª Auditoria da Aeronáutica, em abril de 1975, onde Teles figurava entre “elementos já bastante conhecidos nos meios da subversão que exerciam funções de orientação e comando”⁵⁰⁷. Desse modo, é arriscado concluir, como sugere Pomar, que um passaporte com a foto de Teles seja indicador ou “prova de delação”. O que queremos dizer é que, mesmo que ela tenha ocorrido, a organização e atuação da Polícia Política naquele contexto foram subestimadas, bem como silenciado o fato de que a maioria que caía acabava entregando informações que, pelas normas do Partido, deveriam ficar em segredo até onde fosse suportável (ainda que fosse contrário à imagem ideal e à doutrina do Revolucionário Comunista, “aquele que dá a sua vida pelo partido”).

⁵⁰⁴ INTERROGATÓRIO Nº 77/74 – DOI/CODI I EX. Interrogador: Agenor; Interrogado: Jarbas Amorim (“Jair”, “Ribas”, “Bruno”). Rio de Janeiro, 8 de maio de 1974, das 8h30 às 12h. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128, p.4-5; f.270 e 271.

⁵⁰⁵ INTERROGATÓRIO Nº 69/74 – DOI/CODI I EX. Interrogado: Geraldo Seixas Patrício. Organização: PCB, Corrente Revolucionária Nacional, PCBR. Rio de Janeiro 5 de abril de 1974, das 13h às 17h. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128, caixa 805., s.p.

⁵⁰⁶ INTERROGATÓRIO Nº 109/74 – DOI/CODI I EX. Interrogado: Armando Botelho Soares de Freitas (“Artur”). Organização: PC do B. Rio de Janeiro 10 de setembro de 1974, das 14h às 18h. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128, caixa 805, p.3, f.459:

⁵⁰⁷ SENTENÇA PROC. 54/70. Justiça Militar, 1ª Auditoria da Aeronáutica, RJ, 04/04/1975. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 138, caixa 810, p.1, f.126.

Ainda em relação às partes do “quebra-cabeças”, Pedro Estevam relata que, através de um depoimento do motorista Joaquim Celso de Lima, “consolidou-se as suspeitas” em relação a Manoel Jover Teles. Segundo esta terceira peça, a polícia, no momento da perseguição ao corcel azul, teria facilitado a fuga de Jover Teles e Novaes na manhã do dia 16.

Juntando tudo, foi possível entender por qual razão fizeram insistentes sinais ao motorista Joaquim, algo como *estamos te seguindo*. O carro precisava ser capturado, e a casa invadida, mas antes disso era imperioso garantir a liberdade do colaborador. É bem verdade que houve um instante em que Joaquim julgou ter enganado os perseguidores (e foi nesse instante que ele parou o carro), mas poucos metros adiante seria cercado em plena rua e arrancado o corcel. Quer dizer: foi-lhe concedido tempo sob medida para desembarcar os passageiros, não mais. Em tais circunstâncias, Novaes teria sido premiado por acompanhar Jover nessa derradeira viagem. O Exército deixar que houvesse um único fugitivo seria facilitar demais qualquer investigação posterior do caso. Essa seria a explicação mais plausível para o fato de que Novaes tenha escapado [...].⁵⁰⁸

Entretanto, em sua autobiografia, Joaquim Celso de Lima jamais menciona ou deixa subentendida alguma possível relação de Jover Teles com a queda do Aparelho da Lapa. Pelo contrário, ele realiza ponderações quanto a falhas de segurança do Partido em relação à casa da Lapa. Segundo ele,

a casa da Lapa, do ponto de vista de segurança, foi uma das piores que alugamos na época mais dura. A casa da rua Pio XI, além de se achar localizada na zona entremeada da pequena burguesia pobre, e pobre mesmo, situava-se numa rua excessivamente barulhenta pelo afluxo de trânsito, o que dificultava o próprio movimento de entrada e saída de carro. Outro inconveniente era o modo como ficava exposto o embarque e desembarque do pessoal. Dificilmente poderíamos evitar que os vizinhos o percebessem, devido à falta de isolamento entre as casas. Todo o pátio ficava sem privacidade. Durante os dias de reunião nos encontrávamos em situação difícil para fazer a movimentação necessária [...]. Nesta casa tudo começou errado, desde os instantes de preparação para o uso⁵⁰⁹.

Além disso, Joaquim comenta situações onde a relação com os vizinhos também pode ter contribuído para alguma situação de desconfiança por parte destes

⁵⁰⁸ Pomar, P. E., 2006, p.75.

⁵⁰⁹ LIMA, Joaquim Celso de. *Navegar é preciso*. Memórias de um operário comunista. São Paulo: Diniz, 1984, p.182.

sobre o cotidiano dos comunistas “camuflados” na casa da Pio XI. Mas, mesmo assim, Pedro Estevam da Rocha Pomar passou a defender a hipótese de que Teles tivesse realizado um “acordo com a repressão”, sendo preso sem que o Partido soubesse⁵¹⁰. A hipótese viraria uma espécie de convicção, conforme explicou o autor:

Com o tempo a convicção de que se tratava de um caso de alta traição foi reforçada por outras informações. Entre elas, o relato que Sérgio Miranda fez de seu encontro com Jover no Rio de Janeiro, provavelmente, estima ele, entre 18 e 25 de novembro de 1976. Foi Miranda quem comunicou a Jover o local em que o dirigente carioca seria apanhado, já em São Paulo, para participar das reuniões de dezembro da Comissão Executiva e do CC.⁵¹¹

Embora esteja escrito que a tese da “alta traição” teria sido confirmada através de outras informações (plural), o que é citado no livro é o fato de Jover ter recebido o ponto da reunião da Lapa no encontro com Miranda depois de ter faltado dois pontos consecutivos, contrariando as normas de segurança do Partido. Em relação a este encontro com Miranda, há também outros discursos dissonantes expostos na obra de Pedro Estevam, mas que não teriam um peso considerável para o objetivo deste subcapítulo. Todavia, como vimos no primeiro capítulo, é importante perceber que não havia um consenso entre Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar e João Amazonas sobre a permanência de Jover no Rio de Janeiro. Como vimos, naquele contexto havia dois grupos que rivalizavam sobre a posição oficial do Partido em relação à Guerrilha do Araguaia, indicando a existência de uma luta interna no Comitê Central, pois, conforme esclareceu Pedro Estevam, “na Conferência Nacional do PC do B realizada na Albânia, Amazonas fazia declarações indicando, como fator interno da queda da Lapa, o ‘liberalismo’ de Pomar, a quem apontou como responsável pelo aluguel da casa da Rua Pio XI”, na Lapa. A luta entre os dois grupos que divergiam sobre o Araguaia ficou mais acirrada depois da chacina, contexto no qual a necessidade de encontrar o responsável pela queda do Aparelho ganhou um peso maior. Nessa busca de um responsável, esbarrava-se em uma falha considerada grave por parte dos próprios dirigentes: como mandar cumprir um terceiro ponto com um membro do partido que havia faltado aos dois

⁵¹⁰ Pomar, P. E., 2006, p.76.

⁵¹¹ Id., *Ibid.*, p.76.

últimos consecutivos? Esta é uma questão que não fica clara no livro e, sobre a qual, se faz certo silêncio. Sobre ela, Jover “teria reclamado que o CC não mandara gente aos dois pontos anteriores e que não lhe enviava dinheiro”⁵¹². Independentemente de Jover ter sido preso antes da operação que liquidou com o Comitê Central do PC do B, em 1976, e de ter passado informações que pudessem ter contribuído para o sucesso da operação, o que se percebe é o silêncio do Partido em relação a essa falha relativa ao 3º ponto com Jover Teles e, também, em relação ao Relatório de Jover que explica sua versão sobre os acontecimentos da Lapa. É neste pântano arriscado da história recente que a Cultura Política Comunista pode lançar luz sobre algumas questões.

Uma informação que também merece destaque foi publicada no livro “Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa”, de Bernardo Kucinski. Publicada em 1991, a obra trouxe à tona um trecho de uma entrevista com Luis Eduardo Greenhalgh, conhecido advogado e político do Partido dos Trabalhadores, PT. Em tempos de militância entre os comunistas, Greenhalgh esclareceu a Kucinski que se encontrou com Diógenes Arruda, um dos dirigentes exilados na Europa quando ocorreu a Chacina da Lapa.

[...] Havia um encontro internacional pela anistia e lá eu me encontrei com Diógenes de Arruda Câmara, que veio especialmente a Roma para isso. Levei cópia xerox de todo o processo, contei tudo e ele levantou a hipótese de que **Pedro Pomar ou Elza Monnerat teriam sido seguidos**. Disse a ele que Wladimir Pomar tinha certeza de que havia infiltração e que a queda estava ligada a Jover Telles, pois ele e Armando Frutuoso estavam lá e não foram presos. Diógenes disse: **infiltração só na cabeça de Wladimir**. Leu os depoimentos e ficou furioso: “temos que analisar esse comportamento”. Ainda falei que foram muito torturados e ele disse “isso não interessa, **é coisa do partido**”. Nos autos estavam os dois documentos sobre a guerrilha, do Arroyo e do Pomar, só não estavam os nomes dos autores, mas eu sabia.⁵¹³

A informação de que nem mesmo Diógenes Arruda acreditava na versão de que Jover teria sido um infiltrado delator, o responsável pela queda da Lapa, jamais ventilou em alguma publicação oficial do PC do B.

⁵¹² Id., *Ibid.*, p.77.

⁵¹³ Greenhalgh apud KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Página Aberta, 1991, p.225. Grifos nossos.

Outra entrevista presente no mesmo livro de Kucinski, de Luiz Maklhof, revela:

Quando Amazonas e Diógenes de Arruda Câmara estão voltando da Albânia, **a luta interna dentro do PC do B já é total**. “A Conferência na Albânia precipitou tudo, os dirigentes foram acusados de não convidarem os grupos que discordavam da direção. A articulação dos dissidentes foi relâmpago; **quando a direção sentiu o drama, o partido já estava rachado**”⁵¹⁴.

A luta interna dentro do PC do B também foi destacada por Alberto Santos que fora colaborador do Partido. Alberto conheceu Jover Teles e, sobre o tema, disse não acreditar que ele tenha sido “o traidor” apontado pelo partido. Contudo, suas palavras rememoram o momento em que conheceu Jover e os motivos pelos quais não acredita na ideia de “traição”:

Quanto a mim, tive contato com Jover (Seu Doca), em quatro ocasiões apenas. Foi no ano de 1974. Eu era garoto ainda, 18 anos. [...] embora não estivesse vinculado a nenhuma organização, era aproveitado como colaborador para pequenas tarefas. Todos os meses eu ia até uma casa na Rua Goiás (em Quintino/RIO), onde me eram confiados embrulhos contendo roupa, víveres, papéis (e dinheiro, acredito eu) a serem entregues a alguns homiziados [abrigados] no interior do Estado (Itaboraí, Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito). Em outro ponto embarcava em uma Kombi que me conduzia até os locais definidos. Fiz isto por alguns anos. Lembro dele [Jover Teles]: bigode tipo mexicano, óculos espesso e a fala pausada. Sempre com camisa xadrez. Parecia só ter essa! O encontro não ultrapassava os 15 minutos, o suficiente para indicar roteiro e normas de segurança. Ainda em 74, o local do encontro mudou para o centro do Rio e o contato já era um outro. Só vim saber quem ele era em 79. Anos mais tarde, em 87, foi que o camponês Joaquim Antonio (já falecido), veio a fazer referências a Jover como “bom camarada” [...] Cansado de aguardar contatos que me auxiliassem, deletei recentemente todas as observações, anotações além dos Diários Oficiais da época, bem como todo o material publicado sobre o episódio da Lapa e daquele período conturbado [...]. Anotações que, inclusive apontavam contradições nos testemunhos dos sobreviventes da chacina. No entanto, guardo na memória a linha de raciocínio que me levou a crer na inocência de Jover Teles [...] : 1º- a trajetória de luta de Jover em São Jerônimo e Arroio dos Ratos; 2º- seu abnegado compromisso naqueles 10 dias de parlamentarismo gaúcho; 3º- seu trabalho enquanto dirigente, responsável por transportar verdadeira fortuna com o objetivo de financiar treinamento de guerrilha [...]; 4º- No processo das “cadernetas de Prestes” foi condenado a uma das maiores penas, de 7 anos, o que demonstra seu grau de comprometimento com a causa, na visão dos militares; 5º Embora de origem operária, determinado,

⁵¹⁴ Maklhof apud Kucinski, 1991, p.225. Grifos nossos.

dedicou o pouco tempo que lhe sobrava aos estudos, tornando-se o "primeiro teórico" do movimento operário, aos publicar sobre o movimento sindical brasileiro, material, diga-se de passagem, utilizado posteriormente por Jacob Gorender e tantos outros como fonte de pesquisa! 6º- rompeu, juntamente com Marighela, com a velha estrutura do antigo PCB (o das reformas), buscando a agremiação mais radical à época- o PCBR. E foi o responsável pelo ingresso, em uma só pancada, de aproximadamente 400 militantes e dirigentes (a maioria operários) do PCBR ao PC do B; 7º- questionava as análises feitas pelo grupo oriundo da APML sobre os erros cometidos, inclusive de segurança, que envolveram o fracasso militar no Araguaia. Era voz dissonante dentro do Comitê Central sobre a questão; Tratava-se de um militante e dirigente tradicional, experimentado no fogo da luta de classes, liderança de fato , questionava o recém-chegado grupo pequeno-burguês da APML e sofria segregação por parte de três cabeças [...] Ora, Jover já encontrava-se aos 49 anos, com 30 de partido. **Quem trai, quem se vende, não espera sofrendo perseguição por 30 anos!** Manuseou com altas somas em dinheiro e jamais se locupletou com esta condição, e acaba sendo acusado de praticar a delação a troco de cem mil cruzeiros e um emprego para a filha. E pior! Isto dito, em entrevista, por um general facínora, o mesmo que atribui (na mesma entrevista) fraqueza ao jornalista Wladimir Herzog, como suicida! **O mais curioso é que a direção dos "comunistas" acolher esta versão sobre a "suposta" delação como sendo verdadeira. Dois pesos, duas medidas...** Conforme a conveniência!⁵¹⁵

Já Gorender, ao se referir à "traição" imputada a Jover Teles, salientou: "Eu não sei de nada e não julgo ninguém. Só posso dizer que era muito duro resistir"⁵¹⁶.

Como dissemos, discursos dissonantes à figura do traidor tendem a se perder à medida em que a imagem da traição é dotada de durabilidade e estabilidade. Como qualquer outro caso de memória coletiva, silenciar, esquecer, selecionar, redimensionar, etc., faz parte do fenômeno mnemônico. Este fenômeno, embora seja construído no presente de forma ativa e dinâmica, quando enraizado em uma cultura política como a dos comunistas, tende a cristalizar certas representações individuais e coletivas. É nesta cristalização que também se encontra a traição. Retoricamente, a imagem da traição vai sendo construída com uma forte carga estigmatizadora, tornando quase invisíveis algumas convenções e normas características da cultura comunista.

⁵¹⁵ SANTOS, Alberto. Sobre Jover Teles. Paris/Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2012. Entrevista via Skype e Yahoo Mail concedida a Éder da Silva Silveira. Grifos nossos.

⁵¹⁶ GORENDER, Jacob. Sobre a experiência na URSS e sobre Jover Teles. São Paulo, 24-02-2011. Entrevista concedida a Éder da Silva Silveira.

Jover Teles e os partidos comunistas no Brasil, particularmente o PCB e o PC do B, estavam inseridos em uma cultura política que zelava para que nada fragilizasse a imagem da infalibilidade do Partido. Desse modo, em relação à Lapa e aos embates internos, admitir qualquer negligência oriunda dos dirigentes representativos da *Vanguarda da Classe Operária* ficaria fora de questão. Mesmo que Jover tenha delatado alguma informação à polícia política, no contexto de crise vivida pelo PC do B na década de 70, seria necessário investir em um “bode expiatório”, alguém que, sintetizando determinados elementos capazes de configurar ou evocar a figura da traição, fosse capaz de expiar os erros, purificar as fileiras do partido e cumprir com outras funções dentro da cultura e da Moral Comunista.



Como vimos no início deste capítulo, em 1992, através da reportagem de Ronaldo Brasiliense publicada no *Jornal do Brasil*, Jover Teles voltaria a ser acusado de ter sido o “traidor da Chacina da Lapa” através de declarações do então coronel do SNI, Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como “Curió”. A matéria, cuja manchete dizia que o Exército tinha um espião dentro do PC do B, destacaria: “Ele (Jover Teles) mora no sul e não recebe qualquer auxílio financeiro do Exército”, atesta Sebastião Curió. “Temos muitos companheiros desassistidos[...]”.⁵¹⁷ Este fato inaugurou a entrada em cena de outra instituição que, além do PC do B, também acusaria Jover de traição, através da confirmação de que houvera colaboracionismo de sua parte. Mas, qual seria o sentido? Na ocasião, a “confirmação” de que havia ocorrido traição por parte de Jover Teles e de que “o partido expulsou o traidor” foi ratificada na mesma reportagem pelo presidente do PC do B que, na época, era João Amazonas. Amazonas, segundo o jornal, “confirmou que a traição de Jover Teles” foi “denunciar ao Exército o local da reunião do Comitê Central do PC do B em 16 de dezembro de 1976, que resultou na morte de 3 dirigentes e prisão de outros quatro”⁵¹⁸. Resultante de uma “sindicância interna”, a expulsão de Jover Teles do Partido foi considerada, em 1992, “um fato dado como definitivo”, diria o presidente do PC do B. O resultado da sindicância interna realizada pelo PC do B

⁵¹⁷ BRASILIENSE, Ronaldo. Exército tinha agente dentro do PC do B. *Jornal do Brasil*, 05-04-1992, p.16.

⁵¹⁸ Id., *ibid.*

apontou Jover Teles como delator da reunião da Lapa à polícia política dos anos 70. No artigo do *Jornal do Brasil*, o então deputado Federal do PC do B, Haroldo Lima, “disse acreditar que os militares facilitaram a fuga do camponês José Novaes, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Água Branca, em Alagoas, que saiu da reunião com Jover Teles”, de modo a “evitar suspeitas sobre a traição”. Além disso, Lima declarou ao jornal que “Jover Teles foi sumariamente expulso do partido” e lamentou o fato de Jover ter preferido calar-se, não tendo falado na reunião do Aparelho que, torturado ou ameaçado de morte, denunciou o local.⁵¹⁹

Os elementos que integraram a justificativa da expulsão de Manoel Jover Teles do PC do B em meados de 1980 foram, como vimos, o revisionismo, a insubordinação e a deserção. A partir de fevereiro de 1983, como uma das resoluções do 6º Congresso, o PC do B, aprovando o resultado da sindicância interna relativa ao caso da Lapa, decidiu “confirmar a expulsão de Manoel Jover Teles das fileiras do partido, como traidor e colaborador direto dos órgãos de repressão, fornecendo dados e indicações”⁵²⁰ sobre o local da reunião do Comitê Central ocorrida em dezembro de 1976. De certa forma, o texto da resolução, ao “confirmar” a expulsão de 1980 “como traidor e colaborador”, transmite a falsa ideia de que a expulsão de 1980 já estivesse relacionada ao colaboracionismo ou delação, o que não ocorreu exatamente (mesmo que a desconfiança em relação a Teles já pudesse existir). Em 1980 o revisionismo, a insubordinação e a deserção foram os principais elementos da retórica da traição, em 1983 será o colaboracionismo ou a delação o principal argumento. Na década de 1990, sobretudo a partir do artigo publicado no *Jornal do Brasil* em 1992, a retórica da traição se tornará mais agressiva.

Segundo o mesmo artigo,

A principal prova encontrada pelos dirigentes do PC do B contra Jover Teles são documentos confidenciais assinados pelo general de brigada Carlos Xavier de Miranda, chefe do Estado Maior do II Exército. O primeiro, do dia 10 de dezembro de 1976, encaminhado ao secretário de Segurança Pública de São Paulo, informa que “estariam havendo reuniões clandestinas na área de atuação do II Exército com o comparecimento de elementos ligados à subversão”, citando Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e Aldo Arantes. O segundo documento, do dia 14 de dezembro, informa o endereço onde o

⁵¹⁹ Id. Ibid.

⁵²⁰ *A Classe Operária*, nº 153, fev-mar de 1983, p.4.

comitê central do PC do B se reuniria e antecipa: “No dia 16 do corrente o DOI/Codi/II Exército realizará a detenção de militantes do PC do B, que se encontram homiziados na casa cita à rua Pio XI, nº 767, bairro Lapa”.

Na verdade, nenhum dos documentos confidenciais considerados como “provas” contra Jover Teles comprovam que foi ele quem forneceu informações a respeito do endereço da casa da rua Pio XI ou que ele estivesse infiltrado. O que demonstram é que houve uma organização prévia da operação da Lapa baseada numa investigação prévia e através da qual conseguiu-se informações que deveriam ser restritas aos membros do Comitê Central do PC do B, mas que, ao contrário, já estavam em conhecimento da polícia política. Vale salientar que nem mesmo nos documentos incompletos do “Arquivo pessoal” disponibilizado a Taís Morais, que apresentou no livro *“Operação Araguaia, os arquivos secretos da guerrilha”* trechos de um depoimento de Jover Teles à repressão uma semana antes da operação da Lapa, existe qualquer trecho que comprove a delação por parte de Jover⁵²¹.

Além do texto de Ronaldo Brasiliense, o *Jornal do Brasil* também publicou outra reportagem na mesma data e caderno, de autoria de José Mitchell. Foi ele o jornalista incumbido pelo *Jornal do Brasil* de localizar Jover Teles no Rio Grande do Sul para publicação simultânea de seu depoimento. Mitchell foi o primeiro jornalista que conseguiu localizar Jover, entrevistá-lo e publicar no jornal algumas de suas considerações a respeito das informações que Ronaldo Brasiliense havia obtido com Curió. Na entrevista, Jover nega todas as acusações de traição. Sendo o principal documento encontrado no qual as palavras de Jover Teles ganharam generoso espaço, vale observar seu conteúdo:

O senhor está me dizendo que existe um documento do Exército dizendo que eu era infiltrado no PC do B e ganhei dinheiro para trair meus companheiros? Que absurdo, que barbaridade. Dei mais de 30 anos ao partido. **Nunca trai ninguém, não recebi dinheiro, não fui preso nem antes nem depois do episódio da Lapa.** O que ocorreu é que há muito tempo pensava em sair dessa vida. E ao estar sozinho, escondido no Rio de Janeiro, após o massacre da Lapa, pensei: vou ter que recomeçar tudo de novo, sem infra-estrutura nenhuma, lutando por uma coisa em que não estava mais acreditando e que não iria acontecer. Afinal eu era o principal

⁵²¹ Como já dissemos, os documentos utilizados pela autora foram digitalizados e disponibilizados no site da editora do livro, “Geração Editorial”. No site, a digitalização dos documentos está incompleta e os mesmos apresentam características e elementos que não dão segurança para uma utilização de maior peso dentro desta tese.

quadro do partido que não tinha sido morto nem estava preso e o João Amazonas estava no exterior. Decidi largar tudo, tratar da minha vida. Pensei no meu futuro e de minha família. Fui tratar da minha velhice. Foi isso que ocorreu. Não houve traição” [...]

Inicialmente, sem querer falar nada sobre a Lapa (“O partido tem um relatório meu sobre o assunto”), Jover Telles, 71 anos, (faz 72 em julho), não escondeu sua revolta com a existência de um documento do Exército relatando que fora infiltrado na cúpula do PC do B para traír os companheiros, o que resultou na morte de três deles: “Não é possível. Agora são os militares que dizem isso? Antes foi o partido que fez esta acusação absurda. Nego ter traído meus companheiros. Estou tranqüilo, em paz com a minha consciência”.

“Se você me diz que existe um documento do Exército de que fui traidor, vale olhar um outro documento do SNI, divulgado no livro de um jornalista carioca, sobre o episódio. O SNI dizia que eles localizaram a casa na Lapa após identificarem um dos membros da cúpula do partido, fazerem forte vigilância sobre ele até encontrarem o local. Exatamente o contrário deste outro documento que você fala”.

“Vamos aceitar a hipótese absurda de que traí. Se isso ocorreu, não teria sido mais vantajoso para eles me darem documentos, permitirem que eu fizesse viagens para a Rússia ou a China e continuasse a espionar? É claro que isso não ocorreu. Não sei por que o Exército colocaria isto (que era infiltrado) num documento. Talvez para me desmoralizar, mentindo, sabiam que eu era uma liderança importante do partido. **Talvez fizessem isso para evitar que eu voltasse a atuar politicamente.** Mas eu estava decidido a não voltar, queria tratar de minha vida. Foi uma coincidência”, prossegue.

“Não quero acusar o partido, mas vou escrever um livro, estou reunindo documentos. Se falasse agora, teria que levantar suspeitas sobre outros companheiros e não quero fazer sem provas. Mas é o caso de se perguntar: quem alugou a casa? Quem deu a fiança? Quem sabia onde era a casa? Eu não sabia”.

Sempre vigoroso nas negativas, Jover Telles só deixa surgirem lágrimas nos olhos à pergunta de como vivia com a pecha de traidor. “É duro, muito duro, não fiz por merecer isto, mas foi mais fácil para eles, do partido, me acusarem de traidor do que investigarem o que efetivamente ocorreu”. E, rangendo os dentes, fala quase com raiva: **“Nunca fui traidor”**.⁵²²

Em entrevista concedida ao autor, Mitchell explicou que o contexto no qual foi designado para realizar a entrevista com Manoel Jover Teles, em 1992, partiu de um gancho conseguido por seu colega Ronaldo Brasiliense “a partir de informações fornecidas por Sebastião Curió. “Foi uma das situações mais malucas que vivi como jornalista”, salientou. Segundo Mitchell, foi praticamente uma aventura localizar e entrevistar Jover Teles. O fato também ficou registrado no livro que o jornalista publicou em 2007, *Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar*. Localizar Teles em Arroio dos Ratos, além de contar com a sorte, foi resultado de “uma semana de buscas” e de “um trabalho quase maluco de peneira de informações e

⁵²² MITCHELL, José. Jover Telles nega tudo e diz que nunca foi traidor. *Jornal do Brasil*, 05-04-1992, p.17. Grifos Nossos.

investigações”, após sete anos do último aparecimento público de Jover⁵²³. Mitchell disse que através de uma imobiliária conseguiu o nome da cidade na qual morava Jover (Arroio dos Ratos) e que, por se tratar de uma cidade pequena na qual ele teve influência no meio sindical, acabou chegando ao endereço onde Teles morava com a filha e netos. “Fui recebido por sua filha, Iracema, que informou que ele havia ido ao supermercado. Esperei e logo chegou ele, trazendo em uma mão uma sacola e, na outra, um dos netos que o acompanhava⁵²⁴. Em seu livro, registrou:

Encontrei Jover Telles de camisa branca, uma bermuda escura e chinelo de dedos, em frente a sua casa, quando voltava da padaria. Conduzia, numa mão, uma sacola com pão e leite e, na outra mão, um dos pequenos netos. Cabelos brancos, magro, alto – era conhecido pelo apelido “príncipe espanhol” pelos amigos de juventude – ele se espantou por ter sido localizado. Num primeiro momento, não quis falar, alegando ter explicado sua saída, através de uma carta enviada à direção do PC do B. Mas, ao ser informado de que agora era o SNI que o acusava de traição, Telles indignou-se. [...] Na época da divulgação da matéria que inclui até fotos, preservei, a seu pedido, a cidade em que morava e o falso nome que usara durante boa parte de sua vida, até porque seus descendentes tinham toda sua documentação com sobrenome falso. Muitos moradores na cidade o identificavam quase sempre pelo apelido da juventude, Manolo⁵²⁵.

Quando Mitchell encontrou Teles, em 1992, este ainda usava o nome Antônio Lima. Buscando proteger sua família na época da perseguição política da ditadura militar brasileira, Jover também alterou o registro da filha, que deixou de usar o sobrenome Jover Teles e passou a assinar como “Iracema Coelho Lima”. Não se sabe ao certo como e quando ele alterou o registro da filha. O que se sabe é que o Registro de Nascimento de “Iracema Coelho Lima” ocorreu na 12ª Circunscrição e 6ª Zona do extinto estado da Guanabara, uma das principais zonas de atuação e militância política de Jover Teles no Rio de Janeiro.

Em 1995, Jover Teles procurou o Posto de Identificação da cidade de São Jerônimo e, com cópia de sua certidão de casamento⁵²⁶, refez sua carteira de identidade voltando a assinar como Manoel Jover Teles. Na ocasião, ele preparava-

⁵²³ MITCHELL, José. *Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007, p. 183.

⁵²⁴ MITCHELL, José. Sobre Jover Teles. Paris/Porto Alegre, 22 dez. 2012, 42min. Entrevista via Skype concedida a Éder da Silva Silveira.

⁵²⁵ MITCHELL, José. *Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007, p. 183.

⁵²⁶ Certidão de Casamento número 958, Arroio dos Ratos RS, LV B07, folha 34.

se para a candidatura ao Legislativo Municipal de Arroio dos Ratos, fato que ocorreu no ano seguinte, em 1996. Se para ele o nome Antônio Lima seria visto como uma página virada em sua vida a partir daquele momento, o mesmo não seria para Iracema que, por uma série de circunstâncias, não modificou seu registro naquele momento e ainda hoje enfrenta dificuldades para realizá-lo.

O mais curioso em relação aos *Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar*, publicado em 2007 pela *RBS Publicações*, é o silêncio em relação à informação localizada entre as páginas 184 e 186. Nelas, José Mitchell traz à tona a versão do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra quanto à “traição” vinculada a Jover Teles no caso da Lapa.

A prisão e o depoimento “cordial” de Jover Telles aos órgãos de segurança, conforme o livro [referindo-se ao livro *Operação Araguaia, de Tais Morais e Eumano Silva*], seria a prova definitiva de que foi ele o traidor que levou à morte dos dirigentes do PC do B na Chacina da Lapa. Esta versão, entretanto, é tratada com ironia pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. “Sempre deixamos vaziar que o Jover seria o traidor para desmoralizá-lo”, contou-me ele, pela primeira vez. **“Ele era um líder importante do PC do B. Mas não foi o traidor na Lapa. Esta versão de traição, que circulou no meio da esquerda, também nos servia, pois desmoralizava um dirigente de um partido que pregava e aplicava a luta armada”**, diz Ustra, de forma surpreendente. Depois de 28 anos do episódio, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra assume pela primeira vez ao país que foi ele quem coordenou diretamente toda a operação do cerco à resistência na Lapa. Ustra revelou a mim que os órgãos de informação já sabiam que haveria uma reunião dos dirigentes do PC do B naqueles dias. “Por isto, **nossas equipes do CIE e do DOI estavam seguindo alguns dos seus integrantes, especialmente a Elza Monerat**. Ela era a encarregada do transporte dos dirigentes e, antes, esteve numa residência na Lapa. Foi assim, seguindo a Elza, que descobrimos a casa do Arroyo, o local da reunião dos dirigentes do PC do B”. [...] Quando Jover Telles conversou comigo em Arroio dos Ratos, contou que sequer sabia onde era a casa na Lapa, o que era verdade, já que foi conduzido com os olhos vendados ao local, como todos os outros dirigentes. **As afirmações reforçam a versão de que o local da reunião foi descoberto por agentes do CIE, ao seguirem Elza Monnerat, antes mesmo da detenção de Telles**. Conte a versão de Ustra a Criméia Schmidt de Almeida, uma das raras guerrilheiras do Araguaia que escapou de ser morta, já que retornou a São Paulo antes dos cercos dos militares, porque estava grávida. Ela não demonstrou surpresa. Pela primeira vez, revelou: “Seis meses antes do massacre, participei de uma reunião da direção do partido em São Paulo, numa outra casa, para a qual fui com os olhos vendados”. Quem a conduziu foi o mesmo motorista Joaquim Lima, mas na saída, ao trocarem de carro em outro ponto da cidade, ela viu que estavam sendo perseguidos. “Eles estavam seguindo o veículo, e não a nós. Alertei logo a direção do partido e, pelo visto, não levaram muito em conta e não tomaram providências, **pois o carro foi mesmo usado no massacre da Lapa**”, afirmou. [...] assim, os órgãos de segurança estavam seguindo os responsáveis pelo transporte e segurança dos dirigentes do PC do B havia seis meses, o que fortalece as

informações do coronel Ustra. **Criméia, entretanto, lembra que era norma dos órgãos de segurança apontar um determinado traidor para esconderem um traidor mais importante**, que poderia ter sido mesmo Jover Telles. De qualquer forma, Criméia não perdoa Elza Monnerat, que foi presa após o massacre da Lapa. “Ela entregou praticamente todos os integrantes do partido”. Inclusive revelou que Criméia era o principal contato da guerrilha com a direção nacional do partido. “Sempre escondi isto no período em que estive presa, mas a Elza contou tudo”⁵²⁷.

Considerando o depoimento do coronel Ustra, a efígie de traidor imputada a Manoel Jover Teles por membros do Exército ganham um sentido. Segundo o coronel, tratava-se de uma estratégia que visava dificultar a reestruturação do PC do B após o Massacre da Lapa. Após o episódio, Jover tornou-se o único membro do Comitê Central vivo que estava no Brasil (pois Amazonas encontrava-se no exterior). De certa forma, a retórica da traição oriunda do Partido Comunista foi também utilitária aos militares, uma vez que desmoralizava o único dirigente vivo em torno do qual o Partido poderia se reorganizar. Se a imagem da traição servia para a manutenção de determinadas lógicas de uma cultura comunista, ela também foi conveniente para a repressão da ditadura que, obedecendo às características de um *estado de guerra*, deveria frear e acabar com as organizações “subversivas”, especialmente as que defendiam a luta armada.

Para Mitchell, “sempre ficou essa dúvida se ele [Jover Teles] foi ou não traidor”⁵²⁸, principalmente pelo fato de ter conseguido emprego em uma fábrica de armas no Rio Grande do Sul. “É estranho que ele tivesse passado pelo crivo de investigações dos órgãos de repressão na seleção a um emprego como aquele, o que reforça a possibilidade de que seria o traidor”, diria ele. “Mas, como usou uma identidade falsa para começar a nova vida, é possível que tenha conseguido driblar a vigilância dos militares”, ponderou o jornalista em seu livro, lembrando que Jover “estava desiludido com a luta armada e não tinha mais ânimo de recomeçar tudo e organizar o partido praticamente do zero”⁵²⁹.

⁵²⁷ MITCHELL, José. *Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007, p. 184-186.

⁵²⁸ Mitchell, 2012.

⁵²⁹ Mitchell, 2007, p.186.

Enfim, a traição de Jover Teles é um estigma que se apresenta extremamente vinculado à ideia da delação, embora nele estejam presentes outros elementos, mesmo que de forma oculta, como o revisionismo, a insubordinação e a deserção. Por ser uma figura retórica originalmente vinculada a uma categoria negativa, vimos que a traição tende a esconder ou silenciar discursos ou informações que a ela se opõem, ou que possam colocar em dúvida o julgamento que se faz do traidor. Nela concentram-se algumas lógicas que mobilizam os campos da Conduta e da Lealdade Comunistas, e fazem dela um dispositivo político altamente eficaz em relação à Moral Comunista.

3.4 Em nome da unidade: a moral comunista e as diferentes lógicas da traição

O Maçon Raul Silva conta que, na Europa, quando os maçons foram caçados pela inquisição (como aconteceu na época de Napoleão) os maçons tinham que se reunir, secretamente, na casa de um de seus membros (e cada vez a reunião ocorria em um lugar diferente).

Mas, se era em um lugar diferente, como saber onde seria?

Simple. Um Irmão passearia com um bode, pela cidade, sendo esse o sinal de que a reunião ocorreria em sua casa.

Outra lenda – porém, muito aceita como verdade – é a do consagrado escritor José Castellani, que nos conta que essa denominação (dos maçons serem chamados de “bode”) vem dos maçons que eram torturados e não entregavam seus irmãos. Eles “eram como Bodes”. Castellani conta que, no começo do Cristianismo, havia a prática da “expição dos pecados”, por parte dos Judeus, através dos Bodes. Eles relatavam suas “falhas” aos bodes, para dividir o fardo e, ainda sim, ter seus segredos guardados.⁵³⁰

“A moral comunista é extremamente objetiva e utilitária”, destacou o Inquérito Policial Militar 709.⁵³¹ Um “documento comunista”, que foi apreendido em São Paulo e que era destinado “ao trabalho de educação partidária em escolas clandestinas”, serviu de fundamento para aquela conclusão. Sob o título “A Moral Comunista”, o material pedagógico confiscado sublinhava:

⁵³⁰ O BODE na maçonaria. Disponível em : <http://maconariaesatanismo.com.br/maconaria/o-bode-na-maconaria/>. Acesso em 12-05-2013.

⁵³¹ O COMUNISMO no Brasil. Inquérito Policial Militar 709. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966, p.57.

Todo militante tem o dever de se educar nos princípios da moral comunista. Nos educamos para nos colocarmos à altura das tarefas que o Partido nos dá. [...] **A moral comunista é um conjunto de regras e normas que determinam a conduta dos militantes do Partido em sua luta pela revolução.** Todos nós em nossa conduta pessoal, em nossa ação devemos pautar nossa vida como uma série de exemplos. O que é moral para um membro do Partido? É tudo que contribui para a destruição da atual sociedade e a construção de uma nova sociedade. Tudo o que nós fazemos e que possa contribuir para liquidar com essa sociedade e a conquista de uma sociedade socialista e comunista é moral para nós. Assim, **o militante comunista deve** seguir os preceitos da ética comunista, **enquadrar sua vida de acordo com os interesses do Partido**, da classe operária, de acordo com a revolução. **A moral comunista é uma forma de consciência social.** [...] A moral é o cerne da ideologia proletária e diz respeito ao comportamento, à conduta do militante na sua luta pela emancipação nacional e social do povo brasileiro. [...] Devemos ser o exemplo do homem que será o futuro, numa sociedade livre de toda espécie de opressão. [...] A reação diz que os comunistas não têm moral. É uma calúnia. A nossa moral exprime o que há de mais nobre e elevado na humanidade. Se **a nossa moral corresponde aos grandes objetivos de nosso Partido** construir uma sociedade sem exploração, é a mais elevada moral, é tudo aquilo que serve à revolução. Isso significa que o nosso comportamento está subordinado ao nosso objetivo. [...] **Ao nos educarmos nos princípios da moral comunista** procuramos fundir os interesses pessoais e sociais. O grande objetivo de conquistar o comunismo é o nosso grande objetivo.⁵³²

Como podemos perceber, a moral comunista consistia em importante conteúdo da educação defendido e ministrado nos cursos clandestinos do Partido Comunista. De acordo com o documento, a moral compreendia um conjunto de princípios e normas que determinavam o comportamento do militante, uma vez que instituíam um modelo de conduta e apontavam princípios ou valores necessários ao comportamento exemplar. O posicionamento do IPM 709 sobre o tema era incisivo: trava-se de uma “conceituação deformada da moral” que se refletia “em todos os escalões partidários” e, “a pretexto de que os fins justificam os meios”, estabelecia “a explicação para todas as traições” e a justificativa para “o fanatismo indiscriminado que desconhece todas as barreiras”⁵³³. A percepção exposta no IPM 709, na década de 1960, trazia a ideia de que o verdadeiro militante ou revolucionário deveria demonstrar uma conduta de acordo com a moral comunista, e que qualquer desvio ou não cumprimento deste “conjunto de regras e normas” representaria traição por parte do militante. Desse modo, como identificou o IPM 709, “a história do

⁵³² Id. Ibid., p.58-60. Grifos nossos.

⁵³³ Id., Ibid., p.58.

Comunismo Mundial” poderia ser vista como “uma antologia inédita de dissensões e traições”⁵³⁴.

A partir do cruzamento de algumas fontes, particularmente textos sobre Educação Comunista e casos de traição e expulsão de militantes comunistas no Brasil e na França, buscamos mapear os elementos característicos da Conduta e da Fidelidade comunistas. O resultado desse mapeamento se tornou possível a partir de informações analisadas no Jornal *A Classe Operária* (edições das décadas de 1970 e 1980), no Inquérito Policial Militar 709, bem como em dados localizados na pesquisa bibliográfica realizada em Paris, sobre traidores e traição no Partido Comunista Francês.

A rigor, a conduta comunista aglutinava uma série de obrigações por parte do militante: sacrificar interesses particulares e da vida pessoal em detrimento dos interesses do Partido; submeter-se à disciplina, normas e teses do Partido; participar da Ação Partidária; realizar a crítica e a autocrítica; ajudar a classe operária a tomar consciência de sua “missão histórica” de libertação e emancipação; não desertar - “não abandonar o caminho da luta”; não manter-se indiferente ou neutro em face às posições de direita ou contrárias ao Partido; lutar e zelar intransigentemente pela unidade ideológica, política e orgânica do Partido, observando e defendendo a disciplina partidária; esforçar-se em elevar o nível de consciência política e ideológica; e lutar contra os inimigos da causa revolucionária e do povo. Para conseguir adquirir e demonstrar esta conduta, todo militante deveria demonstrar fidelidade: ao internacionalismo proletário; ao stalinismo, ao marxismo e ao leninismo (bases ideológicas); à memória das bases ideológicas; aos estatutos e documentos do partido ou indicados pelo partido; ao centralismo democrático; ao sigilo e à segurança; à crença na Revolução e no papel dos militantes e dirigentes; ao ódio de classe; à pureza da ideologia proletária e à classe operária.

Para pensar a moral comunista e sua interface com a noção de traição *no* e a partir *do* caso de Jover Teles é importante não reduzir o conceito de moral àquele apresentado no documento (“*um conjunto de regras e normas que determinam a conduta dos militantes*”). Partilhando da reflexão de Pedro Goergen, destacado professor e filósofo contemporâneo, acreditamos que “os problemas morais não se

⁵³⁴ Id., *Ibid.*, p.60.

restringem ao comportamento desse ou daquele grupo social, desse ou daquele indivíduo”. Eles “se encontram intrinsecamente relacionados às tradições, aos costumes e aos valores que constituem o *ethos* histórico-cultural da sociedade”. Significa dizer que, nesta perspectiva, concebemos a moral comunista como um conjunto de regras e normas que determinam a conduta dos militantes, mas que se encontra vinculado ou ancorado em tradições, costumes e valores da cultura comunista. Por isso, como sugeriu Goergen, “é necessário um repensar amplo e corajoso dos arquétipos” da própria cultura.⁵³⁵

A utilização da qualificação de “traição”, ou de “traidor”, colaborava para a fabricação ou manutenção de determinados arquétipos da cultura comunista em geral. Desde os escritos de Lênin as figuras da “traição” e do “traidor” passaram a ser elementos relevantes na cultura comunista.

Desse modo, percebemos as figuras do “traidor” e da “traição” como vetores de uma educação ideológica e partidária, pois contribuía para a mobilização e sustentação de dois principais campos da Moral Comunista: a “conduta” e a “fidelidade”. Juntos, eles foram responsáveis por produzir e transmitir um sentido de unidade e um sentido para a manutenção hierárquica do “centralismo democrático” na estrutura partidária comunista. A utilização dessas imagens favorecia o trabalho de educação ideológica, a vigilância e o controle dos militantes no seio dos partidos comunistas. Sendo assim, a moral comunista é pragmática. Ela estava ancorada em dogmas que se traduziam em certezas teóricas e, ao mesmo tempo, na crença da “revolução inevitável”.

Baseando-se na previsão marxista de que a revolução era “inevitável” ou um desdobramento natural das contradições internas do sistema capitalista, é certo que a crença nesta revolução era um dos elementos norteadores da conduta comunista. Entretanto, como caracterizou Jorge Ferreira ao abordar a questão do “mito da revolução inevitável”, a certeza de que “a eclosão revolucionária ocorreria independentemente da vontade e das ações dos indivíduos” não era capaz de garantir que todos os militantes revolucionários acreditavam nesta inevitabilidade⁵³⁶. Era preciso, pois, educá-los. A crença na inevitabilidade era um dos elementos

⁵³⁵ GOERGEN, Pedro. Educação moral hoje: cenários, perspectivas e perplexidades. *Educação e Sociedade*, vol.28, nº100 – Ed. Especial, out.2007, p.737.

⁵³⁶ Ferreira, 2002, p.50.

requisitados para a conduta exemplar dos militantes, base importante da Moral Comunista. Porém, especialmente em momentos de crise, muitos militantes questionaram o caráter inevitável da Revolução. Estes momentos de incerteza podem ser percebidos, sobretudo nos principais momentos de crise dos partidos comunistas e seus impactos. Um deles, por exemplo, seria o golpe de 1964. O sentimento de “derrota”, como evidenciou Daniel Aarão Reis Filho, contagiaria boa parte da esquerda. Como recordou o historiador, na década de 1970 não foram poucos os militantes que deixaram o Brasil carregando consigo o sentimento de frustração em relação à tão sonhada revolução⁵³⁷. Isto significa dizer que, embora a literatura marxista-leninista defendesse a crença na Revolução Inevitável, esta, fora desta perspectiva, sofria com os abalos provocados nos momentos de incerteza, virando quase uma contingência. Na realidade, por estarem também suscetíveis nos momentos de crise às incertezas e inseguranças, era exigida dos comunistas a crença na Revolução Inevitável e um conjunto de condutas baseadas em laços de fidelidade aos pressupostos teóricos do marxismo-leninismo como necessidade de construção e manutenção de um Partido forte e coeso. A crença na Revolução como base e pré-requisito do reconhecimento do “revolucionário”, era um elemento característico de conduta comunista condizente com sua cultura.

Em relação a Jover Teles, a noção de traição é, naturalmente, outra base de apoio da Moral Comunista. Sob as lógicas oriundas das necessidades dos partidos comunistas, era preciso torná-la real, vinculando-a ao “estado de guerra” que por ela também seria legitimado e, através dele, a figura do traidor daria significado a diferentes operações nos campos da Conduta e da Fidelidade partidárias.



Identificamos que, na trajetória de vida de Manoel Jover Teles, a retórica da traição vincula-se a duas grandes funções, uma política e outra pedagógica. Elas não são unívocas, podem operar de formas diferentes e estão interligadas.

⁵³⁷ Reis Filho, 1990.

A função política está vinculada à necessidade de manutenção de poder na estrutura hierárquica do núcleo dirigente, no seu “centralismo democrático” e em seus embates internos. Ela busca impedir ou dificultar a ascensão do indivíduo dentro do grupo ou instituição social considerado (no caso, o PC do B), através do dispositivo da discriminação.⁵³⁸

O seminário ministrado por François Dubet no segundo semestre de 2013 foi bastante significativo para pensar a questão da “traição” na experiência de Jover Teles e sua fluidez em relação às noções de discriminação e estigmatização. A primeira é definida por Dubet como “une action pratique ; elle est le fait d’imposer ou de subir, entoute illégalité, un traitement différent et inégalitaire par rapport à d’autres”. A segunda, como “une action symbolique de désignation et de qualification négative des identités”⁵³⁹. Para ele são necessárias duas condições para que ocorra a discriminação. Primeiro, que as pessoas tenham, legalmente, os mesmos direitos de ascensão social; segundo, que a discriminação seja ativada por signos sociais nos quais os indivíduos são portadores e que os façam perceber suas diferenças como um problema, criando, desse modo, um obstáculo à ascensão, inserção ou permanência dentro do grupo. Embora a preocupação de Dubet esteja mais intrinsecamente relacionada aos problemas multi e interculturais da França atual, suas observações conceituais são bastante operacionais para pensar a noção de traição enquanto figura retórica estigmatizadora.

A estigmatização é um julgamento negativo. A discriminação é um mecanismo objetivo. Para François Dubet, “é necessário introduzir pequenas distâncias entre dominação simbólica e mecanismo social”⁵⁴⁰. Para ele, não existe adequação absoluta entre as atitudes culturais e os mecanismos sociais. Sendo assim, é possível que haja diversas configurações possíveis entre discriminação e estigmatização. Em sua obra, ele destaca quatro configurações principais, tais como: estigmatização com forte discriminação; discriminação com pouca ou

⁵³⁸ Esta percepção está assentada nas reflexões oriundas da *Sociologie de l’expérience* de François Dubet, particularmente na sua última pesquisa sobre estigmatização e discriminação na França, tema de seu último seminário na EHESS e do livro lançado em fevereiro de 2013, em Paris, Intitulado *Pourquoi moi? L’expérience des discriminations*. “Se você tem um pouco de distância entre a discriminação e a estigmatização, você tem espaço de uma experiência social na qual o ator pode agir”, pontua Dubet (2013 b).

⁵³⁹ DUBET, François (et. al.). *Pourquoi moi? L’expérience des discriminations*. Paris: Éditions du Seuil, 2013, p.56.

⁵⁴⁰ DUBET, François. Sobre as noções de estigmatização e discriminação. Paris, EHESS, 29 nov. 2012. Entrevista concedida a Éder da Silva Silveira.

nenhuma estigmatização; estigmatização com pouca discriminação; leve estigmatização com pouca discriminação. Daremos mais atenção a uma destas configurações por permitir pensar aspectos relativos à retórica da traição a que nos propomos a estudar.

Em relação ao caso da “traição” de Manoel Jover Teles, estamos diante de uma estigmatização com forte discriminação. Primeiro, porque se trata de um estigma no qual se tem uma violenta hostilidade. Segundo, porque, devido a sua durabilidade e estabilização, cristalizou simbolicamente uma representação negativa de Manoel Jover Teles, impedindo-o de continuar e ascender politicamente dentro do movimento comunista. Como vimos, a retórica da “traição” oriunda do PC do B também foi conveniente aos militares, uma vez que desmoralizava o único dirigente vivo em torno do qual o Partido poderia se reorganizar logo após o massacre da Lapa. Desta forma, tentava-se impedir não apenas a ascensão de um indivíduo como, também, do próprio grupo. Se os estigmas podem colocar obstáculos a uma ascensão porque discriminam e são discriminadores, por outro lado a noção de discriminação em Dubet considera que o sentimento que ela produz estará vinculado à experiência de uma injustiça que pode ou não ser real, porque, sendo um mecanismo objetivo, a discriminação “pode ser fabricada, sentida, construída, negada, etc.”. Nesta perspectiva, a discriminação é um mecanismo que também carrega ou esconde “relações com a concorrência dentro do grupo e com a identidade”⁵⁴¹.

As relações de concorrência dentro do grupo e o fato da moral comunista estar apoiada em dogmas, também fazem com que a lógica política da retórica da traição esteja vinculada ao medo e ao risco que poderia trazer uma “traição”, o que tornava a vigilância necessária. Sob esta lógica, buscava-se proteger de infiltrados e, ao mesmo tempo, frear o desenvolvimento da heterodoxia teórica e prática que ameaçava a imagem da infalibilidade do partido e a ideia da revolução inevitável.

Sylvain Boulouque e Franck Liaigre, ao estudarem as *listas negras do Partido Comunista Francês* - Listas de nomes de membros do PCF considerados traidores e/ou renegados pelo partido entre os anos 30 e 40 do século XX –, perceberam que elas buscavam desqualificar os inimigos internos por “processos

⁵⁴¹ Id., *ibid.*

retóricos utilizando o registro da insinuação e da marginalização”. Eles identificaram que se tratava de mecanismos que haviam sido importados do Partido Comunista da União Soviética. A prática da elaboração e divulgação dessas listas, assim como a de biografias, autobiografias, autocríticas, etc., reforçava uma “disposição de influenciar sobre os comportamentos individuais e coletivos”. Segundo os historiadores, “estes processos referem-se às características fundamentais das sociedades modernas: a vigilância, a punição, a vontade de conhecimento e controle”⁵⁴².

Como no caso das *listas negras do PCF*, a retórica da traição em relação a Manoel Jover Teles, sob a ótica política, também estava vinculada a uma cultura comunista na qual a vigilância e o controle eram fundamentais na estrutura de poder dos partidos. Como vimos, Jover Teles estava inserido em uma cultura comunista que zelava para que nada fragilizasse as imagens da infalibilidade do partido e da revolução inevitável, o que contribuiu para que ele fosse interpretado pelo Partido como um “traidor”. Desse modo, na perspectiva da cultura comunista, estaria fora de questão admitir qualquer negligência oriunda dos dirigentes representativos da *Vanguarda da Classe Operária*, seja em relação ao Araguaia, seja em relação à Lapa.

Na luta pelo zelo intransigente de uma unidade ideológica, característica integrante da conduta revolucionária em um partido de tradição bolchevista, o discurso da pureza da ideologia proletária era geralmente evocado. Este discurso, além de servir de justificativa para as expulsões, reforçava a representação do “partido puro”, marcado pela unidade e coesão. Esta ideia, baseada em Stálin, salientava que o partido só se fortalecia à medida em que se depurava dos “elementos oportunistas”. Esta característica estava baseada na “concepção de ideologia como um processo de constante depuração, em busca de uma transparente e límpida *ideologia proletária* [...]”. Identificar e denunciar os “inimigos”, como observou Jorge Ferreira, seria “um mecanismo fundamental para definir a identidade do proletariado e a do próprio partido, que se apresentava como seu único e verdadeiro representante”.⁵⁴³

⁵⁴² Boulouque e Liaigre, 2007, p.160.

⁵⁴³ Ferreira, 2002, p.159.

Para os líderes partidários, não poderia haver misericórdia com dissidentes, apontados como indivíduos dissolventes e deletérios que somente pervertiam o partido. O ritual de “expulsar os demônios”, com a depuração, equivalia também à prática, salutar, de purificar e livrar a organização de pessoas definidas como indesejáveis. Com a publicação de seu nome, pseudônimo e profissão no jornal, o militante, exposto à sanha dos policiais e desmoralizado frente aos companheiros de partido e de trabalho, experimentava sentimentos de mágoa, angústia e revolta. No entanto, não havia meios de defesa: tratava-se, daqui em diante, de um traidor, de um renegado.⁵⁴⁴

Mas, porque, não haveria meios de defesa? Como vimos, duas características da Fidelidade Comunista exigiam dos militantes a obediência das decisões do núcleo dirigente através da ideia do *centralismo democrático* e, também, de que o membro do Partido não ficasse neutro ou indiferente às mesmas decisões. Era preciso, naquela perspectiva, que os militantes demonstrassem estar assumindo as teses e determinações do Comitê Central em relação a todas as querelas, inclusive, em relação à expulsão dos “traidores”. Aplicar fielmente as decisões do Partido, na cultura comunista, era e ainda é uma das exigências feitas aos seus militantes. Este pensamento está presente na coletânea que reuniu oito artigos publicados por Diógenes Arruda em “*A Classe Operária*”, basicamente nos anos de 1977 e 1978, auge da crise enfrentada pelo PC do B. Esses textos, compilados, integram a obra “*A Educação Revolucionária do Comunista*”, livro organizado pela editora Anita Garibaldi (instituição vinculada ao Partido) e publicado nos anos de 1982 e 2000. Na apresentação do livro, a editora salienta que a importância da obra não está apenas no “exemplo de militância” e “no que deixou escrito” Diógenes Arruda, mas, também, pelos textos reunidos terem a importância de “servir de fator de educação às novas gerações que militam [...]” no Partido.⁵⁴⁵ Neste sentido, aqueles que ousassem questionar a expulsão de Manoel Jover Teles poderiam ser enquadrados em insubordinação, ou até mesmo como mais um caso de movimento “liquidacionista” ou “fracionista” da unidade e coesão do grupo. A “neutralidade” frente a uma decisão do Partido como, por exemplo, um caso de expulsão, pode colocar seus membros em uma situação de fragilidade. Sébatien Schehr, quando refletiu sobre este tema, sublinhou que uma espécie de paixão

⁵⁴⁴ Ferreira, 2002, p.156.

⁵⁴⁵ ARRUDA, Diógenes. *A Educação Revolucionária do comunista*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi. 2ª edição, 2000, p.13.

coletiva nestes momentos de conflito “aciona um sistema social” exercendo “um poder de atração sobre os testemunhos”. Desta forma, “a luta dura suficientemente um longo tempo” quando “a maior parte dos membros do sistema se encontram implicados”. Assim, “torna-se extremamente difícil para um ator social afirmar sua neutralidade quando o conjunto no qual ele pertence está implicado no conflito; cedo ou tarde ele se verá qualificado de traidor pelos outros membros do grupo”⁵⁴⁶.

Em seu estudo sobre a cultura comunista, Jorge Ferreira, que identificou os comunistas do PCB como também “herdeiros do patrimônio sagrado das antigas sociedades”, pois sentiam necessidades de práticas simbólicas de purificação da sua coletividade, salientou que ao lado dos ritos de “confessar os pecados” (crítica e auto-crítica) e “expulsar os demônios” (expulsão/expurgo),

a eleição de “bodes expiatórios” também complementava as práticas de limpeza simbólica e sagrada do grupo. Ao apontarem um “culpado” por todos os males que atormentavam a sociedade, os povos antigos procuravam mais do que a simples purificação. Queriam a “regeneração do tempo”, a revitalização do ciclo cósmico, a tentativa de restaurar a época “pura”, o “instante” da criação. O “bode expiatório”, assim, carregava em si todas as culpas, impurezas, pecados e maldades, permitindo um novo recomeço para toda a comunidade⁵⁴⁷.

Para Ferreira, os comunistas, assim como os antigos, necessitavam “regenerar sua época primordial, reatualizando seu próprio tempo mítico e ancestral”. Esse tempo, conforme explica o historiador, seria aquele que fora vivenciado “pelos bolchevistas russos em 1917 que, liderados por Lenin, tornaram-se modelos exemplares de revolucionários portadores da verdadeira e límpida ideologia proletária.”⁵⁴⁸ Desse modo,

com o objetivo de regenerar o tempo, o PCB periodicamente se purificava pela eleição de um “bode expiatório” que encarnava todos os erros, desvios e inconseqüências dentro do partido. A cada mudança na direção, como em 1930 e 1945, ou mesmo um simples rearranjo no “núcleo dirigente”, como em 1957, a organização denunciava um grande culpado, aquele que desvirtuou o partido de sua missão histórica. Na memória coletiva dos

⁵⁴⁶ SCHEHR, 2008, p.61. Tradução minha.

⁵⁴⁷ Id., *ibid.*, p.288.

⁵⁴⁸ Ferreira, 2002, p.289.

revolucionários, a eleição de um “bode expiatório” estabelecia um novo recomeço simbólico, um resgate do tempo puro das origens⁵⁴⁹.

Por serem herdeiros do arsenal simbólico do Partidão e por apresentarem continuidade de práticas que caracterizaram uma cultura comunista geral, os militantes do PC do B continuaram com os rituais de purificação. Como já dissemos, este era essencial e uma orientação do próprio PCUS aos partidos comunistas. Nesta perspectiva, percebemos que a expulsão de Jover Teles também está vinculada à lógica dos rituais de purificação que integravam a cultura comunista. O Massacre da Lapa, que ocasionou uma grave crise no PC do B com as prisões e assassinatos dos principais dirigentes do partido que não haviam sucumbido na Guerrilha do Araguaia, estabelecia, no final dos anos 70 e início da década de 1980, a necessidade de um novo recomeço simbólico. Naquela circunstância também se tratava da configuração de um novo núcleo dirigente. E é neste momento de recomeço que *mise en scène* Jover Teles, o “bode expiatório”, aquele que encarnando todos os erros e desvios, aquele que expiando os “pecados” da coletividade, permitiria um novo recomeço para um partido que estava quase sucumbindo. Esse recomeço, de acordo com a cultura comunista, deveria colocar em evidência a identidade do partido enquanto entidade “pura”, representante da “pureza da ideologia proletária”. A partir desse reinício, os erros cometidos ficariam enquadrados apenas no passado do “bode expiatório” e não no passado da instituição, o que poderia macular-lhe a imagem da “pureza”, comprometendo sua “unidade” e “coesão”.

A maneira do PC do B rememorar a “traição” de Jover Teles parece significar também que o partido ainda tem se apoiado na imagem do “traidor”, uma vez que é ela o principal vetor mobilizador das normas de conduta e da fidelidade partidária. Para atingir um nível de heroicização capaz de representar os dirigentes vitimados na chacina da Lapa, em 1976, era preciso reforçar a execração, uma necessidade para atingir a reconstrução do partido em crise. A força da mitificação do passado e do ideal revolucionário em torno das vítimas da Chacina da Lapa forneceria novos exemplos de comportamento para o partido seguir em frente. Os

⁵⁴⁹ Id. Ibid., p.289.

“heróis” assassinados na Chacina da Lapa, para serem mantidos no campo da mitificação e do culto sem perderem a função de exemplos de comportamento e de personificação de uma moral comunista, necessitam de suas antíteses, ou seja, dos “inimigos”, dos “traidores” da *Vanguarda da Classe Operária*. Neste sentido, a traição e sua interface com a cultura comunista se constitui numa das principais categorias capazes de explicar a memória do PC do B em relação a Jover Teles. Se, por um lado, esta memória está relacionada a uma moral comunista, por outro, ela também representa uma estratégia coletiva do Partido em gerir a memória do grupo. A necessidade do constante investimento na retórica da traição procura dar estabilidade ao grupo, especialmente em relação à sua identidade e coesão.

A estigmatização e a discriminação sofridas por Manoel Jover Teles era uma forma de deslocar a atenção para um “inimigo interno”, silenciando diferentes questões e rivalidades internas que estavam sendo vivenciadas pelo Partido. Considerando algumas reflexões de Michael Pollak sobre a Memória, do ponto de vista do Partido, esse silêncio não significaria exatamente um esquecimento, mas uma forma de resistência na medida em que ajuda o grupo a conviver sem o peso de ter que enfrentar publicamente um sentimento de culpa ou de derrota. Ajuda o grupo a gerir sua memória que, devido às características de sua cultura política, deve sustentar uma identidade de Partido puro, infalível e combativo.

Estas reflexões permitem-nos alcançar certa inteligibilidade em relação à durabilidade e estabilidade da noção de traição vinculada a Manoel Jover Teles. No caso do Partido Comunista Francês, Sylvain Boulouque salientou que o uso da noção de traição também está relacionado a um valor propedêutico. “Trata-se de formar os militantes e os quadros em relação aos riscos que ameaçam o partido moldando-os a um modelo de educação proletária”. Daí “o primeiro ponto da formação: a dúvida é o início da traição e por isso coloca em risco a autoridade do Partido”⁵⁵⁰.

Sob a ótica pedagógica, a retórica da traição exerce uma função especial no que concerne à mobilização de princípios e elementos da moral comunista para a promoção ou instituição de um modelo de militante revolucionário, e para a produção

⁵⁵⁰ BOULOUQUE, Sylvain. Communisme et trahison. In : JAVEAU, Claude; SCHEHR, Sébastien (dir.). *La trahison: de l'adultère au crime politique*. Paris : Berg International, 2010, p.162-163. Tradução minha.

e manutenção de um sentido de unidade. O IPM 709 destacou que o trabalho de Educação em qualquer partido comunista é “uma das bases” de sua construção.

É graças a ele [ao trabalho de Educação] que essa organização [Partido Comunista] sobrevive, mantendo e ampliando os seus quadros, preparando-os para as tarefas gerais ou especiais. O marxismo-leninismo é uma filosofia complexa, não está ao alcance de elementos incultos. Através do trabalho de educação, a ideologia é instilada gradualmente na mentalidade dos indivíduos selecionados pelo Partido [...]⁵⁵¹

O trabalho de Educação ideológica, como vimos no capítulo 3, poderia ocorrer através de diferentes modalidades de cursos e a partir de diferentes recursos didáticos. Documentos apreendidos pela polícia política contribuíram para que houvesse esta percepção também por parte dos militares responsáveis pela redação do IPM709. A “Moral Comunista”, diria o IPM, figurava como um dos principais capítulos dos materiais didáticos das aulas clandestinas realizadas pelos comunistas.

No estudo sobre os *traîtres, renégats et agents provocateurs* nas *listes noires* do Partido Comunista Francês, Sylvain Boulouque e Franck Liaigre concluíram que a prática da publicidade dos “traidores” estava vinculada a uma prática de educar para a vigilância, ao mesmo tempo que carregava “uma pedagogia” que tinha como uma de suas finalidades transmitir um modelo de militante, divulgar que o Partido era capaz de identificar qualquer ato de traição, reforçar a ideia da infalibilidade da instituição e castigar o militante através de uma expulsão buscava se apresentar não apenas como uma exclusão de ordem social ou institucional, mas, também, de ordem moral⁵⁵².

A ideia de que Jover Teles teria delatado aos órgãos da repressão o endereço da fatídica reunião da Lapa, por ser uma contingência, apoiou-se discursivamente em outros elementos contrários à Conduta Comunista, como na insubordinação, no revisionismo e na deserção. Em momentos circunstanciados, as figuras do “traidor” e da “traição” parecem ter sido capitalizadas pelo PC do B no seu esforço de reconstrução do Partido. Percebe-se isso em algumas publicações

⁵⁵¹ IPM 709, v.2, p.48.

⁵⁵² Boulouque e Liaigre, 2007, p.183.

oficiais da instituição, dentre elas artigos de militantes sobre a “Educação Comunista”, biografias e autobiografias, textos publicados nos órgãos de imprensa do partido, especialmente aqueles que rememoram o Massacre da Lapa⁵⁵³. Além disso, para um partido que tinha como uma de suas tradições cultivar os dirigentes como heróis, como autoridades e como modelos exemplares, a retórica da traição em relação a Jover Teles não apenas colaborou para mobilizar a vigilância partidária e resolver necessidades políticas, como a de revitalizar, em momentos de crise, símbolos ou imagens constitutivos de poder de coesão partidária. A história do PCB e do PC do B demonstra que estes partidos não conseguiram, através de uma “Educação Moral”, garantir essa unidade que discursivamente era anunciada e propagandeada. Conseguiu-se, quando muito, estabelecer uma representação baseada em um sentido de unidade, cuja extensão era limitada, pois não era partilhada por todos os militantes. Em diferentes momentos, as contínuas críticas e dissidências no interior de suas fileiras eram resolvidas através de expulsões que, não raro, seriam capitalizadas nos trabalhos de educação ideológica como exemplos de “traição” e movimento “fracionista”. A figura do “traidor” e da “traição”, potenciais nos trabalhos de Educação ideológica, cumpriam, assim, diferentes papéis na interface com a Moral Comunista. De um lado elas têm um valor profilático, pois cumprem funções de prevenção e precaução dentro do grupo. Através dos expurgos, elas permitem e justificam simbolicamente um novo recomeço ou rearranjo político através do ritual de purificação. Por outro lado, as mesmas figuras, assim como no caso das “*Listas Negras do PCF*”, são vetores de uma educação ideológica. Uma pedagogia que se apóia e se desenvolve através da valorização discursiva em um modelo antitético da Moral Comunista: o “traidor”.

A necessidade do constante investimento e manutenção das figuras da traição e do traidor também pode ser vista na tendência dos partidos comunistas de reforçarem uma identidade baseada na pureza da ideologia proletária. Nesta perspectiva, não raro nos casos de traição o partido irá se manifestar como vítima da infiltração dos ideais burgueses. A retórica da traição fazia parte da cultura comunista. Não se trata de um fenômeno isoladamente circunstanciado à biografia de Manoel Jover Teles. Ela está intimamente relacionada aos meandros da memória

⁵⁵³ Ver, por exemplo, MONTEIRO, Adalberto (org.) *Chacina da Lapa 30 anos: a democracia renasceu à custa de muitas lutas e muitas vidas*. São Paulo: Instituto Maurício Grabois, 2006.

coletiva. Através dela podemos perceber um conjunto de operações imbricadas no sentido de selecionar e alimentar determinados fatos do passado em prol de uma ou mais necessidades do Partido. A retórica da traição, nesse sentido, também constrói e alimenta uma memória, pois se relaciona não apenas aos vínculos do sujeito que será estigmatizado com sua história, mas, também, às diferentes operações coletivas dos acontecimentos e das interpretações de um passado e de uma imagem que se quer salvaguardar. No processo de gerenciamento de sua memória, fruto destas operações profundamente enraizadas em uma cultura política comunista, a história e a trajetória de Jover Teles sofre um violento enquadramento. Como ele lidou com esta força avassaladora em sua vida? Teria ele definido sua experiência comunista como trágica? Teria ele reduzido esta experiência, como diria François Furet, a um “passado de uma ilusão”? Segundo François Dubet, é comum encontrar nas trajetórias de sujeitos estigmatizados um movimento de reclusão interior ou, até mesmo, uma inclinação à produção literária, como a escrita de poesia. Parece que foi isso que ocorreu com Jover Teles nos últimos anos de sua vida. Agora, em que medida sua poesia irá representar uma autêntica reclusão de si e de suas crenças políticas, isto já é outra história.

Capítulo 4

NAVEGANDO SOBRE ÁGUAS MANSAS: PAZ E POESIA EM SANTA CATARINA

Tem razão o poeta ao dizer: “Eu prefiro a utilidade da utopia à inutilidade da inércia”. Sim! Inerciar é estancar na mesmice, na pasmaceira da inatividade. É tornar-se mero joguete dos ventos [...]”⁵⁵⁴

Após o fracasso nas urnas em 1996, quando concorreu ao legislativo municipal em Arroio dos Ratos, Manoel “se decepcionou” e “ficou com vontade de ir embora”, rememorou Isabel Gonçalves⁵⁵⁵. Segundo ela, suas famílias se conheciam desde a época em que Jover Teles fora mineiro. O reencontro com Manoel ocorreu no início da década de 1990, após a viuvez de ambos, em um evento denominado “Encontro da Saudade Mineira”⁵⁵⁶, após “50 anos sem se verem”.⁵⁵⁷ O reencontro resultou em um relacionamento onde Jover e Isabel passaram a viver maritalmente na casa de Isabel, na vizinha cidade de Charqueadas.

E dali a gente começou. E aí ele veio morar aqui. Eu tinha uma casinha aqui em Charqueadas e ele veio morar comigo. Aí a gente ficou junto onze anos. Não ficamos juntos até o fim dele porque ele era uma criatura de um coração maravilhoso, mas um gênio [temperamento irascível] ! Um espanhol medonho de gênio!⁵⁵⁸

Aos 80 anos de idade Manoel Jover Teles mudou-se com Dona Isabel para Florianópolis, onde Eluisa Maio, filha de Isabel, tinha uma pousada. Segundo Eluisa, chegando em Santa Catarina, seu “pai espiritual” (expressão carinhosa utilizada por ela ao referir-se a Teles) “não parou no tempo”. Ao falar sobre o cotidiano de

⁵⁵⁴ TELES, Jover. Utopia. Ventos do Sul. Revista do Grupo de Poetas Livres ; Florianópolis-SC, Ano IX, julho a dezembro de 2007, nº29, p. 4.

⁵⁵⁵ Gonçalves, 2010.

⁵⁵⁶ A Festa da Saudade Mineira é um evento que ocorre anualmente em Arroio dos Ratos, geralmente no mês de novembro. Tema também estudado por Cornélia Eckert (1985; 1997), o encontro festivo reúne ex-mineiros e seus familiares de Arroio dos Ratos e municípios vizinhos. Para muitos, é o único momento de rever amigos e ex-colegas do tempo das minas, pois vários residem em outros Estados brasileiros desde que precisaram migrar em busca de emprego quando a Cia. Mineradora encerrou suas atividades em Arroio dos Ratos no final da década de 1950.

⁵⁵⁷ Gonçalves, 2010.

⁵⁵⁸ Gonçalves, 2010.

Manolo, Eluisa o descreve como um homem “muito metódico e ativo”. Ele “tinha um ritual. Levantava cedo e tomava chimarrão”. Após, tomava café. “O café dele era sempre quatro frutas. Ele não abria mão das frutas”, recordou. Depois do café da manhã, Manolo fazia ginástica. “Ele fazia ginástica com mais de 80 anos!” No verão “ele estava sempre caminhando na praia. Ele era forte demais”. No almoço “bebia sempre um cálice de vinho tinto, pois ele dizia que aquilo fazia parte da alimentação saudável dele”. Depois disso “ouvia muita notícia e escrevia”⁵⁵⁹.

Em Santa Catarina Manoel Jover Teles viveu os últimos anos de sua vida. Neste espaço de tempo, sete anos aproximadamente, ele se integrou a novas redes de amigos e sociabilidade, geralmente grupos de poetas livres daquele estado. Escrevendo poesia e fazendo novos amigos arranjou uma forma de lidar com o estigma e com o seu passado político. Nos rastros seletivos da memória, seus poemas deixaram pistas a partir das quais é possível capturar as razões e sentimentos que ele usou para representar ou qualificar sua realidade e seu passado. Razões e sentimentos que, como registrou Sandra Pesavento, “expressam os sentidos que os homens, em cada momento de sua história, foram capazes de dar a si próprios e ao mundo”⁵⁶⁰. Através da poesia e de novas relações estabelecidas em Santa Catarina, Manolo conseguiu lidar com o estigma da traição.

4.1 Apresenta-se o “Velho poeta”

Em Santa Catarina Manolo integrou três grupos de poetas, sendo que algumas pessoas integravam os mesmos grupos simultaneamente. Ele pertenceu à Associação dos Cronistas, Poetas e Contistas Catarinenses – ACPCC, integrou o Grupo de Poetas Livres de Santa Catarina – GPL-SC e tornou-se membro da Academia Catarinense de Letras e Artes (ACLA-SC), ocupando a cadeira de número 11.

O GPL-SC foi o grupo de maior integração de Manolo. Ele participava das reuniões do Grupo de Poetas Livres regularmente. Maura Soares, presidente do Grupo, em texto de homenagem póstuma a Manolo, registrou:

⁵⁵⁹ Maio, 2011.

⁵⁶⁰ PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra J. e LANGUE, Frédérique. *Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p.10.

Manoel Jover Teles chegou ao Grupo e, **com sua inteligência, sua capacidade de bem escrever, conquistou a todos**. Manoel nasceu em São Paulo, em 28 de julho de 1920. Dizia: “nasci em São Paulo, mas sou cidadão do mundo”. **Por força de seu trabalho com comércio exterior, viveu em várias cidades do mundo; conheceu e conviveu com poetas, escritores, comerciantes, líderes de governo**. Com todos as conversas giravam nas áreas em que os amigos atuavam. Conversas de bar, em família, tinham o toque de Manoel pela sua versatilidade e inteligência. **Em suas andanças pelo mundo, foi amigo pessoal do poeta chileno Pablo Neruda**, cuja foto nos mostrou de recorte de jornal e com quem deve ter tido longos papos sobre política, mulheres, música e sindicalismo. Maria de Lourdes Teixeira, ex-associada do Grupo, foi quem o apresentou e, na sua ficha cadastral está o número 212 com data de admissão em 10 de maio de 2002. Quis o Destino que, cinco anos depois ele partisse para a Pátria Maior em 16 de junho de 2007, deixando sua poesia calada em nossos corações. **Possuía cursos de Filosofia, História e Economia. Publicou “O movimento sindical no Brasil”; “Cuba – Pérola do Caribe”; “Evocação”; “Arroio de Esperança” e deixou vários artigos e poemas publicados em jornais**. Participou dos projetos do Grupo: Revista Ventos do Sul; Doce Poema; Viajando com Poesia; “O escritor e sua obra” em que falou sobre a vida e a obra de seu amigo Neruda; “Terceira Antologia do GPL Edição do 5º Aniversário”, “Antologia do Grupo edição do 7º aniversário, em 2005” e “Folhetim – Cada caso, um caso”. Com seu amigo e associado do Grupo, Ivan Alves Pereira, **esteve representando o Grupo por algumas ocasiões nas palestras do Projeto “Um dedo de prosa”, na Universidade Federal de Santa Catarina**. Manoel participou ativamente da política partidária tendo sido integrante do Partido Comunista Brasileiro. Incorporou-se ao PC do B em 1967, em plena ditadura militar. Foi membro da Comissão Central Executiva do Partido, esteve preso quando o regime militar instalou-se no Brasil em 1964. Não nos cabe aqui tecer comentários sobre sua luta partidária, pois quando Manoel veio para o Grupo, toda a sua militância já estava no passado, pois quando ingressou no Grupo já contava com 82 anos. **Entrou para a história da política brasileira, saiu dela e entrou para a história da Poesia**⁵⁶¹.

Jover, já com mais de 80 anos, era um homem bastante lúcido. Segundo Maura Soares, ele teria conquistado a todos do grupo pela qualidade de sua escrita e pelas histórias contadas a respeito das viagens que fez pelo mundo, onde conheceu personalidades como Che Guevara, Pablo Neruda, Fidel Castro, Luís Carlos Prestes e outros nomes da esfera artística e política do Brasil e do mundo. Dizia que tinha sido amigo pessoal do poeta chileno Pablo Neruda, mostrando fotos em recorte de jornal. O que ocorre, na verdade, não são invenções por parte do comunista octogenário. Ele realmente conheceu as personalidades que contava em suas histórias aos amigos do GPL e, certamente, trocou algumas palavras com

⁵⁶¹ SOARES, Maura. Pronunciamento realizado na “Sessão da Saudade em memória de Manoel Jover Teles”. Florianópolis, 22 de junho de 2007, Auditório Abelardo Souza – Biblioteca Pública Municipal Professor Barreiros Filho. [manuscrito]. Acervo do Grupo de Poetas Livres de Santa Catarina. Grifos nossos.

Pablo Neruda na época em que este fora senador pelo Partido Comunista do Chile e esteve no Brasil em 1945. Em julho daquele ano, por exemplo, encontramos evidências no jornal “Tribuna Popular” sobre visitas que o poeta chileno faria às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, participando de comícios nestas localidades no processo de campanha política dos comunistas brasileiros, dentre os quais Manoel Jover Teles também havia sido candidato. No segundo semestre de 1945 o jornal divulgaria diversas notícias sobre a vinda de Pablo Neruda, suas palestras e conferências, e ainda publicaria poemas e textos em homenagem ao poeta e senador chileno⁵⁶². Entretanto, não fica claro, nas fontes pesquisadas, o grau de amizade de Teles com Neruda.

Entre os amigos poetas Manolo também colocaria em evidência seu currículo que, segundo ele, contava com cursos de “Filosofia, História e Economia”. Dentre as obras citadas, acreditamos que “Cuba – Pérola do Caribe” tenha sido uma adaptação do texto que escreveu para o Jornal “Novos Rumos”, em 1961, intitulado “Cuba: vanguarda dos povos da América”⁵⁶³, pois nenhum familiar, nem mesmo nenhum membro dos três grupos de poetas de Santa Catarina, disseram ter visto ou lido referente obra.

O que se percebe a partir da pesquisa realizada em Santa Catarina é que Manoel Jover Teles não omitiu seu passado, mas silenciou sobre os vínculos de suas viagens e textos com a sua história de participação no movimento comunista brasileiro. Ao dizer, por exemplo, que “por força de seu trabalho com comércio exterior viveu em várias cidades do mundo e conheceu e conviveu com poetas, escritores, comerciantes, líderes de governo”, Jover ressignificou suas experiências, capitalizando eventos que, ao invés de trazerem arrependimento ou sofrimento, positivavam seu passado dentro dos novos grupos nos quais se inseriu. O silêncio e os recortes mnemônicos de Manolo podem ser vistos como resistência aos efeitos do estigma da traição, além de estratégia pessoal (consciente ou inconsciente) de construir uma representação identitária que, em um universo de referências positivas, produziria-lhe sensação de paz e tranquilidade.

⁵⁶² Ver *Tribuna Popular* de 1945, números 43 (p.1), 44 (p.1), 48 (p.11), 54 (p.1), 57 (p.3), 58 (p.5).

⁵⁶³ TELLES, Jover. Cuba: vanguarda dos povos da América. *Novos Rumos*, ano III. 7 a 13 de julho de 1961, suplemento do nº 122.

Parece-nos que é preciso relativizar a ideia de que Manolo “saiu da história política e entrou para a história da Poesia”. Em primeiro lugar, o conteúdo de muitos de seus poemas carrega o olhar de um marxista, de um comunista que mesmo fora de um Partido não conseguiu arrancar a ideologia de dentro de si. É dele este pensamento publicado na Terceira Antologia do GPL:

Capitalismo é a pílula amargada que políticos procuram dourar enfeitando-a com tonalidade social para facilitar ao povo tragá-la. São novos escravocratas em ação visando disfarçar a exploração dos novos escravos, e perpetuar a situação, sem perigo de romper a escravidão. E o lucro cresce⁵⁶⁴.

Outros foram os poemas que contestaram o sistema capitalista e o imperialismo norte-americano, revelando, neste sentido, que o fato de “entrar para a poesia”, como disse Maura, não significou exatamente “sair da história política”. No poema “Pensamento” realizaria nova crítica às desigualdades provocadas pelo sistema capitalista e, em “Metamorfose”, teceria críticas contundentes ao imperialismo estadunidense e sua “guerra por petróleo”. Não diferente, o poema “Tema da Nova Era” criticaria o “mundo pós-moderno” que, trazendo tecnologia, “aumenta a desigualdade”⁵⁶⁵.

Para Maura Soares, os “longos poemas” de Manolo “revelam sua erudição” e seu “conhecimento da vida”. Ela conta que, mesmo com idade avançada, Manolo utilizava mais de um ônibus para chegar às reuniões do Grupo que eram realizadas em local muito distante de sua residência. Nem mesmo sendo longo e cansativo o percurso da viagem ele deixava de se fazer presente, “fizesse frio ou chuva”⁵⁶⁶. As faltas de Manolo nas reuniões teriam sido poucas e ocorreram praticamente apenas quando foi necessária a realização de uma cirurgia em relação ao problema de visão conhecido por “catarata”. “Ele fez a intervenção cirúrgica, recomeçou com seu ofício

⁵⁶⁴ Soares, 2007.

⁵⁶⁵ TELES, Manoel [Manolo]. Pensamento. In: *Revista Ventos do Sul* - Revista do Grupo de Poetas Livres - difundindo a poesia e fazendo amigos. Florianópolis-SC, Ano V, nº 18 - jan, fev e mar de 2003, p.22.; TELES, Manoel. Metamorfose. s.n., 22-03-2003. [Manuscrito] 5p.; TELES, Manoel. Tema da nova Era - dilema. s.n., s.d. [Manuscrito] 4p. Todos estão localizados no acervo do Grupo de Poetas Livres de Santa Catarina, organizados por Maura Soares.

⁵⁶⁶ Na pesquisa em Santa Catarina o autor teve a oportunidade de fazer alguns desses percursos de Jover Teles. Eram percursos de mais de uma hora de viagem só para chegar no GPL, considerando o tempo de viagem dos dois ônibus e o tempo de espera nas estações.

prazeroso da leitura, mas a alegria durou pouco, pois logo o problema retornou deixando-o triste, pois uma das coisas que mais gostava era ler”, disse Maura.



Figura nº 9: “Manoel Jover Teles (ao fundo, no centro da mesa) em reunião com o Grupo de Poetas Livres-SC”⁵⁶⁷

Após sua morte, Susana Zilli de Mello, colega do GPL-SC, escreveu um poema em homenagem a Manolo, cujo título representaria uma das formas pelas quais ele ficou conhecido no grupo: “velho poeta” (também era chamado por alguns de “nosso menino”).

VELHO POETA (para Manolo)

Amigo poeta de cabelos brancos,
Convivemos com a tua sabedoria
Que nas palavras mostravas a vida
Na mais bela e preciosa poesia.

Velho poeta que nas tardes de sábado
Revestidas de singela alegria
Encantavas a todos com tua presença
Declamando versos em harmonia.

Quantas saudades sentiremos
Nos encontros da associação
Velho poeta de todas as horas
Ficarás eternamente em nosso coração.

Susana Zilli de Mello⁵⁶⁸

⁵⁶⁷ Acervo do Grupo de Poetas Livres de Santa Catarina.

4.2 “Nada morre enquanto é lembrado”: Manoel Jover Teles no epílogo da vida

“Nunca vou esquecer-me do dia em que conheci Manolo”, disse a escritora e atriz Inês Carmelita Lohn. Segundo ela, ele foi um “caçador de escritores”.

Fui a uma feira de livro Beiramar Shopping, aqui em Florianópolis. Eu estava na praça de alimentação tomando um café com pão de queijo. Em uma mesa distante estava um senhor. Ele pegou a bandeja e veio até minha mesa e perguntou se eu aceitava sua companhia. Falei sim, será um prazer tomar meu café junto do senhor. Apresentamo-nos. De imediato o senhor Manolo me perguntou: - Você veio para o recital de poesias? Fiquei sem graça. Eu nem sabia que naquele dia iria acontecer o tal evento. Dei uma de esperta e então perguntei: -que horário vai ser mesmo o evento? Senhor Manolo me respondeu: - mais perto da noite. Olhei para o relógio. Eram apenas 16 horas e 30 minutos. Mas como a conversa estava muito boa e Manolo começou dar aulas de inteligências literárias, me prendi no bate papo. Contou-me sobre sua vida literária e sobre um livro que estava escrevendo. Quando percebi já era quase 18 horas. Manolo percebeu que eu olhei o relógio então colocou a mão sobre a minha, me olhou nos olhos e me falou sobre ACPC, que era um grupo de escritores que se encontravam na Biblioteca [...]. Me falou para preparar uma poesia e disse: “depois que eu terminar de ler meu texto, vou te chamar para recitar”. [...] Ele então me deu um papel e falou: “fica aqui e escreve algo”. Nisso chegou um amigo dele e saíram em direção onde iria acontecer o evento. [...] Diante da força do Manolo eu não poderia fraquejar. Senti que ele viu em mim a capacidade de escrever algo, eu não sabia o que escrever, mais não queria decepcioná-lo⁵⁶⁹.

Na cena descrita, Inês refere-se à primeira vez que começou a escrever poesia, incentivada por Manoel Jover Teles. Na ocasião, disse ter escrito uma pequena poesia intitulada *a pedrinha*. “Manolo me chamou pra eu ir lá na frente. Eu tremia mais que bambu na ventania. Mas fui e recitei a poesia [...] naquela madrugada, me brotou da alma a poesia”⁵⁷⁰.

A descrição de Manolo realizada por Inês, bem como por toda e qualquer pessoa entrevistada em Santa Catarina, é de um Manoel Jover Teles poeta, “inteligente”, “culto”, “escritor”, “amigo”... homem de qualidades especiais, viajante, “bom avô” (muitos citaram que seus netos eram sua grande paixão), “cidadão do

⁵⁶⁸ MELLO, Susana Zilli de. Velho Poeta. [manuscrito]. Acervo do Grupo de Poetas Livres de Santa Catarina, organizado por Maura Soares.

⁵⁶⁹ LOHN, Inês Carmelita. Recordações de Manoel Jover Teles. Florianópolis, Santa Catarina, 21 de abril de 2011. Entrevista Concedida a Éder da Silva Silveira.

⁵⁷⁰ Id., *ibid.*

mundo” que mesmo com idade avançada lutava contra a ação do tempo... “Ele era um companheiro. [...] Ele dizia: “Eu não vou morrer. Se eu for algum dia, vou sob protesto”⁵⁷¹.

Aos 85 anos, cansado de datilografar, Manoel Jover Teles adquiriu um computador e matriculou-se em um curso de informática, passando a digitar seus textos. Em 2006, um ano antes de falecer, escreveria o que talvez tenha sido um de seus primeiros e-mails, endereçado ao amigo Ivan, também membro do GPL de SC. Irritado com as dificuldades enfrentadas com o computador, Manolo intitula o texto como: “O Antigo e o moderno em luta”. A redação que caracterizou a correspondência foi considerada como possuidora de “profundeza literária”, sendo guardada e muito comentada entre os membros do GPL e alguns de seus familiares. Mesmo extensa, reproduziremos aqui esta correspondência com o amigo Ivan, talvez o único texto cômico que encontramos de Manolo, sobre o qual as sensibilidades que o permeiam, de forma um pouco diferente, dão acesso a partes daquela realidade e contexto no qual ele viveu, bem como de aspectos de sua personalidade.

Caro amigo Ivan:

Agradeço a tua atenção ao remeter-me teu e-mail. Desculpe se não respondo neste momento. É que estou totalmente envolvido na lide para domar este aparelho infernal, que está detonando meus neurônios, deixando-me meio abilolado e sem saber o que fazer: puxar a rédea, cruzar os loros, riscar-lhe a paleta e as virilhas com as agudas roletas de minhas esporas, dar-lhe um tabefe no ouvido, golpear sua nuca com o cabo duro do rabo-de-tatu (rebenque) ou abrir a janela e jogá-lo no mar, afogá-lo, para que nunca mais este puto volte a se rir zombando da minguada inteligência dos simples humanos. Imagine a minha tortura, amigo: quando tento escrever, civilizadamente, me utilizando de letras maiúsculas e minúsculas, conforme manda o figurino, ele resolve bagunçar o coreto, imprimindo somente maiúsculas ou minúsculas, conforme o seu desejo, ou alternando-as de modo totalmente irracional, apresentando minúsculas onde deveria estar as maiúsculas, e vice-versa. Enfim, estou numa confusão dos diabos! Minha vingança é ter descoberto que não somente eu sou burro. Ele também é: suas proposições de correção ortográfica ou de substituição de palavras me provocam sonoras gargalhadas, tal são as estultices de suas pretendidas sugestões. Conclusão: peço, mas ele também peca. Como disse Jõe Brow, em “Quanto mais quente melhor”: “nada é perfeito no mundo”. E digo eu: “tudo, no mundo, é meio fodido!”. Não pense, amigo, que vou desistir. Agora já montei no bicho e não farei caso de seus corcovos, nem dos tombos que ele me dará. Retornarei sempre ao seu lombo, segurarei firme na rédea, pressionarei as coxas nas laterais do lombinho, vou fazê-lo sangrar nas virilhas feridas pelas agulhas de minhas

⁵⁷¹ Maio, 2011.

esporas, até que o rugido da fera vire miado de gatinho mimado de “madame”, aviadado (A fera rejeita a palavra “aviadado”), é pudico!, e venha sentar-se no meu colo, totalmente submisso, dócil e totalmente pronto para obedecer minhas ordens. (A fera também não conhece a palavra “dócil”. É mais atrasado do que eu). Coitado! Na sua auto-suficiência “tecnológica” ele não tem ideia de com quem está lidando. Nunca terçou armas com um gaúcho guasca, nem está preparado para ver o que é bom pra tosse. Olha, Ivan, quando vieres aqui dá uns conselhos para o bicho antes que seja eu obrigado a dele cortar a língua, pois, além do mais, o estrupício é petulante e mal-educado: já me chamou de burro ao dizer repetidamente: “o que você quer fazer com o seu computador”, ou: “carregue papel no automático da impressora”, isto quando o papel está no lugar certo, conforme me ensinaram! Aborrecido, já o mandei, muitas vezes, “pra Tonga da Milonga do Cabuletê”. Não adiantou meu “africanismo”, o bicho é um cara-de-pau. Que se há de fazer? Paciência e trabalho. É o Antigo querendo juntar-se ao Moderno com olho no Futuro. Que Futuro? Não sei.... Mas sei que vou indo ficando... E isto para mim é tudo Tcháu! (A fera também não sabe o que é “Tcháu!”. É dose! Mas eu tomo.

28-02-2006

Manolo⁵⁷²

Mas não apenas as dificuldades relativas à tecnologia marcaram os últimos anos de Jover em Santa Catarina. Conforme ele mesmo escreveria, os períodos de férias e/ou recesso das atividades do Grupo de Poetas era um verdadeiro tormento para Manolo. Em um texto chamado “Acróstico para o Grupo de Poetas Livres”, registrou:

Ganhei férias para meninar no balanço,
Realizei sonhos ao sonhar no descanso.
Urdi planos ricos de criatividade,
Procurei distanciar-me da inatividade,
Ordenei meus lentos passos ociosos.

Decidi trabalhar firme, esperançoso
Estava ansioso por domar o tempo.

Porém, entendi ser “mui” enganoso
Organizar a vida a servir de exemplo,
Enquanto o meu ego sentia-se vazio
Tal viçosa planta ressequida no estio.
Assim fiquei três longos meses a fio:
Sem ideias, parado, contemplativo, no tempo.

Logo, porém, chegou o mês de março.
Isto para mim é vida, um novo marco!
Voltei a ver as minhas e os meus colegas alados
Realizarem altos vôos para em Cantos recitados
Extasiarem-me na sinfonia de versos bem rimados.
Sentado estou de novo entre os que me são tão caros.
05-03-2004⁵⁷³.

⁵⁷² TELES, Jover. O Antigo e o Moderno em Luta. Correspondência pessoal a Ivan Alves Pereira. Florianópolis, 28-02-2006. Acervo do Grupo de Poetas Livres de Santa Catarina.

⁵⁷³ TELES, Manoel. Acróstico para o grupo de poetas livres. s.n., 05-03-2004., s.p. 1p.[Manuscrito]. Acervo do GPL-SC.

De alguma forma o GPL e a vida em Santa Catarina ajudaram Manolo a lidar com a saída do meio político, embora nos pareça que na poesia ele também tenha encontrado uma forma diferente de continuar sua militância. “Continuar”, pois, diferentemente do que ocorreu com quadros do PCB como Osvaldo Peralva e Hércules Corrêa, Manoel Jover Teles não deixou de crer no marxismo-leninismo e percebeu que a poesia, além de “elevar a alma”, poderia ser um campo de militância que não lhe exigia sigla partidária. Dois textos são importantes para melhor elucidar estas observações. Primeiro, na documentação que pesquisamos no Acervo do GPL-SC, encontramos um artigo de Jover Teles de aproximadamente 30 páginas, intitulado “Ilusório Efeito da Pororoca”. “Este artigo continua na gaveta, já que, até agora (novembro de 1991) não me foi possível editar o presente livro do qual faz parte”, escreveu ele no material, lamentando não ter conseguido tal publicação. Ao que nos parece, o livro seria composto por este artigo e por uma Conferência sobre o Movimento Operário cujo texto foi anexado ao primeiro e encadernado. Em “Ilusório Efeito da Pororoca”, Jover apresenta uma análise “das alterações estruturais econômicas e de poder” que estavam em curso no mundo do final da Guerra Fria e da desintegração da União Soviética. Para ele, “a verdadeira causa do atual retrocesso na direção da restauração do capitalismo na União Soviética e países do Leste europeu” estava “no consciente e paulatino abandono no marxismo-leninismo e na inadequação e petrificação do sistema de poder gradualmente implantado e mantido por Krushev, Brejnev, Andrópov, Chernenko, etc., após a morte de Stálin”⁵⁷⁴. Segundo Jover Teles, após a morte de Stálin, todos os que assumiram o poder na União Soviética “substituíram o princípio da revolução e da luta de classes contra o imperialismo pela colaboração com o imperialismo internacional, a pretexto de aplicar a política de coexistência pacífica”⁵⁷⁵. Para ele, utilizando o combate ao “Sistema Stalinista”, restaurou-se o sistema capitalista, “desagregando o bloco de países do leste europeu e a própria União Soviética”⁵⁷⁶.

A chamada “Era Stalinista”, por exemplo, tem sido anatematizada por gregos e troianos, desde o famoso relatório no XX Congresso do PCUS, em

⁵⁷⁴ TELES, Jover. Ilusório efeito da pororoca. Fevereiro de 1990, p.20 [manuscrito].

⁵⁷⁵ Id., *ibid.*, p.14.

⁵⁷⁶ Id., *ibid.*, p.17.

1956. Stálin, que havia sido o homem mais odiado, até então, pelos representantes do mundo capitalista, passou a ser detestado, também, pelos comunistas, com raras exceções. Segundo seus críticos e detratores, nada houve de positivo na ação de Stálin e seus liderados no longo período em que desempenhou a função de Secretário Geral do PCUS e foi o principal dirigente da União Soviética. Tudo foi negativo. Transformou seu país num gigantesco campo de concentração; foi um celerado e assassino, um bandido e aventureiro⁵⁷⁷.

Após afirmarem [os críticos do stalinismo e do socialismo] que o stalinismo é a variante degenerada do pensamento de Lênin, e que “o leninismo não possui caráter de universalidade e, como expressão ideológica do movimento socialista mundial, esgotou suas possibilidades”, alguns concluem que “falta uma teoria da democracia socialista”, findando por clamar pela necessidade de “um marxismo vivo”, como se o marxismo morto ou dogmático fosse Marxismo. Na realidade, o importante é entender que o Marxismo, como teoria e como método, é essencialmente crítico e revolucionário, e que o Leninismo é um desenvolvimento criador do Marxismo aplicado com êxito às condições concretas da Revolução de 1917 na Rússia. Assimilar os princípios básicos do Marxismo e os do Leninismo, desenvolvê-los e aplicá-los criadoramente às condições concretas dos processos concretos de transformação política, econômica e social em curso nos dias atuais e futuros, em cada país, é a posição lógica.⁵⁷⁸

Assim, defendendo o marxismo-leninismo, Manoel Jover Teles salientou que o marxismo e o Leninismo continuavam sendo as únicas ferramentas revolucionárias para as mazelas do capitalismo e do imperialismo que se apresentavam no final do século XX. Quanto aos erros de Stálin, ele os comenta e não os deixa cair no esquecimento. Porém, é categórico: “sem dúvida eles existiram e devem ser realmente conhecidos, analisados e avaliados”, mas “no contexto da trajetória da Revolução Bolchevique e do processo de construção do Socialismo no período em que ele dirigiu o PCUS e o Estado Soviético”⁵⁷⁹. Desse modo, analisando o novo contexto político que se apresentava no mundo em 1991, Jover lamentaria através de uma pequena metáfora: “La Belle Époque” dos brancos punhos rendados, acabou. Que pena! Era tão bonita”⁵⁸⁰.

Estas informações podem relativizar o peso colocado sobre o fato de Jover ter se candidatado a vereador em 1996, aos 76 anos de idade, por um Partido de direita, cuja legenda era composta, em sua maioria, por apoiadores do antigo regime ditatorial. Por que teria ele se lançado em uma empreitada que colocaria em risco um futuro tranquilo, onde o estigma do passado poderia ter ficado adormecido? Qual

⁵⁷⁷ Id., *ibid.*, p.13.

⁵⁷⁸ Id., *ibid.*, p.3.

⁵⁷⁹ Id., *ibid.*

⁵⁸⁰ Id., *ibid.*, p.18.

teria sido sua motivação para tal decisão? Dar vazão aos pensamentos e anseios do militante político que fora no passado e que foram represados por duas décadas de ostracismo? Essa decisão o expôs novamente aos questionamentos e julgamento dos antigos integrantes do Partido Comunista e da opinião pública. Conforme reportagem veiculada na Revista Veja, Jover “preencheu uma ficha de inscrição no conservador PPB, sigla de Paulo Maluf em São Paulo, [...] e agora distribui santinhos em campanha para vereador”⁵⁸¹. Notadamente o tom usado no trecho da reportagem, como vimos no capítulo anterior, foi de crítica, reforçando a tese da traição, afinal Jover Teles não somente teria delatado seus companheiros, como teria se unido ao inimigo. Porém, ele se explicou na própria reportagem dizendo: “no interior do país as siglas não querem dizer nada. O que vale são os homens que compõem uma legenda, por sua competência, honestidade, dignidade”⁵⁸².

A avaliação de Jover em seus escritos em 1991, bem como o conteúdo de alguns de seus poemas na primeira década do século XXI, demonstra que, mesmo fora das fileiras dos partidos comunistas, continuou a acreditar e defender o stalinismo, o marxismo e o leninismo.

Em Santa Catarina, Manoel Jover Teles recortou e ressignificou experiências do passado, capitalizando-o em prol da construção e estabilidade de uma identidade de “poeta” e de “escritor”. Sua trajetória o fez concluir que, “na maratona da vida, ficamos à deriva, sem cuidarmos de nós mesmos”⁵⁸³. Naquelas alturas, um de seus poemas salientou:

Se o Poeta sabe
 não poder a História mudar,
 Não deve somente a dor mitigar
 Pode na História testemunhar,
 Combater a tenebrosa escuridão,
 Acender a luz de lampião
 para mentes iluminar
 não para o Mundo
 transformar,
 mas para o Homem
 mudar
 pois mudando o seu andar,
 nada mais será igual!⁵⁸⁴

⁵⁸¹ AMERICANO, Luiz; Z Aidan, Patrícia. A mancha da traição. *Revista Veja*, 14 de agosto de 1996, p.51.

⁵⁸² Id., *ibid.*

⁵⁸³ TELES, Manoel [Manolo]. Amor no entardecer. s.n., Agosto de 2002., 2p.[Manuscrito] Acervo do GPL-SC.

⁵⁸⁴ TELES, Manoel. O poeta e a História. s.n., 15-10-2006., s.p. 1p.[Manuscrito]. Acervo do GPL-SC.

De fato, com o passar dos anos, Jover presenciou que o mundo tomara diferentes rumos em relação à história da luta pelo socialismo e à tão sonhada revolução que o transformaria. Com essas mudanças parece ter passado a acreditar mais na transformação do homem do que do mundo. O poema supracitado, cujo título é “o poeta e a história”, salienta que uma das funções do poeta é iluminar mentes para a transformação do homem, pois este, “mudando seu andar, nada mais seria igual”. Neste sentido encontrou na poesia não apenas refúgio e aconchego, mas espaço de militância e, principalmente, de reconhecimento e prestígio que já não mais alcançaria dentro de um Partido Comunista, cuja cultura aliada ao contexto da repressão política dos anos 70 apresentou-lhe entraves como o que fora estudado nesta tese, o estigma da traição.

A TRAIÇÃO E OS DESAFIOS BIOGRÁFICOS DE MANOLO

Os objetivos gerais desta tese foram os de construir uma biografia de Manoel Jover Teles e, a partir de sua trajetória de vida, abordar e explicar questões relacionadas aos períodos e contextos nos quais viveu. Assim, privilegiamos, como objeto, a vida política do indivíduo biografado, contemplando a “traição” que lhe foi imputada a partir da reflexão sobre os dispositivos retórico-discursivos da traição na cultura comunista.

Buscando “os fios e os rastros” de e *sobre* Manoel Jover Teles conseguimos explicar detalhes da dissidência comunista brasileira da qual participou, particularmente sobre a constituição da Corrente Revolucionária Nacional e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR.

No final dos anos 60, após sua expulsão do PCB em 1967 e uma rápida passagem pelo PCBR, Manoel Jover Teles ingressou para as fileiras do PC do B, alcançando neste partido cargos de direção e tornando-se um dos importantes membros do Comitê Central que se posicionou de forma contrária à posição adotada pelo núcleo dirigente sobre a experiência da Guerrilha do Araguaia. Conforme analisamos na documentação pesquisada no Fundo de Polícias Políticas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, muitos militantes que foram presos no contexto da repressão política, ocorrida nos “anos de chumbo” da ditadura militar brasileira, delataram informações sobre o Partido e sobre alguns de seus integrantes, dentre eles Manoel Jover Teles.

As informações colhidas pela Polícia Política da Ditadura, oriundas não apenas dos depoimentos de presos políticos, mas, também, de materiais recolhidos nas buscas e apreensões – como o caso das cadernetas de Luiz Carlos Prestes –, contribuíram para que, em 1976, Jover tenha caído no contexto da operação militar contra o Aparelho da Lapa.

A “chacina da Lapa”, evento que liquidou com o Comitê Central do PC do B, matando três importantes dirigentes e prendendo outros integrantes do partido que estavam na reunião da casa da Rua Pio XI, desmantelou o Partido que buscava resistir duramente após anos de perseguição e combates com a Guerrilha do Araguaia.

Jover Teles, juntamente com José Gomes Novaes, conseguiu escapar da perseguição da operação da Lapa, mas, diferentemente deste último, desapareceu e não fez mais contatos com o Partido. No final dos anos 70 é visto em Porto Alegre pelo militante Eloy Martins e, a partir de então, o PC do B começou a acusar Jover Teles de “traição”. A expulsão de Manoel Jover Teles foi noticiada em *A Classe Operária*, em meados 1980, e teve como causas apontadas o revisionismo, a insubordinação e a deserção.

O relatório de Manoel Jover Teles enviado ao PC do B, contendo sua versão sobre o episódio da Chacina da Lapa, foi o documento sobre o qual os membros do Comitê Central apoiaram-se para sentenciar Teles à “heresia” do revisionismo. Este documento, no entanto, até a conclusão desta tese, não se tornou público e continua “uma questão de mistério”.

A partir de fevereiro de 1983, como uma das resoluções do 6º Congresso, o PC do B aprovou o resultado de uma sindicância interna relativa ao caso da Lapa e “confirmou” sua expulsão das fileiras do partido, acusando-o de “traidor e colaborador direto dos órgãos de repressão, fornecendo dados e indicações” sobre o local da reunião do Comitê Central ocorrida em dezembro de 1976.⁵⁸⁵

As fontes deste trabalho demonstraram que houve uma organização da operação da Lapa baseada numa investigação prévia e através da qual se conseguiu informações que deveriam ser restritas aos membros do Comitê Central do PC do B, mas que, ao contrário, já estavam em conhecimento da polícia política. Elas demonstram, também, que existem outras informações a respeito desse tema que, como demonstramos no decorrer do capítulo 3, ficaram ocultas ou, no mínimo, não foram consideradas pela imprensa e pelo Partido e que poderiam refutar a possibilidade de ter sido Jover o responsável por ter delatado informações que teriam contribuído para a chacina de 1976.

⁵⁸⁵ *A Classe Operária*, nº 153, fev-mar de 1983, p.4.

As duas expulsões de Manoel Jover Teles ocorrem no ápice da crise interna do PC do B quando, devido às resoluções da VII Conferência do partido, particularmente às relativas ao significado da guerrilha do Araguaia e ao rompimento com o maoísmo, causou muito descontentamento dentro de suas fileiras. Além disso, como vimos, a crise interna do PC do B, direta ou indiretamente também estava vinculada ao surgimento do Partido dos Trabalhadores, o PT, que atraiu dissidentes que seriam rotulados como “traidores” ou “inimigos da Classe Operária”.

A “traição” de Jover Teles, sobretudo a partir dos anos 90, foi mais corrente e pública na medida em que ela, por evocar fatos importantes da história do Brasil (Araguaia, Lapa, etc.), passou a ser tema de livros e de depoimentos, como no caso das declarações de um general do Exército que igualmente o denunciou, relatando que Jover teria recebido um “pagamento” em dinheiro para “delatar” os companheiros da Lapa. Também no mesmo período, reforçou a ideia de traição o fato de Jover ter sido candidatado a vereador, em 1996, pelo PPB, atual Partido Progressista e antiga Arena. Assim, a imagem da traição persiste não apenas pelo discurso do PC do B, percebido no Jornal “A Classe Operária” e em publicações de viés educativo e comemorativo, mas, também, porque foi sendo explorada jornalisticamente com notícias que vieram à tona.

Diante de todos estes fatos, a biografia de Manoel Jover Teles, suas trajetórias de lutas e conquistas na militância dentro do movimento comunista brasileiro foi eclipsada pelo estigma da traição. Desse modo, os recortes que foram dados para escrever sobre ele e o comunismo estiveram pautados na perspectiva de uma história política que não apenas valorizou as experiências do sujeito, mas, também, as integrou e as analisou no contexto cultural dos grupos nos quais fez parte – no caso, o PCB e o PC do B (com ênfase a este último). Vimos isso como necessário por se tratar de uma biografia histórica que se esforçou em compreender os principais percursos do indivíduo biografado, paralelamente ao exercício de compreensão das racionalidades imbricadas entre ele e os grupos e vice-versa.

Jover Teles e os partidos comunistas no Brasil, particularmente o PCB e o PC do B, estavam inseridos em uma cultura política que zelava para que nada fragilizasse a imagem da infalibilidade do Partido e a crença na Revolução. Desse modo, em relação à Lapa e aos embates internos, admitir qualquer negligência

oriunda dos dirigentes representativos da *Vanguarda da Classe Operária* estava fora de questão. Para compreender e pensar a delação e a acusação de traição que passou a pesar contra Jover Teles no universo da política e da militância comunista no contexto de crise vivida pelo PC do B na década de 70, foi necessário identificar em outros estudos, particularmente os pesquisados na França, uma noção de traição que permitisse extrair significados para além do caso em questão, mas vista sob uma perspectiva mais ampla, integrada à dinâmica partidária que buscava uma militância obediente e disciplinada, que mesmo em meio a sérias crises, fechava-se na maioria das vezes a críticas e dissensões.

Tomando a “traição” como uma noção que se vincula às sensibilidades, aos usos retóricos e às representações, vimos que ela, além dos fatos, estava vinculada aos usos que dela faziam os Partidos Comunistas. A ideia de retórica baseada em Foucault como um conjunto de procedimentos pelos quais quem fala busca produzir efeitos de convicção sobre aqueles a quem se dirige, permitiu-nos perceber que o caso da “traição” de Jover Teles também esteve ligada ao contexto de uma moral comunista, utilitária política e pedagogicamente.

Os comunistas lidavam constantemente com questões relativas à fidelidade à organização, até porque se tratava de um mecanismo essencial para a atuação na clandestinidade, onde a cumplicidade era fundamental para a sobrevivência do grupo. Ao mesmo tempo, fazia parte das ações praticadas pelos partidos comunistas a orientação de que “apenas depurando-se o partido se fortalece dos elementos oportunistas”⁵⁸⁶. A identificação e o expurgo de traidores do seio do Partido estavam vinculados a uma cultura comunista na qual a vigilância e o controle são fundamentais na estrutura de poder dos partidos. Assim, a fidelidade e combate aos “inimigos internos”, embora não existissem apenas no sentido retórico, integravam a crença naquilo que era concebido como necessário para levar a Revolução a diante.

A moral comunista compreendia um conjunto de princípios e normas que determinavam o comportamento do militante, instituindo um modelo de conduta e apontando princípios ou valores necessários ao comportamento exemplar. As figuras do “traidor” e da “traição” eram importantes vetores de uma educação ideológica e partidária, pois contribuíam para a mobilização e sustentação de dois

⁵⁸⁶ Stálin, citado por Jorge Ferreira, 2002, p.159.

principais campos da Moral Comunista, denominados nesta tese de “conduta” e “fidelidade ou lealdade”. Juntas, elas foram responsáveis por produzir e transmitir um sentido de unidade e um sentido para a manutenção hierárquica do “centralismo democrático” na estrutura partidária comunista. A utilização destas imagens favorecia o trabalho de educação ideológica, a vigilância e o controle dos militantes no seio dos partidos comunistas. Desse modo, na perspectiva da cultura comunista, a retórica da traição se inseriu na produção de convicções que serviam pedagógica e politicamente. Nos momentos de crise, como os vivenciados pelo PC do B no período após a chacina da Lapa, a retórica da traição agia mobilizando elementos da Conduta e Fidelidade exemplares. Além disso, naquele contexto, a identificação e expulsão de um traidor também cumpriram papel importante em relação à necessidade simbólica da prática de purificação em situações de crise, onde a reorganização ou o recomeço era imperativo. Afinal, era preciso garantir a representação de um partido não apenas temperado na luta de classes, como também “puro”, “coeso”, símbolo de unidade e “Vanguarda da Classe Operária”.

A traição, em relação a Manoel Jover Teles, consonante com a cultura comunista, apresentou-se de diferentes formas ou integrou diferentes elementos e denominações. Os principais neste sentido foram o revisionismo, a deserção, a insubordinação, a delação e, de forma menos evidente, a espionagem e a infiltração.

Se foi possível perceber a traição de Manoel Jover Teles em relação às fórmulas construídas e alimentadas pela cultura comunista e pelo PC do B, dentro do que é chamado de “retórica da traição”, não é razoável, no entanto, pensar da mesma forma em relação à denúncia feita pelos militares. Na perspectiva da denúncia de um general do Exército, de que Jover teria traído os companheiros e que através desta “traição” alguns foram assassinados, mais do que reforçar a figura do “traidor”, a traição passa a adquirir sentido de violência simbólica, uma vez que, segundo Bourdieu, se dissimula e se opera elementos a fim de produzir determinadas formas de pensar e agir, e de operacionalizar sentidos de efeito dentre os indivíduos e suas instituições⁵⁸⁷.

Manoel Jover Teles demorou muito tempo para conseguiu lidar com o estigma. Isso ocorreu quando, já aos 80 anos de idade, aproximadamente, foi viver,

⁵⁸⁷ Conforme Pierre Bourdieu, 2011a ; 2011b.

recluso, em Santa Catarina. Em Florianópolis, recortou e ressignificou experiências do passado, capitalizando-o em prol da construção e estabilidade de uma identidade de “poeta” e de “escritor”, conseguindo resgatar no final da vida prestígio e admiração que já não seria possível encontrar na vida político-partidária devido à estigmatização. Como membro da Academia Catarinense de Letras e Artes e, principalmente, do Grupo de Poetas Livres de Santa Catarina, integrou-se a novas redes de amigos e sociabilidade. Utilizando da poesia, conseguiu exercitar a escrita, uma de suas principais paixões, militando muitas vezes através dela, entre uma rima e outra, criticando o imperialismo norte-americano e as mazelas do mundo capitalista. Esta escrita, porém, era realizada com a liberdade do poeta que, fora dos sistemas normativos de um Partido Comunista, podia escrever com “a liberdade de um livre pensador”, como ele mesmo diria.

Em Santa Catarina Jover continuou com a estratégia de esconder seu passado comunista e, criando uma memória sobre suas viagens, conseguiu uma forma para que o grupo de poetas compartilhasse parte de seu passado. Ao chegar em Santa Catarina ele literalmente “engavetou” parte do livro que estava preparando no contexto da queda da União Soviética, em 1991. A publicação de suas avaliações sobre a “queda” do socialismo no manuscrito “Ilusório Efeito da Pororoca” certamente foram guardadas por ele, na medida em que revelariam seu passado comunista ao seu novo círculo de camaradas, os poetas de Santa Catarina. Ao mesmo tempo elas revelam que, mesmo fora de um partido e do universo político, Jover morre estalinista e acreditando no marxismo-leninismo.

Um dos grandes desafios deste trabalho foi escrever uma biografia de um homem sobre o qual existe e incide uma “memória da traição”. Uma memória que, como qualquer outra, é uma reconstrução continuamente atualizada do passado e que, por se manifestar também de forma retórica e estar associada a estratégias culturais de gestão da memória de um grupo, silenciou diferentes facetas e trajetórias de Manoel Jover Teles, colocando em evidência apenas a efígie estigmatizadora. De alguma forma, conceber outra memória de Manoel Jover Teles a não ser a instituída, parece que colocaria em risco a estabilidade de imagens que um grupo do “nós” constituiu a respeito de si a partir da alteridade em relação àquilo que “moralmente” identifica o “outro”, como “traidor”. Nesse sentido, algumas pessoas se negaram a dar entrevistas ou fornecer materiais dizendo “não tenho

nada a declarar”; “O quê? Uma biografia de Jover Teles?! Mas você tem alguma dúvida de que ele foi o traidor?!” Por outro lado, no último ano, a abertura de diversos arquivos, e a experiência do Doutorado Sanduíche na França permitiu o acesso a um volume tão diversificado de fontes e bibliografias que, devido ao curto espaço de tempo que restou para a escrita e defesa da tese, não foi possível analisar exaustivamente alguns aspectos do projeto original que teve de ser, naturalmente, adaptado. Entretanto, acreditamos ter conseguido alcançar o objetivo que aqui foi proposto, ou seja, explicar a trajetória política de Manoel Jover Teles e, a partir dela, refletir sobre a dissidência comunista e a noção de “traição” que lhe foi imputada, procurando “desconstruir” o estigma e fazendo “emergir” uma pluralidade de facetas do biografado à luz da pesquisa histórica.

Manoel Jover Teles foi operário, mineiro, furador, cartucheiro. Das minas, ganhou o mundo, entrou para a História. Foi destacado membro do PCB, um dos integrantes de uma Escola de Quadros da URSS. Foi deputado, jornalista, escritor, poeta. Foi um homem que dedicou mais de 50 anos de sua vida à política e aos partidos comunistas. Foi um marxista-leninista motivado, como muitos outros militantes de seu tempo, a realizar uma Revolução no Brasil de outrora. Como deputado, destacou-se como um legítimo representante da classe operária. Foi um operário que se intelectualizou e, entre as décadas de 1950 e 1960, escreveu para alguns jornais, viajou para alguns países, tornando-se um dos principais quadros do Partido Comunista, até ser expulso do PCB em 1967, no movimento de dissidência iniciado com a Corrente Revolucionária Nacional. Na clandestinidade, especialmente nos 30 anos que antecederam a Chacina da Lapa em 1976, sua carreira política na militância comunista não apenas progrediu, como também se inseriu no contexto das dissidências que marcaram a vida política dos principais partidos comunistas brasileiros do século XX: o PCB e o PC do B.

Os desafios biográficos de Manoel Jover Teles foram muitos e, talvez, alguns não tenham sido vencidos. Falamos isso conscientemente, pois, depois do exercício biográfico realizado nesta tese, estamos certos de que nenhuma biografia jamais conseguirá dar conta da totalidade ou da complexidade da vida de um sujeito, por mais recortada que a pesquisa esteja (e nem foi esse nosso objetivo). A vida é um emaranhado de teias e vínculos que a compõem, tornando-a um enredo de possibilidades, caminhos, decisões e efeitos que se atravessam com diferentes

necessidades, desejos, limites e indecisões. Isto é, na sua complexidade, o sujeito vai apresentando uma pluralidade de facetas, de pontos de vista e de transformações que maximizam as possibilidades de análise do historiador e a necessidade de utilização de um amplo e variado corpus documental. Neste sentido, mesmo tendo o Político como campo privilegiado, a pluralidade de faces de “Jover Teles” exigiram, muitas vezes, paciência, retomada, mudanças de rumos e escolhas que, a rigor, podem não ter sido aqui tão exploradas no sentido de pensar e relacionar as inúmeras imagens deste sujeito - o “príncipe espanhol”, o “mineiro”, o “Manolo”, o “comunista”, “o deputado”, o “escritor”, “o poeta”, o “cidadão do mundo”, o “traidor”, o “amigo”, o “avô”, o “Antônio Lima”, o “Rui”, o “Luis Teles” e tantos outros. Se por um lado esta pluralidade (e versatilidade) foi um dos desafios e/ou dificuldades enfrentadas, por outro, foi um dos motivos de Jover Teles ter sido um tema tão interessante e motivador nestes anos em que se pesquisou suas trajetórias. E, com certeza, depois de todas as páginas aqui escritas, fica impossível ter uma única resposta para “quem foi Manoel Jover Teles?”.



É difícil colocar um ponto final em uma tese de caráter biográfico... É como não querer se despedir de alguém que, mesmo nunca tendo conhecido além dos vestígios que deixou, conviveu comigo durante 4 anos, me deixando histórias, me causando surpresas, admiração, inquietação, etc. Talvez por isso não utilizei aqui o termo “conclusão” ou “considerações finais”. Depois do fôlego que o “amigo” Manolo tanto me exigiu nestes últimos 48 meses, perdoem-me os leitores, mas vou finalizar esta tese dando asas à imaginação...

De repente ouço:

- “Querido, meu tempo está acabando! Meu tempo está acabando!”⁵⁸⁸

- Mas, Manolo, como assim acabando? Ainda poderia escrever tantas coisas...

⁵⁸⁸ TELES, Manoel. Pesadelo. s.n., 21-05-2002., p.1. [Manuscrito]. Acervo do GPL-SC.

- Professor, o senhor não acha que já foi longe demais? Nesses últimos 4 anos o senhor já foi, com todo respeito, muito bisbilhoteiro com as histórias que deixei. Esqueceu do que já disse? Quero “navegar sobre águas mansas...”⁵⁸⁹.

- Ok, Manolo. Peço desculpas se por acaso invadi demais tua privacidade. Mas saibas que isso faz parte do meu ofício. Muitas vezes preciso questionar, violar e invadir memórias para construir História.

- Não me venha com este papo de Historiador. Afinal de contas quem viveu as histórias fui eu. Eu é que realmente sei o que se passou comigo. Eu é que saberia explicar as lidas de meu tempo.

- Tá certo, Manolo. Não vamos discutir logo agora em que vou te deixar em paz. Mas posso fazer uma última pergunta?

- Ai ai ai...

- É simples... Como tu avaliarias tua própria vida?

- Meu caro Éder, se não lhe dei respostas prontas até agora, por que o faria neste instante? Mas, veja bem, como não sou de fugir de peleia, vou citar a passagem de uma obra sobre a qual você poderá refletir sobre o que penso a respeito:

“[...] Vejam os senhores: a razão é uma coisa boa, sem dúvida, mas razão é apenas razão e satisfaz apenas a capacidade racional do homem; já a vontade, esta é a manifestação da vida como um todo, ou melhor, de toda a vida humana, aí incluindo-se a razão e todas as formas de se coçar. E, mesmo que a nossa vida pareça às vezes bem ruinzinha do ponto de vista acima, ela é vida, apesar de tudo, e não apenas a extração de uma raiz quadrada. Eu, por exemplo, naturalmente quis viver para satisfazer toda a minha capacidade de vida, e não satisfazer apenas minha capacidade racional, ou seja, talvez a vigésima parte de toda a minha capacidade de viver. Que sabe a razão? Ela sabe apenas aquilo que conseguiu conhecer (outras coisas, provavelmente, nunca saberá; isso pode não consolar, mas por que não dizê-lo?); já a natureza humana, esta age como um todo, com tudo o

⁵⁸⁹ TELES, Manoel. Ao sublime sublimar. s.n., 10-10-2005. 1p. [Manuscrito]. Acervo do GPL-SC.

que possui, seja consciente, seja inconsciente – e, mesmo mentindo, está vivendo”.⁵⁹⁰

- Profundo, hein, Manolo? Tá parecendo Dostoiévski...

- Exatamente. É dele mesmo.

- Mas só para encerrar...

- Mas você já não disse que seria a última pergunta?!

- É o vício, *desolé*. Tu gostaste desta biografia a teu respeito?

- Prefiro não responder a esta questão. Mas uma coisa me apraz: “nada morre enquanto é lembrado”⁵⁹¹.

- Então adeus, querido Manolo.

- Ei, vamos parar com esta história de “querido”...

- (risos). Tá certo. Agradeço-te por todos os vestígios deixados e peço desculpas se por vezes me irritei contigo, te xinguei em meio às dificuldades em que tive de buscar razão e construir inteligibilidade sobre teus rastros...

- Lembre-se, caro Éder, pois você já leu isso em um dos meus poemas:

*Se a vida nos apresenta dificuldades,
Por que vamos dar-nos por vencidos?
Se eternamente estivermos prevenidos
Para lutarmos e vencê-las com tenacidade [...]
Se quando a alma não é pequena,
Tudo no mundo vale a pena,
Nossa vida é muito curta
Para ser vida pequena.*⁵⁹²

⁵⁹⁰ DOTOIÉVSKI, Fiódor [1821-1881]. Notas do subsolo. Porto Alegre: L&PM, 2011, p.38-39.

⁵⁹¹ TELES, Manoel Jover. [Manolo] *Evocação*. Poema lido na festa de homenagem aos mineiros, realizada na Sociedade Última Hora no mês de novembro de 1992. Arroio dos Ratos: Gráfica PBS, 1993. (há exemplares no acervo do Museu Estadual do Carvão).

⁵⁹² TELES, Manoel. Ao sublime sublimar. s.n., 10-10-2005. 1p. [Manuscrito]. Acervo do GPL-SC.

Nesse momento, parece se afastar no horizonte o biografado do historiador, ao mesmo tempo em que no papel surge um ponto, que é final, mas nem tão final assim.

Fontes e Referências

Documentos e Periódicos

CONSÓRCIO ADMINISTRATIVO DE EMPRESAS DE MINERAÇÃO. Ofício nº 81. Correspondência expedida ao chefe de polícia do Estado do Rio Grande do Sul. São Jerônimo, 16 de fevereiro de 1948. O documento pesquisado em 2010 encontrava-se no acervo da sede atual do Sindicato dos Mineiros de Butiá-RS. Atualmente ele integra o acervo do Arquivo Histórico da Mineração, junto ao Museu Estadual do Carvão, em Arroio dos Ratos-RS.

CONSÓRCIO ADMINISTRATIVO DE EMPRESAS DE MINERAÇÃO. Ofício nº 90. Correspondência expedida ao chefe de polícia do Estado do Rio Grande do Sul. São Jerônimo, 23 de fevereiro de 1948. O documento pesquisado em 2010 encontrava-se no acervo da sede atual do Sindicato dos Mineiros de Butiá-RS. Atualmente ele integra o acervo do Arquivo Histórico da Mineração, junto ao Museu Estadual do Carvão, em Arroio dos Ratos-RS.

RELATÓRIO da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo. Rio de Janeiro: Oficinas do Jornal do Brasil, 1895.

ESTATUTOS do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão do Município de São Jerônimo. Guaíba: Gráfica Güntzel, 1933.

- Jornal do Brasil (1992);
- Jornal O Estado de São Paulo (1976);
- Jornal A Classe Operária (1976 a 1983);
- Jornal Tribuna Popular (1945 e 1946);
- Jornal Voz Operária (1957 a 1959);
- Jornal Pekin Informa (1963);
- Jornal Libertação (1945);

- Jornal Correio do Povo (1953);
- Jornal Folha de São Paulo (1996);
- Revista Veja (1976 e 1996);

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Interrogatório Nº 109/74 – DOI/CODI I EX.** Interrogado: Armando Botelho Soares de Freitas. Rio de Janeiro 10 de setembro de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Interrogatório Nº 68/74 – DOI/CODI I EX.** Interrogado: Geraldo Seixas Patrício. Rio de Janeiro 5 de abril de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Interrogatório Nº 69/74 – DOI/CODI I EX.** Interrogado: Geraldo Seixas Patrício. Rio de Janeiro 5 de abril de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Interrogatório Nº 77/74 – DOI/CODI I EX.** Interrogador: Agenor; Interrogado: Jarbas Amorim. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Interrogatório Nº 79/74 – DOI/CODI I EX.** Interrogador: Agenor; Interrogado: Jarbas Amorim. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Prontuário 130218.** Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: Prontuário, notação Comunismo 71.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Prontuário 44.431** sobre Manoel Jover Teles. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: Prontuário GB, notação 44.431.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **DOSSIÊ: APELIDOS DOS DIRIGENTES DO PCB.** Departamento Estadual de Segurança Pública. Rio de Janeiro, 13/07/1966. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação: 69, Dossiê 5.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA. **Informe Confidencial nº 1111**. Rio de Janeiro, Cenimar, 17-12-1969. Fundo de Polícias Políticas do APERJ, Secreto 56.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. **OFÍCIO nº 24, fevereiro de 1965**. Documento integrante do Prontuário 130218, Fundo de Polícias Políticas do APERJ, DOPS 43.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. MINISTÉRIO DA MARINHA. **Informe nº 136**. Rio de Janeiro, Estado Maior da Armada, Centro de Informações da Marinha-CENIMAR, 16-02-1965. Fundo de Polícias Políticas do APERJ, Secreto 08.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **INFORME** DO CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA – CENIMAR, s.n.. Rio de Janeiro, CENIMAR, 4/01/1965. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: secreto, notação: 06. Maço 03.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **INFORME** DO ESTADO MAIOR DA AERONÁUTICA Nº 382, Subchefia de operações e informações. Rio de Janeiro, 08 de outubro de 1965. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: secreto, notação: 09, caixa 390, maço 04.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **INFORME Nº 2515**. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DA GUANABARA. Rio de Janeiro, 13-06-1968. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: secreto, Prontuário 44431.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara. DOPS. **Informe nº2515** referente ao memorando 88 de 13-3-1968 do SOPS/DR/DPF/GB. GB, 19-3-1968. O documento integra o PRONTUÁRIO 44431 do Fundo de Polícias Políticas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO SENTENÇA **PROC. 54/70**. Justiça Militar, 1ª Auditoria da Aeronáutica, RJ, 04/04/1975. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 138.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Processo 1.734** de 1942 do Tribunal de Apelação do Estado do Rio Grande do Sul do Arquivo Unificado da Justiça do Trabalho de Porto Alegre.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Ação de acidente de trabalho nº 2885** da 2ª Comarca do Superior Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul - APERS. Autor: Carlos Wietzorecki; Ré: Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Cartório Cível e criminal, maço 54, est.05, São Jerônimo.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **ANAIS da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.**, volumes V ao IX, de junho a setembro de 1947.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Museu Estadual do Carvão. **Questionário respondido por Manoel Jover Teles em 12/09/1997.** Pasta “Entrevista - mineiros”, acervo do Museu Estadual do Carvão.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Museu Estadual do Carvão. **Questionário respondido por ex-mineiro.** Pasta “Entrevista - mineiros”, acervo do Museu Estadual do Carvão.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Processo 1.734.** Ação de Acidente de Trabalho. Tribunal de apelação do estado do Rio Grande do Sul, Acervo de processo judiciais do Arquivo Judicial Centralizado de Porto Alegre. Autor: Leon Jover Telles; Ré: Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, 1942.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Processo 118/46.** Acervo do Memorial da Justiça do Trabalho (Junta de São Jerônimo). Reclamante: Braulio Jover Telles; Reclamado: Cia Estrada de Ferro e Minas São Jerônimo. Porto Alegre, Memorial da Justiça do Trabalho, Caixa 5.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Processo 63/46.** Acervo do Memorial da Justiça do Trabalho (Junta de São Jerônimo). Reclamante: CADEM; Reclamado: Manoel Jover Telles. Porto Alegre, Memorial da Justiça do Trabalho, Caixa 3.

BRASIL. **Diário Oficial da União.** Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1944, p.18.

BRÁSÍLIA – DISTRITO FEDERAL. **Interrogatório Nº M(?)131.** Depoimento de Manoel Jover Teles ao DOI - I Ex., São Paulo, 8/12/1976, folha 22. Acervo pessoal de Taís Morais. Disponível em www.geracaoeditorial.com.br.

ESTADO DE SÃO PAULO. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 15 de Setembro de 1957, p.82.

ESTADO DE SÃO PAULO, Diário Oficial de 7 de março de 1962, seção I, s.p.

O COMUNISMO no Brasil. **Inquérito Policial Militar 709.** V. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

O COMUNISMO no Brasil. **Inquérito Policial Militar 709.** V.2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967.

O COMUNISMO no Brasil. **Inquérito Policial Militar 709.** V.3. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967,

O COMUNISMO no Brasil. **Inquérito Policial Militar 709**. V.4. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967.

OLIVEIRA FILHO, José Emiliano de. Relatos de uma juventude [**Diário pessoal**]. Março de 1962. Agradeço a sua neta, Kelly Oliveira, pela permissão de ler e citar o manuscrito.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil**. Lisboa: Maria da Fonte, 1974.

PRESTES, Luís Carlos. **Carta ao Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro sobre o Debate Político**. Imprensa Popular, RJ, 20 de novembro de 1956.

SOARES, Maura. **Pronunciamento** realizado na “Sessão da Saudade em memória de Manoel Jover Teles”. Florianópolis, 22 de junho de 2007, Auditório Abelardo Souza – Biblioteca Pública Municipal Professor Barreiros Filho. [manuscrito]. Acervo do Grupo de Poetas Livres de Santa Catarina.

Memórias e biografias

BASBAUM, Leôncio. **Uma vida em seis tempos**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.

BERCHT, Verônica. **Coração Vermelho**. A vida de Elza Monnerat. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002

CHAVES NETO, Elias. **Minha vida e as lutas de meu tempo**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978.

CORRÊA, Hércules. **Memórias de um stalinista**. Rio de Janeiro: Opera Nostra, 1994.

DIAS, Eduardo. **Um imigrante e a revolução**. Memórias de um militante operário (1934-1951). São Paulo: Brasiliense, 1983.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca**: o capitão da guerrilha. 11ª ed. São Paulo: Global Editora, 1987.

LIMA, Heitor Ferreira. **Caminhos percorridos**. Memórias de militância. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

LIMA, Joaquim Celso de. **Navegar é preciso**. Memórias de um operário comunista. São Paulo: Diniz, 1984

PERALVA, Osvaldo. **O Retrato**: impressionante depoimento sobre o comunismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962.

SYRKIS, Alfredo. **Os carbonários**: memórias da guerrilha perdida. 3ª ed. São Paulo: Global Editora, 1980;

Fontes Orais

DEPOIMENTO de **Adyr Fiúza de Castro** concedido a Maria Celina D'Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio, Ary Dillon; CASTRO, Celso. Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.60.

DEPOIMENTO de **João Paulo Moreira Burnier** concedido a Maria Celina D'Araujo e Celso Castro. In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio, Ary Dillon; CASTRO, Celso. Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DEPOIMENTO de **Marival Chaves Dias do Canto** concedido a Pedro Estevam da Rocha Pomar. In: POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **Massacre na Lapa**. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

DEPOIMENTO de **Manoel Jover Teles** concedido ao jornalista José Mitchell. In: MITCHELL, José. Jover Telles nega tudo e diz que nunca foi traidor. **Jornal do Brasil**, 05-04-1992, p.17.

DEPOIMENTO de **José Gomes Novaes** em entrevista concedida a Pedro Estevam da Rocha Pomar. In: POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **Massacre na Lapa**. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

DEPOIMENTO do general **Leônidas Pires Gonçalves** concedido a Maria Celina D'Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio, Ary Dillon; CASTRO, Celso. Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DUBET, François. **Sobre as noções de estigmatização e discriminação**. Paris, EHESS, 29 nov. 2012. Entrevista concedida a Éder da Silva Silveira.

ENTREVISTA DO GENERAL LEÔNIDAS PIRES GONÇALVES SOBRE OS 25 ANOS DO FIM DA DITADURA MILITAR. **Dossiê Globo News**. Rio de Janeiro, Rede Globo, 03 de abril de 2010.

ENTREVISTAS com ex-mineiros disponíveis no Acervo do Arquivo Histórico do RS, projeto "**Memória Mineira**". Porto Alegre, AHRs.

GONÇALVES Isabel, **Sobre Manoel Jover Teles**. Charqueadas, RS. 06 de Agosto de 2010. Entrevista concedida a Éder da Silva Silveira.

GONÇALVES, Isabel. **Sobre Manoel Jover Teles**. Florianópolis, SC., 10 de fevereiro de 2011. Entrevista concedida a Éder da Silva Silveira.

GORENDER, Jacob. **Entrevista biográfica**. Entrevista concedida a Alípio Freire e Marcelo Ridenti. Revista Margem Esquerda, 19-16-2007, p.13-23.

GORENDER, Jacob. **Sobre a militância comunista e Jover Teles**. Entrevista concedida ao autor em 24-02-2011. São Paulo, residência do entrevistado, 2011.

LIMA, Iracema Coelho. **História de vida de Manoel Jover Teles e memórias de família**. Entrevista concedida a Éder da Silva Silveira. Arroio dos Ratos, 07-05-2009.

LIMA, Iracema Coelho. **Sobre a prisão de Manoel Jover Teles e as declarações sobre delação**. Entrevista concedida a Éder da Silva Silveira. Arroio dos Ratos, 14-11-2011.

LOHN, Inês Carmelita. **Recordações de Manoel Jover Teles**. Florianópolis, Santa Catarina, 21 de abril de 2011. Entrevista Concedida a Éder da Silva Silveira.

MAIO, Eluiza. **Sobre Manoel Jover Teles**. Florianópolis, SC., 10 de fevereiro de 2011. Entrevista concedida a Éder da Silva Silveira.

MITCHELL, José. **Sobre Jover Teles**. Paris/Porto Alegre, 22 dez. 2012, 42min. Entrevista via Skype concedida a Éder da Silva Silveira.

SANTOS, Alberto. **Sobre Jover Teles**. Paris/Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2012. Entrevista via Skype e Yahoo Mail concedida a Éder da Silva Silveira.

SANTOS, Alberto. **Sobre Jover Teles**. Rio de Janeiro, 07-05-2013. Entrevista concedida a Éder da Silva Silveira.

SANTOS, Alberto. **Sobre a presença de Jover na China**. Rio de Janeiro/Arroio dos Ratos. 07-07-2013. Entrevista concedida ao autor via Yahoo Mail.

SERPA, Vital. **Memória Mineira**. Arroio dos Ratos, 21 de junho de 2002. Entrevista concedida ao Antigo Centro de História Oral do RS, disponível no acervo do Arquivo Histórico do RS.

SOBRINHO, João Mello. **Memórias do Poço Um**: curiosidades do tempo das minas. 16 de novembro de 2013. Encontro da Saudade Mineira, Arroio dos Ratos. Entrevista concedida a Éder da Silva Silveira.

SOTELO, Sérgio. **Memórias de família sobre o cotidiano dos mineiros e a enchente de 1936**. Arroio dos Ratos, maio de 2000. Entrevista concedida a Éder da Silva Silveira.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AMARAL, Roberto Mansilla. **Uma memória silenciada**. Idéias, lutas e desilusões na vida do revolucionário Octávio Brandão (1917-1980). 2003. 351p. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 2003.

APELO de Estocolmo. **Verbetes** do Dicionário Marxista.org. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/a/apelo_estocolmo.htm>. Acesso em 20 de maio de 2013.

ARNAUT, Luiz. A poesia como fonte histórica. In: **Anais** do II Encontro do Grupo de Estudo e Trabalho em “História e Linguagem” do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 30-nov-1º dez 2011.

ARNAUT, Luiz; RODRIGUES, Márcio dos Santos; CUNHA, Valdeci da Silva. “Suspiros e dores”: escravidão, piedade e metáfora. **Revista Cadernos de História**, vol. VI, ano 3, nº2, dezembro de 2008, p.1-19.

AS ELEIÇÕES no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Síntese, s.d., p. 254.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. **Dimensões**, UFES, v.24, 2010, p.157-172.

BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social**. Enciclopédia Einaudi, Imprensa Nacional, 1985.

BLAY, Eva Alterman. Dormitórios e Vilas Operárias: o trabalhador no espaço urbano brasileiro. In: VALLADARES, Licia do Prado (org.). **Habitação em Questão**. RJ: Zahar, 1980.

BORGES, VAVY P. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bessanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler, uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e ressentimentos**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade** - lembranças de velhos. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOULOUQUE, Sylvain; LIAIGRE, Franck. Traîtres, renégats et agents provocateurs : les listes noires du Parti Communiste (1931-1945). In : BOULOUQUE, Sylvain; GIRARD, Pascal. **Traîtres et trahisons**: guerres, imaginaires sociaux et constructions politiques. Paris : Éditions Seli Arslan, 2007.

BOULOUQUE, Sylvain. Communisme et trahison. In : JAVEAU, Claude; SCHEHR, Sébastien (dir.). **La trahison**: de l'adultère au crime politique. Paris : Berg International, 2010.

BOULOUQUE, Sylvain; GIRARD, Pascal. **Traîtres et trahisons**: guerres, imaginaires sociaux et constructions politiques. Paris : Éditions Seli Arslan, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. 11ª ed. São Paulo: Papyrus Editora, 2011b.

BRANDÃO, Jacynto Linz. A “pura liberdade” do poeta e o historiador. **Ágora**. Estudos Clássicos em Debate, nº9, 2007, p.9-40.;

BUONICORE, Augusto C. **Cuba e a reorganização do PCdoB**. 9 de Abril de 2012. Disponível em: < <http://pagina13.org.br/2012/04/cuba-e-a-reorganizacao-do-pcdob/>> Acesso em 01 de junho de 2013.

BUONICORE, Augusto. **A explosão eleitoral comunista nos anos 40**. 20-set-2006. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=7697>. Acesso em junho de 2009.

CARONE, Edgard. **O PCB**. São Paulo: Difel, 3v., 1982.

CAVALCANTE, Berenice. **Certezas e ilusões**: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: EDUFF/PROED, 1986.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008

CHAIA, Miguel. **Intelectuais e sindicalistas**. A experiência do Dieese. 1955-1990. Brasília: Editora Humanidades, 1992,

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: v.7, n.13, 1994.

CHILCOTE, Ronald H. **Partido Comunista Brasileiro**: conflito e integração. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

CIOCCARI, Marta. **Ecos do Subterrâneo**: estudo antropológico do cotidiano e memória da comunidade de mineiros de carvão de Minas do Leão – RS. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), IFCH/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio, Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. RJ: Paz e Terra, 1987.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil 1961-1964**. RJ: Editora Vozes, 1986,

DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, v.10, n.19, jul-dez 2009, p.7-16.

DELLA VECHIA, Renato da Silva. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência

Política), Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2005.

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em 10 de maio de 2013.

DIFERENÇA entre Sindicato, Federação, Confederação e Central Sindical. 2012. Disponível em: <<http://www.sindisaudevs.com/2012/08/diferenca-entre-sindicato-federacao.html#ixzz2YNPmpYwG>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2013.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: escrever uma vida. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DOTOIEVSKI, Fiódor [1821-1881]. **Notas do subsolo**. Porto Alegre: L&PM, 2011

DUARTE, José Bacchieri (org.). **Os 10 dias em que o RS foi parlamentarista**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul/Gráfica Ética Impressora, 2003, p.388.

DUBET, François (et. al.). **Pourquoi moi?** L'expérience des discriminations. Paris: Éditions du Seuil, 2013,

DURÁN, Francisco Entrena. Mobilização social na Andaluzia: do radicalismo à institucionalização. **Análise Social**, vol. XXXVI (158-159), 2001, p.329-364;

ECKERT, Cornélia. **Os homens da mina** – um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas/RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia). 1985. UFRGS/PPG em Antropologia, Sociologia e Ciência Política, Porto Alegre, 1985.

ECKERT, Cornélia. Passado e presente de devoção na padroeira dos mineiros de carvão. Estudo da festa de Santa Bárbara no Brasil e na França. In: Sérgio Alves Teixeira; Ari Pedro Oro. (Org.). **Brasil e França Ensaio de Antropologia Social**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992, p.57.

ECKERT, Cornélia. Saudade Em Festa e a Ética da Lembrança. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p. 182-192, 1997.

EGEA BRUNO, Pedro M^a. Conyuctura minera y clase obrera em Linares (1882-1886). **Revista de Historia Contemporánea**. nº5, 1991, p. 137-156.

FAJARDO, Sinara Porto. **Espionagem Política**: Instituições e Processo no Rio Grande do Sul. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

FALCÓN, Gustavo. **Um caminho brasileiro para o socialismo**: a trajetória política de Mário Alves (1923-1970). 2007. 207p. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

FARIA, Fabiano Godinho. **Ação, tradição e organização**: a evolução do conceito de partido do PCB ao PCBR, ALN e PCdoB (1962-1979). 2008. 326p. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 2008.

FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. SP: Edusp, 2000

FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge. Os comunistas e os Novos Rumos. **Anais** do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011, p.2.

FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do Mito**. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Rio de Janeiro: EdUFF/ Mauad, 2002.

FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). **As esquerdas no Brasil**. vol.1: A formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

FOUCAULT, Michel. **El Coraje de la Verdad**. El Gobierno de sí y de los otros II. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

FUCHTNER, Hans. **Os Sindicatos Brasileiros Organização e Função Política**. RJ: Editora Graal, 1980.

GENERAL admite que ditadura subornou traidor para liquidar PC do B. *Vermelho*, 05-04-2010. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=127109&id_secao=1>. Acesso em 10 de novembro de 2012. Grifo nosso.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1991.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Cia das Letras, 2006 [1ª edição 1976].

GOERGEN, Pedro. Educação moral hoje: cenários, perspectivas e perplexidades. **Educação e Sociedade**, vol.28, nº100 – Ed. Especial, out.2007, p.737.

GOMES, Ângela de Castro; FLAKSMAN, Dora Rocha; STOTZ, Eduardo. **Velhos militantes**: depoimentos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

GOMES, Paulo Junqueira. **Sobre cargos e funções nas minas de carvão de São Jerônimo**. Arroio dos Ratos, 04 de junho de 2013, entrevista concedida a Éder da Silva Silveira.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. SP: Ática, 2ª ed., 1987

GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a derrota do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil**, v.2: Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964). RJ: Paz e Terra, 2007.

HEINZ, Flávio M. [et. al.] (orgs.). **O Parlamento em tempos interessantes**. Breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947 a 1982. Porto Alegre: CORAG, 2005, p.16.

HOLLANDA, Chico Buarque de.; GUERRA, Ruy. **Calabar – O Elogio da Traição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (24ª. ed.), 2000

KONDER, Leandro. **História das ideias socialistas no Brasil**. São Paulo, Expressão Popular, 2003.

KONRAD, Glaucia. **Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul**: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945). Tese (doutorado em História). Campinas: IFCH – UNICAMP, 2006.

KONRAD, Diorge Alceno. **O fantasma do medo**: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937). Tese (Doutorado em História). Campinas: IFCH – UNICAMP, 2004.

KONSTAN, David. Ressentimento – história de uma emoção. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.) **Memória e (Res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2ª ed. SP, Campinas: Editora Unicamp, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Página Aberta, 1991

LAFORGIA, Reynaldo. **Dezembro Sangrento**: A chacina da Lapa. Campinas, SP: Pontes, 1988.

LAZITCH, Branko. Les Écoles de Cadres du Comintern : contribution à leur histoire. In : FREYMOND, Jacques (dir.). **Contributions a l'histoire du Comintern**.

Publications de l'institut universitaire de Hautes Études Internationales, nº45. Genève : Librairie Droz, 1965, p.233. Texto localizado na FMSH/EHESS.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LE GOFF, Jacques. Comment écrire une biographie historique aujourd'hui?. **Le Débat**, nº 54, mar./abril 1989.

LENA JÚNIOR, Hélio. Astrogildo Pereira: **um intransigente libertário (1917-1922)**. 1999, 168 p. Dissertação (Mestrado em História), Curso de Mestrado em História Social do Trabalho da Universidade Severino Sombra – USS, Vassouras, 1999.

LÉNINE, Vladímir Ilitch. Obras escolhidas. São Paulo: Editora Alfa-Omega, tomo 1, 1979.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.

LIMA FILHO, Henrique Espada R. Biografia e Microstoria: o uso da biografia na historiografia italiana contemporânea. In: **Cadernos**. Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA, Belém, v.12, n.1/2, jan./dez., 1993, p.01-11.

LORIGA, Sabina. **O pequeno X**. Da biografia à História. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LORIGA, Sabina. "A biografia como problema". In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LOWENTAL, David. Como conhecemos o passado. In: **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Puc-SP. São Paulo, n.17, nov.1998, p.63-201.

LYON-CAEN, Judith ; RIBARD, Dinah. **L'historien et la littérature**. Paris: La Découverte, 2010.

MADELÉNAT, Daniel. **La Biographie**. Paris: PUF, 1984

MARÇAL, João Batista. **A Imprensa Operária do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: s.n., 2004.

MARÇAL, João Batista. **Comunistas gaúchos**: a vida de 31 militantes da classe operária. Porto Alegre: Tchê, 1986.

MARRACCINI, Graziella. **O fio de Ariadne**. Disponível em: <http://www.stum.com.br/conteudo/conteudo.asp?id=8762>. Acesso em julho de 2011.

MARTÍNEZ, Elda Evangelina González. O Brasil como país de Destino para os migrantes espanhóis. In: FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

MARTINS, Marisângela T. A. **De volta para o presente**: uma história dos militantes comunistas de Porto Alegre e suas representações acerca da democracia (1945-1947). 2007b. 260p. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2007b.

MARTINS, Marisângela. Ser comunista em Porto Alegre entre 1945 e 1947. **História e história**. 2007a. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=46>>. Acesso em 10 de junho de 2009.

MAZUREL, Hervé. La poésie dans la construction d'une histoire culturelle du Voyage. **Sociétés & Représentations**, 2006/1, nº21, p.191-211.

MEYER, Michel. **La Rhétorique**. Deuxième édition. Paris : PUF, 2010,

MITCHELL, José. **Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007

MONTEIRO, Adalberto. **Chacina da Lapa 30 anos**. São Paulo: Instituto Mauricio Grabois, 2006.

MORAIS, Taís. **Sem vestígios**: Revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira. São Paulo: Geração Editorial, 2008.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MOREIRA DE SÁ, MARIA da Piedade. A descrição na narrativa oral. **Revista do GELNE** – Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste. Ano I, n.1, 1999.

MUNICÍPIO de Cerquilha completa 64 anos de desenvolvimento. Jornal Nossa Folha, 09 de abril de 2013, s.p. Disponível em: <http://www.jornalnossafolha.com.br/more-about-joomla/29-home/1615-municipio-de-cerquilha-completa-64-anos-de-desenvolvimento.html>>. Acesso em fevereiro de 2013.

OLIVEIRA, Marcia Elisa. **Mineiros de São Jerônimo no final do Estado Novo**: na encruzilhada entre a legislação trabalhista e as leis de guerra (1943-1946). Trabalho de Conclusão de Curso (História). Departamento de História da UFRGS, Porto Alegre, 2009.

O BODE na maçonaria. Disponível em : <http://maconariaesatanismo.com.br/maconaria/o-bode-na-maconaria/>. Acesso em 12-05-2013.

PACHECO, Eliezer. **A formação da esquerda no Brasil**. Ijuí: UNIJUÍ, 2008,

PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros**. História e Memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PANDOLFI, Dulce. Entre dois governos: 1945-1950, a cassação do Partido Comunista no cenário da Guerra Fria. Dossiês Era Vargas do CPDOC/FGV. Verbetes disponíveis em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC>>. Acesso em 29-05-2013.

PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra J. e LANGUE, Frédérique. **Sensibilidades na História**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007

POLLAK, Michael. Memória. Esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.9.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **Massacre na Lapa**. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

POMAR, Valter Ventura da Rocha. **Comunistas do Brasil**. Interpretações sobre a cisão. 2000. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2000.

POMAR, Wladimir. **Araguaia, o partido e a guerrilha**. São Paulo: Global, 1980.

PRESTES, Anita Leocádia. Da Declaração de Março à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático. **Revista Crítica Marxista**, nº32, 2011, p.148.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. Os comunistas no Brasil, 2ª ed. São Paulo: brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista do Brasil entre 1943 e 1964. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.). **História do Marxismo no Brasil**, v.5: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. São Paulo: Editora Unicamp, 2002.

REZENDE, Renato Arruda de. **1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que o rei**. O fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética. 2006. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados, 2006.

RIBEIRO, Octávio. **Por que eu traí**. Confissões de Cabo Anselmo. São Paulo: Global Editora, 1984.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. La biografía como género historiográfico: algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: SCHMIDT, Benito (org.). **O biográfico**: perspectivas interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

ROMERO-BALMAS, Gregorio Nuñez. La historiografía minera en Andalucía: estado de La cuestión, fuentes y perspectivas. **Revista de Historia Contemporánea**, nº1, 1982, p.255-261.

SALDANHA, Heitor. **A hora evarista**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1974.

SALES, Jean Rodrigues. Entre a revolução e a institucionalização: a participação eleitoral do PC do B na história recente do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 42, julho-dezembro de 2008, p. 241-260.

SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. 2005. Tese (Doutorado em História). Departamento de História do Instituto de Filosofia de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 2005.

SALES, Jean Rodrigues. A revolução cubana, as esquerdas brasileiras e a luta contra a ditadura. In: **Anais** do V Congresso Europeu de Latino-americanistas, 2007b, Bruxelas (Bélgica).

SALES, Jean Rodrigues. **O PCdoB conta a sua história**: tradição, memória e identidade política. Diálogos. Maringá, 2003, p.155-71.

SALES, Jean Rodrigues. **Partido Comunista do Brasil – PC do B**: propostas teóricas e prática política - 1962-1976. 2000. 229p. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, SP – UNICAMP, Campinas, 2000.

SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). **História**

do Marxismo no Brasil, v.6: partidos e movimentos após os anos 1960. São Paulo: Editora Unicamp, 2007a.

SALIBA, Elias Thomé. Aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

SCARPELLI, Carolina. **Marcas da clandestinidade**: memórias da Ditadura Militar Brasileira”. 2009. Dissertação (Memória Social). Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, RJ, 2009.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia: um gênero de fronteira entre a História e a Literatura. In: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP: Unicamp, IFCH, 2000.

SCHMIDT, Benito Bisso. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na História, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: SCHMIDT, Benito (org.). **O biográfico**: perspectivas interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000-b.

SCHMIDT, Benito Bisso. Entrevista com Sabina Loriga: a história biográfica. **Métis**: história e cultura – v.2, n.3, p.11-22, jan./jun. 2003.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Em busca da terra da promessa**: a história de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Relações perigosas**: História e biografia. Registro de palestra proferida no “Encontros Transdisciplinares (I). (AUTO)BIOGRAFIA(S)”. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Sala Pantheon do IFCH/UFRGS - *Campus do Vale*, 6 de junho de 2011.

SCHNEIDER, Sidnei. **Heitor Saldanha 100 anos**: rolando como um trovão. Disponível em: < <http://www.artistasgauchos.com.br/portal/?cid=352>>. Acesso em 20 de maio de 2013.

SEGATTO, José Antônio. **Breve história do PCB**. 2ª ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SILVA JUNIOR, Edson Teixeira da. **Carlos, a face oculta de Marighella**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

SILVA, Cristina Ennes. **Nas profundezas da terra**: um estudo sobre a Região Carbonífera do Rio Grande do Sul (1883/1945). 2007, 392 p. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SILVEIRA, Éder da Silva. Representações sobre o trabalho nas minas de carvão de Arroio dos Ratos. In: IX Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos e conhecimento, 2008. **Anais**. Unisinos, São Leopoldo, 2008.

SILVEIRA, Éder da Silva. **Ensaio de pesquisa de campo em Arroio dos Ratos**. Texto apresentado em um seminário de Antropologia na Universidade Luterana do Brasil, em julho de 2000.

SILVEIRA, Eder da Silva. História Oral e Memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. **Métis – História e Cultura**. Caxias do Sul, v. 6, n.12, jul./dez. 2007, p.35-44.

SILVEIRA, Éder da Silva. **O jornal como objeto**: tópicos especiais e introdutórios para a Pesquisa em História. Texto apresentado no seminário *imprensa, comparação e História* da disciplina *Documentos e outras fontes históricas: leitura e interpretação I*, ministrada pelo prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, no primeiro semestre de 2010.

SILVEIRA, Éder da Silva. **Cidades e sociabilidades nos reinos de Chile nos séculos XVI e XVIII**. Texto apresentado no seminário *sobre sociabilidades na cidade colonial e na cidade crioula na América Latina*, coordenado pelas prof^{as}. Dr^{as} Eloísa Capovilla e Heloísa Reichel, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, no primeiro semestre de 2010. Texto também publicado na Revista Ciência e Conhecimento, vol.08, 2010.

SORIANO, Ignacio C.; MADRID, Francisco. **Antología documental del anarquismo español**. VI. Bibliografía e historiografía. 4^a Ed. , s.n., out. 2010.

SOTANA, Edvaldo Correa. **Relatos de viagens à URSS em tempos de Guerra Fria**: uma prática de militantes comunistas brasileiros. Curitiba: Aos quatro ventos, 2006.

SOUZA, Deusa Maria de. **Caminhos cruzados**: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2006.

SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos**. As leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50. Tese (Doutorado em História). IFCH / PPGH Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012, p.101-102.

STEPAN, Alfred. **Os Militares**: da Abertura à Nova República. 4^o ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

SULZBACH, Ervino Lothar. **Perfil de um minerador**. Arroio dos Ratos: PBS, 1989.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

TELLES, Manoel Jover. **O movimento sindical no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

TELLES, Manoel Jover. **O movimento sindical no Brasil**. Rio de Janeiro: Vitória, 1962.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TÔRRES, Raquel Mundim. **O Inferno e o Paraíso se confundem: Viagens de Brasileiros à URSS (1928-1934)**. Dissertação (Mestrado em História). UNICAMP, PPG em História, Campinas, 2013.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**. 3ª ed. Brasília: Editora Ser, 2007.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **Aos que não viveram a contra-revolução de 31 de março de 1964**. Disponível em: http://br.dir.groups.yahoo.com/group/amigos_do_colegio_militar/message/8989. Acesso em 10 de julho de 2009.

KLOVAN, Felipe Figueiró. **Sob o fardo do Ouro Negro: as experiências de exploração e resistência dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na primeira metade da década de 1930**. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de História da UFRGS, Porto Alegre, 2009.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. A espiar o mundo. Experiência Histórica na leitura poética da “geração 1970”. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v.3, ano III, nº1, jan/fev/mar 2006, p.1-12.;

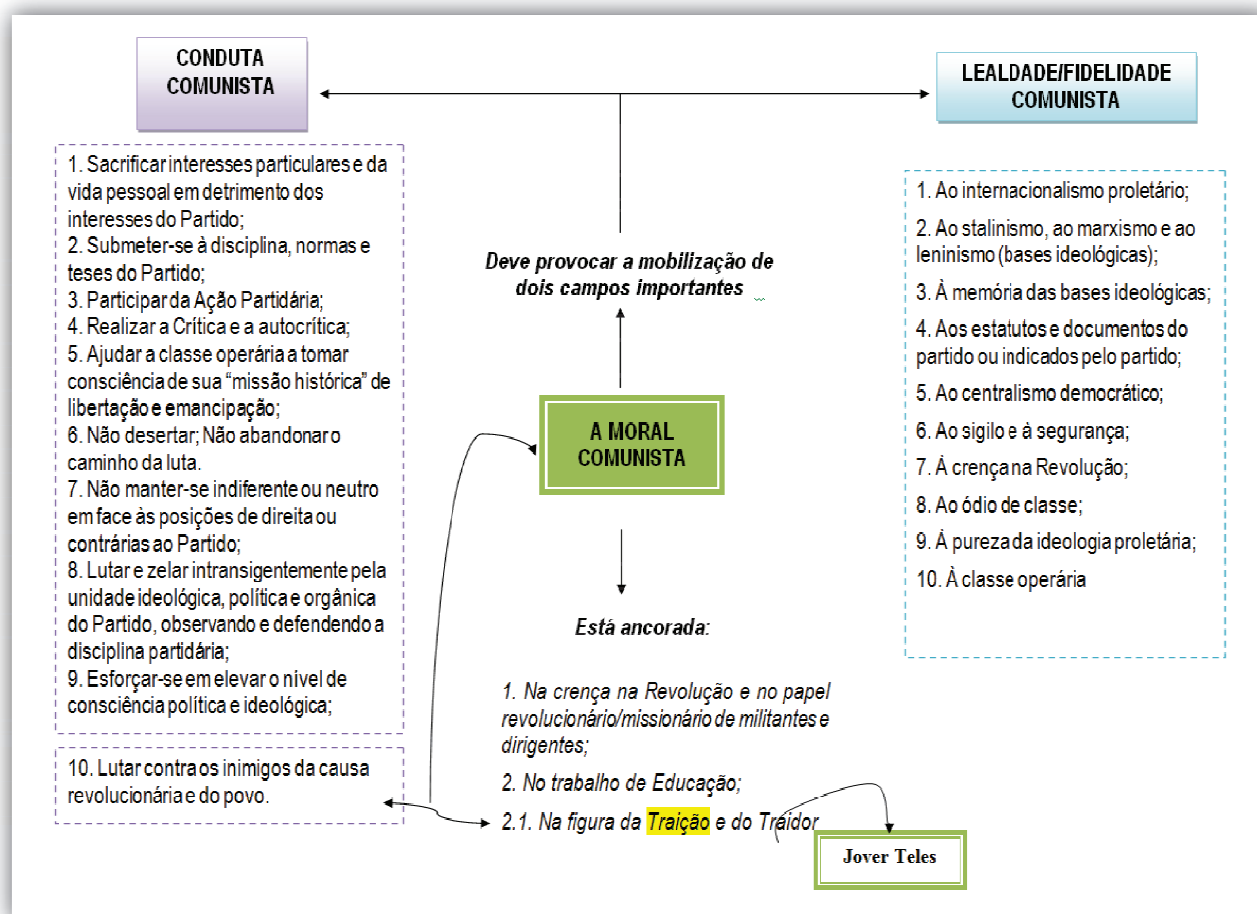
VINHAS, Moisés. **O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

WOODCOCK, George. **Anarquismo: introdução histórica**. In: _____(org.). *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: LP&M, 1981.

SCHEHR, Sébastien. **Traîtres et trahisons: de l'Antiquité à nos jours**. Paris: Berg International, 2008.

APÊNDICES

A - FLOXIGRAMA SOBRE O CAPÍTULO 3*



* A realização deste fluxograma foi necessária para sintetizar o cruzamento de diferentes fontes e conferir uma lógica analítica que fizesse sentido quando se tratava de pensar a traição relacionada à biografia de Manolo em um conjunto maior de referências. Por outro, foi importante para servir de fio condutor para a escrita do capítulo 3 da tese. As principais fontes utilizadas para a elaboração deste esquema analítico foram: a) A Classe Operária (edições das décadas de 1970 e 1980); b) O Inquérito Policial Militar 709; c) Textos e documentos diversos sobre Educação Comunista; e) memórias e autobiografias de alguns dissidentes comunistas.

**B - TEXTOS DE/SOBRE MANOEL JOVER TELES PESQUISADOS NO ACERVO
DO GRUPO DE POETAS LIVRES DE SANTA CATARINA**

Nº	TÍTULO	ANO	REFERÊNCIA	ASSUNTO(S) E OBSERVAÇÕES
1	Documento pessoal e ficha cadastral no GPL.	1920; 2002;	-----	-----
2	Esquema-Roteiro-Base da palestra realizada no recinto do Museu do Carvão	1964	TELES, Manoel Jover [Manolo]. Esquema-Roteiro-Base da palestra realizada no recinto do Museu do Carvão. S.n. Novembro de 1964. 4p.	Museu Estadual do Carvão; Arroio dos Ratos./ Palestra provavelmente realizada por Manolo no Museu do Carvão em 1964.
3	Notas sobre a nova ordem internacional	1991	TELES, Manoel Jover [Manolo]. Notas sobre a nova ordem internacional. Sn. Dezembro de 1991. 7p.	Geopolítica no início dos anos 90 / Provável manuscrito de palestra proferida por Manolo, em 1991.
4	Ilusório efeito da pororoca	1991	TELES, Manoel Jover. Ilusório efeito da Pororoca. Novembro de 1991. [Manuscrito]	Geopolítica no início dos anos 90; Crise do Socialismo na URSS; Stalinismo, etc./ Conforme escreveu Teles, tratava-se de um livro que estava sendo organizado por ele
5	Conferência sobre o movimento operário.	1996	TELES, Manoel Jover [Jover Telles]. Conferência sobre o movimento operário. s.n. dezembro de 1991. 34p.	Conferência sobre o Movimento Operário e sobre o Comunismo no M. operário./ Provável conferência proferida por Manolo, na UFRGS em 1996
6	Meu presente de natal	1991	TELES, Manoel [Manolo]. Meu presente de natal. s.n., 31-12-1991., s.p. 2p.[Manuscrito]	Despedida; despedida de "colegas"/ trechos interessantes! Parece despedir-se de colegas comunistas; final de 1991 pode ter sido um momento de decisão (seu presente de natal a si mesmo)
7	Arroio da Esperança	1993	TELES, Manoel Jover [Manolo]. Arroio da Esperança. Arroio dos Ratos: Gráfica PBS, 1993. 12p.	História de Arroio dos Ratos; mineração de carvão; memórias de quando foi mineiro e deputado; memórias da juventude nas minas/ Palestra pronunciada no recinto da Câmara de vereadores de Arroio dos Ratos no dia 29 de outubro de 1993.
8	Evocação	1993	TELES, Manoel Jover [Manolo]. Evocação. Arroio dos Ratos: Gráfica PBS, 1993, 7p.	História de Arroio dos Ratos; mineração de carvão; memórias de quando foi mineiro e deputado; memórias da juventude nas minas / Poema lido na Festa de homenagem aos mineiros

				realizada na sociedade última hora no mês de novembro de 1992.
9	I Oficina Sociológica/96	1996	CARTAZ - UFRGS - IFCH. I Oficina Sociológica/96. Jover Telles: memórias das lutas sindicais e democráticas. Sala 202 (Panteon), IFCH, Campus do Vale, 10h, Porto Alegre.	Cartaz de divulgação/ Palestra de Jover Telles na UFRGS em 1996, promovida pelos PPG de Sociologia e Ciência Política e Depto. De Geografia e Núcleo de História Oral do IFCH.
10	Novela das novelas	2000	TELES, Manoel [Manolo].Novela das novelas. s.n., 30-09-2000.[Manuscrito] 3p.	Encadeamento de 73 títulos de novelas em um mesmo poema / A família diz que Manolo não gostava que comentassem que ele gostava de ver televisão e novelas.
11	Amor sem ataduras (III - final)	2002	TELES, Manoel [Manolo].Amor sem ataduras (III - final). In: Revista Ventos do Sul - Revista do Grupo de Poetas Livres - difundindo a poesia e fazendo amigos. Florianópolis-SC, Ano IV, nº 17 -out-nov-dez.. de 2002, p.20.	Amor; música clássica; etc./ poema publicado na Revista Ventos do Sul
12	Feitiço dos olhos verdes	2002	TELES, Manoel [Manolo].Feitiço dos olhos verdes. s.n., nov.2002.[Manuscrito] 2p.	Mulher; olhos verdes; paixão / lida em reunião do GPL em novembro de 2002.
13	Pesadelo	2002	TELES, Manoel [Manolo]. Pesadelo. s.n., 21-05-2002., 3p.[Manuscrito]	Sufrimento; medo da morte, / Poema de Manolo em folhas avulsas.
14	Amor no entardecer	2002	TELES, Manoel [Manolo]. Amor no entardecer. s.n., Agosto de 2002., 2p.[Manuscrito]	Amor. Reencontro; paixão.
15	Eco do Natal	2002	TELES, Manoel [Manolo]. Eco de natal. s.n., dezembro de 2002., 2p.[Manuscrito]	Amores; natal; infância; viagens. / Poema de Manolo em folha avulsa.
16	Dia das Crianças	2002	TELES, Manoel [Manolo]. Dia das crianças. s.n., 12 de outubro de 2002., 2p.[Manuscrito]	Dia das crianças / poema de Manolo em folha avulsa.
17	Amor sem ataduras	2002	TELES, Manoel [Manolo]. Amor sem ataduras. In: Revista Ventos do Sul - Revista do Grupo de Poetas Livres - difundindo a poesia e fazendo amigos. Florianópolis-SC, nº 15 - abril, maio e junho de 2002, p.24.	AMOR / poema publicado na Revista Ventos do Sul.
18	Amor sem ataduras (II)	2002	TELES, Manoel [Manolo]. Amor sem ataduras (II). In: Revista Ventos do Sul - Revista do Grupo de Poetas Livres - difundindo a poesia e fazendo amigos. Florianópolis-SC, Ano IV - nº 16 - jul. ago. set. de 2002, p.19.	AMOR / poema publicado na Revista Ventos do Sul.
19	Recolhimento	2003	TELES, Manoel [Manolo]. Recolhimento. In: Revista Ventos do Sul - Revista do Grupo de Poetas Livres - difundindo a poesia e fazendo amigos. Florianópolis-SC, Ano V, nº 18 - jan, fev e mar de 2003, s.p.	Exercício a partir de palavra-chave "recolhimento" / poema publicado na Revista Ventos do Sul.
20	Pensamento	2003	TELES, Manoel [Manolo]. Pensamento. In: Revista Ventos do Sul - Revista do Grupo de Poetas Livres - difundindo a poesia e fazendo amigos. Florianópolis-SC, Ano V,	Crítica ao sistema capitalista / poema publicado na Revista Ventos do Sul.

			nº 18 - jan, fev e mar de 2003, p.22.	
21	Gregória	2003	TELES, Manoel [Manolo].Gregória. s.n., 16-09-2003.[Manuscrito] 1p.	Homenagem póstuma à irmã Gregória poema de Manolo em folha avulsa.
22	Trem da vida	2003	TELES, Manoel [Manolo].Trem da vida. s.n., 27-06-2003.[Manuscrito] 2p.	Tempo?! poema de Manolo em folha avulsa.
23	Metamorfose	2003	TELES, Manoel.Metamorfose. s.n., 22-03-2003.[Manuscrito] 5p.	Crítica ao imperialismo estadunidense e à guerra por petróleo / poema de Manolo em folhas avulsas grampeadas.
24	26 de julho: dia da vovó.	2003	TELES, Manoel. 26 de julho: dia da vovó.. s.n., 26-07-2003..[Manuscrito] 2p.	Dia da vovó; avós. / poema de Manolo em folha avulsa.
25	Acróstico	2003	TELES, Manoel. Acróstico. s.n., 15-08-2003..[Manuscrito] 1p.	Mulher; mulheres anônimas de Manolo / poema de Manolo em folhas avulsas.
26	Ciranda eterna da vida	2003	TELES, Manoel [Manolo]. Ciranda eterna da vida. In: Revista Ventos do Sul - Revista do Grupo de Poetas Livres- difundindo a poesia e fazendo amigos. Florianópolis-SC, Ano V - nº 19 abril;maio;junho de 2003, p.19.	Transformação; homem velho; homem novo / poema publicado na Revista Ventos do Sul.
27	Perspectiva	2003	TELES, Manoel [Manolo]. Perspectiva. In: Revista Ventos do Sul - Revista do Grupo de Poetas Livres- difundindo a poesia e fazendo amigos. Florianópolis-SC, Ano V - nº 20 jul.ago.set. de 2003, p.18.	"passado e futuro"/ poema publicado na Revista Ventos do Sul
28	Feira do livro	2003	TELES, Manoel [Manolo]. Feira do livro. In: Revista Ventos do Sul - Revista do Grupo de Poetas Livres- difundindo a poesia e fazendo amigos. Florianópolis-SC, Ano V - nº 21 out. nov. dez. de 2003, p.23.	Feira do livro; romance; livros / poema publicado na Revista Ventos do Sul
29	Ensaio/notas sobre o livro "Nietzsche e a Educação", de Jorge Larrosa.	2004	TELES, Manoel Jover [Manolo]. Ensaio/notas sobre o livro "Nietzsche e a Educação", de Jorge Larrosa.s.n.27-04-2004. 10p.	Filosofia; Nietzsche. Ensaio; / Provável pronunciamento realizado por Manoel Jover Teles em 2004.
30	No amor falar de amor	2004	TELES, Manoel [Manolo]. No amor falar de amor. In: Revista Ventos do Sul - Revista do Grupo de Poetas Livres - difundindo a poesia e fazendo amigos. Florianópolis-SC, Ano VI, nº 23 - jul.-dez. de 2004, p.21.	Amor/ poema publicado na Revista Ventos do Sul.
31	Poema nem tanto em prosa	2004	TELES, Manoel [Manolo].Poema nem tanto em prosa. In: Revista Ventos do Sul - Revista do Grupo de Poetas Livres - difundindo a poesia e fazendo amigos. Florianópolis-SC, Ano VI, nº 23 - jan.-jun. de 2004, p.19.	Sobre dois seres que se reencontram, se amam e se separam.../ poema publicado na Revista Ventos do Sul
32	Acróstico para o grupo de poetas livres	2004	TELES, Manoel. Acróstico para o grupo de poetas livres. s.n., 05-03-2004., s.p. 1p.[Manuscrito]	O que significava o GPL para Manolo; também indica saudade que senti do grupo durante 3 meses de férias? / trabalho certamente apresentado ao GPL-SC, conforme entrevista de Maura Soares.
33	Sobre Pablo Neruda	2004	TELES, Manoel [Manolo]. Sobre Pablo Neruda. Florianópolis-SC: s.n., 21-05-	Trabalho sobre Pablo Neruda e sua obra / trabalho

			2004. 12 p. [manuscrito]	certamente apresentado ao GPL-SC, conforme entrevista de Maura Soares.
34	Décima parte: passeando com Neruda	2004	TELES, Manoel [Manolo]. Décima parte: passeando com Neruda. Florianópolis-SC: s.n., 29-11-2004. 13 p. [manuscrito]	Estudo da obra de Neruda / "esquema palestra informativa por mim proferida perante grupo de estudo de poesia, e no encontro do GPL, realizado nesta data" (Manolo)
35	Utopia	2005	TELES, Manoel Jover [Manolo]. Florianópolis-SC: s.n., 25-11-2005. 1p.	Utopia; realidade; sonho; inércia; ser; / Manuscrito.
36	Vida e paz	2005	TELES, Manoel Jover [Manolo]. Vida e paz. In: Revista Ventos do Sul - Revista do Grupo de Poetas Livres - difundindo a poesia e fazendo amigos. Florianópolis-SC, Ano VII, nº 24 - janeiro a junho de 2005, p.17.	Vida e paz / poema publicado na Revista Ventos do Sul
37	novo X velho	2005	-----	-----
38	Sou Brasileiro	2005	TELES, Manoel [Manolo]. Sou brasileiro. In: Revista Ventos do Sul - Revista do Grupo de Poetas Livres - difundindo a poesia e fazendo amigos. Florianópolis-SC, Ano VII, nº 25 - julho - dezembro de 2005, p.31.	Ser brasileiro; identidade. / poema publicado na Revista Ventos do Sul; há uma anotação minha no verso sobre a participação em um evento da UFSE.
39	Heralda (canto no dia do lançamento de teu livro)	2005	TELES, Manoel Jover [Manolo]. Heralda (canto no dia do lançamento de teu livro). S.n. 02-09-2005.[Manuscrito] 1p.	Homenagem à amiga Heralda pelo lançamento do livro de poemas. / poema de Manolo em folha avulsa.
40	Ao sublime sublimar	2005	TELES, Manoel [Manolo]. Ao sublime sublimar. s.n., 10-10-2005., 1p.[Manuscrito]	Vida; percursos da vida; forma de encarar a vida; / poema de Manolo em folha avulsa.
41	Chorar ou aprender	2005	TELES, Manoel [Manolo]. Chorar ou aprender. Florianópolis-SC: s.n., 22-02-2005. 1 p. [manuscrito]	Sobre arrependimento; erros; poema de Manolo em folha avulsa – nada sobre política.
42	Indignar-se é preciso	2006	TELES, Manoel [Manolo]. Indignar-se é preciso. In: Revista Ventos do Sul - Revista do Grupo de Poetas Livres - difundindo a poesia e fazendo amigos. Florianópolis-SC, Ano VIII, nº 27 - julho - dezembro de 2006, p.24.	Conteúdo anti-imperialista / (EUA); poema publicado na Revista Ventos do Sul.
43	O antigo e o moderno em luta	2006	TELES, Manoel Jover [Manolo]. O antigo e o moderno em luta. Mensagem pessoal. E-mail recebido por <ivaluife@terra.com.br> em 28-02-2006.	Sobre as primeiras experiências de Manolo com seu computador e com a impressora. E-mail de Manolo ao amigo Ivan muito engraçado contando sobre sua adaptação no uso do computador e da internet.
44	Sonho acordado	2006	TELES, Manoel Jover. Sonho acordado. In: Viajando com poesia, ed.22. s.n., 21-07-2006[?], s.p.	Sonho; infinitude; horizonte / xerox do cartaz/adesivo com o poema de Manolo que foi colocado em ônibus de Florianópolis.

45	Gota Mágica	2006	TELES, Manoel [Manolo]. Gota Mágica. s.n., 15-10-2006. [Manuscrito] 4p.	Seca; etc. poema de Manolo em folhas avulsas.
46	O pássaro e os passarinhos	2006	TELES, Manoel. O pássaro e os passarinhos. s.n., 12-11-2006. [Manuscrito] 3p.	União; liberdade; etc./ poema de Manolo em folhas avulsas.
47	O poeta e a História	2006	TELES, Manoel. O poeta e a História. s.n., 15-10-2006., s.p. 1p. [Manuscrito]	Capacidade do homem de mudar a história / poema de Manolo em folha avulsa.
48	Renascimento	2006	TELES, Manoel. Renascimento. s.n., 11-02-2006., 3p. [Manuscrito]	O que significava o GPL para Manolo; festejos de final de ano./ poema de Manolo em folhas avulsas.
49	POEMA DE AUTOR DESCONHECIDO	2006	-----	-----
50	Ilusão de Óptica	2006	TELES, Manoel [Manolo]. Ilusão de Óptica. In: Revista Ventos do Sul - Revista do Grupo de Poetas Livres - difundindo a poesia e fazendo amigos. Florianópolis-SC, Ano VII, nº 26 - jan.-jun. de 2006, p.20.	Céu; mar; montanha; crítica ao imperialismo estadunidense; / poema publicado na Revista Ventos do Sul.
51	Soneteando	2007	TELES, Manoel Jover [Manolo]. Soneteando. In: Revista Ventos do Sul - Revista do Grupo de Poetas Livres - difundindo a poesia e fazendo amigos. Florianópolis-SC, Ano IX, nº 28 - janeiro-junho de 2007, p.20.	Sobre soneto; poesia. / poema publicado na Revista Ventos do Sul
52	Manoel Jover Teles	2007	Revista Ventos do Sul - Revista do Grupo de Poetas Livres - difundindo a poesia e fazendo amigos. Florianópolis-SC, Ano IX, nº 29 - jul.-dez. de 2007, p.4.	Homenagem póstuma a Manoel Jover Teles com dados biográficos. – com foto
53	Sessão da Saudade, em memória de Manoel Jover Teles	2007	SOARES, Maura. Grupo de Poetas Livres - Sessão da Saudade, em memória de Manoel Jover Teles. Florianópolis, 22 de junho de 2007. 9p. [Manuscrito]	Homenagem póstuma a Manoel Jover Teles pelo GPL / apresenta dados retrospectivos da entrada de Jover no grupo e da relação com algumas colegas e amigos.
54	E-mail resposta de Wesley Collyer para Ivan Alves Pereira.	2007	COLLYER, Wesley. Manolo. Mensagem pessoal. E-mail recebido por <ivaluife@terra.com.br> em 09-08-2007.	Homenagem póstuma (panegírico) a Manoel Jover Teles organizada pelo amigo Ivan / tem textos lidos no panegírico a Manolo na ACLA-SC.
55	Resumo apresentado na "Sessão de Saudade" do GPL-SC.	2007	GRUPO DE POETAS LIVRES. Resumo apresentado na "Sessão de Saudade" do Manolo. Florianópolis. S.n. s.d. 2p.	Trechos do Poema "Bailado Molhado do Mar Salgado", de Manolo, e "Quem foi esta figura tão querida de Manoel Jover Teles?" / Homenagem póstuma a Manoel Jover Teles.
56	Velho poeta (para Manolo)	2007	MELLO, Susana Zilli de. Velho poeta (para Manolo)	Poema relembrando características de Manolo no GPL_SC / Homenagem póstuma a Manoel Jover Teles.
57	Capa da Revista do Grupo de Poetas	2007	GRUPO DE POETAS LIVRES. Quinta antologia. Edição 10º aniversário.	Foto de Manolo na capa / homenagem póstuma, um

	Livres - Edição do 10º aniversário		Florianópolis, SC: Grupo de Poetas Livres, 2008. 171p.	ano depois de sua morte.
58	Portaria 01/2009 do GPL sobre a instituição da "Sala Manoel Jover Teles"	2009	Revista do Grupo de Poetas Livres - difundindo a poesia e fazendo amigos. Florianópolis-SC, Ano XI, nº 33 - julho - dezembro de 2009, p.05.	Sala Manoel Jover Teles / homenagem póstuma; Tem foto na página.
59	Capa da Revista do Grupo de Poetas Livres - Edição nº34	2010	Revista Ventos do Sul - Revista do Grupo de Poetas Livres - difundindo a poesia e fazendo amigos. Florianópolis-SC, Ano XII, nº 34 - janeiro a junho de 2010.	Capa com foto de Manolo / Capa com imagem de Manolo junto ao GPL-SC
60	Continuidade	?	TELES, Manoel [Manolo]. Continuidade. S.n. s.d.[Manuscrito] 1p.	Possíveis significados de estar em SC / poema de Manolo em folha avulsa.
61	Emoção X razão	?	TELES, Manoel [Manolo]. Emoção X razão. s.n., s.d.[Manuscrito] 1p.	Emoção; razão; sofrimento./ poema de Manolo em folha avulsa.
62	Tema da nova Era - dilema	?	TELES, Manoel. Tema da nova Era - dilema. s.n., s.d..[Manuscrito] 4p.	Crítica ao sistema capitalista; mundo pós-moderno que traz tecnologia e aumenta a desigualdade. / poema de Manolo em folhas avulsas.
63	Amares	?	TELES, Manoel[Manolo]. Amares. s.n., s.d., s.p. 1p.[Manuscrito]	Atitudes para permanecer no tempo; não ser esquecido / poema de Manolo em folha avulsa.
64	Livro "O Movimento Sindical no Brasil"	1962; 1981.	-----	-----

ANEXOS

A- “A MANCHA DA TRAIÇÃO” – REVISTA VEJA (14-08-1996, p.50 e 51)



HISTÓRIA

A mancha da traição

Aparece Jover Teles, uma espécie de Calabar da esquerda brasileira

LUÍZ AMERICANO E PATRÍCIA ZAZIAN

Manoel Jover Teles, 76 anos, entrou para a história da esquerda brasileira como uma espécie de Calabar. Ex-dirigente do Partido Comunista do Brasil, o PC do B, ele é acusado de ter conduzido o DOI-Codi até uma casa no bairro da Lapa, em São Paulo, onde, em dezembro de 1976, dirigentes da legenda faziam uma reunião clandestina. Na ação militar que ficou conhecida como a “chacina da Lapa”, dois dirigentes do PC do B — Pedro Ventura Pomar e Angelo Arroyo — foram fuzilados no local e morreram na mesma hora. Outros sete foram presos e, depois, torturados. (Um deles morreu na prisão.) Jover Teles compareceu à reunião da Lapa, que se prolongou por cinco dias. Chegou na hora certa e despediu-se no momento combinado, tendo ali permanecido do início ao fim, dormindo e comendo ao lado dos companheiros que logo depois seriam mortos, aprisionados e feridos. Conforme um dos sobreviventes, Wladimir Pomar, ele mostrou um comportamento um pouco estranho durante o encontro. Parecia um tanto excitado, às vezes raufórico até. “Suas intervenções eram conturbadas, sem objetividade”, lembra Wladimir Pomar.

Essas observações, contudo, só foram feitas bem mais tarde, quando reunindo depoimentos e colhendo indícios variados, o PC do B firmou a certeza de que foi por intermédio de Jover Teles que o posto militar chegou no local da reunião para promover o massacre. O partido acredita que, antes do encontro, ele caiu prisioneiro e fez um pacto para salvar a própria vida, permitindo que agentes o seguissem até o ponto depois do qual os militantes eram levados à casa na Lapa. “Todos precisam saber quem ele foi e o que fez”, afirma o deputado Haroldo Lima, do PC do B da Bahia, preso após a reunião da Lapa.

O Exército diz a mesma coisa. O general Leônidas Pires Gonçalves, que se tornou ministro no governo de José Sarney e em 1976 ocupava um comando no Rio de Janeiro, afirma que Jover Teles “é um traidor”. Leônidas conta que, investigando quem era quem na estrutura clandestina do PC do B no Rio, os órgãos de informação concluíram que Jover era um personagem “importantíssimo na estrutura do inimigo”. Leônidas, que acompanhou de perto essas investigações, chegou a batizá-lo de “VIP”, sigla de very important person. Outro dado que o general lembra é que Jover Teles, como tantos outros militantes de esquerda que mudaram de lado, “foi um informante que recebeu um prêmio para contar tudo”. Confirma essa versão, além de permitir a morte e a tortura de pessoas com as quais convivia, e a quem tinha deveres de lealdade, pelo menos, Jover Teles recebeu uma recompensa em dinheiro pela traição. Quanto se pagava nessa versão bem-pesada de “Programa de Proteção às Testemunhas”? Leônidas não lembra. Mas, qualquer que tenha sido a quantia, passados mais de vinte anos, já não sobrou muita coisa. O único bem que Jover Teles possui, hoje, é um Fusca 78, desses que parecem que vão quebrar antes da próxima esquina. Mora em casa alugada, em Arroio dos Rios, lugarejo pobre de 13 000 habitantes a 55 quilômetros de Porto Alegre, pagando 200 reais por mês.

Depois da chacina da Lapa, ele passou a usar nome falso e sumiu de vista por uma

50

VEJA, 14 DE AGOSTO, 1996



Jover Teles em campanha em Arroio dos Ratos, Arroyo e Pomer na Lagoa: quase cinquenta anos na clandestinidade

década e meia. Comunista desde a juventude, em 1947 ele conseguiu um mandato como deputado estadual pelo PCB no Rio Grande do Sul. Um ano depois, o PCB foi colocado na ilegalidade e Jover iniciou uma jornada de quase cinquenta anos na clandestinidade. Nas primeiras três décadas, ele se escondeu da polícia, depois passou a fugir dos próprios comunistas. Teve uma fase como dirigente do PC de Luís Carlos Prestes, época em que chegou a ser enviado à União Soviética, onde, operário com pouco estudos, acabou sendo a chance de estudar e se formar em três áreas: filosofia, economia e história. Em 1968, como um dos principais dirigentes do PCB no Rio, rompeu com a organização para se unir ao PC do B, que, na época, considerava o pensamento de Mao Tsé-tung como o farol do futuro da humanidade e a Alframa como a vanguarda mundial. Depois da Lagoa, passou a fugir do PC do B.

MARINHO — Escordeste-se tão bem que os antigos camaradas — chegam mesmo a imaginar que tivesse sido assassinado, o que poderia, no futuro, transformá-lo em mártir. Até que, no início dos anos 80, andando pelo centro de Porto Alegre, um veterano comunista entrou numa loja de roupas e o reconheceu. Quase sempre no farol do estabelecimento, preocupado em não ser reconhecido, ali estava Jover Teles, ajudando a escolher a tocar um peixeiro

negócio para pagar as contas do fim do mês. Considerado a se explicar, ele enviou ao partido uma carta em que faz a sua defesa. Segundo disse a VEJA na semana passada, nesse documento — cujo teor jamais foi divulgado em público — ele res-

ponsabiliza a direção do PC do B pela chacota, pois protagonizou um encontro daquela organização num local inseguro, sem meios para proteger da curiosidade dos vizinhos e sem possibilidade de fuga pelos fundos. "Era uma verdadeira ratoeira", afirma ele. Jover Teles sempre negou ter sido o delator, mesmo diante de evidências tão sólidas como o depoimento de um ex-ministro do Exército. "Se tivesse praticado o ato de que me acusam, já teria metido uma bala na testa", diz. "E se tivesse a convicção de que um dos companheiros havia delatado, mandaria executá-lo".

Jover ficou viúvo há nove anos. Em 1991, já com seu nome verdadeiro e em companhia da filha Iracema e de dois netos, ele resolveu mudar-se para Arroio dos Ratos. Ele nasceu no interior de São Paulo, mas tinha apenas 6 anos de idade quando sua família foi morar nesse lugarzinho em volta de Porto Alegre. Criança pobre, mal completaria 10 anos quando começou a trabalhar como mineiro embaixo da terra, onde se extraía carvão com dinamite. Antes de ser adolescente já fre-

quentava assembleias do sindicato e aos 22 se tornou uma personalidade importante entre os operários. "Ele sempre foi muito inteligente", comenta Inez Adão Lima, 63 anos, colega daqueles tempos, também aposentada. Em Arroio dos Ratos ele se casou mais uma vez e, no início deste ano, resolveu voltar à política.

PAIS ESTRANHO — Preencheu uma ficha de inscrição no conservador PPB, sigla de Paulo Maluf em São Paulo, Francisco Dornelles no ministério, e agora distribui santinhos em campanha para vereador. Quando se pergunta por que escolheu o PPB e não outra sigla como o PDT, que tem uma certa presença na cidade, Jover Teles explica que "no interior do país as siglas não querem dizer nada. O que vale são os homens que compõem uma legenda, por sua competência, honestidade, dignidade". Jover Teles, que todos na cidade chamam de Manóto, é uma pessoa desembaraçada, sem timidez para pedir votos ou argumentar. Só fica de mau humor e se fecha quando o assunto é o passado. E, visível que ele não gosta de tocar no assunto.

Já o general Leônidas, que arregimentou o PPB, fica de boca cheia para dizer que "comunista adota delatar". É uma generalização muito pós-moderna para um alto oficial de um Exército que até hoje não agitou contas com uma das mais cruéis realidades do porto militar de seu tempo — a tortura —, preferindo fugir que ela não existia. Admitindo-se a tortura como método natural de investigação, fica difícil julgar quem delatou e quem não resistiu, quem foi corajoso e quem se acovardou. O Brasil de vinte anos atrás era um país muito estranho, diferente do de hoje. Em

1972, quando Jover Teles era um dirigente de total confiança no PC do B, o DCE-Codi de São Paulo conseguiu pôr a mão em cinco membros do comitê central do partido. Um deles abriu a boca no primeiro interrogatório e não parou mais de falar. Sobreviveu exaustão pelos amigos. Outro falou porque tinha esperança de ser poupado, mas foi morto a pauladas mesmo assim. Outros três morreram sem dizer nada mais do que o próprio nome. ■



"Ele ganhou um prêmio para delatar o seu partido"

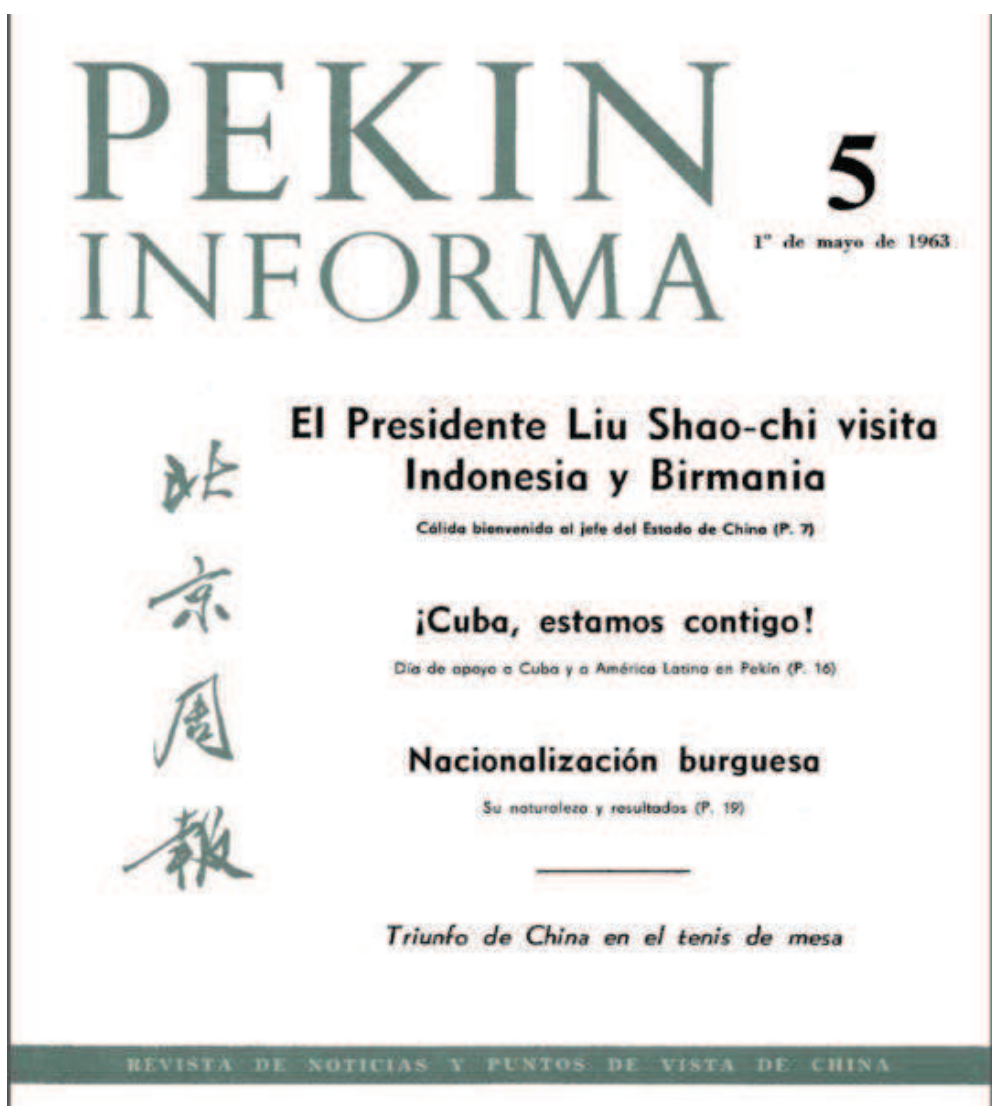
General Leônidas Feres Gonçalves,
ex-ministro do Exército



"Faremos tudo para informar que esse homem é um traidor"

Haroldo Lima,
deputado do PC do B

B - "PEKIN INFORMA" – (01-05-1963, capa e p.)



permanencia sin resolverse no toca en absoluto sobre China. Como todos saben, el Gobierno chino ha mantenido firmemente su posición por una solución pacífica de la cuestión fronteriza chino-hindú, y por eso ha tenido el máximo de paciencia y ha realizado los mayores esfuerzos. Después de la Conferencia de Colombo, el Gobierno chino respondió positivamente a sus proposiciones y, más aún, tomó por iniciativa propia, una serie de importantes medidas que aliviaron la situación fronteriza chino-hindú y crearon condiciones para negociaciones directas. Es de lamentar, sin embargo, que la parte hindú ponga todavía condiciones previas para celebrar negociaciones. Puedo decirles a todos ustedes que aunque la India no está dispuesta aún a retornar a la mesa de conferencias, el estado existente del cese de fuego y la ruptura de contactos de las tropas continuará siempre que la India no reanude sus provocaciones militares e incursiones armadas. El Gobierno chino no tomará absolutamente ninguna medida que malogre la situación fronteriza o perjudique los negociaciones directas. Rechazamos firmemente cualquier intervención extranjera en la disputa fronteriza chino-hindú, porque una intervención de este tipo sólo socavaría la solidaridad afro-asiática, agravando así obstáculos a la búsqueda de una solución pacífica de la cuestión fronteriza. Esta posición y la confianza del Gobierno y el pueblo chino no cambiarán jamás."

También se refirió el Primer Ministro Chou En-lai a la tradicional amistad entre los pueblos de China y la R.A.U. Agradeció al Gobierno de la República Árabe Unida por su constante apoyo a la restauración de los legítimos derechos de China en la ONU. Como conclusión, manifestó su confianza en que la visita del Presidente Sabry tendrá el éxito esperado.

El Presidente Aly Sabry habló en su discurso de las relaciones amistosas entre los pueblos de la R.A.U. y China. Manifestó que la República Árabe Unida nunca olvidará el apoyo moral y material que le prestaron el Gobierno y el pueblo chinos en su lucha contra las agresivas fuerzas agresivas durante la agresión armada conjunta del imperialismo y sionismo, en 1956 en Egipto. La R.A.U., añadió, ha sostenido siempre que la República Popular China, como una gran potencia,



El Presidente Aly Sabry.

debe tener en la ONU su legítimo puesto, y que los derechos de que ha sido privada en Taiwán y otras islas chinas, deben ser restaurados.

Al tocar la cuestión fronteriza chino-hindú, el Presidente Aly Sabry dijo que la Conferencia de Colombo tiene por objeto permitir a las dos partes, China e India, volver a la mesa de conferencia y solucionar su disputa pacíficamente. Añadió que la sabia decisión del cese del fuego y retiro de sus fuerzas armadas, tomada por el Gobierno chino, desempeñó un importante papel en la creación de una atmósfera propicia para la Conferencia de Colombo, permitiendo a los delegados de las seis partes amigas, discutir el asunto con un espíritu de fe y esperanza. Expresó la convicción de que su visita de buena voluntad a China y su encuentro con los dirigentes chinos producirán los resultados previstos.

El 23 de abril, al hacer uso de la palabra en el banquete que ofreció al Primer Ministro Chou En-lai y a otros dirigentes del Gobierno chino, el Presidente Aly Sabry dijo que el imperialismo, sea cual fuere el cartel bajo el cual aparece, no ha cambiado en lo más mínimo su naturaleza ni sus designios. Manifestó que la R.A.U. empleará todas sus fuerzas materiales y morales para oponerse al imperialismo y desenmascararlo.

También habló en el banquete el Primer Ministro Chou En-lai. Subrayó que en la lucha común contra el imperialismo y el colonialismo—viejo y nuevo—el fortalecimiento de la

unidad entre los países afro-asiáticos y su apoyo mutuo, se ajustan a los más altos intereses y a las aspiraciones comunes de los pueblos de Asia y África. El Primer Ministro reiteró que China no cambiará jamás su decisión de solucionar pacíficamente la cuestión fronteriza chino-hindú.

El Presidente Mao Tse-tung recibe delegación del P.O. brasileño

Mao Tse-tung, Presidente del Comité Central del Partido Comunista de China, recibió recientemente a los miembros de la delegación visitante del Partido Comunista Brasileño y conversó amigablemente con ella durante la cena que ofreció en su honor.

La delegación es encabezada por Manuel Jover Telles, miembro del Comité Ejecutivo del Partido Comunista Brasileño. El otro miembro de la delegación es Jaime Miranda, miembro de su Comité Central.

La delegación llegó a Pekín el 21 de marzo. Durante su permanencia en China los camaradas brasileños visitaron comunas populares, fábricas, escuelas y otros sitios de interés.

Líderes del P.C. del Canadá en Pekín

El Partido Comunista de China atendió hace poco a dos visitantes del Partido Comunista de Canadá.

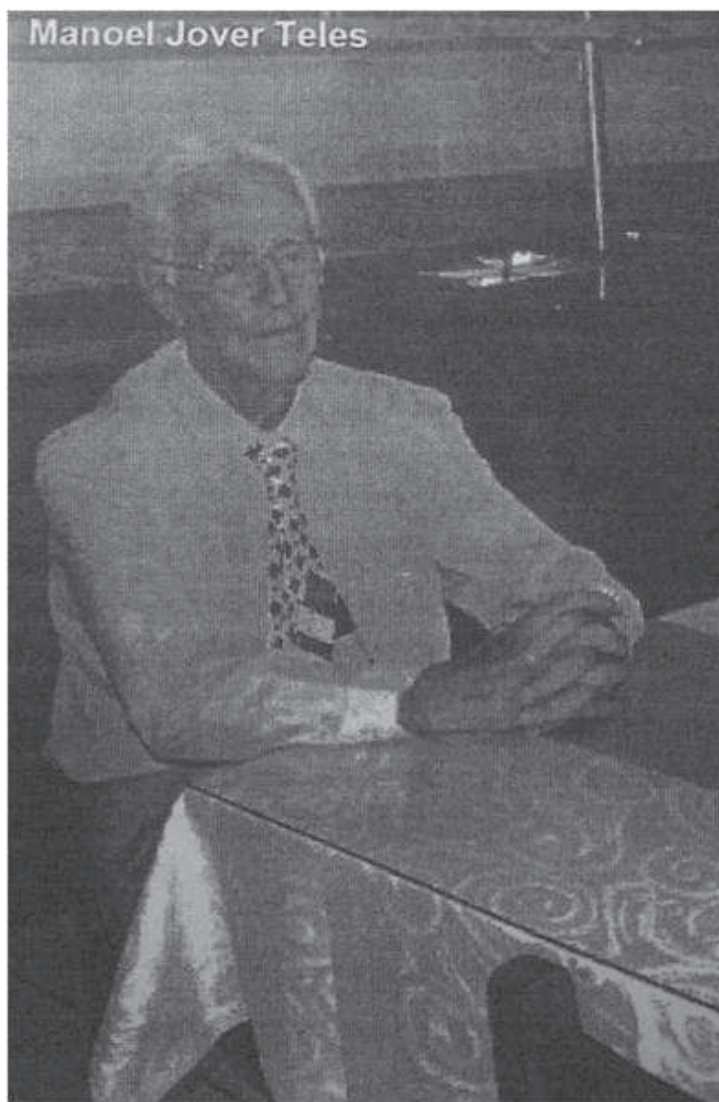
Se trata de Leslie Macrae, Secretario General, y William Kashtan, miembro del Comité Ejecutivo Nacional y Secretario Nacional Ejecutivo del Partido Comunista Canadiense.

Llegaron a Pekín el 17 de abril y fueron recibidos en el aeropuerto por Peng Chen, miembro del Buró Político y del Secretariado del Comité Central del Partido Comunista de China, y por Chao Yi-min, miembro suplente del Comité Central del P.C. Ch.

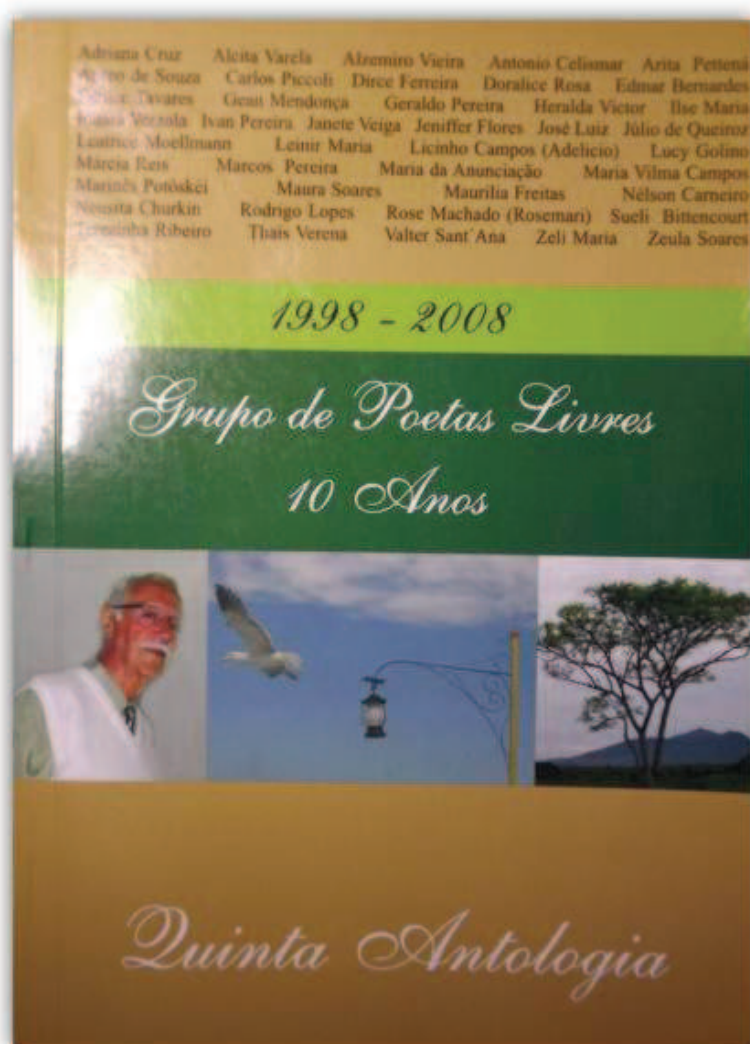
Elecciones en pleno desarrollo

A través de todo el país se están desarrollando las elecciones para elegir diputados a las asambleas populares del nivel primario. Es la quinta vez que se realizan estas elecciones benéficas. La primera fue en 1953.

C – IMAGEM DE JOVER TELES PUBLICADA NA REVISTA DO GRUPO DE POETAS LIVRES “VENTOS DO SUL” (Nº29, JULHO-DEZ. 2007) – PRIMEIRA HOMENAGEM PÓSTUMA.



**D – CAPA DE PUBLICAÇÃO ESPECIAL DA REVISTA VENTOS DO SUL
CONTENDO FOTO DE MANOEL JOVER TELES - HOMENAGEM PÓSTUMA DE
1 ANO DE SEU FALECIMENTO**



E – CAPA DA REVISTA VENTOS DO SUL (Nº34, JAN.-JUN.2010) CONTENDO FOTO DE MANOEL JOVER TELES - OUTRA HOMENAGEM PÓSTUMA QUANDO COMPLETOU TRÊS ANOS DE SEU FALECIMENTO



E – FOTO DE IRACEMA, FILHA DE MANOEL JOVER TELES. NA IMAGEM ELE APARECE COM UM DE SEUS NETOS, NO CENTRO DE PORTO ALEGRE, QUANDO USAVA O NOME “ANTÔNIO LIMA”.

(Imagem cedida por Iracema Coelho Lima)



F - Cópia da certidão de óbito de Manoel Jover Teles fornecida por sua filha, Iracema Coelho Lima, que não foi citada no documento.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS - COMARCA DA CAPITAL
OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
Iolê Luz Faria
Oficial Titular

Maria Paula de Souza Isabel Faria de Souza Luciane Rosa Duarte
 Oficial Substituta Escrivã Escrivã

Ana Tânia de Aguiar
 Escrivã

CERTIDÃO DE ÓBITO

Certifico que sob o nº 41951, às folhas 152, do livro C - 128, de Registro de Óbitos deste Ofício, consta que foi lavrado aos vinte e cinco (25) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e sete (2007), e assento de óbito de:—

---- **Manoel Jover Teles** ----

Falecido aos dezessete (16) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e sete (2007), às 20:54 horas, no(a) Hospital Governador Celso Ramos em(na) Florianópolis/SC, do sexo masculino, com 86 anos de idade, brasileiro, de cor branca, viúvo, aposentado, natural de São Manuel/SP, portador do RG nº 8074197222, e inscrito no CPF sob nº 962.432.870-68, domiciliado e residente na Rua Ver. Heilo Hoeschi, 77, Canasvieiras, Florianópolis-SC, filho de Jerônimo Jover e Matilde Teles. —

O Atestado de Óbito foi firmado pelo(a) doutor(a) Luiz Paulo de Queiroz, CRM nº 3155, dando como causa da morte: a) Insuficiência Respiratória, b) Broncopneumonia, c) Acidente vascular cerebral isquêmico, d) Hipertensão Arterial sistêmica. O sepultamento foi realizado no Cemitério do Itacorubi. Foi declarante: Marilda Schassler, brasileira, solteira, aposentada, portadora do RG nº 4.962.524-7, e inscrita no CPF sob nº 214.148.800-87, domiciliada e residente na Rua Ana Simas Nawrocki, 74/1, Ipiranga, São José-SC. O falecido não era eleitor, não deixou testamento conhecido e não deixou bens a inventariar. —

Observações: Não deixou filhos, era casado com Luci Machado Teles, conforme registro lavrado em Arroio dos Ratos - RS, no lv. B-7, fs. 34, sob nº 968.

O referido é verdade e dou fé.

Florianópolis, 25 de junho de 2007.

[Assinatura]
 Oficial

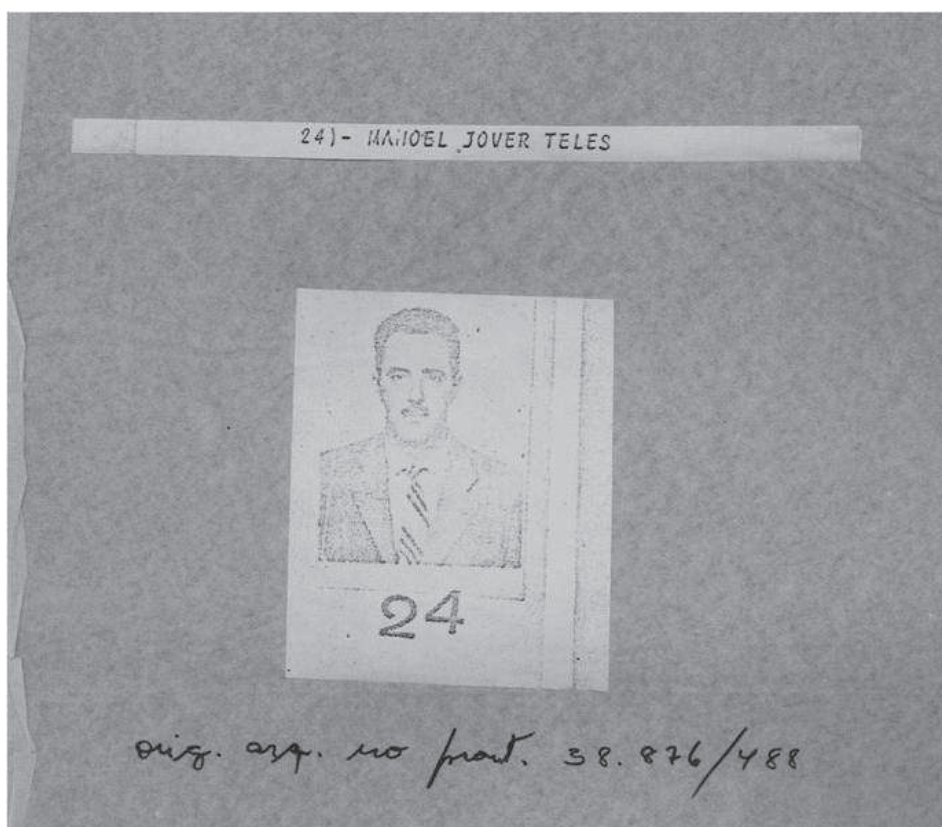
Impressão em LU_CORRIGE



Encaminhada para

Rua Vidal Ramos, nº 53, Sl 100 Ed. Cristal Center - Centro - Fone: (48) 3223-6151

G – FOTO DE MANOEL JOVER TELES EM UM DOS PRONTUÁRIOS PESQUISADOS NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RJ. NA ÉPOCA, TAMBÉM ERA CHAMADO POR ALGUNS DE “PRÍNCIPE ESPANHOL”



H- IMAGENS DA “SESSÃO SAUDADE” (PANEGÍRICO) A MANOEL JOVER TELES, REALIZADA PELA ACADEMIA CATARINENSE DE LETRAS E ARTES DE SANTA CATARINA – ACLA-SC.



ACIMA – GRUPO DE POETAS QUE PARTICIPARAM DA HOMENAGEM



NA FOTO, DA ESQUERDA PARA A DIREITA: ELUISA MAIO, IVAN A. PEREIRA E A SENHORA ISABEL GONÇALVES.

I – IMAGENS E INFORMAÇÕES DE MANOEL JOVER TELES NO SITE DA ACLASC.



 **Academia Catarinense de Letras e Artes**

▶ Principal ▶ Academia ▶ Acadêmicos ▶ Prêmios ACLA ▶ Notícias ▶ Contato ▶ Links

 **MANOEL JOVER TELES** – Nasceu em São Manoel/SP. Formou-se em Filosofia, História e Economia. Publicou *O Movimento Operário no Brasil* (história), segunda edição em 1981; *Cuba – Pérola do Caribe* (romance), em 1961; *Arroio da Esperança* (ensaio) e *Evocação* (poesia) em 1993. Foi membro do Grupo de Poetas Livres e da Associação Catarinense do Cronistas, Poetas e Contistas. Participou da terceira Antologia do Grupo de Poetas Livres; também publicou poemas na revista *Ventos do Sul* e artigos em diversos jornais, inclusive no *Pravda*, da antiga União Soviética, em outubro de 1957. Faleceu em 16/06/2007; foi o primeiro ocupante da cadeira de número 11, cujo patrono é o poeta Lindolf Bell.

Academia Catarinense de Letras e Artes - Acla - Todos os direitos reservados 2007



 **Academia Catarinense de Letras e Artes**

▶ Principal ▶ Academia ▶ Acadêmicos ▶ Prêmios ACLA ▶ Notícias ▶ Contato ▶ Links

Notícias

Sessão da Saudade

A homenagem ao acadêmico Manoel Jover Teles (Manolo) ocorreu, como noticiado, no dia 15/09/07. Estiveram presentes, além da esposa Izabel e filha, diversos membros de outras agremiações literárias. O acadêmico Ivan Alves Pereira, fez referências, no panegírico, à obra de Manolo e aos contatos que manteve com Mao Tsé Tung, Fidel Castro e Pablo Neruda. Veja as fotos no link Sessões Solenes.

Academia Catarinense de Letras e Artes - Acla - Todos os direitos reservados 2007

**J – RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXTERIOR PELA
BOLSA CONCEDIDA PELA CAPES/PDSE**

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE DOUTORADO EM HISTÓRIA**

RELATÓRIO DA BOLSA CAPES/PDSE:

**Relatório ao Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no
Exterior (PDSE) sobre a bolsa na
École des Hautes Études em Sciences Sociales
(Paris, França – setembro 2012 a fevereiro de 2013)**

ÉDER DA SILVA SILVEIRA

**SÃO LEOPOLDO
MARÇO DE 2013**

ÉDER DA SILVA SILVEIRA

RELATÓRIO BOLSA CAPES/PDSE

Relatório ao Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) sobre a bolsa na École des Hautes Études em Sciences Sociales (Paris, França – setembro 2012 a fevereiro de 2013).

Curso e Instituição: Doutorado em História / Universidade do Vale do Rio dos Sinos- Unisinos; Orientadora: Marluza Marques Harres; Linha de Pesquisa: Poder, ideias e instituições.

**São Leopoldo
Março de 2013**

SUMÁRIO

Introdução.....	297
1. Atividades desenvolvidas no exterior.....	299
Considerações finais.....	304
Anexos.....	305
I – Avaliação do orientador estrangeiro.....	305
II – Atestado da École des Hautes Études em Sciences Sociales.....	306

Introdução

O projeto de tese que venho desenvolvendo visa construir uma biografia histórica de Manoel Jover Teles, o Manolo, um ex-operário de minas de carvão de São Jerônimo-RS, ex-deputado estadual no RS pelo PCB, um dos fundadores do PCBR e um dos dirigentes do PCdoB, acusado de ter cooperado com a repressão para o episódio que ficaria conhecido como a “Chacina da Lapa”, ou “Queda do Aparelho da Lapa”. Busca-se compreender processos e relações pouco perceptíveis em estudos de caráter mais estrutural em relação à História do Brasil Republicano, particularmente em relação ao comunismo, à dissidência comunista e à traição.

Existem poucas biografias sobre militantes comunistas que vivenciaram a cisão do PCB de 1962. Mais restritos ainda são os trabalhos na área de História. Nas buscas realizadas no Banco de Teses da Capes foram localizadas apenas quatro biografias nesta perspectiva, escritas por historiadores: uma sobre Astrogildo Pereira (LENA JÚNIOR, 1999), uma sobre Carlos Marighella (SILVA JÚNIOR, 1999), uma sobre Octavio Brandão (AMARAL, 2003) e uma sobre Mário Alves (FALCÓN, 2007). Além disso são inexistentes, até o presente momento, trabalhos de pesquisa em História que estudaram a trajetória de algum militante cuja biografia tenha sido associada à questão da delação. Socialmente, talvez a marca da “traição” sobre Jover Teles tenha tido um peso maior que a de ser “comunista”, a ponto de enquadrá-lo e reduzi-lo à efígie de “grande delator” ou de “Calabar da esquerda brasileira”⁵⁹³. Mas qual seria o lugar, na História, daquele que opta em abrir mão de uma causa? Na contramão de uma resistência que previa o “não falar, até a morte”, Jover Teles fugiu à regra da doutrina do revolucionário comunista. Explorar as circunstâncias em que isso ocorreu e também como ele lidou posteriormente com o estigma da traição são alguns pontos relevantes e instigantes de sua trajetória que pretendemos pesquisar.

⁵⁹³ AMERICANO, Luiz; ZAIDAN, Patrícia. A macha da traição. *Veja*, 14 de agosto de 1996, p.50

Diferentemente do que ocorre no Brasil, na França já existem movimentos e trabalhos acadêmicos que estudam a traição para entender alguns aspectos da história e do cotidiano, bem como para compreender a relação entre indivíduos e os grupos aos quais pertencem. Percebo este esforço, sobretudo em trabalhos recentes de Sébastien Schehr e Claude Javeau, autores de obras como “La Trahison: de l’adultère au crime politique, (Paris, Berg International éditeurs, 2010)” e “Traîtres et trahisons de l’Antiquité à nos jours, Paris, Berg International éditeurs,”. Estes trabalhos, assim como Colóquios Internacionais organizados pela Nancy-Université e Université de Strasbourg sobre “La trahison au regard des Sciences Sociales” (2009), demonstram que estudar a traição também explica como os grupos sociais reagem a situações potencialmente dissonantes, permitindo entender como os indivíduos tentam se proteger a fim de se manter e continuar. Segundo Schehr e Javeau “a traição é um bom indicador de convenções e normas que regem as nossas relações sociais cotidianas e constituem a infra-estrutura invisível que evoca confiança, fidelidade, lealdade, e fornece esclarecimentos sobre formas de imaginação política”⁵⁹⁴.

Além disso permite pensar: que trajetória(s) de Jover Teles é possível perceber através da construção de sua biografia? Que questões históricas são possíveis compreender ou explicar a partir da trajetória desse sujeito? O que dizem seus textos sobre sua trajetória? Que inteligibilidades eles apresentam? Qual percepção sobre o movimento sindical no Brasil e a política sindical dos comunistas tinha Manolo? De que forma construiu e consolidou sua liderança no movimento sindical e no partido comunista dentro e fora do estado do Rio Grande do Sul? Que comunismo ou socialismo Manolo defendia? O que representou o episódio da “Chacina da Lapa” em sua trajetória? Em que medida ou como a “mancha da traição”⁵⁹⁵ teve influência sobre suas decisões e escolhas, bem como o que dizem ou podem dizer as memórias e os discursos

⁵⁹⁴ JAVEAU, Claude; SCHEHR, Sébastien. **La Trahison**: de l’adultère au crime politique. Paris: Berg International éditeurs, 2010, s.p.

⁵⁹⁵ Americano e Zaidan, id., *ibid.*

sobre esta delação, são questões que farão parte do empenho de compreender suas trajetórias.

A relevância do presente trabalho está não apenas em diminuir as lacunas existentes na historiografia sobre o tema, mas, também, na oportunidade que ele representa de adentrar e explorar o percurso de uma vida, apoiando-se no esforço de resgatar para a História dimensões e experiências de um sujeito e que, até o momento, tiveram suas significações silenciadas, negadas ou abandonadas. Ao mesmo tempo, permite explicar questões relativas a movimentos de grupos políticos na História do Brasil República, sobretudo o movimento comunista, suas principais dissidências e aspectos de sua cultura política.

Através da bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio do Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), foi possível realizar um importante estágio de estudos e pesquisa na École des Hautes Études em Sciences Sociales de Paris (EHESS), França, entre setembro de 2012 a fevereiro de 2013. O presente Relatório refere-se às atividades desenvolvidas no exterior durante este período. Busca-se explicitá-las, destacando os principais aspectos dessa experiência.

1. Atividades desenvolvidas no exterior

Diversas foram as atividades desenvolvidas durante a estadia em Paris, na EHESS. A experiência permitiu estudar a produção acadêmica de pesquisadores franceses sobre a temática da tese, bem como avançar significativamente em relação às fundamentações teórico-metodológicas. A seguir, cito as principais atividades:

a) Participação em Disciplinas (Seminários) na EHESS

Como aluno da EHESS, cursei durante o período do estágio as seguintes disciplinas:

- Histoire sociale des modèles culturels – le Linguistic turn en perspective

A disciplina foi ministrada por Jacques Revel - um dos mais importantes historiadores franceses representativos da última geração do movimento de

Renovação Historiográfica dos Annales, reconhecido por seu trabalho em história social das práticas culturais e por ser um dos principais interlocutores da micro-história italiana - e Sabina Loriga – historiadora italiana, referência em temas como experiência institucional, trajetórias individuais e reflexões teórico-metodológicas sobre Biografia e História, e sobre usos públicos do passado. Ambos são professores e diretores de estudos na EHESS e ministraram o seminário em conjunto.

O Seminário tratou sobre a questão do *Linguistic turn*, particularmente sobre problemas e discussões teóricas sobre a conceitualização do social como construção discursiva. Esta disciplina colaborou para ampliar a noção de discurso e de narrativa em história e possibilitou pensar alguns pontos importantes da pesquisa, como, por exemplo, a questão do discurso da traição na cultura comunista, um dos temas da tese em construção.

- *Atelier international de recherche sur les usages publics du passé* () ;

Este seminário apresentou uma configuração relativamente diferente dos demais, uma vez que, em cada encontro, um ou dois pesquisadores estrangeiros convidados apresentavam trabalhos de sua autoria cujos objetos de investigação estavam vinculados à temática dos “usos públicos do passado”. Numa espécie de “mesa redonda”, manifestavam-se os professores diretores de estudos e responsáveis pelo *Atelier* - Sabina Loriga, Sabine Chalvon-Demersay e Olivier Abel, de modo a constituir um debate profícuo sobre diferentes temas e eventos históricos. Os encontros deste Seminário me permitiram pensar sobre alguns mecanismos de utilização do passado por determinados grupos sociais. A partir da observação quanto à metodologia aplicada para a análise dos trabalhos expostos no *Atelier*, também foi possível pensar na biografia de Manoel Jover Teles quanto ao uso político de sua biografia, da figura retórica da traição e do Massacre da Lapa ocorrido em São Paulo, em 1976.

- *Histoire de la contre-révolution en Europe au XIXe siècle – le contre-révolution : ideologies, cultures, pratiques;*

Esta disciplina foi ministrada pelo meu orientador na EHESS, professor Jordi Canal, um dos grandes especialistas em história contemporânea do

Centre de Recherches Historiques. O seminário apresentou releituras sobre revolução e contra-revolução, dentre elas uma pesquisa do professor sobre o caso

da Guerra de Canudos no início do Brasil Republicano. Este seminário me permitiu aproximar-me da noção de contra-revolução proposta pelo historiador e pensar na história de Canudos a partir da perspectiva proposta.

- *Histoire politique de l'Europe contemporaine - Identités politiques du Sud et du Sud-est européens;*

Este seminário, ministrado em conjunto por Jordi Canal e Vincent Duclert, abrangeu diferentes pesquisas sobre e reflexões sobre História Política Contemporânea. As aulas foram bastante interessantes, uma vez que a tese que se escreve também se insere no campo da História Política. A oportunidade de ler e ouvir diferentes pesquisas nessa disciplina contribuiu muito para analisar outras formas de abordagens teórico-metodológicas vinculadas ao universo da História Política.

- *Sociologie de l'expérience sociale – Stigmates et discriminations ;*

Tratando sobre a pesquisa recente de François Dubet, importante referência teórica do Laboratório de Sociologia da EHESS, a disciplina foi bastante importante para a tese, pois abordou experiências de indivíduos que são ou podem ser discriminados e/ou estigmatizados. Este seminário foi fundamental para pensar a Traição atribuída ao comunista brasileiro Manoel Jover Teles como categoria estigmatizadora e discriminadora. A disciplina ficou dividida basicamente em três grandes blocos. Um bloco destinado aos vínculos da pesquisa com a Sociologia da Experiência; um sobre as condições de emergência e a construção do sentimento de discriminação; por fim, um sobre as dimensões culturais e políticas de experiências de indivíduos que foram estigmatizados e/ou discriminados. A pesquisa deu origem a um livro que foi lançado durante as aulas, no início de fevereiro de 2013, chamado "*Porquoi moi?*".

b) *Pesquisa em acervos de Paris*

Paralelo às atividades presenciais na EHESS e antes mesmo delas iniciarem, realizei leituras e análise de obras de Sébastien Schehr, Claude Javeau, Sylvain Boulouque e Pascal Girard sobre a noção de "traidor" e de

“traição” nas Ciências Sociais e, particularmente, suas relações com a temática da cultura comunista e na história do Partido Comunista Francês⁵⁹⁶. Realizei, igualmente, estudos referentes às relações entre história e literatura, sobretudo a partir de algumas obras indicadas pelo orientador Jordi Canal⁵⁹⁷.

Na *Bibliothèque Nationale de France* (BNF) pesquisei obras relacionadas à escrita biográfica, especialmente de Sabina Loriga, Marcel Schwob e Roger Dadoun⁵⁹⁸.

Na *Bibliothèque da Fondation Maison des Sciences de L’Homme* pesquisei diferentes textos sobre a mesma temática e, também, sobre historiografia do comunismo e questões relativas à Traição na história do Partido Comunista Francês.

c) Participação em Oficinas, Cursos e Jornadas

Realizei o mini-curso “*Accéder à l’offre documentaire au-delà de Google*” sobre como utilizar as bases de dados dos acervos da *Fondation Maison des Sciences de L’Homme*, com destaque às principais plataformas de periódicos e banco de teses e dissertações da EHESS e de outras Instituições da Europa (Anexo IV).

Paralelo às atividades da pesquisa e da escrita da tese continuei meus estudos de Língua Francesa no *Institut privé Campus Langues de Paris* e, eventualmente, participei de oficinas de conversação no *Centre Pompidou*.

Por fim, também participei de uma jornada de teses de doutorando em andamento, organizada por Sabina Loriga, intitulada *Journée doctorale du Gelm-*

⁵⁹⁶ - JAVEAU, Claude; SCHEHR, Sébastien. **La Trahison**: de l’adultère au crime politique. Paris: Berg International éditeurs, 2010. - SCHEHR, Sébastien. **Traîtres et trahisons**: de l’Antiquité à nos jours. Paris : Berg International, 2008. - BOULOUQUE, Sylvain; GIRARD, Pascal. **Traîtres et trahisons**: guerres, imaginaires sociaux et constructions politiques. Paris: Seli Arslan, 2007.

⁵⁹⁷ Dentre obras lidas neste semestre cito: - SEMPRUM, Jorge. **L’écriture ou la vie**. Collection Folio. Paris, France : Éditions Gallimard, 1994. – SEMPRUM, Jorge. **Autobiographie de Federico Sánchez**. Collection Points. Paris, France : Éditions du Seuil, 1996. – LYON-CAEN, Judith ; RIBARD, Dinah. **L’historien et la littérature**. Collection Repères. Paris : Éditions La Découverte, 2010.

⁵⁹⁸ - LORIGA, Sabina. **Soldats**. Un laboratoire disciplinaire: l’armée piémontaise au XVIII^e siècle. Paris : Éditions Menthac, 1991. – LORIGA, Sabina. **O pequeno x**: da biografia à história. Tradução Fernando Scheibe. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2011. – SCHWOB, Marcel. **Les vies imaginaires**. Paris: Gallimard, 1994. – DADOUN, Roger. Qui biographie? In: MARMANDE, Francis; MARTY, Eric (orgs.). **Entretiens sur la biographie**. Paris : Atlantica, Biarritz, 2000.

Ehess. Foi uma oportunidade de maior aproximação e de troca de experiências entre alunos e professores da EHESS.

d) Encontros de orientação à pesquisa e à escrita da tese

Os encontros com o orientador estrangeiro (co-orientador) Jordi Canal foram de grande importância para pensar alguns aspectos da pesquisa e escrita da tese. Sua disponibilidade, atenção e indicação de algumas leituras foram de grande auxílio. Além disso, também obtive a generosa atenção de Sabina Loriga que me recebeu três vezes fora da sala de aula, indicando materiais e discutindo comigo algumas questões pontuais da tese em construção.

e) Visitas de estudos a Museus, livrarias, sebos e outros espaços do Patrimônio Cultural

Para um profissional da área da História o contato com diferentes bens do patrimônio cultural tangível e intangível localizados em Paris, bem como com o acervo inimaginável de preciosas obras localizadas em livrarias, sebos e bibliotecas também foram atividades de crescimento pessoal e de qualificação profissional indescritíveis. Durante a estadia naquela cidade visitei, dentre outros, o Musée du Louvre, Musée d'Armée, Notre Dame, La Basilique du Sacré Coeur de Montmartre, Sítio histórico da Sorbonne, além de outros espaços do patrimônio cultural em suas diversas manifestações.

f) Entrevistas

Em fevereiro de 2013 entrevistei dois professores franceses, François Dubet – professor e diretor de estudos na EHESS e na Université de Bordeaux - , sobre sua última pesquisa dedicada à questão de processos de estigmatização e discriminação; e Stéphane Monclaire – professor do curso de Ciências Políticas da Sorbonne Paris 1 - , especialista em história política brasileira, particularmente sobre temas relacionados à redemocratização dos anos 80 e 90 do século XX, e sobre processos constituintes. Ambas as entrevistas foram gravadas com a intenção de publicá-las no Brasil.

Considerações finais

A realização do Doutorado Sanduíche na França foi de fundamental importância pela oportunidade de interlocução e ampliação de estudos e discussões sobre perspectivas e abordagens relacionadas à tese em construção. A escolha pela École des Hautes Études en Sciences Sociales foi justificada não apenas por ser uma universidade de referência acadêmica internacional, mas, também, porque nela funciona o Centre de Recherches Historiques (EHESS-CRH) que, desde sua fundação, em 1949, por Fernand Braudel, é conhecido pelo alto nível acadêmico e pela renovação da História e seus objetos de pesquisa. Na EHESS foi possível ter acesso a informações e reflexões teórico-metodológicas fundamentais para a tese sob co-orientação de Jordi Canal, importante historiador da História Política Contemporânea da EHESS-CRH.

O conjunto das atividades desenvolvidas no exterior foi extremamente significativo e qualificou de forma especial meu doutoramento em História. Além das pesquisas recentes que circulam na França sobre a traição e o comunismo, tive acesso a uma bibliografia bastante especial e que ainda não circula no Brasil. A bolsa sanduíche foi uma oportunidade ímpar para o desenvolvimento do projeto de tese. Certamente este estágio no exterior irá se refletir em minha atuação profissional que, mais qualificada depois desta experiência, me proporcionará condições de retribuir ao país os investimentos feitos em minha formação.

ANEXOS

I – AVALIAÇÃO DO ORIENTADOR ESTRANGEIRO



Jordi Canal
EHESS
Centre de Recherches Historiques
Paris (France)
canal@ehess.fr

Paris, le 19 février 2013.

Cher Monsieur, chère Madame,

M. Eder da Silva Silveira a bien profité de son séjour d'études à Paris. Il a travaillé aux bibliothèques et il a suivi plusieurs séminaires de doctorat d'histoire et de sociologie à l'EHESS. Et surtout il a beaucoup avancé dans la rédaction de sa thèse doctorale. J'ai eu l'occasion de lire quelques pages du travail et les résultats sont, à mon avis, remarquables.

J'ai été très heureux d'avoir pu orienter M. Eder da Silva Silveira à Paris.

Veuillez agréer, cher Monsieur, chère Madame, l'expression de mes respectueuses salutations.


EHESS
Jordi Canal, rue Monsieur-le-Prince - 75006 Paris

  Centre de recherches historiques
150-151, avenue de France
F-75244 Paris cedex 12

T. +33 (0)1 49 54 21 02
F. +33 (0)1 49 54 23 00
http://crh.ehess.fr

II – ATESTADO DA
ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EM SCIENCES SOCIALES

Ministère de l'Enseignement supérieur et de la Recherche
ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES

Service de la scolarité
DEVE/SCOL
CR/CR n° 2013-55

ATTESTATION

La Directrice des Enseignements et de la Vie étudiante de l'École des hautes études en sciences sociales, soussignée, atteste que Monsieur Éder Da Silva Silveira, né le 6 janvier 1982 à Canoas-RS (Brésil), a été régulièrement inscrit à l'École au titre de l'année universitaire 2012-2013 (octobre 2012 à février 2013) en recherches doctorales libres sous la direction de Monsieur Jordi Canal, et qu'il a suivi avec assiduité les enseignements suivants :

- Histoire sociale des modèles culturels – *le linguistic turn* en perspective (Jacques Revel, Sabina Loriga)
- Atelier international de recherche sur les usages publics du passé (Sabina Loriga, Sabine Chalvon-Demersay, Olivier Abel)
- Histoire de la contre-révolution en Europe au XIXe siècle (Jordi Canal)
- Histoire politique de l'Europe contemporaine – Identités politiques du Sud et du Sud-est européens (Jordi Canal, Vincent Duclert)
- Sociologie de l'expérience sociale – Stigmates et discrimination (François Dubet)

La Directrice des Enseignements et de la Vie étudiante, soussignée, atteste en outre que l'intéressé a participé à la journée doctorale du Groupe d'étude des historiographies modernes le 2 février 2013.

Fait à la demande de l'intéressé pour valoir ce que de droit.

Paris, le 8 février 2013

Pour la Directrice des Enseignements et de la Vie étudiante
et par autorisation
le Responsable du service de la scolarité



Corinne Radin

Corinne Radin